



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA

ROBSON PATRICK BRITO DO NASCIMENTO

**O PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO E VIOLÊNCIA URBANA NA BAIXADA
BELENENSE: Um Estudo Sobre os Agentes Territoriais e os Homicídios no Bairro da Terra
Firme nos anos de 2011 a 2019**

BELÉM – PA
2022

ROBSON PATRICK BRITO DO NASCIMENTO

**O PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO E VIOLÊNCIA URBANA NA BAIXADA
BELENENSE: Um Estudo Sobre os Agentes Territoriais e os Homicídios no Bairro da Terra
Firme nos anos de 2011 a 2019**

Dissertação de Mestrado apresentada ao do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) pela Universidade Federal do Pará (UFPA), com o objetivo de obter o título de mestre. Área de Concentração: Organização e Gestão do Território
Linha de Pesquisa: Dinâmicas Territoriais na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas

BELÉM – PA
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B862n Brito do Nascimento, Robson Patrick.
NASCIMENTO, R.P.B - O Processo de periferização e
violência urbana na baixada belenense: um estudo sobre os agentes
territoriais e os homicídios no bairro da Terra Firme nos de 2011 a
2019 / Robson Patrick Brito do Nascimento. — 2021.
188 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Geografia, Belém, 2021.

1. O processo de periferização . 2. Violência urbana . 3.
Agentes Territoriais. 4. Terra Firme. 5. Belém - PA. I. Título.

CDD 900

ROBSON PATRICK BRITO DO NASCIMENTO

**O PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO E VIOLÊNCIA URBANA NA BAIXADA
BELENENSE: Um Estudo Sobre os Agentes Territoriais e os Homicídios no Bairro da Terra
Firme nos anos de 2011 a 2019**

Dissertação de Mestrado apresentada ao do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) pela Universidade Federal do Pará (UFPA), com o objetivo de obter o título de mestre. Área de Concentração: Organização e Gestão do Território
Linha de Pesquisa: Dinâmicas Territoriais na Amazônia.

CONCEITO: _____

DATA: __/__/__

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas (Orientador)
Universidade Federal do Pará – PPGEO

Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues (Examinador Interno)
Universidade Federal do Pará – PPGEO

Prof. Dr. Willame de Oliveira Ribeiro (Examinador Externo)
Universidade do Estado do Pará – PPGG

À Vallentina Trindade que nasceu, cresceu e nos reforçou a definição do que é o amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

A princípio, quero agradecer a Deus por todas as forças que têm me concedido para que eu pudesse chegar até esse momento ímpar da minha vida, Ele é digno de toda honra e toda glória.

Agradeço também aos meus pais - Patrícia Lima Brito e Antônio Nascimento - por seus ensinamentos e pelo apoio que me deram quando mais precisei. Sou eternamente grato por cada sorriso, puxões de orelha e pelos valores que a mim passaram e fez-me tornar essa pessoa que sou hoje. Confesso, que nada disso seria possível sem vocês, pois tudo o que fizeram por mim foi essencial para que eu pudesse ter finalizado essa dissertação e, por isso, saliento a extrema importância de vocês na minha vida como eu os amo.

Aos meus irmãos, Lorena Lima e Matheus Brito, que sempre me ajudaram e me deram todo apoio possível para que eu pudesse realizar esse sonho. Quero também deixar um agradecimento em especial para o meu cunhado Helton Brito que esteve sempre presente desde o período da graduação.

Aos amigos que fiz no Programa de Pós-graduação e que tanto me auxiliaram, em especial Vivian Albuquerque e Magaly Caldas, que tanto fizeram por mim. Não poderia deixar de agradecer ao meu grande amigo Rafael Maia pela parceria e ajuda nas demandas cartográficas e na tabulação dos dados essenciais para essa pesquisa, é um grande amigo que trago do meu antigo ciclo.

Também deixo meus agradecimentos à família Santos que, apesar de não fazerem parte da minha família (co) sanguínea, sempre me apoiaram e me deram todo amor e carinho possível e venho por meio deste mencionar o nome das minhas duas mães do coração: Ocilene do Socorro Santos e Marcinete dos Santos, mas não podia deixar de agradecer minha tia Ocilélia Santos.

Ao meu orientador Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas, por ter me dado a oportunidade de conhecer um pouco mais da Geografia e ter aberto as portas para que eu pudesse crescer no curso. Agradeço também por todos seus ensinamentos, conselhos e, sobretudo, por confiar em mim e no meu potencial. O exemplo disso, foram anos de estudos e produções que resultaram em minha aprovação no mestrado no meu último ano de curso. Também tenho gratidão ao professor e amigo Roberto Magno Reis Netto, por suas contribuições na minha formação e por toda ajuda que já recebi de sua parte, por meio de telefonemas, e-mails e mensagens. A você o meu muitíssimo obrigado.

Por fim, um agradecimento especial ao professor Carlos Jorge Nogueira de Castro por ter me ajudado na parte cartográfica e que hoje é uma das maiores paixões que eu tenho, seus

ensinamentos foram essenciais, pois me tornei um geógrafo com autonomia em discussão teórica e tenho autoria dos trabalhos técnicos que realizo. Enfim, reitero minhas gratidões a todos que contribuíram para a minha formação e tenho plena consciência que nada conseguimos sozinhos.

RESUMO

O espaço urbano é compreendido como um mosaico de relações dialéticas entre a sociedade e espaço ao longo do tempo, em outras palavras, pode-se incorporar a cidade como um conjunto das relações humanas e históricas. O exemplo disso, são as cidades brasileiras que apresentaram uma urbanização tardia e como consequência trouxeram diversos problemas que se estendem até hoje, como é o caso da periferização que ocorre a partir da valorização de algumas áreas em detrimento de outras. A primeira tem destaque por sua visibilidade e concentração de recursos e capitais, logo a presença do Estado se torna mais efetiva, como ocorre nos centros urbanos ao contrário do que ocorre nas periferias urbanas da capital paraense que foram produzidos por grupos de baixa renda que foram marginalizados. Esses espaços passaram a ser autoconstruídos e ocupados de uma forma acelerada e não planejada pelo Estado. Nas periferias, como o bairro da Terra Firme, o poder público é ineficiente em relação às suas ações territoriais, esses espaços são condicionantes a novas territorialidades que visam estabelecer as suas ações, e por muitas vezes geram tensões e como consequência a violência. O objetivo da pesquisa busca compreender a dinâmica dos homicídios entre os anos de 2011 e 2019, e sua relação com as áreas precarizadas do Bairro da Terra Firme, bem como, com os atores territoriais envolvidos com as suas territorialidades. O método adotado foi o materialista histórico e dialético, que permitiu uma discussão sobre análises socioespaciais e as relações de poder no território. Utilizou-se a cartografia e ferramentas de geoprocessamento, vinculando aos dados de homicídios da SIAC, aos dados do IBGE e seus indicadores sociais. Os resultados apontaram que no bairro as territorialidades se manifestaram a partir das fissuras do poder institucional, dando espaço para o tráfico de drogas e as milícias. Suas ações resultam em diversas consequências dentre elas estão os conflitos, a defesa de seus recursos e interesses que podem resultar na prática da violência extrema. O bairro apresentou um elevado índice de homicídios superando as escalas nacionais e em alguns momentos se aproximando dos números Estaduais e Municipais, e por meio das pesquisas de campo e recortes de manchetes foi possível identificar as dinâmicas do território e relacionar com os registros da SIAC. A presente dissertação se divide em quatro capítulos, o primeiro traz uma abordagem metodológica, o segundo a discussão teórica, o terceiro as caracterizações e a periferização do bairro da Terra Firme e o último capítulo corresponde as análises dos homicídios e os agentes territoriais que se manifestam no bairro.

Palavras-chave: O Processo de Periferização, Violência Urbana, Agentes Territoriais e Terra Firme

ABSTRACT

The urban space can be understood as a mosaic of dialectical relations between society and space over time, in other words, the city can be incorporated as a set of human and historical relations in space. Among them, it is mentioned the formation of differentiated and contradictory areas driven by the current capitalist system. An example of this is the dynamics of cities in underdeveloped countries that presented accelerated urbanization and because of this brought several problems that extend to the present day, among them is the peripheralization that is marked by the unequal production of urban space that is configured in relations between center and periphery. The central areas are highlighted for their visibility and concentration of resources and capital, so investments and the presence of the State becomes more effective, unlike what happens in the urban peripheries of the capital of Pará, which were produced by low-income groups that were segregated from the city center. Therefore, these spaces started to be self-built and occupied in an accelerated and unplanned way by the State. On the outskirts, as is the case of the Terra Firme neighborhood, the public power is inefficient with regard to its territorial actions, so these spaces become conditions for new territorialities that seek to establish their power relations, as in the case of drug trafficking and militias and often generate tensions and as a result violence is present in these locations. The objective of this research is to understand the dynamics of homicides between the years 2011 to 2019, and its relationship with the precarious areas of Terra Firme district, as well as with the territorial actors involved with their territorialities. The method adopted was the historical and dialectical materialist, which allowed a discussion on socio-spatial analyzes and power relations in the territory. We used thematic cartography geoprocessing tools such as Quantum Gis, linking homicide data from the SIAC, to IBGE data and its social indicators. This dissertation is divided into four essential chapters, the first is consistent with a methodological approach to the research, the second the theoretical discussion, the third the characterizations and peripheralization of the neighborhood of Terra Firme and the last chapter corresponds to the analysis of homicides and agents that manifest themselves from the power gaps left by the State.

Keywords: The Peripheralization Process, Urban Violence, Territorial Agents and Terra Firme.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa de Localização do Bairro da Terra Firme Nas escalas de Belém, e no Estado do Pará.	17
Figura 03 - Quadro de Elementos de identificação externa dos mapas temáticos	46
Figura 04 - Quadro de uso dos mapas temáticos	46
Figura 05 - Quadro de etapas e descrições da fundamentação de projetos cartográficos.	49
Figura 06 - Quadro comparativo sobre a industrialização dos países desenvolvidos Subdesenvolvidos	57
Figura 07 - Mapa da Localização da Primeira Léngua Patrimonial de Belém nas escalas da RMB e no Estado do Pará.....	90
Figura 08 - Mapa da Terra Firme, Belém – PA: Distribuição da hipsometria a cada 2 (dois) metros.	97
Figura 09 - Mapa da Terra Firme, Belém – PA: Distribuição das áreas inundáveis, centrais, transições e cotas máximas.....	100
Figura 10 - Gráfico de Distribuição das Cotas altimétricas no bairro da Terra Firme em % .	101
Figura 11 - Mapa da Terra Firme – PA: Distribuição dos Aglomerados Subnormais	105
Figura 12 - Avenida Tucunduba Pavimenta após a entrega da segunda etapa da Macrodrenagem.	110
Figura 13 - Gráfico de distribuição dos setores censitários por aglomerados subnormais....	115
Figura 14 - Mapa da Terra Firme – PA: Distribuição da renda domiciliar por setores censitários	117
Figura 15 - Mapa da Terra Firme – PA: Distribuição de moradores em domicílios por setores censitários	121
Figura 16 - Mapa da Terra Firme, Belém – PA: Identificação das moradias adequadas, semiadequadas e inadequadas.	124
Figura 17 - Mapa da Terra Firme, Belém – PA: Comparativo das localidades pavimentadas e não pavimentadas ao entorno das moradias	127
Figura 18 - Avenida Celso Malcher Alaga em dia não chuvoso.	129
Figura 19 - Mapa da Terra Firme, Belém – PA: Comparativo das distribuições de esgoto a céu aberto ao entorno das moradias	130
Figura 20 - Área não contemplada com o serviço de Macrodrenagem do Tucunduba no bairro da Terra Firme.	131
Figura 21 - Ocupação Pantanal Terra Firme, Belém – PA.....	133
Figura 22 - Mapa da Terra Firme, Belém – PA: Comparativo das localidades que apresentam alta e baixa qualidade de iluminação pública	135
Figura 23 - Gráfico de Índices de Homicídios a Cada 100.000 Habitantes dos bairros do Guamá, Marco e Terra Firme nos anos de 2011 a 2019.....	144
Figura 24 - Gráfico do Índice de homicídios a cada 100 mil habitantes no Brasil, Pará, Belém e Terra Firme	148
Figura 25 - Mapa da Terra Firme, Belém-PA: Homicídios Registrados no Período de 2011 a 2013	150
Figura 26 - UIPP Terra Firme.....	152

Figura 27 - Mapa da Terra Firme, Belém-PA: Homicídios Registrados no Período de 2014 a 2016	154
Figura 28 - Mapa da Terra Firme, Belém-PA: Homicídios Registrados no Período de 2017 a 2019	158
Figura 29 - Gráfico de Homicídios por Aglomerados Subnormais no período de 2011 a 2019	162
Figura 30 - Mapa da Terra Firme, Belém – PA: Manchas de Homicídios no Período de 2011 a 2019	165
Figura 31 - Gráfico da Faixa Etária das Vítimas de Homicídios na Terra Firme, Belém – PA	169
Figura 32 - Gráfico dos Instrumentos Utilizados nas Práticas de Homicídios no Bairro da Terra Firme nos anos de 2013 – 2017 em (%).	173

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Variáveis do Censo Demográfico IBGE (2010) – Planilha Domicílio Renda.....	36
Tabela 02 - Classes Sociais Segundo o IBGE	36
Tabela 03 - Intervalos de Renda domiciliar utilizados no bairro da Terra Firme	36
Tabela 04 - Variáveis dos Moradores por Domicílio	37
Tabela 05 - Intervalos de Moradores por domicílios utilizados no bairro da Terra Firme.....	38
Tabela 06 - Distribuição das variáveis de Infraestrutura Esgoto a céu aberto	38
Tabela 07 - Distribuição dos Tipos de Moradias.....	39
Tabela 08 - Distribuição da População por Bairros da Primeira Léguas Patrimonial de Belém	91
Tabela 09 - Disposição das Cotas Altimétricas pela Area Total.	99
Tabela 10 - Belém – PA: Bairros com maiores números de homicídios da 4ª, 5ª e 6ª AISP nos anos de 2011 a 2019.	141
Tabela 11 - Homicídios registrados em Belém e Ananindeua nos anos de 2011 a 2019.....	143
Tabela 12 - Comparativo dos índices de homicídios em escalas diferentes a cada 100 mil habitantes.....	145
Tabela 13 - Terra Firme: Setorização dos Homicídios por Aglomerados Subnormais.....	161

LISTA DE SIGLAS

CODEM	Companhia de Desenvolvimento Metropolitano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
PPGEO	Programa de Pós-graduação em Geografia
RMB	Região Metropolitana de Belém
SEGUP	Secretária de Segurança Pública e Defesa Social
SIAC	Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal
UFPA	Universidade Federal do Pará
UEPA	Universidade do Estado do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	CAPÍTULO I – UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA	29
2.1	Procedimentos Metodológicos	35
2.2	O trabalho de campo e a sua importância metodológica	41
2.2.1	Procedimentos de Campo e suas Aplicações	43
2.3	O uso da cartografia como ferramenta de análise dos homicídios	45
3	CAPÍTULO II: ABORDAGEM TEÓRICA DAS CARACTERÍSTICAS URBANAS E TERRITORIAIS	52
3.1	O processo de urbanização desigual e a periferização, sua consolidação e influências nas relações sociais	52
3.2	O Território, Territorialidade e suas influências na violência e da criminalidade	63
3.3	Violência, Crime e Criminalidade uma discussão conceitual e empírica	68
3.4	O crime e criminalidade	71
3.4.1	Crimes Violentos e suas Principais Causas.	74
3.5	A utilização da biopolítica nas ações territoriais	76
4	CAPÍTULO III: TERRA FIRME, BELÉM-PA: HISTÓRICO, CONSOLIDAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO	83
4.1	O espaço urbano, a cidade de Belém e o bairro da Terra Firme	84
4.2	O bairro da Terra Firme no contexto das ocupações das baixadas de Belém	92
4.3	Os aglomerados subnormais e os momentos de ocupação do bairro	103
4.3.1	Aglomerado Bacia do Tucunduba	106
4.3.2	Aglomerado subnormal Eletronorte.....	111
4.3.3	Aglomerado subnormal Perimetral	112
4.3.4	Aglomerado subnormal Parque Amazônia	112
4.4	As condicionantes infraestruturais, econômicas e sociais do bairro da Terra Firme	114
5	CAPÍTULO IV: VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE UMA ANÁLISE SOBRE OS AGENTES TERRITORIAIS E OS HOMICÍDIOS NO BAIRRO DA TERRA FIRME NOS ANOS DE 2011 A 2019	140
5.1	Os índices de criminalidade violenta, os agentes territoriais e a cartografia dos homicídios	141
5.2	Análise das variáveis faixa etária e instrumentos utilizados	169

5.2.1	Instrumentos utilizados	172
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
	REFERÊNCIAS	179

1 INTRODUÇÃO

O espaço urbano pode ser entendido como um conjunto de relações dialéticas entre sociedade e espaço ao longo do tempo (CARLOS, 2011). A partir dessa ideia, pode-se compreender a cidade como um conjunto de relações humanas e históricas no espaço. Nesse sentido entende-se a cidade como lócus de diversas relações, dentre elas a formação de áreas diferenciadas e contraditórias impulsionadas pelas desigualdades socioespaciais¹ e econômicas.

O entendimento da realidade se dá a partir do estudo das relações sociais que se estabelecem sobre um determinado espaço. Desse modo, é necessário analisar as formas que os espaços são produzidos e como essa produção interfere na vida da sociedade em diversas dimensionalidades.

Por isso, entende-se que o mundo globalizado se manifesta de formas distintas nos países ricos e pobres e Santos (2006) o caracteriza como faceta perversa e excludente. Desse modo, pode-se apontar como se deu o processo de urbanização nos países subdesenvolvidos, em especial no Brasil.

Partindo dessa perspectiva, Silva (2018) compreende que as cidades dos países pobres têm crescido de forma tardia, desigual e contraditória. A autora também menciona a globalização e a aceleração das produções espaciais, comércios e serviços que tem causado aglomerações populacionais vinculadas ao crescimento precário dos espaços urbanos.

Nesse contexto, pode-se compreender que cidade de Belém tem crescido de forma exponencial, principalmente a partir da década de 1960, devido a implantação da “modernização da fronteira” e isso serviu de fatores atrativos para inúmeras migrações interregionais direcionadas a porção sudeste do Pará e a Região Metropolitana de Belém (SILVA, 2018).

Isso fez com que as cidades, em especial Belém, aumentassem o seu tecido urbano e, sobretudo, suas influências nos municípios que compõem a sua Região Metropolitana, devido a sua concentração de capital, serviços e comércio. Diante dessas transformações vinculadas a produção desigual do espaço urbano, notou-se a consolidação de áreas periféricas aos arredores do centro da cidade. Nascimento (2019), compreendeu essas dinâmicas como

¹ Desigualdade socioespacial significa diferenciação no acesso a bens, serviços e oportunidades, cujos mecanismos são estruturados pela própria sociedade, a partir dos centros urbanizados. Como efeito disso, “a pobreza se torna o mais agudo problema econômico e a desigualdade seu maior problema estrutural” (CRUZ; SÁ, 2009, p. 52), e não que a periferia seja resultado natural da urbanização ou que seja uma questão de escolha habitar neste local inadequado, precário e afastado das metrópoles (SILVA, 2018, p. 52).

espaços periferizados, já que o crescimento urbano ocorreu de forma desenfreada nessas localidades sem um acompanhamento devido de políticas públicas de habitação.

E, como consequência disso, os serviços públicos se tornaram cada vez mais escassos e excludentes nesses espaços. Um exemplo disso são as cidades brasileiras onde a indústria e a concentração de serviços se tornaram um fator atrativo, promovendo uma intensa migração entre as áreas industrializadas e as outras regiões do território brasileiro.

Os momentos do processo de industrialização no mundo subdesenvolvido expandiram-se e aumentaram a malha urbana das cidades e metrópoles. Sendo que a última polarizara serviços e capital e, como consequência disso, as pessoas buscaram residir nas proximidades desses centros urbanos; todavia, acabaram habitando em áreas menos favorecidas, devido ao processo de especulação imobiliária, em que o fator socioeconômico pesou significativamente na configuração das periferias urbanas.

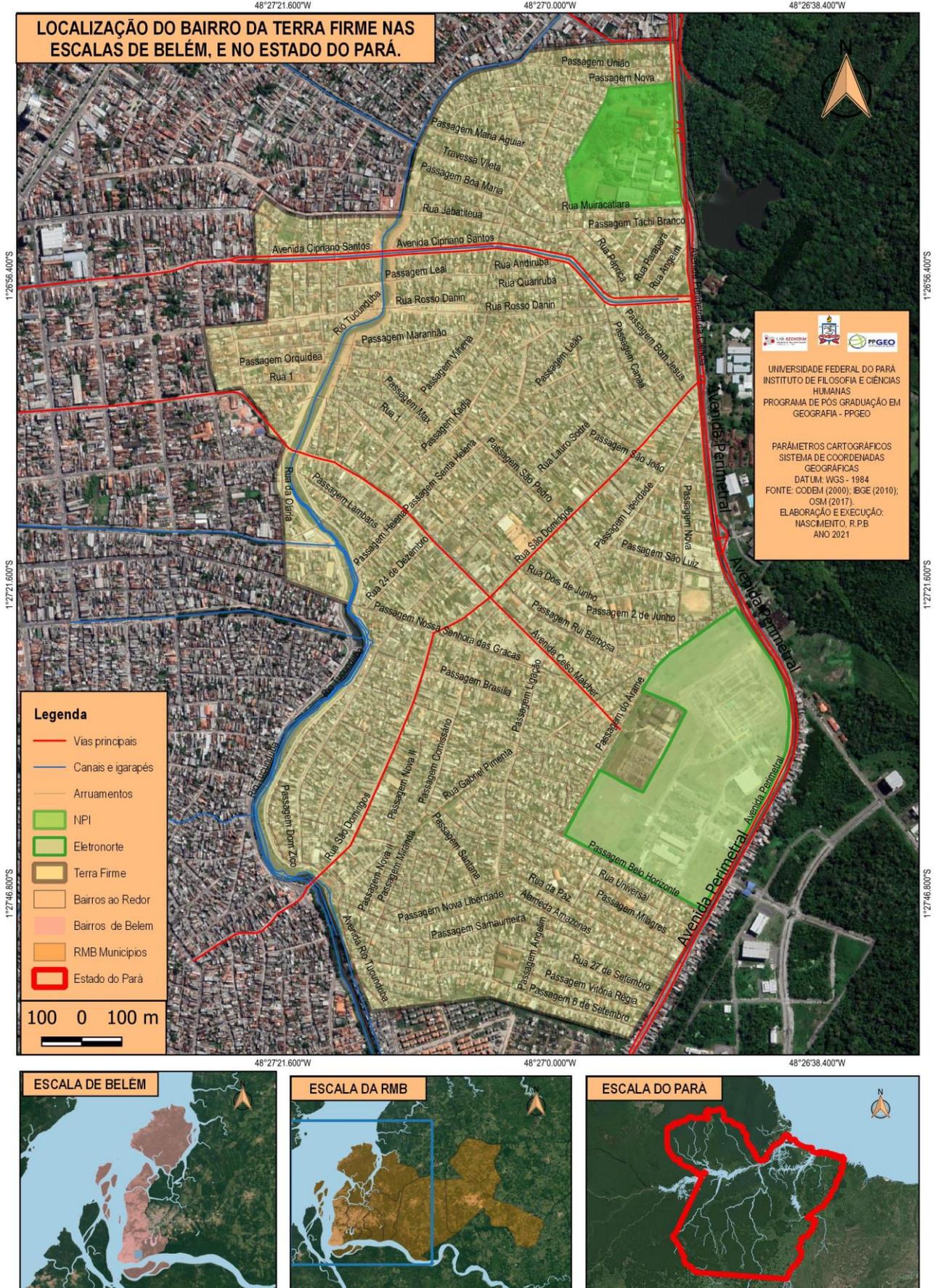
Diante disso, torna-se de suma importância o estudo das dinâmicas sociais atreladas ao acelerado processo de urbanização nas cidades brasileiras, dentre elas podemos mencionar o espaço urbano de Belém que apresentam diversas contradições sociais, econômicas e espaciais que se materializam nas formações de áreas desiguais, devido as condições materiais de existência que se manifestam na produção dos espaços periféricos.

A periferia, nesse contexto, é fruto do processo da expansão urbana das cidades, sendo que diversos fatores excludentes (principalmente a segregação socioespacial) empurram a população de baixa renda para espaços de periferização, onde é facilmente perceptível a perda do direito à cidade e a proliferação dos mais variados problemas sociais que são resultantes da condições precarizadas de infraestrutura e serviços públicos que atendam de forma regular ou satisfatória as camadas sociais subalternizadas pelo atual sistema.

Essas precarizações podem ser compreendidas e analisadas a partir das ideias produção do espaço desigual, pois é interessante entender as intencionalidades de se produzir espaços mais valorizados em detrimento de outros, como acontece nas relações entre centro e periferia, principalmente quando se trata da distribuição e qualidade dos serviços públicos.

O bairro da Terra Firme encontra-se nesse contexto, principalmente no que diz respeito a sua produção e consolidação como um bairro marcado pelo processo de periferização, resultado do processo de segregação residencial; o que tem gerado, sobretudo, espaços autoconstruídos como abertura de ruas e habitações precárias.

Figura 01 – Mapa de Localização do Bairro da Terra Firme Nas escalas de Belém, e no Estado do Pará.



Fonte: IBGE (2010); RUAS OSM (2017). Elaborado pelo Autor, 2021.

A representação cartográfica expressa no mapa da figura 01 aponta que o bairro da Terra Firme está localizado na porção Sul da capital paraense. Ele também faz divisão com bairros dos Distrito Administrativo do Guamá - DAGUA (Guamá e Canudos); Distrito administrativo de Belém - DABEL (Marco) e Distrito Administrativo do Entroncamento – DAENT (Curió Utinga).

É pertinente compreender que todos esses bairros apresentam uma conexão intensa devido as vias principais que as cortam, pois elas transportam pessoas, mercadorias e capital, de certa forma. Logo, entende-se que há uma valorização das localidades próximas a essas vias de circulação, principalmente onde o fluxo é maior. Isso também ocorre no centro da cidade de Belém, ou seja, existem diferenciações socioespaciais que são resultantes das dinâmicas e contradições do capital dentro de um determinado espaço urbano que também podem até estar presentes na escala de bairro; logo, entendemos a exemplificação da periferização a partir da formação de áreas precarizadas.

A expansão da cidade de Belém impulsionou o crescimento populacional e direcionou as habitações para as áreas menos valorizadas, sendo assim, mostra-se a ocupação das baixadas na porção Sul pelas classes menos favorecidas de poder aquisitivo. Desse modo, evidencia-se que a ocupação do bairro da Terra Firme se deu, em especial, pelas habitações das áreas de baixadas que ficam nas proximidades do Rio Tucunduba, onde se notou a presença de casas de palafitas e pontes de madeiras. (FERREIRA, 1995)

As dinâmicas do bairro, assim como a configuração espacial, sofrem alterações ao longo do tempo; observa-se a presença mais frequente de casas de alvenaria e a valorização do espaço ao longo das principais vias de acesso do bairro como as avenidas: Perimetral, Cipriano Santos, Celso Malcher e Rua São Domingos. Mesmo com todas essas mudanças nessas localidades, a Terra Firme apresenta diferentes recortes, isto é, existem áreas bem mais precárias dentro de seus limites e outras mais valorizadas. Partindo dessas desigualdades, apontamos que os serviços públicos se fazem presentes, substancialmente, onde a valorização é maior, o que corresponde às áreas comerciais e às vias principais que apresentam maior fluxo de pessoas, capital e mercadorias.

Nesse sentido, das desigualdades e seletividade do Estado, nota-se uma expansão do número de crimes como assaltos, homicídios, latrocínios e mortes por confrontos policiais não somente na região mais valorizada. Entretanto, isso se expande para as áreas precarizadas que – supostamente - o tráfico de drogas exerce sua territorialidade a partir das fissuras do Estado (NASCIMENTO; BORGES; CHAGAS, 2017).

Partindo dessa perspectiva, das precariedades nos ambientes periféricos, em especial no bairro da Terra Firme, pode-se mencionar as relações sociais que se estabelecem nessas localidades, haja vista que as caracterizações do espaço condicionam determinadas ações que envolvem indivíduos instituídos de poder.

Essas ações ocorrem devido a um processo histórico de produção desigual do espaço que é apontado por Nascimento (2019), em que o autor compreende que a formação histórica do bairro se baseia na segregação das áreas centrais em direção as ocupações que se consolidam como periferias atualmente.

O aspecto histórico de ocupação dessas áreas até hoje sofre com a insuficiência de políticas públicas como projetos sociais, precarizações na área saúde, educação e condições de habitação e é possível enxergar isso com mais nitidez nas localidades periféricas que apresentam grande densidade demográfica, como os bairros do Guamá e da Terra Firme (NASCIMENTO, 2019).

Dessa forma, compreende-se que a organização dos espaços periféricos se manifesta com base na oportunidade ou na ociosidade de determinados agentes hegemônicos que permitem que haja outras manifestações de poder. Nesse sentido, entende-se que os recortes espaciais (independente de escala) são um mosaico de relações sociais e intencionalidades que coexistem em mútuas temporalidades.

Ao falar das precarizações dos serviços públicos e, principalmente, da localização geográfica da cidade de Belém - que possui um forte atrativo para o estabelecimento das redes de tráfico de drogas (varejo e atacado) - é possível atrelar a periferização ao conceito de território, pois, entende-se que existem diversas ações territoriais dentro de qualquer recorte espacial (Estados, Municípios, Cidades e Bairros).

As periferias se tornam alvo de diversas ações devido aos fatores que as tornam vulneráveis como as precarizações de infraestrutura (saneamento básico, pavimentação, iluminação pública e as condições de moradias), saúde, educação e segurança pública.

Essas características estão expostas e vinculadas as suas posições estratégicas para a obtenção de lucros das suas atividades. Por isso, o crime organizado, tráfico varejista de drogas e a comercialização da segurança privada estão presentes nessas localidades e buscam a sua maximização de lucros e estabelecem suas normas.

É nítido que as regras diferem para cada agente territorial, por conta disso, conflitos são gerados em prol da defesa de seus territórios e suas hegemonias nessas localidades, podendo até mesmo resultar em crimes violentos - como o homicídio - realidade triste e frequente das periferias das cidades brasileiras.

Entende-se que essas precarizações vinculadas a outras territorialidades, as quais - na periferia - estão ligadas ao tráfico de drogas de varejo, estão vinculadas a uma necessidade de se inserir em uma sociedade consumista a partir de status social, como a presença em grandes festas, viajar para lugares “badalados”. Assim, com as precarizações nas formas de geração de oportunidades a partir do Estado, o “mundo do crime” apresenta possibilidades de ganho de dinheiro a partir do comércio de drogas ou assaltos.

Em outras palavras, a falta de melhores condições de vida vai além da habitação, mas sim das possibilidades e a falta delas pode resultar na proliferação da criminalidade. Entre eles, pode-se apontar a violência urbana, mais especificamente a proliferação dos Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI)², em especial os homicídios que ocorrem de forma mais frequente na sociedade. É importante compreender os homicídios principalmente, porque este é o tipo de crime que apresenta maior número referente aos demais que caracterizam o CVLI e por ser mais decorrente e banalizado nas áreas periféricas.

Analisar a partir dos homicídios é um ponto essencial para entender as dinâmicas territoriais e as diversas formas de poder existentes, pois o Estado tem seu papel de atuação, porém apresenta seus limites e precariedades, deixando os territórios vulneráveis a outras ações e intencionalidades que, posteriormente, podem gerar disputas territoriais de agentes já que as relações de poder em determinados momentos podem se sobrepor perante a outras gerando tensões e conflitos que podem se materializar na morte violenta de determinados indivíduos, além dos crimes passionais.

Por isso, essa pesquisa além de compreender as condições espaciais, utiliza o conceito de território para entender o fenômeno da violência urbana, pois entende-se que em diversas escalas existe o papel das relações de poder dos agentes territoriais, em que estes estabelecem suas normas e códigos e buscam gerenciar o mesmo a partir de suas intencionalidades.

O exemplo disso são os poderes instituídos por lei e legitimado por uma classe dominante e o poder paralelo que é reflexo das relações sociais que estão incumbidas na religiosidade, nas ações comunitárias e nas ações criminosas como o tráfico de drogas, e serviços de segurança privada atreladas principalmente as milícias³ (menos complexas que as que atuam no Rio de Janeiro).

² Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) é uma categoria criada em 2006 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, com a finalidade de agregar os crimes de maior relevância social (BRASIL, 2006), sendo neste estudo abrangidos o homicídio, o latrocínio e o óbito decorrente de confronto policial (ALMEIDA; CHAGAS; RAMOS, 2018 p. 2)

³ O termo milícia refere-se a policiais e ex-policiais (principalmente militares), uns poucos bombeiros e uns poucos agentes penitenciários, todos com treinamento militar e pertencentes a instituições do Estado, os quais

As discussões sobre a criminalidade violenta podem estar diretamente relacionadas as ações desses agentes territoriais, quando estes podem utilizar da violência como instrumento de dominação das massas, além de promover uma territorialidade material e simbólica a partir da morte de determinados indivíduos.

Torna-se importante pesquisar o período de 2011 a 2019 para obtermos um diagnóstico de como a criminalidade tem se comportado nessa década, pois é nítido que a ação do Estado, em especial voltada para a segurança pública, tem passado por não conseguir resolver os problemas voltados para o controle da violência e criminalidade

A análise do território como conceito chave para entendermos as dinâmicas da criminalidade pode se atrelar às relações de poder entre os agentes territoriais e suas territorialidades diante dessa abordagem. Por fim, busca-se compreender a violência como um processo histórico decorrente na sociedade, a qual a mesma pode ser relacionada principalmente com a formação indivíduos obedientes as suas normas e códigos.

Pode-se apontar os homicídios existentes no bairro da Terra Firme, devido à grande repercussão de localidade violenta que este possui nos recortes de jornais, noticiários, internet e entre outros meios de comunicação. A incidência desse crime ocorre de forma bem interessante no bairro, pois a espacialização destes apresenta um certo padrão de comportamento, sobretudo no que diz respeito entre anos de 2013 e 2017 (NASCIMENTO, 2019) e grande parte desses homicídios se concentram, principalmente, nas porções de aglomerados subnormais (áreas precarizadas), onde 86,6% desses crimes se apresentam nessas localidades durante o período estudado pelo autor.

Analisando esse comportamento dos homicídios em três anos, sentiu-se a necessidade de analisar o bairro a partir de um maior recorte temporal de 9 anos e, assim, poder identificar padrões de comportamentos e, em cima deles, analisar e enxergar qual fenômeno ocorre nessas localidades para que haja esses comportamentos similares.

Fez-se uma discussão a respeito desse fenômeno com base no território para identificar quais são os agentes territoriais existentes no bairro e como eles manifestam as suas relações de poder, além de investigar quais recursos estão em disputa para gerar tensões na Terra Firme. Assim, é possível promover uma discussão mais profunda sobre as dinâmicas espaciais e territoriais a fim de compreender melhor os fenômenos existentes se aproximando de uma totalidade.

A importância desta pesquisa se mostra tanto de relevância científica, quanto social. No âmbito científico, por se tratar de um tema acentuado, abstruso e difícil. Acentuado, devido as ações cotidianas do tema, o qual a violência é a consequência de inúmeros problemas sociais que estão embutidos nas cidades brasileiras. Logo, esse fenômeno deve ser visto como uma questão social e não como um mero caso de polícia.

Trata-se de um tema abstruso para achar uma solução, pois a segurança pública tem feito esforços do ponto de vista de ações preventivas e isoladas, em que estes focam em apreensões de drogas de varejo, prisões por assaltos, furtos e pouco são as investigações que se chegam aos autores dos homicídios. É possível abarcar, por meio dos comportamentos de onde as vítimas são mortas, as possíveis motivações e, assim, entender o papel das ações territoriais existentes no bairro.

E por último, trata-se de um tema difícil, tendo em vista que esse fenômeno é vivenciado pela sociedade brasileira e muitos noticiários, jornais e até mesmo a internet acabam divulgando informações equivocadas ou manipuladas, em outras palavras, as pessoas têm acesso a esses meios de comunicação de forma massiva e acham que entendem sobre a discussão ao colocar a culpa da criminalidade no tráfico de drogas de forma determinante. Por isso, cabe a nós cientistas sociais trazer as discussões para o campo da ciência e desmitificar falácias e achismos sobre a referida temática.

Trazer as discussões sobre o processo de periferização e a violência na baixada belenense, em especial no bairro da Terra Firme, é de extrema importância devido aos elevados índices de homicídios que este apresenta. Mas não é somente isso, ele ainda apresenta em torno de 90% da sua extensão territorial formado em aglomerados subnormais, que são caracterizados por precariedades na estrutura física da ocupação e ao entorno desses.

Além disso, também se torna pertinente entender que o bairro da Terra Firme é o bairro que apresenta a maior densidade demográfica dos bairros de Belém, pois sua população de 61.404 habitantes está distribuída em 2,2 km² e isso resulta numa densidade demográfica de 27.910 habitantes/km². Logo entende-se que, a partir desse dado, também é possível concluir que os serviços públicos não chegam de forma eficaz para a população, e isso acarreta os mais variados problemas, como o a violência urbana (NASCIMENTO, 2019).

O olhar geográfico acerca dessa temática, permite-nos ter novas formas de abordagens e de compreensão, principalmente, por nos conceder conceitos fundamentais como o espaço, território e o auxílio da cartografia para compreender as dinâmicas dos homicídios no bairro da Terra Firme nos últimos oito anos.

Traz-se à presente discussão as experiências que foram obtidas no Observatório da Violência na Metrópole e no Laboratório de Pesquisa em Geografia da Violência e do Crime – LAB – GEOVCRIM, tendo em vista que diversos temas pautados nas dinâmicas da criminalidade já foram discutidos e o presente grupo de pesquisa já possui trabalhos de conclusões de curso, dissertações de mestrado e artigos publicados em livros, anais de eventos e revistas.

O presente tema é de suma importância para a sociedade, já que é possível entender os fenômenos sociais a partir de uma dada complexidade e a geografia consegue contribuir com suas discussões espaciais e territoriais todos esses acontecimentos baseados também na ferramenta cartográfica que permite uma análise mais precisa das realidades a serem estudadas. Nesse sentido, a presente pesquisa busca efetivar uma cartografia que permita analisar as expressões espaciais e territoriais do bairro em questão, para entender o papel dos agentes territoriais e suas expressividades quanto aos números de execuções registradas.

Escolheu-se o bairro da Terra Firme como lócus de estudo devido a sua complexidade, no que se diz respeito a organização socioespacial existente no bairro, reflexo dos seus processos de ocupação. O bairro apresenta quatro períodos (1940, 1970, 1980 e 1990) de ocupação e isso reflete até mesmo na regionalização de aglomerados subnormais implantados pelo IBGE (2010).

As formas de ocupação também interferem diretamente na distribuição de políticas públicas no bairro, como as condições básicas e, como consequência disso, emerge a territorialidade de diversos agentes como o tráfico de drogas, serviços clandestinos de segurança privada, transporte clandestino e até mesmo o próprio Estado.

Dessa forma, pode-se adotar que a Terra Firme é compreendida como um mosaico de relações de poder existentes dentro dos seus limites. Em consequência disso, os agentes buscam defender as suas dinâmicas de funcionamento e, para isso, muito deles agem de forma violenta, podendo se configurar até mesmo nos homicídios.

O exemplo disso é o tráfico de drogas e a segurança privada que inibem assaltos próximos a sua área de atuação. O primeiro evita chamar a atenção do Estado, por isso lançam pichações e avisos. Enquanto o segundo exerce uma territorialidade mais aguçada e material e elas estão diretamente atreladas às dinâmicas das regiões de comércio do bairro.

Todas as dinâmicas de poder desses agentes possuem formas distintas de gerenciar seus interesses e patrimônios, em que alguns utilizam da coercibilidade legal (amparada por leis) e espontâneas (punições não legais), que, muitas vezes, essas territorialidades incumbem nas diversas formas de violência, dentre elas está o caráter mais extremo dela. Desse modo,

pode-se entender que as conflitualidades e tensões entre as relações de poder e seus agentes podem gerar crimes violentos como os homicídios.

A violência urbana é um grande desafio que a sociedade tem enfrentado com maior latência nos últimos anos e isso vem sendo discutido por diversos ramos da ciência, principalmente pelas Ciências Sociais e, mais recentemente, pela geografia que tem apresentado seus resultados nos últimos 15 anos. O exemplo disso, são as produções acadêmicas que se estendem em diversas extensões do território brasileiro, como foi apresentado no GT de Geografia do Crime no Encontro Nacional de Pós-graduação em Geografia, realizado na Universidade de São Paulo no ano de 2019.

Além disso é importante apontar que na Região Norte, com mais especificidade na Região Metropolitana de Belém, o Laboratório de Pesquisa em Geografia da Violência e do Crime (LABGEOVCRIM – UEPA), tem realizado esforços para compreender de forma mais atenta e analítica o fenômeno da violência.

Dessa forma, pode-se apontar diversas pesquisas, com perspectivas de análises e recortes diferentes. Silva (2018) faz o seu trabalho referente ao estudo na área de expansão de Belém, em especial na porção Norte da cidade a qual equivale aos bairros com maiores índices de homicídios do Distrito Administrativo de Icoaraci – DAICO. A autora compreende a violência como uma consequência do processo de precarização dos espaços urbanos vinculado ao processo de metropolização na capital paraense, ou seja, existe uma relação forte entre violência, agentes territoriais e a produção do espaço.

Santana (2018) fez uma abordagem histórica – geográfica a respeito do processo de produção do espaço urbano dos bairros da porção Sul de Belém com maior enfoque no bairro do Guamá. A autora busca compreender os homicídios na perspectiva da produção do espaço, já que nessa perspectiva a violência é consequência dos condicionantes espaciais que foram produzidos e reproduzidos ao longo de sua formação.

Vieira (2020), analisa o fenômeno com base em modelos estatísticos para entender os índices de qualidade urbana, em que a autora faz uma série de levantamentos geoestatísticos para poder compreender que as áreas de maior vulnerabilidade estão nas periferias. Para isso, utilizaram-se dados do IBGE (2010), relacionando-os às variáveis socioeconômicas e infraestrutura a partir da rodagem estatística. Assim, foi possível compreender os perfis e disparidades sociais que envolvem o bairro da Batista Campos e Bengui.

Costa (2020) traz uma abordagem referente as dinâmicas do território, tráfico de drogas e os homicídios no bairro da Cabanagem agregando esses fenômenos às disputas e relações de poder dentro desse recorte. Barros (2020) trouxe a contribuição dos circuitos do

tráfico de drogas de varejo para dentro do Campus Universitário, vinculando a forte relação entre os bairros ao redor e a dinâmica de mercado dentro da Universidade.

Nascimento (2019) buscou também compreender os homicídios, por meio do processo de produção espacial, contudo, ele se concentra em apontar os condicionantes espaciais para enxergar a partir de que momento os agentes territoriais podem expressar as suas dinâmicas de poder, em outras palavras, o autor visa abranger as territorialidades. Vinculando os homicídios a disputas ou a tensões que adentram em determinados territórios, em especial no bairro da Terra Firme.

Em outras palavras, o Laboratório de Pesquisas em Geografia da Violência e do Crime (LABGEOVCRIM – UEPA), já possui um grande volume de pesquisas dentro da cidade de Belém com diversos resultados que possibilitam uma melhor interpretação da complexa criminalidade.

É pertinente ter em mente que os números de homicídios na capital paraense são bastantes expressivos, pois Belém possui um caráter de cidade violenta devido a crescente recorrência dos crimes violentos que têm ocorrido em toda sua extensão urbana nos últimos anos, em especial o período de 2011 a 2019.

O bairro da Terra Firme, nesse contexto, apresenta-se como violento, tendo em vista a ocorrência de diversos crimes como assaltos, furtos e os crimes contra a vida, como o homicídio. Esse estereótipo é o que aparece em noticiários e jornais agregando o bairro como um todo. Mas o que se nota ao visitar o *locus* de pesquisa são as tensões estabelecidas pelos agentes territoriais em determinadas localidades, pois é possível enxergar a presença do Estado, do tráfico de drogas, assaltantes e a segurança privada que se manifestam dentro e fora dos limites territoriais deste bairro, haja vista que cada agente busca defender seus interesses, a partir de seus mecanismos coercitivos.

Dessa forma, levanta-se o seguinte questionamento: qual é a relação entre o processo de periferização, os agentes territoriais e os homicídios existentes no bairro da Terra Firme no período entre os anos de 2011 e 2019?

Diante dessa problemática, outras questões norteadoras que darão consistência nessa pesquisa foram levantadas, como:

- 1- Qual(is) os recursos que está(ão) em disputa (s) pelos agentes territoriais dentro e ao redor dos limites do bairro da Terra Firme?
- 2- Como tem se comportado os números de homicídios dentro do bairro e como ele estão distribuídos ao longo do período estudado?

- 3- Os homicídios podem ser caracterizados como instrumento de dominação dos agentes territoriais que buscam a sua hegemonia do seu poder no bairro?

O objetivo geral da presente pesquisa é compreender a relação entre o processo de periferização, os agentes territoriais e os homicídios existentes no bairro da Terra Firme nos anos de 2011 e 2019. Além disso, a dissertação busca por outras respostas que irão auxiliar na discussão da problemática, como: analisar os principais recursos que podem estar em disputa pelos agentes territoriais gerando tensões dentro e próximo aos limites do bairro da Terra Firme; compreender o comportamento e as distribuições dos homicídios dentro do período de 2011 a 2019; entender os homicídios como instrumento de dominação dos agentes territoriais sobre uma determinada população.

A partir do que foi analisado, teórica e empiricamente de maneira inicial, tem-se a ideia de que o bairro não é como um todo violento (em relação aos homicídios), mas existem áreas que sofrem mais enfaticamente com essa violência, formando manchas de crime, conhecidas *Hot Spots*⁴. Também há áreas com baixa participação do Estado, sobretudo em relação a infraestrutura, resultando em zonas propícias para a instalação de forças, onde a ilegalidade se faz presente com primazia.

Partiu-se da ideia de que no bairro existem diversos grupos sociais que se territorializam na Terra Firme, como exemplo disso é possível citar a presença dos movimentos sociais os quais também fazem parte do poder paralelo dentro do bairro e são nesses coletivos que muitos jovens encontram engajamento político, artístico, educacional e possibilidades de emprego e geração de renda. As instituições religiosas possuem também seu peso significativo, no que se diz respeito força de atuação dentro dessas “áreas de risco”.

Os agentes ligados ao tráfico de drogas exercem as suas relações de poder por meio da criminalidade e da intimidação, podendo inibir, em alguns casos, a prática de assaltos no seu território, tudo isso para não chamar a atenção do Estado - que é um agente dominante -. Além da ação deste último, há a presença de grupos denominados milícias que, segundo os moradores, também contribuem bastante com os homicídios existentes na Terra Firme. Logo, pode-se notar alguns avisos em formas de pichações em muros.

Além disso, não se pode descartar como a segurança privada exerce o seu papel ao estabelecer a sua territorialidade a partir da venda “de segurança” em forma de escoltas e monitoramentos. Ela também promove uma territorialidade simbólica a partir de seus adesivos em residências e estabelecimentos.

⁴ Manchas quentes, áreas de maior incidência de determinado crime. (BEATO, FILHO, 2012)

Outro levantamento importantíssimo é sobre a utilização do artifício do Estado para promoção dos interesses individuais. Por exemplo, existem relatos de que policiais da ativa, ou até mesmo da reserva, utilizam das armas de fogo para fazer serviços de segurança privada de modo que alguns já foram até presos por serem autuados por participação em grupos de extermínio e milícias.

Dessa forma, o território da violência se dá por meio dos conflitos dos agentes territoriais. É notório que as localidades em que ocorrem os homicídios se dão onde estão as áreas chamadas de aglomerados subnormais (IBGE, 2010) que apresentam áreas precarizadas e com baixos indicadores sociais e econômicos. Por fim, é necessário que o Estado se faça presente com medidas sociais, como educação, cultura, saúde, entre outros, pois estas dão oportunidades para uma melhoria de vida para populações carentes dando a estes o direito, mas também o dever da cidadania.

A dissertação será dividida em quatro capítulos primordiais. O primeiro consiste na fundamentação metodológica da pesquisa; o segundo trabalha a abordagem teórica dos conceitos chave (produção do espaço urbano, território, relações de poder, biopoder, violência, crime, criminalidade, segregação, diferenciação de áreas) que serão utilizados com base nos autores da geografia e de ciências afins que possibilitem o melhor entendimento da realidade a ser estudada e analisada.

O terceiro capítulo, baseia-se na discussão sobre o processo de expansão da cidade de Belém em direção aos bairros periféricos. Logo, isso irá incumbir na formação histórica do bairro da Terra Firme ao trazer recortes para atualidade e, assim, entender que a periferização é um processo contínuo. Por isso é de suma importância uma abordagem caracterizando o *locus* desta pesquisa. É nesse momento que as cartografias de moradias, renda, infraestrutura e serviços irão mostrar as insuficiências do Estado com a população, facilitando a presença e proliferação de outros agentes territoriais.

O quarto capítulo mostra as territorialidades vinculadas a essas insuficiências e evidencia como a violência, em especial os homicídios, é um reflexo dos agentes territoriais presentes no bairro da Terra Firme. Partindo dessa perspectiva, torna-se pertinente mostrar e refletir que as disputas territoriais por segurança privada, e o próprio tráfico de drogas de varejo se apropriam desses espaços precarizados ocasionados pela seletividade do Estado em se manter presente com eficácia em algumas localidades em detrimento de outras.

Nesse momento serão analisadas as cartografias dos homicídios e vinculando as anteriores. Também serão analisados gráficos para se expressar a totalidade dos objetos utilizados, mês do fato, faixa etária e sexo da vítima, a fim de caracterizar essas mortes

violentas. As entrevistas também serão utilizadas em forma de transcrições para subsidiar as cartografias mencionadas, haja vista que são essenciais as análises que se aproximam de forma mais eficaz da totalidade.

Por fim, as considerações finais do trabalho que serão feitas a partir da discussão conjunta dos três capítulos com o objetivo de direcionar e apontar possíveis debates que envolvam a presente temática, em que se possa enxergar a segurança pública vinculada à ciência para que a sociedade tenha resultados satisfatórios no que diz respeito às políticas públicas.

2 CAPÍTULO I – UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA

A presente pesquisa necessita de procedimentos metodológicos para a obtenção de seus resultados. Para isso os caminhos desta pesquisa se dividem em três etapas importantíssimas:

O método base para essa pesquisa foi o materialismo histórico e dialético, pois é possível compreender as relações sociais como consequência das relações dialéticas entre as classes dominantes e subalternas, já que ela é uma corrente do pensamento das ciências humanas que envolve as áreas das ciências sociais, economia, história, filosofia e geografia, permitindo uma análise pautada no sistema econômico integrado a diversos fenômenos sociais existentes (PACÍFICO, 2019).

Essa discussão se baseia no marxismo e nas suas três características primordiais “materialismo, histórico e dialético”. Dessa forma, consegue-se apontar as materialidades existentes nas sociedades, vinculadas aos processos históricos e suas constantes transformações por meio de um embate de classes – que se manifestam por meio dos grupos dominantes e dominados.

Partindo das ideias de Pacífico (2019), o materialismo histórico compreende que a construção do ser humano e suas relações se manifestam a partir das condicionantes materiais, em que o sujeito que é fruto de um processo e contexto está inserido. Assim, entende-se que até mesmo as relações subjetivas foram construídas a partir da objetividade do sujeito com o mundo. Em outras palavras, pode-se dizer que a materialidade antecede as ideias.

O método materialista histórico e dialético é um método interpretativo da realidade. Pode ser visto também como uma interpretação da dialética hegeliana que se baseava em três características principais: tese, antítese e síntese. Marx traz uma abordagem mais ligada as materialidades, essa é a sua diferença para a análise de Hegel. Sendo assim, nessa nova releitura a tese pode ser representada pela burguesia, a antítese pelo proletariado e a síntese seria a superação de uma sociedade de classes.

Nesse sentido, compreende-se que a partir do materialismo histórico e dialético podemos enxergar as relações desiguais que variam desde o processo inicial de ocupação até as dinâmicas atuais das cidades brasileiras e suas periferias. Enxerga-se o papel do capital nas formas de produzir o espaço e de promover mais-valia diante da classe trabalhadora. Além disso, enxerga as problemáticas urbanas como um processo histórico e dialético entre as disputas entre classes (elite e população subalternizada). Isso tem refletido até mesmo nas configurações territoriais dos diversos agentes que buscam estabelecer as suas dinâmicas do poder.

Com base na apresentação teórica a figura do quadro abaixo aponta os principais conceitos a serem trabalhados.

Figura 02 – Quadro de Autores e Abordagens da pesquisa

Autores	Abordagens
Corrêa (1995), Maricato (2015) Souza (2013), e Carlos (2011).	Produção desigual do espaço, com base em fatores mercadológico e interesses dos agentes produtores do espaço urbano. Entidade socioespacial complexa, corresponde a múltiplas facetas que os espaços apresentam
Penteado (1968), Ferreira (1995), Alves (2010), Ramos (2013).	Expansão da cidade de Belém, ocupação das áreas de baixadas e a periferização.
Raffestin (1993), Chagas (2014)	O território se configura a partir da apropriação do espaço e ele é produzido pelo resultado de uma ação conduzida por atores sintagmáticos. Relações do “Poder” e “poder”.
Haebaert (2004); (2014).	Território a partir de diferentes enfoques, mas especialmente, baseando-se nos Aspectos jurídico, político, simbólico, cultural e materialista.
Fausto (1984), Dornelles (1988), Melgaço (2005).	O Crime e a criminalidade sendo interpretada a partir das características de legalidade e legitimidade.
Reis Netto (2019), Nascimento (2019), Couto (2018).	A criminalidade e os homicídios sendo abordados a partir das características do território rede e vinculado a territorialidade das facções criminosas
Nascimento (2019), Couto (2018)	O bairro da Terra Firme como um mosaico de relações de poder existentes entre agentes territoriais do crime, Estado e movimentos sociais
Silva (2018)	Abordagens dos homicídios a partir da perspectiva da periferia resultante da metropolização do espaço urbano de Belém.
Costa (2019)	Discussão territorial com base no tráfico de drogas na escala de bairro.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Para a realização da presente pesquisa foram utilizados os conceitos de produção do espaço urbano para Corrêa (1995), Maricato (2015) e Carlos (2011), consistindo em uma discussão baseada na produção desigual do espaço, em que se percebe que as cidades se configuram a partir das relações mercadológicas, por meio de seus agentes que os produzem e modelam de acordo com seus interesses. Diante disso, é possível compreender que o espaço urbano é fruto das relações dialéticas entre espaço e sociedade ao decorrer dos anos. Nesse

sentido, é possível compreender as transformações constantes do espaço urbano e suas contradições.

Ao analisar a cidade como fruto das relações capitalistas, deve-se levar em consideração que a mesma pode ser entendida como uma entidade socioespacial complexa (SOUZA, 2013) que corresponde as inúmeras facetas que os espaços urbanos se manifestam de acordo com a atuação de seus agentes, tornando a cidade um lócus diferenciado a partir das relações estabelecidas. Assim, pode-se perceber como os espaços residenciais e comerciais são construídos e moldados, em algumas localidades nota-se a justaposição entre ambas formando um campo vasto e dialético de suas ações.

Será necessário também utilizar os conceitos de segregação socioespacial para ter o entendimento das relações entre o centro da cidade de Belém e a consolidação da periferia. Esse debate consistirá nas ideias de Souza (2013) e Maricato (2015) os quais trabalham tal processo na perspectiva materialista em que é possível enxergar as desigualdades socioeconômicas na configuração dos espaços desiguais.

Após as discussões gerais sobre as dinâmicas do espaço urbano, adentraremos nas discussões sobre o processo de expansão da cidade de Belém e formação dos bairros baseado nas leituras de Penteadó (1968). Assim, teremos a dimensão do processo desigual de produção do espaço urbano atrelada as discussões sobre segregação residencial de Souza (2013), a fim de compreender a formação das áreas desiguais baseadas nas dinâmicas desiguais do espaço.

Posteriormente, introduzem-se discussões baseadas na produção do espaço no bairro da Terra Firme por meio das conceituações de Ferreira (1995) que discute a ocupação das baixadas as margens do Rio Tucunduba vinculado ao processo de expansão da malha urbana de Belém. Essas habitações dão origem a dois bairros bem populares da capital paraense como é o caso do bairro da Terra Firme.

As características internas das cidades apresentam inúmeros problemas, dentre eles, questões sociais e urbanas que geram conflitos. Souza (2013) promove discussões em consequências pautadas na segregação residencial, pois ela é vista como um problema decorrente de uma série de fatores pautados nas desigualdades socioespaciais e socioeconômicas.

Essas problemáticas históricas geram diversas divisões, principalmente entre localidades que recebem atenção e valorização do capital por conta dos fluxos econômicos e outras são vistas como áreas indesejadas e distantes do centro, onde a classe trabalhadora busca construir suas casas (MARICATO, 2015). Essas construções precárias marcadas pelo

processo de periferação se consolidam, mas não possuem condições favoráveis como os serviços públicos de qualidade como saúde, educação, saneamento e segurança. Esses problemas acabam agravando outros como a proliferação da criminalidade nas periferias urbanas.

As discussões referentes ao espaço nos permitem compreender como se dão as características de formação e produção de um determinado território. Muitos autores buscam relacionar o seu início mediante as relações no espaço, por meio da configuração territorial que modifica as dinâmicas sociais de acordo com os interesses dos agentes. Sendo assim, essa configuração pode ser entendida como a materialização das ações humanas no espaço (CORRÊA, 1995).

O conceito de território também é um dos pontos-chaves para o desenvolvimento dessa pesquisa e para isso se fez o uso de autores que estão diretamente relacionados às condições materiais e imateriais de existência. Sendo assim, Raffestin (1993), compreende que o espaço é anterior ao território. Nesse sentido, a definição de espaço baseia-se na configuração de um dado natural, enquanto o território se configura a partir da apropriação deste e ele é produzido pelo resultado de uma ação conduzida por atores sintagmáticos. Em outras palavras, esses agentes se territorializam a partir de onde se projetou um trabalho baseado na energia e informação, ou seja, é onde se estabelece a comunicação e as ações que provocam as transformações de acordo com os interesses do homem. Portanto, podemos entender que o território é a prisão que os homens constroem para si.

O território é produzido a partir das relações políticas do homem no espaço. Isto posto, ele pode ser compreendido por meio das ideias de Saquet (2008) como uma construção coletiva e multilateral e com múltiplas territorialidades por diversos agentes que estão contidos nele. Essa abordagem territorial implica diretamente nas ideias de Hasbaert (2004) que define seus estudos sobre o território a partir de diferentes enfoques, mas especialmente, baseando-se em três principais.

O primeiro consiste na relação política e jurídica, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal. No segundo momento, ele pode ser analisado pelo caráter cultural e simbólico. A terceira faceta do território destaca a territorialização na sua perspectiva materialista, sendo ela um produto do embate entre as classes sociais e a relação do capital e produção.

Essas dinâmicas de poder se dão em diversas localidades, dentre elas está a periferia, marcada pelas desigualdades socioeconômicas que refletem na configuração espaço-

territorial. Assim, é possível compreender as dinâmicas do poder institucional e as características do poder paralelo que, em muitos casos, são atrelados a violência e a criminalidade.

A precariedade da ação do Estado no seu exercício de poder pode se expressar por meio de baixos índices de escolaridade e da falta de infraestrutura urbana como: saúde, pavimentação, iluminação das ruas e, por fim, a segurança pública. Assim, sustenta-se a ideia de que o espaço e o território apresentam peculiaridades que permitem o surgimento de novas relações de poder por grupos que podem estar ligados diretamente a criminalidade. Dessa forma, é perceptível que diversos fatores sociais podem interferir de forma latente na configuração da criminalidade (NASCIMENTO; BORGES; CHAGAS, 2017). Desse modo, entende-se que as dinâmicas dos homicídios também se baseiam nas relações de poder estabelecidas pelos agentes que disputam ou controlam seus territórios e muitas vezes partem da violência como um instrumento de dominação.

A violência pode ser caracterizada de diversas formas, principalmente no que diz respeito a determinados grupos sociais que a utilizam como instrumento de dominação ou para a imposição do controle de onde se apresenta uma fragilidade de seus atos políticos (ARENDRT, 1994). Isso é muito utilizado pelos agentes referentes ao Estado, serviços de segurança privada e o tráfico de drogas que buscam o controle através da criminalidade nos territórios. Entendemos, então, que o território da violência é a consequência das relações políticas de caráter perverso que buscam exercer a sua hegemonia através da dominação (FERREIRA; PENNA, 2005).

A interação desses processos origina o território da violência e/ou da criminalidade, constituído por grupos criminosos organizados ou não, que dominam áreas específicas de um bairro se estabelecendo para desenvolver suas atividades criminosas (tráfico de drogas, sequestros, assaltos, receptação de objetos roubados etc.).

Diante desses inúmeros problemas, o Estado busca repreender a criminalidade, por meio de ações ostensivas, mesmo assim ainda não conseguem ter o controle dos problemas dessa natureza. Por outro lado, o poder paralelo consegue estabelecer relações de controle territorial e inibir práticas de assaltos em prol da comercialização da droga, grupos de segurança privada também conseguem reduzir assaltos a pontos comerciais e arrombamentos nas casas.

Desse modo, os agentes territoriais promovem suas normatizações e regras a serem obedecidas por meio do uso da biopolítica, com a utilização da violência como instrumento de dominação e docilização dos corpos. Isso caracteriza o que Haesbaert (2014) chama de

formação de territórios de disciplina e segurança, onde os métodos coercitivos podem variar do âmbito da legalidade a ilegalidade.

Partindo dessa perspectiva, entende-se que a violência urbana é muito complexa de se compreender, por isso também é importante entender as abordagens estabelecidas pelas ciências humanas e sociais nos últimos anos. Sendo assim, o Laboratório de Pesquisas em Geografia da Violência e do Crime (LABGEOVCRIM – UEPA) busca compreender melhor o presente fenômeno junto de seus pesquisadores, pois o volume de pesquisas tem aumentado e, conseqüentemente, os resultados têm sido mostrados em formas de debates, parcerias e de políticas públicas como o projeto “Territórios Pela Paz” do governo do Estado do Pará.

Nascimento (2018) busca entender como se dá a produção dos espaços periféricos a partir da produção do espaço desigual vinculado as caracterizações históricas. Além disso, o autor faz uma análise territorial a partir da consolidação dos bairros periféricos, já que este compreende que o território e as territorialidades se manifestam a partir de determinadas condições espaciais. Em outras palavras, Nascimento (2018) discute transições nas abordagens entre produção do espaço e território.

Reis Netto (2019) segue em uma discussão territorial, contudo, é uma abordagem com base no território rede; este trabalha em uma perspectiva das facções criminosas e suas territorialidades nas mais variadas cidades e periferias. Logo, é possível compreender as tensões em escala de bairro a partir da conflitualidade entre Estado e Tráfico varejista dentro das localidades periféricas.

Nascimento (2019) analisa a partir de uma análise território – recurso, já que o autor identifica que existem conflitualidades entre polícia, segurança privada e a segurança estabelecida pelo tráfico de drogas. Sendo que o autor se baseia nas ideias de Reis Netto (2018) para poder entender como o tráfico defende seu território como símbolos e pichações como: “proibido roubar na comunidade”.

Grande parte dos grupos atrelados ao crime seja o tráfico de drogas ou as milícias estabelecem essa ideia exposta acima, pois quem rouba com frequência é punido na sua materialidade e ao mesmo serve de exemplo para que outros não cometam as mesmas atividades. O estabelecimento de símbolos no território é um exemplo da territorialização e da territorialidade desses agentes, pois nota-se em diversas localidades adesivos e pichações que buscam simbolizar a presença do poder.

As dinâmicas territoriais se fazem presente em todos os lugares, já que Raffestin (1993) afirma que não há vazios de poder. É necessário compreender que as dinâmicas atuais do poder paralelo são fruto das relações capitalistas nos espaços e nos territórios, isto é, as

desigualdades, em especial as socioeconômicas, configuram a produção da cidade a transformando num campo complexo desigual e contraditório.

A ocupação dessas áreas ocorre de forma acelerada e não receberam o acompanhamento devido do poder público e conseqüentemente essas localidades carecem de serviços públicos de qualidade como saúde, educação, saneamento e segurança pública. Vale ressaltar que os bairros periféricos apresentam elevadas densidades demográficas e o pouco, ou quase inexistente serviço público, torna-se cada vez mais de difícil acesso.

A partir das fissuras do poder do Estado outros agentes buscam se territorializar, por meio das mais variadas atividades, dentre elas está o crime e a violência que se proliferam e geram tensões, conflitos e mortes. É nesse contexto que as periferias da cidade de Belém se encontram, mais especificamente o bairro da Terra Firme que apresenta dentro de seus limites elevados índices de criminalidade como assaltos, furtos e, principalmente, os homicídios. Vale frisar que não se trata de uma pesquisa sobre a criminalização da pobreza, mas sim de compreender o atual fenômeno dos homicídios como consequência das desigualdades impostas pelo atual sistema.

2.1 Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos dessa dissertação consistiram no levantamento bibliográfico acerca dos conceitos de espaço urbano, território, territorialidade, violência, criminalidade e crime, levantamentos sociais referentes ao bairro como atividades de campo que consistirá em entrevistas e fotografias da realidade a ser estudada. Por fim, a análise de documentos como anuários estatísticos do município de Belém, Atlas da Violência dos últimos anos e a utilização de dados oficiais de órgãos públicos.

Posteriormente, obteve-se a coleta e tabulação dos dados de criminalidades de Belém, com enfoque no bairro da Terra Firme a partir da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), vinculada a SEGUP, no período de 2011 a 2019.

Além do levantamento de dados do censo de 2010 do IBGE, pois usurpou-se das variáveis de renda, iluminação pública, pavimentação, tipos de moradias e acesso a saneamento básico. Isso possibilita a análise da distribuição dos serviços públicos na periferia de Belém e suas relações com a expansão da malha urbana da capital paraense nas últimas décadas e o surgimento e a consolidação dos aglomerados subnormais por meio dos processos de periferização.

Dessa forma, também se utilizou cartografia temática que são mapas elaborados com a utilização de técnicas que objetivam a melhor visualização e comunicação. Os fenômenos

representados podem apresentar aspectos físicos como relevo, temperatura e os mais variados fenômenos sociais, por meio da vetorização. Nesse sentido, por meio desse tipo de cartografia buscou-se utilizar mapas de renda, moradias, população, aglomerados subnormais e mapas de homicídios.

Os mapas de renda serão confeccionados a partir do filtro das informações do Censo demográfico do IBGE (2010), onde foi possível extrair as informações da arrecadação mensal por domicílio na escala do setor censitário do bairro da Terra Firme. As variáveis que serão trabalhadas estão representadas na tabela 01:

Tabela 01 - Variáveis do Censo Demográfico IBGE (2010) – Planilha Domicílio Renda.

Variáveis do Censo Demográfico IBGE (2010)
V006 Domicílios Particulares Com Rendimento Nominal Mensal Domiciliar Per Capita De Mais De 1/8 A 1/4 Salário-Mínimo
V007 Domicílios Particulares Com Rendimento Nominal Mensal Domiciliar Per Capita De Mais De 1/4 A 1/2 Salário-Mínimo
V008 Domicílios Particulares Com Rendimento Nominal Mensal Domiciliar Per Capita De Mais De 1/2 A 1 Salário-Mínimo
V009 Domicílios Particulares Com Rendimento Nominal Mensal Domiciliar Per Capita De Mais De 1 A 2 Salários-Mínimos
V010 Domicílios Particulares Com Rendimento Nominal Mensal Domiciliar Per Capita De Mais De 2 A 3 Salários-Mínimos
V011 Domicílios Particulares Com Rendimento Nominal Mensal Domiciliar Per Capita De Mais De 3 A 5 Salários-Mínimos

Fonte: IBGE (2010). Adaptado pelo Autor, 2021.

A tabela acima representa as variáveis utilizadas para obter a cartografia de renda por domicílios no bairro da Terra Firme. Antes disso, precisou-se adotar uma metodologia usada pelo IBGE (2010) que divide as faixas salariais como mostra a tabela a seguir:

Tabela 02 - Classes Sociais Segundo o IBGE.

Classes	Faixa Salarial
Classe A	Acima de 20 SM
Classe B	De 10.1 a 20 SM
Classe C	De 4.1 a 10 SM
Classe D	De 2 a 4 SM
Classe E	De 0 até 1.9 SM

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Notou-se que essa divisão do IBGE (2010) não iria trazer resultados consistentes já que a escala do bairro apresenta bem mais especificidades, por isso, fez-se necessário o desmembramento das classes e assim adotar os intervalos específicos do bairro. Dessa forma, utilizou-se a soma das variáveis para obter os seguintes resultados: $V006 + V007 + V008 =$ Correspondem a faixa de 0 até 1 salário-mínimo. Isto posto, temos os intervalos de renda estabelecidos:

Tabela 03 - Intervalos de Renda domiciliar utilizados no bairro da Terra Firme

Intervalos	Variáveis
------------	-----------

0 Até 0,99 Salário-Mínimo	V006+V007+V008
1. Até 2 Salários-Mínimos	V009
2.1 Até 3 Salários-mínimos	V010
3.1 Até 5 Salários-Mínimos	V011
5 Até 10 Salários-Mínimos	V012

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

A partir dessa divisão será possível cartografar e identificar os setores ou as localidades que apresentam as concentrações de uma renda mediana ou de localidades em condições bem precárias no que se diz respeito a distribuição de renda, pois nota-se que as pessoas que vivem com $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{8}$ de salário-mínimo passam o mês com em média de R\$ 8,31 e 4,1 ao dia. Por isso, torna-se pertinente mostrar a distribuição de renda do bairro e relacionar com as demais variáveis.

Quanto as moradias, também se utilizou da cartografia a fim de mensurar, substancialmente, quantas pessoas habitam por residência no bairro em questão. Dessa forma, a plataforma de dados do IBGE (2010), como a planilha domicílio 01, possui variáveis que possibilitam identificar as áreas que apresentam mais moradores por residência. É importante entender que no Brasil em 2000 a densidade de moradores por domicílio chega à média de 3,8 pessoas por residência habitada e no ano de 2010 apresentou uma queda em 3,3 moradores. Contudo, a Região Norte ainda lidera a concentração de pessoas por domicílio ao apresentar uma média 4 moradores por domicílio (IBGE, 2010).

Vale ressaltar que a tendência é que haja uma redução dessa concentração devido aos números de casas construídas ou alugadas, mas é pertinente enxergar como as populações residentes se comportam na escala do bairro e como a elevada concentração pode interferir na sua qualidade de vida.

Tabela 04 - Variáveis dos Moradores por Domicílio.

Variáveis dos Moradores por Domicílio
V050 Domicílios Particulares Permanentes Com 1 Morador
V051 Domicílios Particulares Permanentes Com 2 Moradores
V052 Domicílios Particulares Permanentes Com 3 Moradores
V053 Domicílios Particulares Permanentes Com 4 Moradores
V054 Domicílios Particulares Permanentes Com 5 Moradores
V055 Domicílios Particulares Permanentes Com 6 Moradores
V056 Domicílios Particulares Permanentes Com 7 Moradores
V057 Domicílios Particulares Permanentes Com 8 Moradores
V058 Domicílios Particulares Permanentes Com 9 Moradores

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Outra forma de analisar esses dados foi por estipular intervalos fazendo soma de algumas variáveis. Logo, na cartografia elas ficarão representadas a partir das adições desses dados:

Tabela 05 - Intervalos de Moradores por domicílios utilizados no bairro da Terra Firme

Intervalos	Variáveis
1 até 3 Moradores	V050+ V051+V052
3.1 até 6 Moradores	V053+V054+V055
6.1 até 9 Moradores	V56+V057+V058

Fonte: IBGE (2010). Elaborado pelo autor, 2021.

Esse intervalo mostrará onde se concentram principalmente as principais aglomerações de pessoas por residência e assim poder relacionar com a renda domiciliar. Já que é importante entender como se comporta a distribuição da renda familiar em relação aos moradores e como se configura as infraestruturas ao redor dessas residências.

Sendo assim, é importante representar as condicionantes de pavimentação, iluminação e distribuição de rede de esgoto. Dessa forma, utilizou-se o último censo demográfico (IBGE, 2010), em que as informações foram filtradas da planilha entorno 01 e as variáveis utilizadas foram:

Tabela 06 - Distribuição das variáveis de Infraestrutura Esgoto a céu aberto

Variáveis de Infraestrutura Esgoto a céu aberto	
V008 Domicílios particulares permanentes próprios	Existe iluminação pública
V009 Domicílios particulares permanentes próprios	Não existe iluminação pública
V010 Domicílios particulares permanentes alugados	Existe iluminação pública
V011 Domicílios particulares permanentes alugados	Não existe iluminação pública
V012 Domicílios particulares permanentes cedidos	Existe iluminação pública
V013 Domicílios particulares permanentes cedidos	Não existe iluminação pública
V014 Domicílios particulares permanentes próprios	Existe pavimentação
V015 Domicílios particulares permanentes próprios	Não existe pavimentação
V016 Domicílios particulares permanentes alugados	Existe pavimentação
V017 Domicílios particulares permanentes alugados	Não existe pavimentação
V050 Domicílios particulares permanentes próprios	Existe esgoto a céu aberto
V051 Domicílios particulares permanentes próprios	Não existe esgoto a céu aberto
V052 Domicílios particulares permanentes alugados	Existe esgoto a céu aberto
V053 Domicílios particulares permanentes alugados	Não existe esgoto a céu aberto
SOMA DAS VARIÁVEIS	
V008+V010+V012	Domicílios que existem iluminação pública ao entorno
V009+V011+V013	Domicílios que não existem iluminação pública ao entorno
V014+V016	Existe Pavimentação ao entorno
V015+V017	Não Existe Pavimentação ao entorno
V050+V052+V054	Existe esgoto a céu aberto ao entorno
V051+v053+V055	Não existe esgoto a céu aberto.

Fonte: IBGE (2010). Elaborado pelo autor, 2021.

Esses dados também mostram a precariedade da iluminação pública em algumas localidades, isso tem facilitado diversas atividades ilícitas como assaltos, ponto de venda de drogas e localidades propícias para se cometer homicídios. Logo, essas precariedades vinculadas à falta de pavimentação e presença de esgoto a céu aberto, tornam-se condicionantes para a promoção de rotas de fugas para qualquer tipo de delito.

Outra característica importantíssima para entender a realidade da localidade em questão é compreender os tipos de moradias existentes e como elas são classificadas. Desse modo, os dados do IBGE, em especial a planilha Entorno 02 que aponta, por meio de suas variáveis, as classificações de moradias adequadas, semiadequadas e inadequadas. A primeira são aqueles domicílios que têm rede geral de abastecimento de água, rede de esgoto ou fossa séptica, coleta de lixo direta ou indireta e até dois moradores por dormitório; a segunda representam domicílios que atendem somente a uma das três características de adequação; e por fim, as inadequadas são domicílios que não atendem a nenhuma das condições de adequação.

As variáveis que serão utilizadas da presente planilha serão representadas na tabela a seguir vinculado também as somas destas, representando a totalidade dos tipos de moradias.

Tabela 07 - Distribuição dos Tipos de Moradias.	
Variáveis de Infraestrutura Esgoto a céu aberto	
V202 - Domicílios particulares moradia adequada	permanentes com Existe identificação do logradouro
V203 - Domicílios particulares moradia adequada	permanentes com Não existe identificação do logradouro
V204 - Domicílios particulares moradia semiadequada	permanentes com Existe identificação do logradouro
V205 - Domicílios particulares moradia semiadequada	permanentes com Não existe identificação do logradouro
V206 - Domicílios particulares moradia inadequada	permanentes com Existe identificação do logradouro
V207 - Domicílios particulares moradia inadequada	permanentes com Não existe identificação do logradouro
SOMA DAS VARIÁVEIS	
V202+V203	total de domicílios de moradia adequada
V204+V205	total de domicílios de moradia semiadequada
V206+V207	total de domicílios de moradia inadequada

Fonte: IBGE (2010). Elaborado pelo autor, 2021.

Diante de todas essas variáveis será possível relacionar as características precárias existentes no bairro, por meio do uso da cartografia temática e das fotografias realizadas nas pesquisas de campo. Torna-se pertinente realizar essa etapa da pesquisa, devido a necessidade de apontar o que é periferização e como ela se materializa nos espaços urbanos, em especial na cidade de Belém. A cartografia representando as desigualdades socioeconômicas e estruturais do bairro apenas retrata como as dinâmicas do capital interferem nas configurações espaciais e territoriais dos espaços urbanos.

Vale frisar que o produto cartográfico dessa pesquisa também se baseia nas confecções dos mapas de Kernell, com a finalidade de localizar onde há as maiores incidências de homicídios do bairro e assim poder entender quais são as razões dessas áreas serem marcadas pela violência.

Os mapas desta pesquisa serão feitos, por meio dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG). Para a produção dos mapas dos homicídios se usará também o Google Earth, onde será possível pontuar os dados de ocorrências desses crimes pela SIAC –SEGUP e poder transformar a sua formatação em (kml/kmz) para *shapefile* (shp) para que o Quantum Gis 2.18 inicie o processo de configuração dos *Hots Spots*. Dessa forma, é possível compreender e analisar o comportamento criminal do bairro.

Foram utilizadas as planilhas fornecidas e filtradas pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC-SEGUP), pois ela possui informações como a localidade do corpo caído, faixa de horário, mês do fato, dia da semana, faixa etária e instrumentos utilizados. Isso permitiu que as cartografias dos anos de 2011 até 2018 fossem realizadas e mostradas em mapas de calor. Gráficos e tabelas serão utilizados também para análises sejam das características de homicídios e das cartografias de caracterização do bairro em questão.

Também será necessário utilizar mapas de hipsometria essa cartografia é responsável por perceber que as áreas de baixadas próximas as áreas de várzea foram e são habitadas por pessoas de baixa renda, mapas de aglomerados subnormais. Esses mapeamentos mostram as precariedades urbanas presentes no bairro e a relação com as áreas de maior violência e a criminalidade, ligadas a roubos, tráfico de drogas e os homicídios.

Quanto aos mapas de *Hipsometria*, serão utilizados dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), por meio do site Topodata, onde retiramos as imagens SRTM que condizem com a realidade a ser estudada e, conseqüentemente, no *Quantum Gis* filtrou-se e retirou-se suas curvas de níveis que variam de 2 até 14 metros acima do nível do Rio Tucunduba. Assim, é possível compreender o processo inicial de ocupação do bairro, por meio das baixadas e a construção de casas e arruamentos precários. Os dados que utilizaremos para verificar os arruamentos são do *Open Street Maps* que apresentam a base de ruas mais atualizadas e mostram as distorções das ruas precarizadas.

Sobre as informações do bairro, utilizaremos cartogramas que mostram a área total do bairro, sua população e densidade demográfica com base nos dados do IBGE censo (2010). Após isso, mostraremos os mapas de renda e de aglomerados subnormais para que entendamos as precariedades impostas no bairro.

Vale ressaltar que será feita uma divisão do bairro em quatro tipos de aglomerados segundo o IBGE que são: Bacia do Tucunduba, Perimetral, Eletronorte e Parque Amazônia, sendo possível entender a complexidade da Terra Firme em seu caráter heterogêneo. Esses mapeamentos auxiliam muito na pesquisa, já que não devemos considerar o crime como algo

isolado, mas sim como um conjunto de fatores que os impulsionam, dentre elas estão as territorialidades de grupos criminosos, insuficiência do Estado e a estratégia de autodefesa da população (SOUZA, 2008). Como observado no bairro da Terra Firme com muros e grades se tornando cada vez mais comuns e frequentes, principalmente em áreas comerciais a partir da observação empírica.

2.2 O trabalho de campo e a sua importância metodológica

O trabalho de campo é uma ferramenta primordial para todo pesquisador que busca compreender a realidade local, a partir da sua totalidade. É a partir dele que é possível dar vida aos levantamentos quantitativos, devido ao seu aspecto de contextualização para a análise dos fenômenos.

Dessa forma, a empiria é um ponto chave para a construção do conhecimento científico e a partir da observação e das narrativas dos agentes territoriais locais que é possível compreender como as dinâmicas do bairro funcionam e como as relações sociais se manifestam nele. Partindo do trabalho de campo é possível fazer a relação da teoria (com base nos conceitos da ciência geográfica, como a produção do espaço e o território); banco de dados quantitativos (presente em órgãos públicos) e a prática (por meio da coleta de dados de campo, como a observação e narrativas) a fim de compreender a realidade partindo de uma totalidade.

O trabalho de campo deve se basear na totalidade do espaço, sem esquecer os arranjos específicos que tornam cada lugar, cidade, bairro ou região uma articulação particular de fatores físicos e humanos em um mundo fragmentado, porém (cada vez mais) articulado. O trabalho de campo em Geografia deve perseguir, portanto, a ideia de particularidade na totalidade, abandonando de modo enfático a ideia de singularidade de lugares, cidades, bairros ou regiões (SERPA, 2006, p. 10).

Dessa forma, entende-se que a totalidade está atrelada ao contexto histórico e social. E a partir destes que é possível enxergar e analisar a essência das relações políticas, econômicas e sociais dentro de um determinado recorte. Logo, é importante obter as informações locais, por meio da prática da observação da paisagem e, posteriormente, compreender as interações dos sujeitos com as realidades a serem estudadas, a fim de relacionar a empiria com as teorias e métodos abordados nas pesquisas e assim ter resultados e discussões mais aprofundadas. Em outras palavras, entender os sujeitos de um determinado processo é um fator primordial para se chegar as totalidades.

Em decorrência disso, fez-se necessário utilizar do levantamento qualitativo a realização de entrevistas com os agentes micro e macro territoriais, aplicando o questionário com moradores, lideranças comunitárias, lideranças religiosas, comerciantes, agentes de

saúde, agentes que trabalham em escolas e os agentes da segurança pública. Essas narrativas são fundamentais para compreender as visões que se podem ter do bairro em questão e assim poder enxergar as dinâmicas dos agentes territoriais em sua práxis.

A presença das pesquisas bibliográficas (teorias) e documentais (dados quantitativos e noticiários) não contemplam de forma satisfatória as pesquisas acadêmicas se não houver uma análise empírica sobre os recortes espaciais e territoriais. Para isso, fez-se necessário o uso das entrevistas semiestruturadas para subsidiar as hipóteses e as teorias referentes as dinâmicas sociais existentes nas realidades a serem estudadas.

Sendo assim, Manzini (2004), com base nas ideias de Triviños (1987), menciona:

A entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (MANZINI, 2004, p. 2).

Essa forma de entrevista permite que haja um maior entendimento a respeito das realidades a serem estudadas, partindo de uma perspectiva dos sujeitos que atuam nos espaços, suas dinâmicas e intencionalidades. Em outras palavras, busca-se compreender a multidimensionalidade das relações sociais que se manifestam nas formas materiais e abstratas.

Analisar a cidade como fruto das desigualdades socioespaciais como um reflexo das dinâmicas desiguais do capital é importantíssimo, principalmente no que se diz respeito as dinâmicas do processo de periferização existentes as margens dos centros urbanos. Notam-se, assim, diversos problemas sociais existentes que variam da infraestrutura até a sua organização espacial. Dessa maneira, essas problemáticas interferem de uma forma conjunta na proliferação da criminalidade, todavia, isso foi visto na teoria de alguns autores da geografia como Ferreira (1995); Ramos (2013); Alves (2010) Corrêa (1995); Maricato (2015); Souza (2013); Chagas (2014).

Dessa vez, buscaremos compreender as características urbanas da periferia de Belém, em especial o bairro da Terra Firme para termos uma dimensão múltipla e assim fazer uma pesquisa consolidada numa relação de teoria x práxis (vivências). Compreender a dinamicidade local do bairro da Terra Firme e relacionar com as características da criminalidade violenta existente neste – o homicídio.

2.2.1 Procedimentos de Campo e suas Aplicações

Os procedimentos metodológicos desta atividade consistirão em etapas imprescindíveis, dentre elas estão as entrevistas com os agentes Macro territoriais (servidores de instituições públicas como policiais, agentes de saúde, diretor de escolas, professores) e os Micro territoriais (associação de moradores, moradores, comerciantes, trabalhadores, líderes religiosos). Essa abordagem segue com base na lógica de Raffesttin (1993) ao falar sobre os poderes com “P” e “p”. Sendo assim, para a realização do campo precisaremos de três momentos importantíssimos: o primeiro momento consiste no levantamento observatório - cartográfico do bairro da Terra Firme, onde enxergamos a divisão desse bairro em 4 partes segundo a divisão de aglomerados subnormais do IBGE (Bacia do Tucunduba, Eletronorte, Perimetral e Parque Amazônia). Dessa maneira, dividem-se as entrevistas por aglomerados sendo que o aglomerado do Tucunduba, por ser maior, terá um total de 20 entrevistas em pontos estratégicos (divisa com os bairros do Guamá, Canudos e Marco e a Ocupação do NPI). No aglomerado da Eletronorte utilizaremos em torno de 10 entrevistas e o foco será o percurso final da Avenida Celso Malcher e em algumas ruas paralelas a esta.

No aglomerado da Perimetral utilizaremos em torno de 10 entrevistas, o foco desta serão as proximidades da Avenida Perimetral, e nas proximidades do NPI e do aglomerado da Eletronorte. Por fim, no aglomerado Parque Amazônia realizaremos em torno de 10 entrevistas (lembrando que isso são para agentes micro). Para os agentes macro será feito um questionário geral e iremos nos ater aos depoimentos dos agentes de segurança pública e dos que representam a figura do Estado, como agentes de saúde, diretores de escola e professores.

O segundo momento do trabalho de campo baseia-se nos registros fotográficos do bairro da Terra Firme, com o objetivo de evidenciar as dinâmicas da paisagem e poder mostrar o caráter periférico e precário do bairro, a fim de visualizar a materialização do processo de periferização do bairro em seus vários momentos de ocupação.

Após o campo, as entrevistas serão transcritas, filtradas e inseridas no corpo da pesquisa, assim como as imagens. Portanto, as entrevistas entrarão nas análises de gráficos e mapas no terceiro capítulo, pois os dados de homicídios estão sendo tratados neste, onde mostram a faixa etária, instrumento utilizados e possíveis motivações. Assim é possível compreender qual ou quais são as causas dessas mortes violentas no bairro.

- **Das entrevistas**

As entrevistas serão abordadas a partir de diálogos e perguntas abertas, ao longo da entrevista as perguntas se tornam mais detalhadas com a finalidade de obter o máximo de informações que possa contemplar o objetivo da presente pesquisa.

Agentes Micro territoriais

Você considera o bairro que você mora, ou trabalha um lugar violento? (Se sim por quê?)

- 1- Você se sente seguro andando as redondezas do bairro? Seja de dia ou a noite?
- 2- Você se lembra de algum caso de homicídio existente no bairro? Você sabe me dizer as possíveis motivações?
- 3- Qual o perfil das vítimas de homicídios? Qual faixa etária e qual gênero predominantemente?
- 4- Como você avalia o serviço público ofertado no bairro? Como saúde, educação e segurança pública?
- 5- Existe algum tipo de incentivo do governo, ou projetos sociais de esporte e lazer?
- 6- Como o senhor avalia o serviço da polícia militar no bairro?
- 7- Existe algum tipo de segurança privada? Como vigilantes?
- 8- O que você acha que pode ser feito pelas autoridades para reduzir os índices de violência no bairro?

Agentes Macro territoriais

- 1- O senhor considera o bairro que você trabalha como violento?
- 2- Na sua concepção quais são os principais fatores que influenciam na criminalidade?
- 3- Quais os perímetros dos bairros vocês consideram mais perigosos? Para assaltos e homicídios?
- 4- Quais são os desafios da Polícia militar para reduzir os índices de criminalidade no bairro?
- 5- O que poderia ser feito pelas autoridades para inibir práticas criminosas no bairro?
- 6- Quais são as características das vítimas? E quando os autores são autuados qual é a sua característica predominante?
- 7- Quais as principais causas dos homicídios no bairro?

Posteriormente, a realização dessas entrevistas utilizar-se-á de técnicas de transcrição para realizar o filtro de informações para comparar com os conceitos aos quais a realidade está sendo estudada. Em seguida, serão anexadas ao corpo do trabalho com pseudônimos para que os entrevistados não sejam identificados ao longo da pesquisa.

Essa metodologia objetiva compreender os homicídios por meio da percepção da população, mas também atrelando a visão dos agentes da segurança pública e dos dados fornecidos pelos órgãos públicos.

Foram utilizadas fotografias a fim de entender as dinâmicas atuais do bairro e comparar com os dados fornecidos pelo IBGE (2010). Além disso, também utilizará da transcrição das entrevistas para subsidiar seja dos agentes micro e macro territoriais as análises cartográficas, a fim de obter o maior número de informações possíveis desse recorte espacial.

Diante dos procedimentos metodológicos é possível compreender as dinâmicas dos homicídios e as territorialidades existente dos agentes e por quais recursos estes estão gerando tensões. Torna-se necessário perceber que tais fenômenos ocorrem devido diversos fatores que condicionam essas ações, por isso, é importante mostrar as características desiguais no âmbito socioeconômico e do comportamento no surgimento de espaços desiguais, ou seja, a periferização. Dessa forma, entende-se que o espaço condiciona (por meio das precariedades) novas territorialidades, territórios e disputas que refletem nos mais variados fenômenos sociais, como o controle do território por meio da biopolítica e dos homicídios.

2.3 O uso da cartografia como ferramenta de análise dos homicídios

A produção da cartografia temática tem se consolidado como um importante ramo da ciência cartográfica. Os produtos desta não se baseiam apenas em registros de informações, mas sim como instrumentos de pesquisa a partir da divulgação dos resultados obtidos com estudos em ciências que se preocupam em representar os fenômenos na sua espacialidade. O objeto de estudo da ciência geográfica é o espaço geográfico. Portanto, o objeto da representação da cartografia temática de interesse da primeira é a representatividade do espaço como resultante das produções humanas ao longo do tempo.

Segundo as ideias de Martinelli (1990) não é permitido que o geógrafo ignore a importância das representações cartográficas em seus trabalhos científicos. Nesse sentido, ele aponta que é essencial o papel dos mapas para que se possam fazer análises sociais dos mais variados tipos de fenômenos ao invés de ser algo meramente decorativo e descritivo.

O papel do geógrafo é promover análises mais aprofundadas e no que diz respeito aos mapas temáticos, eles podem ilustrar as expressões dos dados ali colocados, porém, quem dará substancialidade nas discussões será o pesquisador que irá abordar o que está representado no mapa, nas teorias que ele estudou e nas dinâmicas sociais da superfície representada.

Os mapas temáticos podem se dividir em três elementos primordiais: existe a representação quantitativa, qualitativa e dinâmica (MARTINELLI, 2003). A primeira

corresponde a espacialização de dados absolutos, como número de população, densidade demográfica, queimadas, focos de endemias, essa tipologia objetiva saber o valor.

A segunda forma se baseia em saber o que acontece para que as representações cartográficas se manifestem de tal forma. A mensuração nessa abordagem é checada de forma alinhada com a realidade a ser estudada (CASTRO, 2004).

Para a confecção dessas representações cartográficas, faz-se necessário entender que existem uma série de normas metodológicas com a finalidade de promover maior clareza nas informações apresentadas dentro de um mapa. O quadro a seguir mostra esses recursos e como devem ser utilizados na padronização de mapas.

Figura 03 – Quadro de Elementos de identificação externa dos mapas temáticos

Normas	
Título	O mapa temático expõe um tema, que deverá ser declarado no título. O título, além de dizer do que se trata, deve especificar onde se dá o acontecimento e em que data. Deve expor, assim, o “O quê?”, o “Onde?” e o “Quando?”. - Parte superior da folha. - Letras: destaque - caixa alta.
Subtítulo	Caso necessário, em letras de tamanho menor.
Escala	Perto do fundo do mapa. - Gráfica e/ou numérica. - Gráfica: vantagens.
Orientação	Indica a posição geográfica. - Norte: metade superior da folha. - Coordenadas: latitude/longitude: cuidado com o excesso
Encarte	Elemento mais importante do mapa. - Metade inferior da folha. - Cuidado: avaliação do nível de organização, modo de implantação e variáveis de retina (visuais).
Fonte	Parte inferior da folha. - Origem das informações mapeadas. - Deve ser a mais completa possível, como uma referência bibliográfica. - Facilita pesquisas posteriores e a análise do mapa.
Autor ou Desenhista	Parte inferior. - Responsável pelo desenho. - Nome ou sobrenome ou iniciais ou nome completo.
Órgão ou Instituição	Parte inferior. - Órgão para o qual o documento cartográfico é confeccionado.
Data	Parte inferior: data de confecção do mapa. - Quando a data é muito importante, deve constar no título: a data da informação e não a da execução.

Fonte: CASTRO (2004). Elaborado pelo autor, 2020.

O quadro acima expressa as normatizações dos mapas temáticos que serão realizados na presente pesquisa. As análises também serão feitas a partir do uso desses mapas temáticos (CASTRO, 2004).

Figura 04 – Quadro de uso dos mapas temáticos

Uso dos mapas	
Leitura	Entender o título; verificar o que foi colocado no mapa; examinar o método de representação escolhido e a respectiva legenda com um olhar crítico.
	Verificar o que existe em cada lugar, em que ordem se manifesta

Análise	e em que quantidade aparece. - Verificar onde está cada atributo que nos interessa e controlar como se distribui. - Delimitar zonas com esta ou aquela característica; marcar as áreas díspares; atentar para as evidências contrastantes; avaliar agrupamentos e dispersões; verificar correlações e tendências de evoluções (crescentes, decrescentes ou estacionárias); nos movimentos, atentar para os polos e redes de interligações e relacionamentos; detectar a direção e a magnitude dos movimentos e das transformações.
Interpretação	Devemos buscar as explicações a partir do que se vê.

Fonte: CASTRO (2004). Elaborado pelo autor, 2021.

As representações cartográficas serão analisadas e compreendidas a partir dos dados quantitativos e qualitativos da pesquisa. Cabe ao olhar geográfico compreender e analisar as dinâmicas sociais e espaciais existentes na sociedade. Por isso, é importante utilizar das cartografias sobre questões infra estruturais e socioeconômicas, utilizando dados quantitativos e qualitativos a fim de que se tenha uma abordagem que se aproxime de uma totalidade.

Os estudos sobre a geografia do crime são necessários para entender as dinâmicas através dos mapas, ou seja, a leitura cartográfica tem suma importância para o desenvolvimento da pesquisa de homicídios no ramo da geografia. As análises de mapas permitem que se tenha uma visão multilateral da criminalidade existente nos espaços.

Percebe-se que a cartografia pode ser uma saída para tentarmos entender de que forma o crime se comporta no espaço. Logo, cabe aos geógrafos ter o domínio das ferramentas cartográficas para o aprimoramento de suas análises e, conseqüentemente, obter melhorias nos resultados das mais variadas pesquisas.

Dessa maneira, a cartografia pode ser compreendida como um conjunto de ciências, técnicas e artes que são utilizadas para produção de mapas e cartas (AGUIRRE; MELLO FILHO, 2009). Ela é vista como ciência por possuir métodos, técnicas e conceitos estabelecidos; sua visão como arte se caracteriza em virtude do aspecto estético que facilita a visualização e permite uma melhor análise do que é representado. Vale lembrar que a sua utilização tem acompanhado o progresso da humanidade, principalmente com as mudanças e adaptações das metodologias e evolução das técnicas de representação.

Sendo assim a cartografia tem como objeto a representação vista de cima de uma determinada localidade, a fim de estabelecer análises e estudos sobre determinados temas, como aponta Aguirre e Mello Filho (2009, p. 4):

O objeto da cartografia consiste em trazer para o gabinete diversas partes da terra, vista de cima, que representam as configurações terrestres de forma convencional, em uma determinada escala, e que possibilitam de esta maneira a análise de áreas relativamente grandes para o planejamento das mais variadas atividades humanas.

A cartografia tem passado por diversas transformações, sobretudo no que diz respeito aos avanços das técnicas de produção de mapas, por meio dos Sistemas de Informações Geográficas, acompanhando a evolução dos meios de comunicação, especialmente os computadores que possuem funções aptas para a realização dessas atividades.

Os computadores possuem duas partes importantíssimas para o seu funcionamento, chamadas *Hardware* e *software*, respectivamente. A partir disso, é possível se apropriar dessas ferramentas e adaptar programas necessários para a realização da cartografia a partir das técnicas de geoprocessamento. “A definição para o geoprocessamento, ampliada e pragmática pode ser adotada: um conjunto de conceitos, métodos e técnicas que atuando sobre base de dados georeferenciados por computação eletrônica propícia a geração de análises (SILVA, 2009).”

No Brasil os estudos referentes ao geoprocessamento e dos Sistemas de Informações Geográficas foram iniciados a partir da década de 1970, por meio do projeto RADAMBRASIL que tinha o intuito de fazer um levantamento de dados para fins ambientais (AVELINO, 2004). Isso permitiu que houvesse grandes armazenamento de dados interpretativos como a geomorfologia, geologia e solo.

Segundo a autora, nos anos 1980 a disseminação dos SIG e do geoprocessamento continuaram de forma crescente, principalmente na região Sudeste do Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro.

É importante levar em consideração as visões que a ciência geográfica possui sobre a evolução dos SIG e Geoprocessamento, pois a geografia nova estabelecia métodos quantitativos que se baseava na estatística e matemática, logo, o uso da cartografia nesse contexto era feito por meio de deduções. Todavia, a geografia crítica busca romper com as análises dessa natureza, haja vista, que a base utilizada por esta é a do materialismo histórico e dialético. Dessa forma, muitos geógrafos passaram desprezar o estudo e a análise cartográfica (AVELINO, 2004).

Notadamente, é um equívoco desprezar o papel da cartografia já que ela também ajuda a ter uma visão ampla das realidades estabelecidas. Assim, nota-se que existem alguns trabalhos que conseguem utilizar dos métodos cartográficos e a visão materialista tornando as pesquisas um pouco mais consolidadas e diversificadas em formas de análises.

Para isso, é importante levar em consideração as normas e regras estabelecidas pela ciência cartográfica, uma vez que a organicidade dos elementos presentes em mapas e cartas facilitam o melhor entendimento dos fenômenos a serem analisados e discutidos (CASTRO, 2019). A ciência geográfica nos últimos anos tem se debruçado em diversas discussões, entre

elas estão as físicas, rurais e urbanas em que estão presentes problemas referentes as características de infraestrutura, além de mostrar os acontecimentos sociais existentes no recorte territorial representado.

O conhecimento geográfico abrange um amplo leque de assuntos. Dentre os quais, na área do planejamento urbano contempla: saneamento básico, educação, assistência social, saúde, cultura, resíduos sólidos, lei de uso e ocupação do solo, habitação, circulação viária e de transportes (CASTRO, 2019, p. 7).

Para utilizar da ciência cartográfica em pesquisas acadêmicas, faz-se necessário usar da interdependência entre os projetos: de pesquisa e cartográficos, a fim de promover uma maior qualidade e coerência dos estudos científicos, em que é possível abordar os fenômenos (conceitos) e representá-los (mapas). Dessa forma, Castro (2019), com base em Fitz (2008), aponta os princípios para a fundamentação de um projeto cartográfico, como aponta a figura 05.

Figura 05 – Quadro de etapas e descrições da fundamentação de projetos cartográficos.

Etapas	Descrição
I - Princípio da Unidade Territorial	Visão de conjunto em relação ao recorte da pesquisa.
II - Princípio da Individualidade	Cada lugar possui suas características, e estas não são reproduzidas igualmente a outro.
III - Princípio da Atividade	Natureza em constante transformação, assim o marco espaço-temporal
IV - Princípio da Conexão	Ocorrência de uma relação entre tudo que existe na superfície da Terra (e no subsolo e na atmosfera) e está socialmente interligado
V - Princípio da Comparação	Diferenças percebidas, onde são observadas as especificidades locais
VI - Princípio da Extensão	Fenômeno com ocorrência de um determinado local pode ser localizado em descontinuidade em outro.

Fonte: Castro (2019, p. 7). Organizado pelo autor, 2021.

Nesse sentido, essa pesquisa busca relacionar os parâmetros cartográficos e de geoprocessamento com os estudos da geografia urbana, suas desigualdades, e seus fenômenos existentes nas suas dependências.

Utilizam-se nessa pesquisa técnicas de geoprocessamento com a finalidade de obter uma melhor leitura do espaço a ser estudado, dado que necessitamos usar as vetorizações feitas pelos *softwares Quantum Gis e Google Earth*, ambos sendo bases das representações cartográficas que veremos mais adiante.

O Sistema Informações Geográficas – SIG – é importantíssimo para a obtenção e a organização do banco de dados com finalidade de utilizar os mesmos de forma aplicada na sua área de estudo. A obtenção do banco de dados vinculadas as ferramentas das geotecnologias permitem a visualização da realidade local de forma complementar, nesse caso, ela se torna um aprimoramento das discussões entre espaço, território e os números de homicídios. O *software* que é utilizado nessa pesquisa é o *Quantum Gis* (versão 2.18 las palmas). Nele é possível utilizar de camadas vetoriais que serão a base e composição das representações cartográficas.

As geometrias são usadas na cartografia, isto é, os pontos, linhas e polígonos os quais possibilitam que as camadas vetoriais apresentem formas para a representação de qualquer fenômeno. O exemplo disso são os mapas de delimitação territorial, arruamentos, estradas de ferro, pontos específicos. Todas essas características estão diretamente ligadas as dinâmicas de latitude (x) e longitude (y). Baseando-se nas dinâmicas do plano cartesiano:

A Camada Ponto possui apenas um vértice por feição; este vértice é resultante de um par de coordenadas (latitude e longitude) e terá a geometria pontual como escrita gráfica; A Camada Linha possui dois ou mais vértices por feição; estes vértices obedecem a uma sequência e cada vértice é resultante de um par de coordenadas (latitude e longitude); cabe destaque a informação de que o primeiro vértice não se fecha em conexão direta com o último vértice; atendida esta condição, a geometria linear efetiva a escrita gráfica; A Camada em Polígono possui três ou mais vértices por feição; estes vértices obedecem a uma sequência na qual cada vértice é resultante de um par de coordenadas (latitude e longitude) e o último par estará conectado automaticamente ao primeiro; esta é uma condição para que na geometria em poligonal seja efetivada a escrita gráfica (CASTRO, 2019, p. 9-10).

Partindo dessas características, pode-se verificar que o banco de dados pode ser formado em camadas vetoriais, a partir de endereços e logradouros, visto que cada acontecimento na realidade não escapa das coordenadas cartográficas (latitude e longitude). Por consequência, esses vetores são transformados em geometrias e a partir desse momento é possível representar fenômenos sociais como as áreas de maiores incidências de crimes, utilizando os dados fornecidos Secretaria de Inteligência e Análise criminal – SIAC, permitindo a elaboração de mapas que mostrem o comportamento dos homicídios no bairro em questão.

As representações cartográficas seguirão as padronizações conforme a fundamentação da confecção de mapas temáticos, conseqüentemente, compreende-se que a cartografia além de possuir o caráter estético, está contido nela a ciência e sua técnica. As ciências e técnicas se baseiam nos tipos de representações cartográficas que serão mostradas ao longo da pesquisa.

Sendo assim, é possível compreender as diversas dinâmicas espaciais e territoriais das realidades estabelecidas por meio da ciência, técnica e arte, pois a clareza de informações

atreladas aos procedimentos metodológicos da confecção de mapas permite uma melhor análise dos objetos de estudos, como será mostrado no segundo capítulo.

3 CAPÍTULO II: ABORDAGEM TEÓRICA DAS CARACTERÍSTICAS URBANAS E TERRITORIAIS

O presente capítulo visa abordar a realidade a partir das discussões teóricas e sua práxis no contexto das cidades brasileiras. Dessa forma, trataremos de conceituar os fenômenos existentes nos espaços urbanos, diante disso, trabalharemos as concepções de espaço e produção do espaço urbano, com o intuito de compreender as desigualdades socioespaciais como fruto das relações mercadológicas.

Partindo dessa perspectiva, nota-se que existem espaços desiguais, devido a forma que estes são produzidos, como por exemplo, as configurações e consolidações de espaços periféricos que carecem de uma infraestrutura e de melhores condições de vida.

Nesse contexto, nota-se que as carências desses serviços públicos acarretam diversos problemas que variam desde a sua infraestrutura até a sua configuração social, como é o caso da violência e a criminalidade que podem ser explicadas a partir das territorialidades de diversos agentes que buscam seus recursos de sobrevivência e para isso estabelecem suas ações territoriais que, segundo Raffestin (1993), podem se manifestar pela influência e/ou de forma coercitiva que, conseqüentemente, concretizam-se de inúmeras maneiras, dentre elas está a materialização da violência extrema que se configura nos homicídios.

As ações tomadas por estes também perpassam pela discussão do que é considerado legal ou legítimo e isso varia de acordo com as intencionalidades dos grupos que apresentam uma determinada hegemonia em relação aos grupos dominados dentro de um recorte espacial, mesmo sendo de um bairro, uma vez que é importante compreender que o bairro em questão pode e deve ser analisado a partir de um mosaico territorial.

Dessa forma, o presente capítulo visa entender as ações territoriais que existem dentro do bairro da Terra Firme, os recursos em disputas por esses agentes e, conseqüentemente, como as consolidações dessas tensões passam a emergir em formas de práticas coercitivas, seja por meio da biopolítica ou da necropolítica.

3.1 O processo de urbanização desigual e a periferização, sua consolidação e influências nas relações sociais

A Geografia, assim como as demais ciências, apresenta os seus principais conceitos, dentre os quais estão os de espaço, território, lugar, paisagem e região. Assim, faz-se necessário compreendê-los e como eles se estabelecem nas dinâmicas sociais no cotidiano.

Para Ratzel o espaço é visto como base ímpar para a vida dos indivíduos e é a partir da dominação deste que o homem passa a expandir as suas relações e promover a sua produção

de acordo com seus interesses. Ainda falando de Friedrich Ratzel e sua antropogeografia, faz-se necessário distinguir dois conceitos fundamentais que ele levanta, quais sejam de espaço vital e de território com base nas ciências naturais, como a biologia e a ecologia.

O primeiro consiste, principalmente, na apropriação de um espaço por um determinado grupo, onde há uma necessidade de habitar uma dada área para a reprodução e a sobrevivência dos indivíduos, por conseguinte, esse espaço é visto como instrumento de sobrevivência da população.

O segundo conceito se baseia, primordialmente, nas necessidades territoriais em função de seu desenvolvimento tecnológico da sua população e de seus recursos, cuja técnica seria a mediadora desse processo de desenvolvimento da humanidade. Nesse sentido, o território se consolida por meio de ações políticas no espaço, onde os agentes territoriais estabelecem as suas relações de poder e os modificam por meio de seus códigos e regras.

O conceito de espaço aparece na sua complexidade e, partindo das análises marxistas, é possível entender que o espaço possui uma função decisiva na estrutura lógica de um sistema (CORREA, 1995). Para Lefebvre (1974) o espaço é visto como social, vivido com uma estreita relação com as práticas sociais e, assim, compreender que o espaço é muito mais que um instrumento político, um campo de ações individuais ou coletivos ou ligados a reprodução do trabalho por meio do consumo. O espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção. Nesse sentido, podemos entender que o espaço é concebido como fruto da reprodução das relações da sociedade de produção, ou seja, a reprodução dela.

Ao longo dos debates estabelecidos na década de 1970 sobre a geografia crítica e as questões baseadas nas desigualdades, Santos (1997) compreende a formação socioespacial como um fruto das relações socioeconômicas, mostrando assim, uma forte relação das desigualdades pautadas nas divisões de classes em um determinado espaço. Isso reflete diretamente na concepção de espaço adotada pelo autor, por meio de suas principais características que se denominam como Fixos e Fluxos.

O espaço, para Santos (1997), é compreendido como um sistema de objetos (fixos) e de ações (fluxos), cujas características são vistas de forma indissociáveis, ou seja, por meio de uma relação dialética e contraditória. Portanto, são perceptíveis as diferenças entre os espaços, pois ele se configura a partir das ações a serem tomadas pelos sistemas.

A partir dessa consolidação espacial as ações que são tomadas se materializam em uma dada realidade, onde é possível enxergar a configuração territorial dos homens em um espaço cada vez mais artificial e modificado pela técnica. Sendo assim, nota-se que a

interação dos sistemas de objetos e de ações promovem certas transformações no cotidiano e, posteriormente, torna-se o *lócus* das relações políticas do homem.

Partindo dessas ideias, sobre as funções e as ações desses sistemas, é válido compreender que suas relações diferenciadas refletem diretamente nas formas de organização espacial. À vista disso, “o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como as outras instâncias, o espaço embora submetido a lei da totalidade dispõe de uma certa autonomia” (SANTOS, 1978, p. 122).

Dessa forma, o espaço organizado pelo homem desempenha diversos papéis no âmbito social, permitindo que haja uma grande complexidade na reprodução social e isso reflete em inúmeras realidades, dentre elas está a cidade de Belém, localidade que apresenta diversidades espaciais e econômicas e se organiza de acordo com as ações e os objetos criados a partir delas.

Nesse contexto de reprodução social estão as cidades que apresentam, na sua essência, as dinâmicas capitalistas, por meio do processo de acumulação e desigualdades promovidas pelo sistema capitalista que se manifesta de diversas formas, dentre elas estão às desigualdades socioeconômicas e socioespaciais que refletem nas dinâmicas sociais cotidianas.

As cidades apresentam características bem diversas, devido a complexidade das relações que nelas estão estabelecidas. Partindo desta ideia, Silveira (2003) entende que a cidade é definida como um espaço urbano com extensão limitada que difere o espaço rural que está ao seu redor, já que ambas se dissociam, por meio de relações distintas que compõem seus espaços.

Silveira (2003), baseando-se nas características de Lefebvre, vincula a essência das cidades por meio de seis fatores primordiais, dentre os quais estão: a divisão do trabalho, divisão da sociedade em classes, acumulação tecnológica, produção de excedentes agrícolas, um sistema de comunicação, concentração espacial de atividades não agrícolas.

Nesse sentido, o espaço urbano vai além do *lócus* de moradia e trabalho dos indivíduos. Ele é visto como um fruto do excedente de produção, já que suas dinâmicas se reproduzem de acordo com as necessidades de mercado que utilizam seus artifícios para fomentar uma organização espacial cada vez mais hierarquizada. Assim, o espaço urbano passa a ser produzido e se torna um condicionante primordial para as características de mercado do próprio capitalismo.

A produção do espaço urbano é fruto do resultado das dinâmicas social de uma determinada sociedade, que ao reproduzir-se através de um determinado modo de produção imprime, na paisagem urbana, as marcas correspondentes. O espaço urbano nesse aspecto, caracteriza-se, simultaneamente, como condição, meio e produto do processo de reprodução da sociedade (SILVEIRA, 2003, p. 25).

Dentro das relações capitalistas as cidades são reflexos que o atual sistema globalizado representa dentro de sua conjuntura política, econômica e social. Santos (2006) classifica esse processo como caráter perverso do mundo globalizado. Nesse sentido, percebe-se que o fator renda se torna um grande condicionante nas diferenças entre espaços.

Assim, podemos compreender que o espaço urbano é por essência o *lócus* das relações políticas, econômicas e sociais, sendo compreendido como uma inferência das funções e ações que, relacionadas, apresentam variadas características, dentre elas, existem diversas formas de produção do espaço e, conseqüentemente, diversos agentes que os produzem como aponta Corrêa (1995), entre os quais, encontram-se o Estado, proprietários de terra, mercado imobiliário e os grupos sociais excluídos.

Dessa forma, pode-se compreender que as cidades se configuram em um conjunto de relações dialéticas que são justapostas e coexistentes. Um exemplo disso são os seis momentos que o espaço capitalista apresenta, os quais Corrêa (1989) aponta como fragmentado devido à elevada complexidade que os espaços apresentam, principalmente, no que diz respeito aos espaços comerciais, industriais ou residenciais.

Outro caráter espacial que é apontado é a articulação, por meio dos fluxos de mercadorias, pessoas, capital e comunicações, ou seja, o espaço é articulado de acordo com as necessidades de mercado e reprodução do trabalho, por meio das desigualdades e divisões de classes.

As dinâmicas espaciais são vistas também como reflexo da sociedade contraditória e desigual, pois o processo de acumulação e exploração geram diferentes estruturas sociais que refletem diretamente nas diferenciações socioespaciais. O espaço urbano também é visto como condicionante da sociedade, pois ele passa por uma série de transformações que desempenharam ao longo do tempo a fixação das relações de produção e consolidação das dinâmicas mercadológicas.

Essas dinâmicas despertam o caráter simbólico que é obtido por meio das vivências e dos valores que são levados com os indivíduos que residem nessas localidades, assim, é notória a materialização das relações humanas nesse contexto. Por fim, mostra-se a faceta dos embates e lutas contra o processo de fragmentação e desigualdades espaciais e a busca por

melhorias nas condições habitacionais, direito a cidade e cidadania, algo que tem gerado diversos atritos sociopolíticos em diversas localidades.

É possível visualizar que é a partir das intensas contradições ocasionadas pelos agentes territoriais que produzem e (re) ordenam o espaço urbano, pois Corrêa (1989) menciona em suas discussões os principais produtores do espaço urbano (donos dos meios de produção, donos de terras, Estado, capital imobiliário e os grupos socialmente excluídos).

Sendo que o último mencionado também pode ser visto como grupos incluídos, porém, com funcionalidades diferenciadas dentro da própria conjuntura urbana, em outras palavras, a periferia é produzida pelas dinâmicas do capital, onde está presente a mão de obra que sustenta as relações econômicas. Os espaços periféricos, de uma forma geral, apresentam pontos de vulnerabilidade política por parte do poder institucional, dando margem para outras formas de poderes que buscam recursos dentro do próprio recorte do bairro, gerando uma transterritorialidade⁵.

Partindo dessas discussões, é pertinente entender as dinâmicas capitalistas nas cidades, todavia, torna-se fundamental compreender como os espaços urbanos se configuraram a partir dessa lógica sistêmica de lucro e desigualdades que refletem, principalmente, nos processos de diferenciação espacial.

Desse modo, torna-se importante compreender como se consolidou o processo de urbanização no Brasil e para isso elencamos as ideias de Rodrigues (1998) ao mencionar que as tendências da urbanização brasileira se deram a partir de uma relação coexistente entre as elites e o Estado, como aconteceu no período da economia cafeeira a qual proporcionou infraestruturas para a industrialização dos anos 1930 do século XX com o seu declínio.

Nesse sentido, a autora atrela que a mensuração do processo de urbanização está diretamente vinculada ao processo de industrialização e elas foram mensuradas de forma contínua a partir dos de 1940 e, posteriormente, houve uma discussão referente a transição demográfica das populações relativas do campo e da cidade impulsionadas pelo êxodo rural e essa migração se consolida e a partir dos anos 1970 quando grande parte da população já residia em ambientes urbanos mesmo de forma precária.

Rodrigues (1998) menciona, então, que as estruturas urbanas do Brasil decorrem, em especial, devido ao processo de industrialização tardia, impulsionada pelas dinâmicas imperialistas de mercado. Dessa maneira, a autora faz uma breve comparação entre as

⁵ A transterritorialidade é a manifestação de uma multiterritorialidade em que a ênfase se dá no estar-entre, no efetivamente híbrido, produzido através dessas distintas territorialidades (HAESBAERT; MONDARDO, 2017, p. 17).

industrializações vinculadas a transição demográfica ocorridas na Europa (de forma gradativa) e nos países subdesenvolvidos no final da metade do século XX. Como mostra o quadro a seguir:

Figura 06 - Quadro comparativo sobre a industrialização dos países desenvolvidos Subdesenvolvidos

Países Desenvolvidos	Países Subdesenvolvidos
<ul style="list-style-type: none"> - 65 Anos para promover uma transição demográfica. - Revoluções Industriais (I, II e III) e a estrutura urbana caminharam juntas nesse processo gradativo. - Problemas sociais gradativos. 	<ul style="list-style-type: none"> - 40 anos para promover uma transição demográfica. - Industrialização Tardia (século XX) - Crescimento Urbano desacelerado - Problemas sociais acumulados.

Fonte: Rodrigues (1998). Adaptado pelo autor, 2020.

Rodrigues (1998) compreende que o processo de industrialização e urbanização tardia e acelerada é o apogeu das práticas imperialistas, pois a busca por desenvolvimento a todo custo gerou muitas contradições, dentre elas, a explosão demográfica, crise do sistema habitacional que posteriormente se configuraram nas ocupações precárias por classes subalternizadas. Isso se tornou uma marca evidente dos países de terceiro mundo.

Além disso, também se adotou como critério de países subdesenvolvidos a elevada taxa de fecundidade, ou seja, faz-se presente também a teoria neomalthusiana, já que esta aponta que a razão das condições que esses Estados-nações se encontram é em virtude dos “gastos” que o governo tem em subsidiar políticas públicas como escolas, hospitais e universidades. Ao invés de investir as arrecadações em indústrias e geração de emprego. Todavia, sabe-se que essa corrente do pensamento visa um posicionamento progressivo a todo custo e entreguista, típico das políticas neoliberais existentes.

Essas ideias também estão diretamente atreladas ao modo de produção capitalista ao qual Castells (2000) menciona que este se expande pelo ocidente e em decorrência disso emergiram diversas transformações na organização estruturante espacial e social das sociedades. O autor também aponta que há uma enorme diferença entre a perspectiva de urbanização para os países desenvolvidos (Hegemônicos) e subdesenvolvidos (Dominados).

Dessa maneira, pode-se inferir que no território brasileiro não houve uma urbanização vinculada a um processo de industrialização sedimenta e estruturante, como apontado na figura 06, mas sim a partir das influências que emergem no mundo ocidental, por isso os países subalternizados possuem uma relação de dependência com os países ricos.

Percebe-se que existem contradições sobre os efeitos positivos desses processos decorrentes no Brasil, pois neles estavam contidas diversas formas de melhorias como o progresso social, das condições de renda, e produção de bens. No entanto, o território brasileiro não apresenta essas características de forma efetiva, principalmente por ter sido colônia de exploração (açúcar, ouro) no período do pacto colonial. Posteriormente, também passou a ganhar importância na economia mundial como uma potência em agro exportação. Isso também reflete no papel que lhe é concedido na Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

Rodrigues (1998) menciona que a industrialização brasileira é internacionalizada e dependente do aparato tecnológico dos países desenvolvidos. Sendo que estes promovem também medidas protecionistas com o aumento dos juros e da inflação vinculado aos baixos salários. Essas formas de dependência são muito perigosas para a soberania da nação, haja vista que ela fica completamente vulnerável as economias instáveis do mundo globalizado.

A indústria move as economias em diferentes vertentes, que podem variar desde a modernização do âmbito rural, por meio da mecanização e nas próprias especialidades de serviços (RODRIGUES, 1998). Ainda falando sobre essa dependência em relação aos países industrializados desenvolvidos, torna-se pertinente compreender que a vulnerabilidade de colapsos econômicos pode afetar de forma direta a crescente do desemprego conjuntural, pois as economias nacionais hoje estão diretamente ligadas aos fluxos econômicos atuais.

Essas crises econômicas afetam, principalmente, os países subalternizados, que necessitam movimentar a sua economia interna a todo custo, mesmo comprometendo a estrutura trabalhista dessas localidades. O que remete a esse contexto é o trabalho informal e o subemprego que tem apresentado uma elevação nos últimos anos, devido as dificuldades da encontra de um emprego formal e não se pode esquecer das perdas dos direitos trabalhistas adotadas por políticas neoliberais que têm sido adotadas desde 2016 no Brasil.

Essas dinâmicas têm sido prejudiciais à soberania da nação, visto que o objetivo dessa política é afundar o país nessa dependência dos países do sul (pobres) em relação aos países do norte (ricos). O que se pode inferir partindo dessas análises é que se vive um novo pacto colonial, mas agora o cenário é diferente ao que Castells (2000) chama de urbanização dependente.

No caso do Brasil, esse processo tem como base estruturante mudanças nas formas de acumulação de riquezas, em que se fez necessário para que o capital circulasse, valorizasse e acumulasse, a criação dos mercados de trabalho e de consumo. Pode-se mencionar as medidas gradativas como forma de quebra do regime escravista brasileiro como as leis que proibiam o

tráfico negreiro, lei do Sexagenário, lei do Ventre Livre até chegar ao ano de 1888 com a assinatura da lei Áurea.

Essas estratégias promoveram uma maior circulação de capital e a consolidação do mercado consumidor, devido as pessoas venderem sua força de trabalho em prol de sobrevivência com base no consumo de produtos que são frutos do processo de alienação e mais-valia apontada por Marx.

Em 1889 chegou ao fim do Brasil Império dando início ao período republicano que se dividiu em duas fases primordiais. A primeira corresponde a iniciativa militar e a outra foi um governo elitista de economia local. O segundo momento dessa forma de governar foi marcada pela economia cafeeira que se estendia na região Sudeste do Brasil, trazendo inúmeras transformações, como a migração e as infraestruturas que cresceram ao longo dessa economia.

O setor logístico sofreu muitas mudanças como aberturas de estradas, ferrovias e portos. Isso tudo era para subsidiar as exportações, já que sua política agrícola se baseava no mercado externo (RODRIGUES, 1998). Por isso que, com a crise de 1929, quando o mundo sentiu o “*crash*” econômico, houve uma redução e, conseqüentemente, o declínio do ciclo do café, colocando em xeque a política do café com leite entre São Paulo e Minas Gerais e, posteriormente, trazendo uma visão do aumento da indústria partindo das infraestruturas deixadas por essa economia

Dessa forma, compreende-se que a industrialização tardia brasileira ganha força com a implementação das indústrias e a criação das leis trabalhistas nos anos 1930 do século XX. As conseqüências desse processo tardio acarretaram diversos problemas sociais, dentre eles está a explosão demográfica no âmbito urbano que não foi acompanhada de uma infraestrutura suficiente para atender tais demandas. Além disso, as ofertas de empregos não eram suficientes ocasionando o que Marx chamava de “exército de reserva”.

As condições as quais essa população é submetida, obrigam-nas a residir nas proximidades da maior concentração de serviços, pois o objetivo é estar próximo das possibilidades de emprego, ou seja, qual for as suas intencionalidades. É pertinente entender que na atual conjuntura do sistema capitalista, principalmente nos países de urbanização dependente, onde o desemprego e a própria periferia catalisam o sistema econômico atual, essa é uma das formas de perpetuação do sistema.

Maricato (2015) aborda que as periferias, ou melhor, a mão de obra empregada e desempregada sustentam a dinâmica econômica dos grandes centros por meio da sua força de trabalho, algo que vai além da apropriação do trabalho e da produção da mais-valia. Desse

modo, entende-se que o espaço urbano apresenta um mosaico de relações e reflexões que permitem uma análise mais precisa de seus estudos.

As dinâmicas sociais que são responsáveis pelas transformações são tomadas por determinados grupos que Corrêa (1995) denomina como agentes sociais. “A ação desses agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classes que ali emergem” (CORRÊA, 1989, p. 11).

Diante dessas múltiplas ações desses agentes, notam-se algumas disparidades entre os espaços, onde o fator renda se torna importantíssimo para a divisão de classes e na própria configuração espacial. A exemplo disso, tem-se o processo de periferização decorrente das desigualdades socioespaciais e socioeconômicas. Sendo assim, consegue-se mostrar que a cidade é um campo múltiplo, desigual e contraditório. Torna-se, portanto, necessário compreender que o espaço urbano é considerado um meio de consumo, uma vez que o trabalhador, o consumidor possui necessidades de morar em um determinado lugar.

Partindo dessa perspectiva, Sposito (2011) compreende que as diferenciações socioespaciais são marcas das cidades desde o princípio da urbanização e afirma que há uma coexistência entre as cidades e as divisões sociais e territoriais do trabalho e a autora faz uma discussão acerca das relações de trabalho no âmbito das cidades e no âmbito rural.

Vale ressaltar que o processo e formação das cidades e as divisões territoriais e sociais do trabalho antecedem ao desenvolvimento capitalista, haja vista que o mundo já se tinha vivenciado outros modos de produções, em vários momentos da história. Desse modo, entende-se que a produção do espaço pode ser compreendida a partir de uma relação dialética entre sociedade x espaço e suas transformações ao longo do tempo.

Dessa forma, as ideias de Nascimento (2019) acerca das dinâmicas da produção do espaço urbano explicam que as cidades são o *locus* das ações perversas do mundo globalizado. E o autor também traz as ideias de Carlos (2011) que classifica o espaço em três dimensões primordiais que é o vivido, percebido e concebido. Além disso, aborda a ideia do espaço como condicionante e meio das relações humanas, mediadas por interesses. Nesse sentido, as relações capitalistas se espacializam dada a uma condição que na maioria dos casos são mediadas pelo próprio Estado.

Ao se falar do espaço como condicionante para determinadas atividades sociais, classificam-se principalmente as relações mercadológicas que são produtos dinâmicos e constantes de uma apropriação realizada pelas lógicas capitalistas. Sendo assim, compreende-

se que essas ações ocorrem por meio das desigualdades e, conseqüentemente, formam as diferenciações socioespaciais.

Partindo dessas ideias, pode-se apontar as realidades urbanas brasileiras em diversas escalas, dentre as quais podemos apontar o caso da Região Metropolitana de Belém que apresenta uma complexidade de relações que refletem nas dinâmicas econômicas, sociais e espaciais. Desse modo, a materialização espacial está baseada nas ações de agentes desiguais que produzem o espaço urbano, pois é dinâmico e estratégico para o capital obter espaços diferenciados, devido as funcionalidades que neles são atribuídos.

Nos moldes da sociedade capitalista é válido ressaltar que as características consumistas se dão de formas desiguais, reflexo das divisões de classes associadas ao aspecto socioeconômico que apresenta como consequência o processo de segregação residencial, uma vez que a especulação imobiliária busca produzir o espaço, por meio de uma dissociação entre o local de se viver e de se trabalhar. É nesse contexto que as periferias urbanas se manifestam, em especial aos limites dos centros urbanos, como é o caso das periferias da porção sul da cidade de Belém.

Silveira (2003, p. 37) menciona que “a periferia é fruto dessas dinâmicas de reprodução capitalista, pois elas são áreas localizadas juntas ao limite do perímetro urbano que são caracterizadas como áreas de expansão das cidades”. Ao longo do tempo, em especial a partir da década de 1970, essas periferias passaram a fazer parte do tecido urbano da capital paraense, e essa forma de periferia apontada por Silveira (2003) pode ser aplicada aos lugares mais afastados da área urbana da Região Metropolitana de Belém.

Para classificar o bairro da Terra Firme no contexto da periferização urbana da cidade de Belém é interessante apontar as ideias de Ferreira (1995) e Couto (2018), quando ambos apontam que apesar dela está inserida no tecido urbano da cidade de Belém, elas sofrem com as precarizações de infraestrutura e serviços, porém ela ainda mantém a conexão dos bairros periféricos com o centro da cidade, dando a ideia de espaço fragmentado e articulado. Vale frisar que a produção da periferia é algo estratégico para o sistema acumular capital e reproduzir a força de trabalho. O exemplo disso é o processo de migração pendular, onde o trabalhador se articula no espaço, por meio das relações de produção e circulação de capital e ao mesmo tempo é fragmentado por residir em localidades distantes e menos favorecidas por não serem o foco da circulação de bens.

As cidades são conhecidas por excelência como um canal de circulação para o capital, e nela também está contida a reprodução da força de trabalho e obtenção de lucro por viés da mais-valia. Diante do processo de lucro e exploração é nítida a diferença entre classes. Por

isso, consegue-se entender o papel das cidades e da segregação residencial que é atribuída, sobretudo, na relação entre centro e periferia.

Souza (2013) aponta que essa relação se dá a partir da segregação residencial que é motivada por questões financeiras, em que as pessoas que não possuem condições de residirem no centro das cidades são deslocadas pelo processo de especulação imobiliária para as áreas mais distantes e *menos desejadas* de se habitar, em outras palavras, não estão ali por opção e sim porque o sistema impôs a sua vontade mercadológica e desigual.

Maricato (2015) classifica esse processo como produção do espaço transformado pela classe trabalhadora nos seus horários de folga. Isso já determina quem são os agentes que produzem esses espaços precários que Freitas (2007) chama de periferização, isto é, espaço construído de forma precária ao redor daquilo que chamamos e conhecemos como centro.

A cidade, nesse contexto, é entendida como o lugar por excelência de reprodução da força de trabalho, pois as suas relações estão ligadas diretamente às relações capitalistas e, como consequência dessa dinâmica, o processo de urbanização tende a acelerar ao longo dos anos, porém, os serviços públicos como saúde, educação, segurança e lazer não conseguem sanar as necessidades dos indivíduos na sua totalidade, já que a população que reproduz a força de trabalho (classe trabalhadora) aumentou o seu contingente populacional ao longo do tempo, principalmente, nas periferias.

Um exemplo disso foi a formação dos bairros periféricos de Belém devido a sua expansão urbano-populacional nas proximidades dos centros da cidade ocasionada pelas contradições de seus ciclos econômicos, em especial, no período da borracha no século XIX. Dessa forma, a primeira área de expansão da cidade de Belém foi a Primeira Légua Patrimonial de Belém (PLPB)⁶ a qual agrega as localidades ocupadas pelas elites locais (centrais), enquanto os periféricos foram crescendo devido ao processo de segregação socioespacial, em virtude dos condicionantes de renda que afetaram nas dinâmicas de produção e reprodução do espaço urbano.

Durante o século XX, mais especificamente na sua segunda metade, as cidades passaram a ganhar maior importância, devido ao processo de urbanização, aumento do êxodo rural e a metropolização que intensificaram esses crescimentos populacionais e posteriormente foram ocupando as localidades que conhecemos como periferias urbanas.

⁶ A definição da chamada linha da Primeira Légua Patrimonial de Belém foi instituída a partir de um plano de alinhamento urbano, que determinou a porção de uma légua de terras (4.110 hectares) doada pela Coroa Portuguesa como fundiário patrimônio da cidade a contar do marco de fundação da cidade (PALHETA *et al.*, 2016, p. 186).

Nesse sentido, entende-se que a crise urbana está pautada no crescimento urbano desenfreado, vinculado ao mal planejamento e na precarização de serviços dos aparelhos urbanos (MARICATO, 2015).

Ao apresentar essas discussões iniciais sobre a cidade e o espaço urbano, percebemos que no bairro da Terra Firme se apresenta esse caráter de urbanização desigual, contraditória e sujeita a inúmeros campos de força dos agentes que produzem o espaço. Nesse sentido, compreende-se que as periferias surgem através das fortes relações dialéticas entre classes que impulsionam grande parte da população a viverem às margens dos centros urbanos. Esse processo define muito o que Maricato (2015) diz sobre a cidade ser um vasto campo de relações mercadológicas e de reprodução da força de trabalho. Em consequência disso, pode-se apontar as intenções dos agentes e suas territorialidades, partindo sempre das materialidades e imaterialidades presentes no espaço.

Desse modo, a periferização é apropriada pelas dinâmicas do território, já que o espaço periférico é o ponto de partida para diversas ações, mas quem dita as regras e as dinâmicas são os agentes territoriais. Partindo das ideias de Raffestin (1993), não existem vazios de poder, o que acontece são as manifestações heterogêneas (poder não institucional) ocasionadas pela busca de recursos de sobrevivência a partir fissuras de um poder homogêneo (institucional).

3.2 O Território, Territorialidade e suas influências na violência e da criminalidade

O conceito de território é utilizado por profissionais de diversas ciências e áreas de atuação como a educação, cultura e, em especial, a segurança pública. Ele é conhecido como um conceito polissêmico devido a sua variância de seus significados. Por muitas vezes o território foi utilizado sem as definições da leitura geográfica e isso levou a uma série de definições errôneas, entre elas está a concepção de que o conceito se resume ao substrato que assenta uma determinada população (STUMMER; COSTA, 2017).

Essa é uma forma tradicional de se compreender esse conceito. Todavia, isso ainda é bastante apropriado pelos órgãos oficiais que promovem as políticas públicas as quais são orientadas pelo governo. Sendo assim, nota-se que é essencial ainda promover uma visão tradicional para se manter o controle sobre determinadas situações que, nesse caso, o Estado as enxerga resumidamente como o campo da materialidade.

Para a ciência geográfica o território é tão importante quanto aos conceitos de espaço, paisagem, lugar e região. Ele é concebido como instrumento útil para compreender as

diferentes formas de apropriação das porções espaciais que ocorreram e ainda ocorrem por meio de um processo contínuo na relação entre sociedade x natureza.

Analisar os fenômenos sociais a partir do conceito de território é muito pertinente, em virtude das diversas facetas e interesses que este conceito pode estar atrelado para aspectos culturais, sociais, religiosos e econômicos, sendo este último um dos principais objetivos dos agentes territoriais, pois eles buscam o lucro, algo típico do sistema capitalista em que vive a população brasileira.

Desse modo, pode-se apontar que dentro dos espaços urbanos surgem intencionalidades e objetivos a serem alcançados ou até mesmo disputados por quem busca estabelecer as suas relações de poder, logo o território pode ser atribuído as dinâmicas mercadológicas a partir do momento que os recursos que esses agentes buscam tenham o objetivo de gerar margem de lucro. Dessa forma torna-se indissociável a relação entre território e mercado.

Assim como o espaço urbano pode ser visto como fruto das relações de mercado, o território também passa a ser usurpado pelas dinâmicas do capitalismo, por meio da fluidez dos agentes que buscam estabelecer as suas relações de poder, especialmente para obter lucro, seja de forma legal ou ilegal. Nesse sentido, o dinheiro passa a ser um dos principais motivos para se fazer o uso do território.

Nesse sentido partindo das ideias de Milton Santos sobre o dinheiro e o território pode-se apontar que:

O dinheiro é uma invenção da vida de relações e aparece em decorrência de uma atividade econômica para cujo intercâmbio o simples escambo já não basta. Quando a complexidade é fruto de especializações produtivas e a vida econômica se torna complexa, o dinheiro acaba sendo indispensável e termina se impondo como um equivalente universal das coisas que são objetos de comércio. Na verdade, o dinheiro constitui também um dado processo facilitando o seu aprofundamento, já que ele se torna representativo do valor atribuído a produção e ao trabalho (SANTOS, 2006, p. 97).

O território se apresenta como uma arena de movimentos cada vez mais numerosos, fundados sobre uma lei do valor que tanto deve ao caráter da produção presente em cada lugar como as possibilidades e realidades de circulação. O dinheiro, é cada vez mais, um dado essencial para o uso do território (SANTOS, 2006, p. 99).

Essa característica reflete diretamente nas desigualdades socioeconômicas entre as classes sociais que - por meio de uma dialética - buscam se territorializar de acordo com as suas condições. Um exemplo disso é que em algumas áreas ou localidades a lógica da especulação imobiliária se faz presente com investimentos pesados em termos de infraestrutura, segurança e logística, enquanto outras a autoconstrução toma o cenário da

paisagem com casas precarizadas, ruas não pavimentadas, falta de saneamento básico e abastecimento de água.

Partindo dessas análises, o território é produzido pelas dinâmicas capitalistas, pelos produtores do espaço urbano e pelos agentes territoriais locais que, uma vez articulados com o poder paralelo, buscam estabelecer as suas relações mercadológicas, por meio, por exemplo, a partir da comercialização de drogas ilícitas, a venda de uma sensação de segurança como rondas e monitoramentos decorrentes, principalmente, das áreas comerciais dentro dos bairros periféricos. Logo, nota-se que há uma divisão socioeconômica e socioespacial dentro de qualquer escala.

As discussões referentes ao espaço nos permitem compreender como se dão as características de formação e produção de um determinado território. Muitos autores buscam relacionar o seu início mediante as relações no espaço, por meio da configuração territorial que modifica as dinâmicas sociais de acordo com os interesses dos agentes. Sendo assim, essa configuração pode ser entendida como a materialização das ações humanas no espaço (CORRÊA, 1995).

Raffestin (1993) compreende que o espaço é anterior ao território. Nesse sentido, a definição de espaço baseia-se na configuração de um dado natural, enquanto o território se configura a partir da apropriação deste e ele é produzido pelo resultado de uma ação conduzida por atores sintagmáticos. Em outras palavras esses agentes se territorializam a partir de onde se projetou um trabalho baseado na energia e informação, em linhas gerais, é onde se estabelece a comunicação e as ações que provocam as transformações de acordo com os interesses do homem. Podemos entender, portanto, que o território é a prisão que os homens constroem para si.

O espaço é de certa forma um “dado” como se fosse uma matéria prima. Preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento que um ator manifeste a intenção dele se apoderar. Evidentemente o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora a produção, por causa de todas as relações, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Partindo dessas ideias é válido mostrar que a produção de um território não se dá em uma relação unidimensional, mas sim de um par dialético das ações de determinados atores, por meio de um sistema sêmico, ou seja, de significados (RAFFESTIN, 1993). As relações de poder estabelecidas no espaço político produzem o território, mas ele passa a ser organizado e produzido diante da formação de nós e redes que permitem a circulação da informação.

Esses sistemas de tessituras, de nós e redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ ou possuído.

Permite ainda impor e manter uma ou várias ordens. Enfim permitem a integração e a coesão dos territórios (RAFFESTIN, 1993, p. 151).

Essas formas de apropriar-se do espaço configura no que entendemos como territorialidades, cujas características territoriais passam a ser moldadas, por meio das energias e informações dos atores. Souza (2013) ressalta em suas discussões que o território é definido como um espaço delimitado pelas relações de poder, no qual é necessário compreender as dimensões das dinâmicas dessas relações pelos agentes que os produzem. Sendo assim, é importante entender o processo de consolidação territorial, por meio da materialidade ou da simbologia.

O território e o poder são coexistentes, logo, não podem ser analisados de forma dissociada de um determinado contexto, mas deve haver o cuidado ao promover suas discussões, já que podem ser facilmente confundidos com a força, vigor e a violência. Essas definições estão presentes na sociedade e diversos agentes territoriais se manifestam por meio destas ações para obter o controle ou defesa da sua territorialidade.

Vale lembrar que para Arendt (1994) o poder não é propriedade dos indivíduos, mas ele tem na sua essência o consentimento do coletivo, pois Raffestin (1993) compreende que na população está contida a essência do controle do território. Por isso, torna-se importante estabelecer normas e regras para que a populações sigam e suas relações sejam estabelecidas. Essa é a lógica das territorialidades em bairros periféricos, que se configura em formas de avisos simbólicos e materiais.

O Poder é um fenômeno que resulta do agir em prol do coletivo (ARENDR, 1994), é a habilidade humana para exercer decisões através do consenso, não sendo visto como posse dos indivíduos, mas sim como um locus de ação criado e legitimado por um determinado grupo de pessoas. Estar no Poder, portanto, é estar autorizado pelo conjunto. Dessa forma, conseguimos entender que dentro de uma dada realidade é possível obter diversos coletivos bem articulados que exercem as suas relações políticas, remetendo ao que Foucault (2004) chama de “microfísica do poder”, isto é, entendido como um território que está sujeito a diversas ações dos inúmeros agentes territoriais.

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, do que um privilégio que se pudesse deter; que se seja dado como modelo antes a batalha perpétua do que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que se apodera de um domínio. Temos, em suma, de admitir que esse poder se exerce mais do que se possui, que não é ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados (FOUCAULT, 1975, p. 29).

De maneira inicial, é importante que se tenha a compreensão que o poder é inerente ao território. Ele pode ser entendido de duas formas: a primeira se traduz no caráter institucional do Estado. Essa característica se dá através das instituições e das leis e os códigos de controle social, permitindo o estabelecimento das relações no território através das políticas públicas vinculadas ao Estado. A segunda característica remete a ideia das relações sociais que se escondem por trás do poder institucional, ou seja, o poder que está ligado diretamente às relações de outros agentes territoriais. (RAFFESTIN, 1993).

É importante frisar que o território e poder são coexistentes em qualquer contexto, pois o território pode ser definido como um resultado das territorialidades exercidas pelo homem através de uma intensa relação trivial que Raffestin (1993) aponta como espaço – sociedade e tempo. Essas características permitem que tenhamos o entendimento dessas dinâmicas correlacionadas para compreender as dinâmicas políticas de uma dada realidade.

O território é produzido por atores através da energia e da informação, ou seja, da efetivação, no espaço (este é anterior ao território, compreensão ratificada em Raffestin [2005]), das redes de circulação-comunicação, das relações de poder (ações políticas), das atividades produtivas, das representações simbólicas e das malhas. É o lugar de todas as relações, trunfo, espaço político onde há coesão, hierarquia e integração através do sistema territorial. O território é resultado das territorialidades efetivadas pelos homens, naquilo que Raffestin (1993/1980) denomina de conjunto de relações do sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo (SAQUET, 2008, p. 79)

O território é produzido a partir das relações políticas do homem no espaço. Nesse sentido, ele pode ser compreendido através das ideias de Saquet (2008) como uma construção coletiva e multilateral e com múltiplas territorialidades por diversos agentes que estão contidos nele. Essa abordagem territorial implica diretamente nas ideias de Hasbaert (2004) que define seus estudos sobre o território a partir de diferentes facetas, mas, especialmente, baseando-se em três principais.

A primeira consiste na relação política e jurídica, em que o território é visto como um espaço delimitado e controlado, sobre o qual se exerce um determinado poder, sobretudo o de caráter estatal. No segundo momento ele pode ser analisado pelo caráter cultural e simbólico. A terceira faceta do território destaca a territorialização na sua perspectiva materialista, sendo ela um produto do embate entre as classes sociais e a relação do capital e produção.

Essas dinâmicas de poder se dão em diversas localidades, dentre elas está a periferia, a qual é marcada pelas desigualdades socioeconômicas que refletem na configuração espaço-territorial. Assim, é possível compreender as dinâmicas do poder institucional e as

características do poder paralelo que em muitos casos são atrelados a violência e a criminalidade.

Essa última denominação de território corresponde claramente ao processo de produção da cidade segundo as ideias de Corrêa (1995) e Maricato (2015), quando a produção do espaço urbano consiste necessariamente nas relações dialéticas das classes sociais. Diante dessas dinâmicas, observa-se que o processo de desigualdades socioespaciais resulta deste contexto, colocando assim, alguns espaços propícios a problemas sociais dentre eles o crime, em especial os homicídios, fazendo com que haja a formação do território da violência.

No bairro da Cabanagem, por exemplo, Costa (2020) estabelece uma abordagem que agrega as discussões de território vinculadas ao controle do tráfico de drogas nas dinâmicas do bairro, em que correram diversas tensões por grupos que disputavam relações comerciais da venda de drogas. Isso influenciava o comércio, serviços e a organização do bairro. É um exemplo clássico da configuração da violência como instrumento de dominação.

Essa forma de territorialização da violência também está atrelada a configuração do território-rede, o qual Reis Netto (2018) menciona que as ações do comércio de varejo da droga estão ligadas as redes de presídios, os agentes territoriais estão vinculados as grandes facções criminosas que estabelecem suas ordens e “missões” e, posteriormente, buscam se territorializar nessas localidades periféricas. Consequentemente, enxergam-se pichações e símbolos que marcam a presença de normas e regras a serem obedecidas por esse coletivo articuladas as dinâmicas criminosas.

O processo de periferização e as precariedades dos serviços públicos são fatores importantes para entender a instalação desses grupos, mas quem explica em si as dinâmicas de crimes violentos como o homicídio são as práticas territoriais ali existentes.

3.3 Violência, Crime e Criminalidade uma discussão conceitual e empírica

A violência urbana, apresenta-se, comumente, como o objeto de estudo à diversas ciências, e mais recentemente à Geografia, a qual busca entender essa temática e, sobretudo, a dinâmica da criminalidade a partir do espaço e do território, no plano das relações entre os diversos agentes espaço-territoriais.

O crime interfere de forma direta no cotidiano de grande parte da sociedade brasileira, por exemplo, através da sensação de medo que leva a busca por estratégias de defesa e de “segurança”, principalmente, por meio de muros, grades e o receio a determinados locais em horários específicos (SOUZA, 2008).

Aponta-se, assim, como componentes determinantes diversas tipificações de crimes, como os assaltos, os furtos e, no cerne da presente pesquisa, os homicídios, os quais são caracterizados como um dos extremos da violência humana. Analisar o presente tema, então, a partir do viés geográfico e cartográfico permite-nos ter a compreensão de quais fatores contribuem para esses elevados índices nos últimos anos.

Desse modo, compreende-se que o fenômeno é recorrente principalmente nas médias e grandes cidades, como é o caso do município de Belém, capital do Estado do Pará, e mais especificamente no bairro da Terra Firme. O presente tópico busca compreender a territorialização dos homicídios no bairro da Terra Firme nos anos de 2013 a 2017 a partir das relações de poder estabelecidas pelos agentes que disputam o território ou que exercem a sua hegemonia.

Para falarmos das dinâmicas dos homicídios, faz-se necessário compreendermos os conceitos da Geografia, como o espaço e o território que tangem essa pesquisa, além dos conceitos de outras áreas do conhecimento como o poder e violência.

Inicialmente, aponta-se uma breve discussão do território a partir das ideias de Raffestin (1993), que o define como produto da realização de um trabalho feito por atores sintagmáticos que organizam as suas ações de acordo com suas intenções. Posteriormente, Souza (2013) classifica a definição deste conceito a partir das relações de poder existentes no campo material e simbólico em que o território passa a ser propício a diversas territorialidades e desterritorialidades constantemente.

Haesbaert (2004) afirma, por sua vez, que o território pode ser visto, por meio de diversas formas podendo variar do seu campo político até o seu campo nos embates ocasionados pelas diferenças de classes. Dessa forma, entende-se - com as ideias desse autor - que o território pode ser definido a partir das relações de poder no espaço político.

A partir do território, podemos compreender diversas ações contidas nas sociedades, mais especificamente no que tangem o crime, a criminalidade e a violência nas cidades brasileiras. Dessa forma, enxerga-se uma disputa territorial de dois ou mais atores sociais, que Raffestin (1993) classifica como um verdadeiro campo de forças. Logo, podemos compreender o reflexo dessas relações de poder existentes, por meio da força, do vigor e da violência (ARENDRT, 2001).

Raffestin (1993), menciona que não há espaços vazios de poder, isto posto, percebe-se diretamente as relações do poder paralelo que se enraízam a partir das fissuras do Estado, estabelecendo assim seus códigos e regras, podendo estar de acordo ou não com a legislação

do Estado. É nesse contexto que a territorialização do crime se prolifera nos espaços urbanos brasileiros, especialmente nas periferias que carecem de condições básicas para sua dignidade.

A territorialização do crime se consolida, em especial, a partir da violência que é utilizada principalmente como um instrumento de dominação dos corpos e na formação de indivíduos obedientes as normativas. Todavia, nota-se que os territórios estão sujeitos a novas territorialidades, percebem-se, então, múltiplos territórios dentro de um determinado recorte espacial seja, Estado, Município e até mesmo na escala de um Bairro (HAESBAERT, 2014).

Essas múltiplas territorialidades geram um campo de tensão e conflitos entre os agentes territoriais. Isso tem ocorrido em diversas cidades brasileiras como São Paulo e Rio de Janeiro, no que se diz respeito à disputa de território por facções criminosas, milícias e pelo próprio Estado (SOUZA, 2008).

Ao trazer essas discussões para a realidade das cidades amazônicas, especialmente Belém, nota-se que há semelhanças e particularidades no que se diz respeito as disputas territoriais, onde é possível observar que facções buscam enraizar-se a partir das áreas mais vulneráveis para estabelecer as suas atividades, nesse caso, tratam-se das áreas que se entendem como periferias.

Desse modo, compreende-se que o bairro da Terra Firme também está inserido nesse contexto de disputas territoriais, uma vez que se percebem as ações referentes ao tráfico de drogas, grupos que realizam serviços de segurança privada e o Estado que buscam estabelecer uma “ordem” de acordo com seus interesses.

Partindo dessa perspectiva, temos a simbologia do território em que Haesbaert (2004), aponta, substancialmente, no que se diz respeito às pichações informando que é proibido roubar em certas localidades com o intuito de não chamar a atenção do Estado para essas áreas. Os grupos de segurança privada que se territorializam a partir do financiamento da vigilância nos centros comerciais e em algumas residências, onde instalam câmeras e rondas frequentes. Por fim, o Estado que possui o amparo da lei para exercer a sua hegemonia, podendo utilizar do seu caráter coercitivo na legalidade.

Enquanto os demais, utilizam de ações coercitivas ilegais como lesões corporais em forma de “aviso” ou a violência extrema que delimita a vida do indivíduo – o homicídio. Além disso, também existem casos de mortes ocasionadas por disputas de pontos de vendas de tráfico, segundo as informações obtidas em campo.

Esses fenômenos ocorrem principalmente devido aos recursos que são disputados em determinados territórios que, muitas vezes, podem não ser o mesmo para cada agente territorial. Por exemplo, para o tráfico de drogas varejista se manifestar é preciso ter uma série

de “vantagens” que permitam as suas ações como a precariedades dos espaços que para estes são posições estratégicas para esconder a mercadoria e permitir a fuga caso haja tensões não é toa que muitos criminosos quando cometem delitos se direcionam a essas localidades.

Por outro lado, a segurança privada busca suas territorialidades a partir das dinâmicas de mercado existentes em algumas localidades. O exemplo disso são as regiões comerciais de bairros que adotam esse mecanismo, e acabam incentivando o trabalho informal e clandestino desses tipos de serviços. Esse financiamento ocasiona conseqüentemente alguns homicídios que podem estar atrelados a pequenos delitos, como furtos ou roubos em estabelecimentos comerciais.

3.4 O crime e criminalidade

Antes de abordarmos as dinâmicas da territorialização dos homicídios, é preciso compreender que existem relações diretas e indiretas entre o controle do território e crime, violência e criminalidade. No entanto, tornou-se comum e errôneo classificar estes como sinônimos, por isso, busca-se nesse tópico a diferenciação dessas categorias a fim de que se tenha uma melhor análise sobre a temática (MELGAÇO, 2005).

Nesse sentido, buscamos as definições dessas categorias por meio das leituras de Melgaço (2005), Dornelles (1988), Beato (2012) e Fausto (1984). O primeiro faz uma discussão acerca da definição de crime e a compreende como qualquer ação que infringe a lei, ou seja, são atitudes que vão contra os códigos legais impostos pelo Estado.

Por outro lado, Dornelles (1988) menciona que há uma grande dificuldade de definir ao certo o conceito de crime, haja vista que ele pode ser enxergado por uma visão uniforme e linear, pois o autor compreende este como uma categoria polissêmica. Logo, ela poder ser analisada de acordo com as vivências de mundo dos indivíduos.

Dessa forma, o crime pode ser visto de diversas formas como menciona Dornelles (1988):

O crime pode ser visto como uma transgressão à lei, ou como uma manifestação de anormalidade do criminoso, ou como produto do funcionamento inadequado de algumas partes da sociedade (grupos sociais, favelas etc.). Pode ser visto como um ato de resistência, ou como resultado de uma correlação de forças em dada sociedade que passa a definir o que é crime e a selecionar a clientela do sistema penal de acordo com os interesses dos grupos detentores do poder e dos seus interesses econômicos (DORNELLES, 1998, p. 27).

Partindo das ideias de Dornelles (1988) o crime possui um caráter múltiplo e pode se aplicar sobre as sociedades dos mais variados tipos, todavia, o que se enxerga de forma mais

evidente é o que a legislação aponta como prática ilícita determinadas ações no cotidiano de muitas realidades inclusive as dos centros urbanos e suas periferias.

Ainda falando sobre o conceito de crime, Batella (2008) faz uma breve discussão histórica e evolutiva das conceituações deste, pois o autor classifica que há uma complexidade, no que diz respeito a definição de crime.

Tal conceito tem uma perspectiva histórica. Quando surgiram as primeiras civilizações, tornou-se necessário o estabelecimento de leis que visavam limitar e regular a conduta das pessoas diante de atitudes consideradas nocivas e reprováveis. O rompimento com essas leis era considerado desvio – crime – e seus infratores estavam sujeitos às penalidades previstas. Algumas dessas leis foram decretadas antes mesmo da Era Cristã (BATELLA, 2008, p. 28).

Nesse sentido, nota-se que já existiam práticas punitivas a respeito de condutas que tangiam de um determinado grupo social. Isso é decorrente em diversas sociedades, principalmente nas que possuem os seus próprios códigos e leis, válido para diversos tipos de territórios da atualidade.

Batella (2008) menciona que houve uma evolução das definições de crime, pois o autor entende que este tem um caráter polissêmico e cada crime possui a sua historicidade e individualidade, ou seja, esse conceito engloba outras ações que nele estão embutidas. Sendo assim, Batella (2008) perpassa em suas análises sobre a definição de crime e o enxerga a partir de três vertentes da ciência jurídica.

A primeira consiste a partir da doutrina penal brasileira que considera como crime toda ação humana que infringe o código penal. Essa definição apresentou falhas, sobretudo, por se restringir apenas ao código penal e não levar em consideração nenhum outro fator existente. Logo após essa definição simplória, buscou-se ampliar a definição dessa categoria de análise, por meio da definição material de crime como um fato resultante da conduta do homem que fere ou põe em risco um bem jurídico abarcado pela legislação.

Por fim, Batella (2008) aponta o dogmatismo do conceito de crime que passou a ser definido como toda ação ou determinadas omissões típicas que são antijurídicas (são contra os códigos estabelecidos pela legislação) e no seu caráter culposos.

As discussões sobre crime ganham destaque no seu caráter analítico nas leituras de Melgaço (2005) que faz uma abordagem baseada na distinção de legalidade e legitimidade, pois entende-se, a priori, que ambas estão diretamente em concordância, todavia, nota-se, a partir das ideias do autor que nem sempre o legal é legítimo, assim como o ilegal não é a todo momento ilegítimo.

Torna-se importante essa distinção por estarmos falando de crime, logo, compreendemos daquilo que se infringe a legislação, enquanto as leis foram criadas por

grupos hegemônicos para estabelecer o comportamento de uma determinada sociedade. Dessa forma, Melgaço em seu debate no livro “A Geografia do Atrito” aponta que:

A discussão do conceito de crime precisa ser necessariamente acompanhada do debate sobre o que é legal e o que é legítimo. Quando falamos em crime estamos falando daquilo que infringe a lei, ou seja, o ilegal. As leis, são construções sociais criadas por grupos na maioria das vezes hegemônicos. Por isso, nem sempre o que é legal é legítimo e nem sempre o ilegal é ilegítimo. Porém, é necessária a ressalva de que a concepção de legitimidade também é social e dependente do lugar, da classe, do grupo e dos interesses daqueles que avaliam a situação em questão (MELGAÇO, 2005, p. 19).

O autor compreende que a fronteira entre a legalidade e ilegalidade é bastante complexa, no que se diz respeito aos comportamentos das sociedades serem distintos. Esses limites são, então, ponderáveis e sucessíveis a flexibilização por causa das desigualdades entre indivíduos, algo notório quando alguns atos que são vistos como criminosos são cometidos por agentes hegemônicos.

Por fim, Melgaço (2005) afirma que as leis foram criadas para, sobretudo, satisfazer os interesses de determinadas classes específicas. Por isso, algumas ações criminosas são cometidas por estes e a legalidade se apresenta omissa no caráter punitivo, por conta disso, ela não pode servir de parâmetro para as discussões de justiça nas cidades. Vale ressaltar que ações criminosas são relativas, já que dependem diretamente do contexto social e territorial em que estão inseridas. Um exemplo disso são os homicídios que em algumas sociedades são permitidos através da pena de morte ou da eutanásia química, como aponta Melgaço (2005).

Boris Fausto (1984) busca compreender o discernimento de crime e criminalidade ao mencionar que ela é vista como, por meio de atitudes criminosas na sua pluralidade enquanto o crime é visto na sua singularidade. Sendo assim, Batella (2008) afirma que existem tipologias de crimes, enquanto a criminalidade é consequência da espacialização deles.

Sobre a tipificação criminal, o Código Penal Brasileiro apresenta 11 classificações para os crimes, sendo elas: crimes contra a pessoa, crimes contra o patrimônio, crimes contra a propriedade imaterial, crimes contra a organização do trabalho, crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos, crimes contra os costumes, crimes contra a família, crimes contra a incolumidade pública, crimes contra a paz pública, crimes contra a fé pública e crimes contra a administração pública (BATELLA, 2008, p. 19).

Desse modo, o autor retrata que a história da criminalidade se baseia, a priori, no desvio de condutas que são repelidas por uma determinada sociedade. Posteriormente, ele classifica que esta corresponde a um período de uma relação individual e social que indicam padrões de comportamentos que devem ser seguidos como uma espécie de acordo em sociedade.

A criminalidade pode ser entendida também como um conjunto de crimes territorializados em uma determinada sociedade, sendo ela impulsionada por diversos fatores, entre eles estão as precariedades nos setores sociais como saúde, educação e segurança pública. Chagas (2014) aponta que esse fenômeno é decorrente, sobretudo, das desigualdades sociais e da insuficiência do Estado em atender as demandas da população na sua totalidade.

3.4.1 Crimes Violentos e suas Principais Causas

O crime violento para Batella (2008) é entendido como a prática da violência a partir de uma relação predatória que, conseqüentemente, gera medo e insegurança por parte da população.

Sendo assim, o autor destaca que a definição de crime violento;

Por fim, há, ainda, o conceito de crime violento, largamente utilizado por pesquisadores. Tal definição encontra-se intrinsecamente associada aos crimes que “encerram maior violência e, portanto, geram um clima de medo e de insegurança na população” [...]. A definição de crime violento é entendida como “aquele que envolve uma violência predatória e que se realiza através de um contato direto entre o criminoso e a vítima (BATELLA, 2008, p. 30).

O crime violento é responsável por gerar a sensação de medo na sociedade, as suas atribuições englobam os crimes contra pessoas e contra o patrimônio. É possível classificar que o primeiro mencionado são as lesões corporais, latrocínios e homicídios. Enquanto o segundo diz respeito aos crimes relacionados a furtos, roubos e extorsão (BATELLA, 2008).

A presente pesquisa é fruto das discussões sobre os crimes contra a pessoa, mais especificamente, no que tange os homicídios no bairro da Terra Firme. Nesse sentido, definiremos o que é homicídio e as suas principais motivações a partir das ideias de Boris Fausto (1984, p. 93) o qual afirma que “homicídio é a ação humana uniformemente considerada crime em diversas sociedades”.

Partindo da perspectiva de Boris Fausto (1984) o homicídio apresenta o caso limite da agressividade física. Vale lembrar que para o autor o ato homicida não se limita a materialização do fato, e sim de acordo com a intencionalidade dos sujeitos. Muitas vezes esses atos são reflexos de determinadas ações sociais que se manifestam por meio de padrões da violência e são medidas por diversas motivações interpessoais que podem resultar em ações violentas e na sua materialização extrema – o homicídio.

Vale compreender que os homicídios ocorrem por uma série de fatores que os impulsionam, dentre eles estão os catalizadores que Boris Fausto (1984) aponta:

Como exemplificar não só os índices como os padrões de agressividade, em determinado meio social? Sem dúvidas, fatores como o consumo do álcool, uso de drogas e a disponibilidade de armas podem explicar alguma coisa, mas não vão muito longe (BORIS FAUSTO, 1984, p. 90).

Em virtude desses fatores, os quais podem intensificar as ações homicidas e sua materialização, faz-se pertinente compreender que as relações sociais estão diretamente relacionadas a este fenômeno. Dessa forma, Maricato (2015) menciona que as problemáticas que a sociedade tem enfrentado são decorrentes das características desiguais do mundo globalizado, onde o desemprego e a falta de oportunidades assombram as cidades brasileiras, sobretudo as periferias, como é o caso do bairro da Terra Firme no município de Belém.

Santos (2006) aponta as desigualdades sociais e uso do território do dinheiro, pelas dinâmicas dialéticas do capital, como um reflexo expressivo da perversidade do mundo globalizado, onde o mercado passa exercer uma função primordial na sociedade, haja vista que a circulação e acumulação de renda passam a ser a intencionalidade de grupos que podem estar atrelados ou não ao crime.

Vale frisar que as práticas criminosas também visam lucro, por meio de suas atividades. Dentre elas, estão a comercialização do tráfico de drogas e a comercialização da segurança, no que diz respeito a “proteção” de determinados indivíduos da prática de crimes violentos.

Por outro lado, essa “proteção” impulsiona outros crimes violentos, que levam das lesões corporais até os casos extremos como o homicídio. Diante disso, pode-se notar que as mortes violentas resultam a partir de um determinado controle territorial, cujos assaltos, o tráfico e o próprio Estado estão inseridos nesse contexto social da violência urbana.

Maricato (2015) classifica o homicídio como uma tragédia urbana, fruto de diversas ações no espaço urbano, contidas nas precariedades dos assentamentos urbanos na periferia, desemprego e falta de investimento em educação. Essas fissuras do Estado permitem que haja uma territorialidade da violência e do crime que Raffestin (1993) entende como a disputa ou a coexistência dos poderes nos territórios.

Segundo o atlas da violência (2020), pode-se atrelar as altas incidências de homicídios nas Unidades Federativas, devido a disputa por facções criminosas pelo controle de rotas de comércio internacional de drogas e de armamentos. Trazendo essas discussões para dentro das escalas das cidades e áreas periféricas, nota-se a forte influência dessas facções criminosas em suas áreas de atuação.

É importante compreender que esses agentes territoriais apresentam suas tensões e momentos de tréguas, ou seja, é uma relação bem instável. Isso pode estar diretamente atrelado a algumas reduções dos homicídios nos Estados que ocorrem essas conflitualidades.

Sem prejuízo da racionalidade nas orientações dos líderes das grandes facções criminosas, a tensão e as precárias condições nos estabelecimentos de execução

penal no país tornam esse ambiente sempre um barril de pólvora, cujo rastilho pode se acender a qualquer momento, por razões pontuais e inesperadas. Por seu turno, a presunção sobre a correlação de forças entre as facções pode mudar ao longo do tempo, gerando novos incentivos para guerras. De um jeito ou de outro, a trégua entre facções é sempre instável e cíclica, o que pode ocasionar novos conflitos a partir de 2020 (CERQUEIRA, 2020, p. 13).

No caso do Estado do Pará, mais especificamente na cidade de Belém, ainda não há grandes tensões entre essas grandes facções criminosas como nos outros Estados brasileiros, porém, o problema dos homicídios está diretamente correlacionado aos agentes territoriais locais junto a facção dominante nessa área de atuação.

Os homicídios no Estado do Pará no período de 2008 até 2018, segundo os dados IPEA, (ATLA, 2020) foram de 39.531 casos a variação entre o período estudado chega a mais de 58% de aumento de homicídios registrados, mas quando desce de escala notam-se que as particularidades aumentam principalmente quando se trata do bairro da Terra Firme na cidade Belém que apresenta entorno de 245 homicídios segundo os dados da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal – SIAC. Porém, esse número está distribuído em oscilações durante o período de 2011 a 2019, e cabe compreender as ações territoriais por trás desses registros.

Além disso, também se mostra que a maior vítima dos homicídios é a juventude com a faixa etária de 15 a 29 anos que chegam a 103, 8 pessoas a cada 100 mil habitantes no Estado do Pará, já a média nacional chegava 64 mortes no ano de 2018 e pode-se atribuir a diversas macrocausas que variam desde a falta de acesso a escolaridade, renda mínima, o consumo, cultura e as diversas possibilidades de entradas para a criminalidade, como o tráfico, o assalto e posse de arma de fogo. Dentro desses números o índice de jovens do sexo masculino chega as 191 mortes a cada 100 mil habitantes, muito acima da média nacional que é em torno de 112 casos.

Chagas (2014) e Vieira (2020) explicam que a possibilidade desses homicídios ocorrerem em áreas periféricas é maior por causa da sua vulnerabilidade social que possibilitou as intensas territorialidades de grupos atreladas ao crime e que buscam defender seus recursos com todos os seus artifícios inclusive o da violência extrema.

3.5 A utilização da biopolítica nas ações territoriais

Antes de apontarmos a definição e as características do presente tópico é importante trazermos uma definição da violência e qual a sua finalidade no território. Partindo da ideia de que a violência é inerente as relações no espaço, pode-se entender que esse processo se dá

quando ocorre uma perturbação das regras que ordenam o mesmo espaço e assim podem resultar atitudes dos agentes que estão naquele meio.

Violência vem do latim *violentia*, que remete a *vis* (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital). Esta força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento, percepção esta que varia cultural e historicamente (ZALUAR, 1999, p. 9).

Melgaço (2005) aponta que existem diferentes tipificações de violência e faz uma breve discussão sobre isso. Dentre essas tipificações estão a violência coletiva, institucional, estrutural, cultural e individual. A primeira é compreendida como uma ação coletiva de uma determinada sociedade, ou por meio de grupos influenciáveis e bem articulados.

A segunda retrata a violência promovida pelo Estado e suas instituições, com o uso da força, a fim de impedir as potencialidades individuais, no que diz respeito as resistências. Posteriormente, ele classifica como reflexo de uma relação desigual de poder, pois a principal causa desta seriam as desigualdades existentes na sociedade.

A violência cultural se manifestaria por meio de ações que buscassem inferiorizar indivíduos ou coletivos por meio de preconceitos ou questões superioridade e inferioridade. Por fim, Melgaço (2005) classifica que a principal característica da violência individual é a origem social e ela se manifesta de um modo interpessoal. Nesse tipo de violência, enquadra-se o que a segurança pública tem passado, no que tange aos crimes violentos, como a lesão corporal, latrocínios e homicídios ou crimes organizados como facções criminosas aliadas ao tráfico de drogas.

Ela também é entendida e utilizada como ferramenta que busca a formação de pessoas obedientes a suas leis, sendo assim, a finalidade dela é reger e obter o controle da população (FOUCAULT, 2004). Basicamente, é assim que as dinâmicas de territórios em espaço periféricos se dão, criam-se normas, impende-se o tráfego de pessoas em determinados horários, cobra-se, inclusive pedágios em alguns casos.

O uso do território para fins comerciais também reflete nas questões da criminalidade, pois grande parte dos agentes territoriais buscam o controle pautados na lógica do lucro, em que se percebem os serviços de segurança privada, escoltas irregulares, “proibição de assaltos” para não comprometer as vendas de drogas etc. Dessa forma, o território é um canal de circulação de mercadorias e de capital.

A violência pode ser caracterizada de diversas formas, sobretudo quanto a determinados grupos sociais que a utilizam como instrumento de dominação ou para a imposição do

controle de onde se apresenta uma fragilidade de seus atos políticos (ARENDR, 1994). Isso é muito utilizado pelos agentes referentes ao Estado, serviços de segurança privada e o tráfico de drogas que buscam o controle através da criminalidade nos territórios. Nesse sentido, entendemos que o território da violência é a consequência das relações políticas de caráter perverso que buscam exercer a sua hegemonia através da dominação (FERREIRA; PENNA, 2005).

Diante dessas características, percebe-se que o território é sujeito a diversas territorialidades de inúmeros agentes que disputam o seu controle seja por meio da violência ou não. Tornando o território um *locus* de tensão e conflitos, como acontece no caso das dinâmicas da criminalidade que ocorrem em áreas decorrentes do processo de periferização, pois as precarizações dos serviços do Estado nessas localidades deixam o território propício as outras territorialidades, em especial as do crime.

Sendo assim, segundo as ideias de Souza (2008) o território da violência se manifesta sobre a territorialização da espacialidade num processo social, na formação do espaço urbano atual numa exclusão social, sobre a formação da organização do crime associado a essa carência de leis, urbanização e precário desenvolvimento habitacional, no geral, falta de atuação do Estado e dos órgãos públicos.

O grande exemplo disso é o bairro da Terra Firme que apresenta diversas características em seu espaço - político. Isso é marcado por elevados índices de homicídios e por fortes tensões no seu campo político, onde é possível perceber a territorialização exercidas pelo tráfico de drogas quando este agente tenta “controlar” os assaltos recorrentes na área com a imposição da sua simbologia.

O Estado também se apresenta no território como um agente chave para essas territorialidades, já que inúmeras relações de poder pautam na insuficiência do Estado em algumas localidades, isso deixa o território propício a novas territorialidades, pois para Raffestin (1993) não existe vazio de poder. Chagas (2014) relaciona a criminalidade a partir das precariedades poder público, isso permite que haja uma intensa territorialização dos grupos atrelados ao crime, sendo assim esses agentes estabelecem suas normas. O território da violência se configura diante dessas intensas relações multilaterais gerando conflitos e embates.

A interação desses processos origina o território da violência e/ou da criminalidade, constituído por grupos criminosos, organizados ou não, que dominam áreas específicas de um bairro se estabelecendo para desenvolver suas atividades criminosas (tráfico de drogas, sequestros, assaltos, receptação de objetos roubados etc.).

Diante desses inúmeros problemas o Estado busca repreender a criminalidade, por meio de ações ostensivas, porém ainda não conseguem ter o controle -dos problemas dessa natureza. Por outro lado, o poder paralelo consegue estabelecer relações de controle territorial e inibir práticas de assaltos em prol da comercialização da droga, grupos de segurança privada também conseguem reduzir assaltos a pontos comerciais e arrombamentos nas casas.

Para a obtenção do controle dessas ações no território muitos agentes partem da biopolítica que se configura na punição da massa, por meio de atos violentos, dentre eles está a morte.

O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder (FOUCAULT, 1988, p. 128).

A ação da biopolítica se manifesta principalmente quando um determinado coletivo passa por uma série de problemas de ordem em seus territórios. O exemplo disso são as ações criminosas como assaltos e furtos que ameaçam a integridade e estabilidade de um determinado coletivo, e como saída para esses problemas a população recorre aos serviços de segurança privada ou a grupos ligados ao tráfico de drogas que não aceitam esses atos em “seus territórios”, já que isso chama atenção do Estado (polícia) para essas localidades e pode promover a desterritorialização desses agentes.

Haesbaert (2014) compreende que o biopoder se configura nas materialidades e simbologias pautadas nas lógicas de controle ou da segurança. Essa característica é imprescindível, no que diz respeito as relações de poder no território, pois suas dinâmicas se consolidam por meio das relações capitalistas.

A construção de espaços disciplinares produtores de indivíduos capazes de inserção no setor diretamente produtivo, e uma sociedade de segurança ou controle, voltada para garantir não tanto a disciplinarização e docilização dos corpos, mas, sobretudo a segurança biopolítica das massas da população, especialmente pelo controle da reprodução biológica e circulação daqueles que são alijados ou precariamente inseridos no chamado mundo capitalista do trabalho (HAESBAERT, 2014, p. 160)

Dessa forma, a biopolítica também está atrelada as dinâmicas desiguais, isso tem gerado diferenciações espaciais e econômicas. O fruto disso são as segregações que podem ser socioespaciais ou residenciais fazendo com que haja públicos divergentes, cujo condicionante renda se torna um fator primordial para esse processo de diferenciação da população. Nesse sentido, Foucault (1985) aponta que as técnicas do biopoder são

responsáveis por essas caracterizações, pois a desigualdade gera a hierarquia e consequentemente a dominação sobre os corpos.

Diante dessa abordagem, é importante apontar como o biopoder se manifesta nos espaços urbanos, por meio da disciplina e da segurança. A primeira consiste na organização interna de um determinado território, enquanto a segurança se encarrega da biopolítica das populações ou das massas. Sendo assim, podemos entender que a disciplina se configura, principalmente, na organicidade do Estado e suas instituições enquanto a segurança apresenta a sua faceta polivalente e multifuncional em seus espaços

Essa característica é a primeira que nos leva a fazer certo contraponto entre o caráter mais exclusivista e individualista dos espaços disciplinares e o caráter mais polivalente e multiterritorial dos espaços moldados prioritariamente dentro dos mecanismos de segurança (HAESBAERT, 2014, p. 166).

A segurança que vem sendo abordada baseia-se nas ações políticas dentro de um determinado território, especialmente o papel do Estado em fazer a gestão dos seus trunfos de poder como o território e população (RAFFESTIN, 1993). Partindo disso, podemos compreender como a biopoder e a segurança se configuram, a partir da polícia que é utilizada como instrumento de dominação, por meio de um aparato jurídico dos seres que vivem, pois esse é o seu objeto (HAESBAERT, 2014).

A obtenção do controle é o principal objetivo do Estado, logo ele estabelece suas dinâmicas de poder e defende seu território, a partir de seus códigos e regras a serem seguidas pelos corpos. Isso implica diretamente no combate ao crime nas sociedades, pois suas características causam danos ao bem-estar social ou de um determinado público.

É a partir desse momento que a biopolítica se aplica como instrumento de sobrevivência, já que o poder soberano já estabelecia quem deveria morrer, por outro lado o biopoder se aplica em promover a vida, todavia contraditória, já que a morte é desqualificada nesse aspecto (HAESBAERT, 2014). Sendo assim, a morte alcança quem apresenta periculosidade aos outros.

Nesse cenário, compreende-se que grupos atrelados ao crime (tráfico de drogas, milícias, segurança privada e o Estado) buscam a segurança do território promovendo o biopoder e a biopolítica com o intuito de estabelecer seus os seus objetivos. Dessa forma, nota-se que esses agentes estabelecem relações de poder materiais (demarcações ou punições físicas) ou de forma simbólica, alterando os componentes da paisagem como as pichações ou adesivos que simbolizam um determinado território. Uma vez desobedecidos esses códigos, as sanções legais ou espontâneas podem se manifestar por meio de atos violentos, gerando até mesmo a morte de um determinado indivíduo.

O fazer morrer de uma determinada camada da população se torna o último estágio da violência como instrumento do poder e a punição dos corpos também se materializa por meio da morte dos indivíduos. Mbembe (2006) chama essa relação de necropoder, pois a morte é um condicionante fundamental para se estabelecer a ordem da territorialidade dos agentes. Sendo assim, as mortes apresentam duas características: a primeira consiste no caráter material e a segunda na simbologia desta.

Grande parte dos grupos atrelados ao crime - seja o tráfico de drogas ou as milícias - estabelecem essa ideia exposta, pois quem rouba com frequência é punido na sua materialidade e, ao mesmo tempo, serve de exemplo para que outros não cometam as mesmas atividades. O estabelecimento de símbolos no território é um exemplo da territorialização e da territorialidade desses agentes, pois se observa em diversas localidades adesivos e pichações que simbolizam a presença do poder.

As dinâmicas territoriais se fazem presente em todos os lugares, já que Raffestin (1993) afirma que não há vazios de poder. É necessário compreender que as dinâmicas atuais do poder paralelo são fruto das relações capitalistas nos espaços e nos territórios, onde as desigualdades, em especial as socioeconômicas, configuram a produção da cidade transformando num campo complexo desigual e contraditório.

Dessa forma, nota-se que, por meio destas, os espaços urbanos são produzidos de forma desigual, ou seja, algumas localidades são mais vistas do que outras para as relações de mercado. É nesse contexto que as periferias são ocupadas e produzidas por pessoas de baixa renda que buscam o trabalho nos centros urbanos. Nesse ela torna-se a moradia/dormitório da mão de obra do atual sistema.

A ocupação dessas áreas ocorre de forma acelerada e não recebe o acompanhamento devido do poder público e, conseqüentemente, essas localidades carecem de serviços públicos de qualidade como saúde, educação, saneamento e segurança pública. Vale ressaltar que os bairros periféricos apresentam elevadas densidades demográficas e o pouco ou quase inexistente serviço público se torna cada vez mais de difícil acesso.

A partir das fissuras do poder do Estado outros agentes buscam se territorializar, por meio das mais variadas atividades, dentre elas está o crime e a violência que se proliferam geram tensões, conflitos e mortes. É nesse contexto que as periferias da cidade de Belém se encontram, mais especificamente o bairro da Terra Firme, que apresenta dentro de seus limites elevados índices de criminalidade como assaltos, furtos e homicídios. Vale frisar que não se trata de uma pesquisa sobre a criminalização da pobreza, mas sim de compreender o

atual fenômeno dos homicídios e da violência como consequência das desigualdades impostas pelas dinâmicas do capital.

4 CAPÍTULO III: TERRA FIRME, BELÉM-PA: HISTÓRICO, CONSOLIDAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

O espaço urbano é um campo complexo a ser analisado, pois nele se enxergam peculiaridades das mais variadas formas, isso é refletido nas inúmeras realidades existentes dentro de um determinado recorte espacial. Desse modo, é possível atribuir as características referentes à produção e à reprodução do espaço, por meio dos agentes que o transformam de acordo com suas funcionalidades e interesses.

Nesse sentido, há diversas formas de se compreender as dinâmicas urbanas, já que nelas estão as desigualdades como fruto da dialética entre as classes, logo, notamos que há uma certa valorização de algumas localidades em detrimento de outras, uma vez que o capitalismo no mundo globalizado se manifesta das mais diversas formas, dentre elas estão as desigualdades socioespaciais como um reflexo das condições econômicas dos agentes.

Partindo dessa perspectiva, as cidades brasileiras apresentam diversos problemas ocasionados pelas dinâmicas desiguais do capital que se materializam nos espaços urbanos. Dessa maneira, compreendem-se as fortes relações existentes entre os centros urbanos e as periferias. Na cidade de Belém, que apresenta um contexto similar a muitas cidades, no que se refere aos problemas sociais existentes, são visíveis as precariedades na infraestrutura e prestação de serviços (saneamento, saúde, educação, pavimentação e segurança pública) ocasionadas pela insuficiência do Estado em atender às crescentes demandas das sociedades.

É necessário, portanto, compreender o desenvolvimento de produção do espaço urbano na cidade de Belém, em especial no bairro da Terra Firme, e entender o seu processo histórico de formação, suas dinâmicas, e os seus reflexos na sociedade, com a finalidade de considerar as totalidades existentes dentro dos espaços urbanos. O presente capítulo objetiva compreender a formação e a consolidação do bairro da Terra Firme e apresentar suas características peculiares, como a ocupação das baixadas e a consolidação das ocupações precárias que, posteriormente, classificamos como aglomerados subnormais, conforme a cartografia a ser apresentada no decorrer do capítulo.

Este capítulo se divide em quatro partes. A primeira parte retrata a abordagem do espaço urbano, a cidade de Belém e o Bairro da Terra Firme, analisando o processo de produção do município em questão e como as periferias se consolidam a partir dessas transformações.

A segunda parte disserta sobre o contexto das ocupações das baixadas do bairro, em que são realizadas as discussões de como essa região foi marcada pela precariedade durante

sua ocupação, além do uso da cartografia para representar onde estão essas áreas suscetíveis a inundações e quais as consequências disso para o bairro.

O terceiro momento está atrelado a explicar a formação dos aglomerados subnormais e os momentos de ocupação do bairro que iniciou a partir da década de 1960, a fim de comprovar que a sua formação e consolidação não ocorreu de forma homogênea.

Finalmente, a quarta e última parte deste capítulo se propôs em caracterizar o bairro a partir das variáveis encontradas no censo de 2010 do IBGE, trazendo suas discussões e representações a partir do recorte espacial dos setores censitários, considerando os dados de infraestrutura e socioeconômicos com a finalidade compreender as características do bairro e entender a sua totalidade.

4.1 O espaço urbano, a cidade de Belém e o bairro da Terra Firme

O espaço urbano pode ser compreendido, a priori, através do olhar das cidades capitalistas por diferentes usos da terra justapostos entre si (CORRÊA, 1995). Essa característica está atrelada às formas de produção e reprodução do espaço urbano que, por sua vez, estão ligadas a múltiplos agentes que irão estabelecer suas relações e modificar os espaços de acordo com seus interesses. Portanto, é natural que esses diferentes interesses possam dar origem aos mais variados tipos de espaços como casas, indústrias, comércios e entre outros.

É necessário perceber que o espaço urbano apresenta suas características e contradições. Dentre elas, está a concepção simultânea de espaço articulado e fragmentado. Como aponta Corrêa

Mas o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável. Estas relações manifestam-se empiricamente, por meio do fluxo de veículos e de pessoas associados a operação de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos quotidianos entre as áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos descolamentos menos frequentes para compras no centro da cidade, às visitas aos parentes e amigos (CORRÊA, 1995, p. 7).

As características da sociedade são refletidas na configuração e na organização do espaço urbano, pois uma cidade capitalista é o lócus da vivência conflituosa entre classes sociais. Também é necessário ter em mente o papel de cada agente que produz e reproduz esse espaço de forma concomitante.

A partir disso, é possível compreender a maneira com que as cidades têm se consolidado a partir das relações capitalistas ao longo do tempo, logo, seus reflexos desencadeiam, diversas contradições, entre elas estão as socioespaciais e socioeconômicas.

As dinâmicas de mercado e capital geram diferenciações entre os espaços urbanos, principalmente no que diz respeito ao grau de importância das cidades, às formas de hierarquia urbana ou à própria metropolização do espaço urbano. É possível enxergar a cidade de Belém nesse contexto, pois ela ganhou destaque desde o seu período de fundação, por conta das atividades econômicas que eram desenvolvidas nessa região, como as drogas do sertão e a borracha.

Ferreira (1995) menciona que a capital paraense teve notoriedade, devido a sua posição estratégica de escoamento de produtos, além de estar localizada nas áreas banhadas pela Baía do Guajará e Rio Guamá, podendo assim, assegurar seu território com a construção do Forte do Presépio no período de sua fundação.

Ferreira (1995) e Corrêa (2006) destacam as modificações que a cidade de Belém tem passado e o aumento da sua importância econômica em relação às localidades ao seu entorno, formando o que se conhece como áreas periurbanas e trazendo uma ideia de periferia clássica, uma vez que as periferias como Guamá e Terra Firme ainda não faziam parte do tecido urbano da capital paraense de uma forma efetiva.

O processo de ocupação na Amazônia também gerou uma intensa migração para a região. Isso se deu, principalmente, no período militar com a instalação de projetos cujo intuito era assegurar a soberania no território.

O processo de urbanização ocorreu de forma acelerada na Amazônia, especialmente em Belém que, a partir da década de 1970, passou por um significativo adensamento populacional ao mesmo tempo em que a existência de um “cinturão institucional” dificultava a expansão da cidade para além da primeira léngua patrimonial (FERREIRA, 1995).

Esse crescimento urbano ocasionou o deslocamento de famílias de baixa renda para habitar as áreas menos valorizadas, trazendo inúmeras modificações na configuração da rede urbana de Belém. Um exemplo disso é a formação de espaços periféricos em detrimento de uma centralidade.

Para discutir o processo de expansão da malha urbana da capital paraense, é necessário ter a compreensão do que se conhece como rede urbana. No que se refere a isso, Corrêa (2006, p. 26) define a rede urbana como um “[...] reflexo da/ou de uma condição para a divisão territorial do trabalho”. Ademais, ela se torna um reflexo por conta das funcionalidades que esses espaços possuem, como: comércio, transportes, capitais, indústrias e serviços que se manifestam de forma articulada nas mais variadas escalas.

Segundo as ideias de Corrêa (2006), por meio das redes urbanas articulam diversas atividades, dentre elas: as atividades agropastoris, produção industrial, mineração, circulação

de bens e pessoas e consumo. Nesse sentido, o mundo pode se conectar, a partir das redes de comunicação e transporte trazendo uma maior articulação entre campo e cidade ao mesmo tempo tornando-se desigual e excludente, devido às dinâmicas do sistema capitalista que possui na sua essência os contrastes entre articulação e fragmentação.

No que diz respeito às desigualdades, é possível atribuir isso como consequência das diferentes formas de produzir ou reproduzir o espaço urbano. Isso refletiu diretamente na consolidação das redes que ligam as cidades, por meio da prática cumulativa de variados agentes sociais que inserem suas territorialidades e promovem diversas diferenciações entre os centros urbanos. Por consequência dessas diferenças, novas ações são colocadas em práticas por outros agentes (CORRÊA, 2006).

A fim de compreender e analisar a complexidade das funcionalidades do espaço urbano e seus reflexos nas características desiguais que existem dentro de suas dependências, é possível alegar que as contradições espaciais ocorrem em detrimento das dinâmicas econômicas, principalmente no que concerne a acumulação de capital.

As funcionalidades estabelecidas nos centros urbanos se tornam lugares em que a circulação do capital é frequente, e, junto dele, ocorre o câmbio de mercadorias (por meio da comercialização de produtos e prestação de serviços). Essas funcionalidades tendem a exercer uma força centrípeta para as outras localidades (como os bairros periféricos) posto que a concentração de serviços e capitais permitem o funcionamento dos centros urbanos.

A cidade de Belém passou por diversas mudanças nas suas configurações espaciais desde o período da sua fundação até a consolidação e configurações entre centro e periferia. Tem concentrado em seu centro fatores atrativos que fizeram com que as localidades ao seu redor fossem habitadas por pessoas que buscavam estar relativamente próximas às principais atividades econômicas presentes no centro da capital paraense (FERREIRA, 1995).

Compreender a formação espacial do bairro da Terra Firme, por meio da produção do espaço urbano, é importante para o presente estudo. O processo de ocupação ocorreu mediante as desigualdades sociais existentes desde o período da borracha na Amazônia, visto que Belém era um dos principais pontos de circulação de pessoas e capital, onde havia divisões sociais que já estabeleciam as moradias das elites nas áreas mais altas e dos grupos subalternos que começavam a habitar as áreas inundáveis, ou seja, as áreas de várzea (SANTANA, 2018).

As transformações nas dinâmicas espaciais e econômicas de Belém fez com que seu centro ganhasse bastante importância devido às características dos fluxos econômicos, que também atraíam a chegada de imigrantes de outras regiões do país (CORRÊA, 2006).

As áreas de várzeas, mais especificamente as baixadas, eram habitadas por uma população que necessitava diretamente dos recursos dos rios e igarapés, praticavam atividades de pesca, artesanato e coleta de frutos (FERREIRA, 1995). Posteriormente, as áreas de baixadas passaram a ser o destino de características indesejáveis no centro urbano da capital paraense, por isso construíram-se asilos, cemitérios e leprosários (lugares que correspondem ao bairro do Guamá).

Durante o auge da economia gomífera houve a necessidade de retirar as áreas de pasto do centro da cidade e encaminhar às áreas mais afastadas, onde a produção de leite se localizava nas vacarias que surgiram nas planícies inundáveis, isso ocorreu devido à necessidade do Estado de produzir políticas para as suas necessidades (FERREIRA, 1995).

Nos anos 1950, as características das cidades começaram a se modificar, em virtude da abertura de estradas, quando o padrão dendrítico deixa de ser o mais importante nas cidades urbanas da Amazônia (CORRÊA, 2006). Os produtos industrializados chegaram e ganharam o mercado, principalmente o das vacarias que são desterritorializadas e buscam se reterritorializar para outros municípios.

Em consequência disso, grande parte dessas áreas ficaram propícias e “disponíveis”, mas logo foi ocupado devido ao processo de especulação, pois as áreas ao entorno da cidade de Belém sofreram, cuja valorização promove a desterritorialização e segregação das pessoas para as áreas mais afastadas e menos valorizadas como as áreas de baixadas (FERREIRA, 1995).

Ainda sobre o processo de habitação, Penteadó (1968) classifica que o bairro da Terra Firme já apresentava moradias na década de 1950 mesmo que com características precárias, todavia não era um bairro populoso (pois sua população correspondia a 1,16% de Belém e sua densidade demográfica era muito baixa em torno de 39,7 hab/ha) e a ocupação desordenada não havia se consolidado efetivamente.

As ocupações no bairro periférico da Terra Firme se estabeleceram a partir da década de 1970, pois a malha urbana da cidade de Belém estava no seu processo de expansão e logo alcançou o perímetro conhecido como “Cinturão Institucional”. Esse crescimento urbano populacional ocorreu em detrimento de investimentos e incentivos à ocupação da Amazônia com a implementação de projetos que gerariam desenvolvimento. Isso acarretou migrações de outros estados, bem como de outros municípios (FERREIRA, 1995).

Localizado na zona sul da cidade de Belém, a Terra Firme tornou-se gradativamente a partir de 1979, um bairro populoso, marcado pela desigualdade social, e um dos mais carentes em infraestrutura. Só tem de firme o nome. A maior parte das ruas e passagens desse bairro localiza-se em áreas alagadas ou alagáveis (ALVES, 2010).

As transformações no âmbito político, econômico e social na cidade de Belém a partir da década de 1970, geraram uma intensa ocupação nas áreas de planícies de inundação pelo seu crescente contingente populacional que migrou para Belém. Por isso as populações foram deixando o centro da cidade em direção às localidades mais distantes do centro, por causa das dinâmicas de especulação das terras urbanas que resultaram no processo de segregação residencial. Em 1973, o Governo Federal implementou a Eletronorte que conseqüentemente consegue atrair migrações e formações de ocupações ao seu entorno (FERREIRA, 1995).

Na década de 1980, as áreas que foram ocupadas estão as proximidades da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (Núcleo Pedagógico Integrado – NPI) que se localiza na Avenida Perimetral, principal entrada e saída do bairro, onde apresenta um intenso fluxo de pessoas, capital, transportes e mercadorias.

É evidente, então, que o bairro da Terra Firme se encontra localizado em uma das primeiras áreas de periferação da cidade, ela está envolvida nos domínios da PLPB, localidades que estão presentes os principais bairros nobres como Campina, Cidade Velha, Batista Campos, Nazaré, Reduto e Umarizal (PENTEADO, 1969).

Os bairros periféricos mais emblemáticos são aqueles que se encontram às margens do Rio Guamá como: Jurunas, Condor, Cremação, Guamá e Terra Firme. Localidades que hoje concentram grande parte da população e densidade demográfica da cidade de Belém. Segundo Ferreira (1995) e Souza (2013), essas características se deram em detrimento das relações econômicas históricas ocorridas no centro urbano da capital paraense. Dinâmica que se configura nas segregações socioespaciais e residenciais que empurravam as populações para as áreas mais afastadas de acordo com o condicionante de renda e especulação imobiliária.

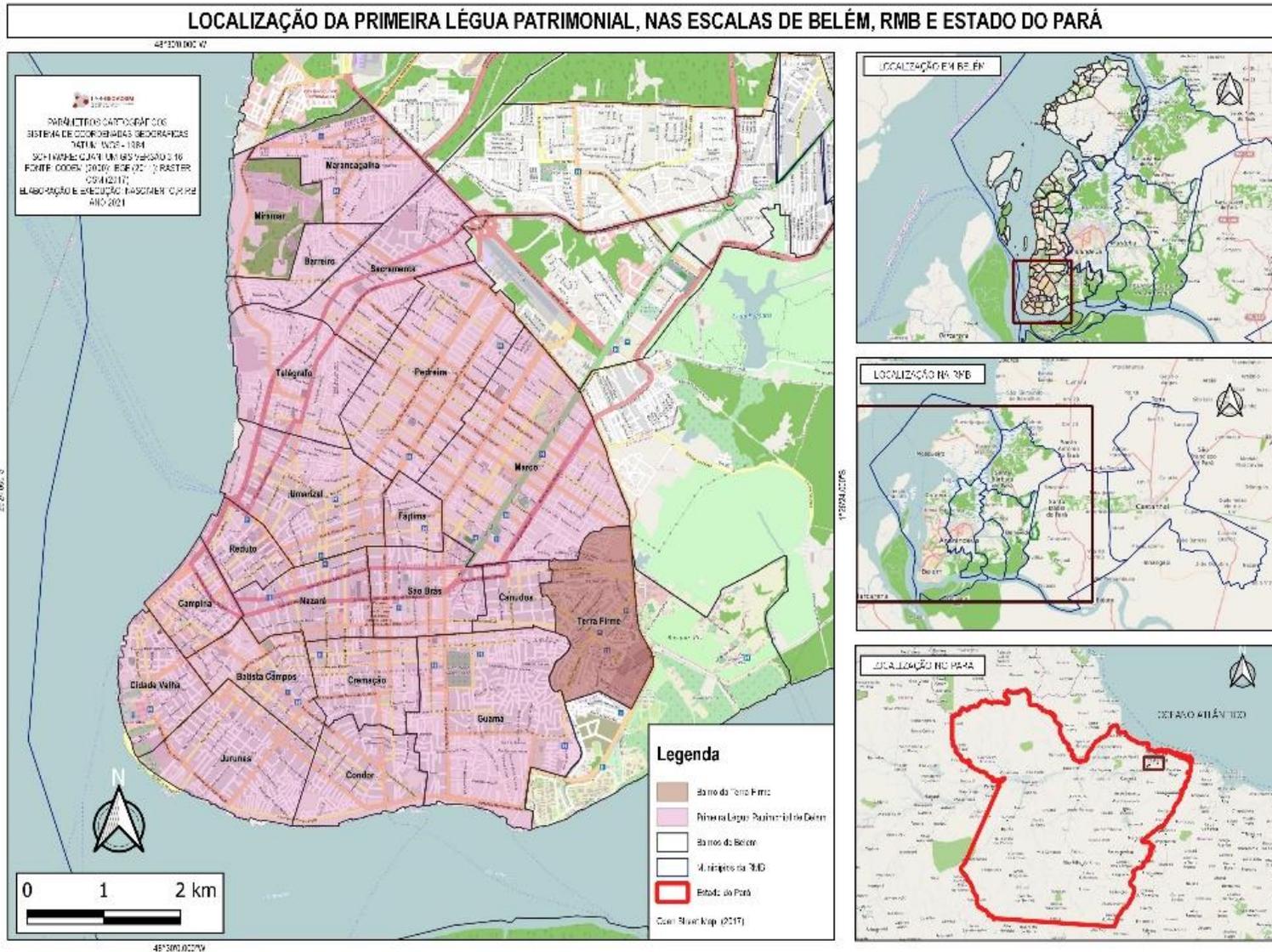
Partindo dessa perspectiva, Corrêa (2006), entende que a expansão das cidades está ligada principalmente às estratégias de industrialização que promovem inúmeras transformações nas malhas e redes urbanas. Sua finalidade é promover uma maior integração às práticas mercadológicas e ao mesmo tempo de segregação.

Sendo assim, insere-se a cidade de Belém nessas logísticas de mercado, principalmente no que se diz respeito ao seu processo histórico de acumulação e circulação de riquezas a partir das suas atividades econômicas. Ferreira (1995) abordou em suas discussões o processo histórico da consolidação da cidade de Belém, suas práticas econômicas que atingiram seu apogeu nas dinâmicas da borracha na Amazônia.

Esses aspectos econômicos impulsionaram uma série de transformações no espaço urbano de Belém, tornando-a uma das principais cidades da Amazônia a partir do crescimento urbano que transcendeu o perímetro da Primeira Léguas Patrimonial da cidade de Belém e

transformou as periferias de bairros em parte do tecido urbano, mas sob uma lógica fragmentada e articulada. Como aponta o mapa da figura 07:

Figura 07 - Mapa da Localização da Primeira Légua Patrimonial de Belém nas escalas da RMB e no Estado do Pará



Fonte: IBGE (2010); CODEM (2000); OSM (2019). Elaborado pelo autor, 2021.

Todavia, esse status de cidade referência para a região precisa ser levado em consideração, já que a acumulação da borracha também trouxe diversos problemas sociais como a intensa migração, precariedades nas condições de trabalho, políticas de aviamento e as inúmeras segregações que ocorriam no espaço, na medida que estes se tornaram cada vez mais valorizados pela apropriação do capital.

O perímetro conhecido como Primeira Léngua Patrimonial de Belém, como expressa o mapa 02 condiz com o processo de ocupação e expansão da capital paraense rumo às periferias, um exemplo disso foram os processos de segregação que empurraram grande parte da população no sentido Sul de Belém, onde encontram-se os bairros periféricos próximos do Rio Guamá, como Jurunas, Cremação, Condor, Guamá e Terra Firme.

Ferreira (1995) aponta que grande parte desses bairros apresentam áreas vulneráveis a alagamentos por estarem próximos dos rios e igarapés sem contar com o volume pluviométrico que também podem contribuir para tais problemáticas. São nessas áreas que as populações mais afetadas pelas desigualdades habitam, por meio da autoconstrução de barracos, casas de alvenaria, pontes improvisadas e palafitas. Dando a consolidação do processo de periferização nessas localidades.

A cidade, nesse contexto, é entendida como o lugar por excelência de reprodução da força de trabalho, pois as suas relações estão diretamente análogas às relações capitalistas e como consequência dessa dinâmica o processo de urbanização tem de acelerar ao longo dos anos, porém os serviços públicos como saúde, educação, segurança e lazer não conseguem sanar as necessidades dos indivíduos na sua totalidade (MARICATO, 2015). A população que reproduz a força de trabalho (classe trabalhadora) aumentou o seu contingente populacional ao longo do tempo, principalmente nas periferias, por causa dos terrenos mais baratos e por estarem relativamente próximos do centro da cidade e de preferência os seus locais de trabalho.

A tabela 08 representa a comparação entre o comportamento da população em 1960 e 2010 e logo notou-se que os bairros da borda da cidade de Belém obtiveram um aumento bem expressivo, no que se diz respeito a esses dados.

Tabela 08 - Distribuição da População por Bairros da Primeira Léngua Patrimonial de Belém

Bairros	População em 1960	População em 2010
Umarizal	33.289	30.090
Telégrafo	30.148	42.956
Sacramenta	20.773	44.413
Cremação	14.025	31.264
Pedreira	12.447	42.758
Nazaré	14.307	20.504
Terra Firme	4.210	61.439
Cidade Velha	12.125	12.128

Jurunas	29.969	64.471
Marco	40.550	65.844
Batista Campos	12.347	19.136
Canudos	15.086	13.804
Reduto	7.073	63.73
Fátima	12.273	12.385
Campina	11.671	6.156
São Brás	15.049	19.936
Guamá	23.400	94.610

Fonte: IBGE (2010); CRUZ (1992); PENTEADO (1969). Elaborado pelo autor, 2020.

É importante mostrar que os bairros apresentaram um grande crescimento populacional ao longo dos anos, principalmente aqueles foram destacados no mapa a esquerda representação cartográfica apresentada. Dessa forma, percebe-se que pelas ideias de Ferreira (1995), Souza (2013) e Nascimento (2019) essas populações sofreram o processo de segregação residencial impulsionados principalmente pelo fator renda. E essas localidades não conseguiram comportar em termo de infraestrutura esse crescimento que é característico dos países do mundo subdesenvolvido de industrialização tardia.

A urbanização das cidades brasileiras e o processo de metropolização, em especial a da cidade de Belém, também influenciaram no aumento das periferias que vão além da escala de bairro para municípios. Tanto é que existem hoje as periferias de Regiões Metropolitanas, em outras palavras, a segregação se direciona para cada vez mais longe dos centros urbanos.

4.2 O bairro da Terra Firme no contexto das ocupações das baixadas de Belém

A ocupação dos diversos bairros de Belém ocorreu graças ao seu processo de expansão e se consolidou em sua grande parte como periferias. O exemplo disso foi o processo de ocupação e formação dos bairros mais populosos de Belém (Guamá e Terra Firme) por meio da ocupação das margens do rio Tucunduba.

A ocupação das margens do Tucunduba aconteceu principalmente no período lusitano, pois a primeira forma de ocupação foi realizada em uma área de fazenda doada como sesmaria pela coroa portuguesa. Essa estratégia tinha como finalidade a exploração dos recursos como as drogas do sertão e abrir uma frente expansionista como a construção de objetos que gerariam desenvolvimento para a região, principalmente a renda que se transformaria em imposto posteriormente.

O Rio Tucunduba recebe este nome devido a uma palmeira chamada “Tucum” essa nomenclatura vem de origem Tupi. Essa árvore tinha fibras que eram utilizadas para a fabricação de redes e cordas que eram utensílios de suma importância nesse período, principalmente para se fazer amarras ou a prática da pesca (RAMOS, 2013).

Essa área de fazenda era muito utilizada pelos grupos religiosos, em especial os mercedários que foram expulsos com a chegada ao poder do interventor Marquês de Pombal na província do Grão Pará e Maranhão. Com a ajuda de seu irmão Mendonça Furtado promoveram a saída dos grupos religiosos das sesmarias com o intuito de consolidar os interesses lusitanos. Sendo assim, o novo interventor doou as terras para a Santa Casa de Misericórdia do Pará (SANTANA, 2018). A fim de que essa área fosse destinada ao tratamento de pessoas doentes, o mais longe possível do centro da cidade de Belém.

Tucunduba é um nome de origem tupi guarani que significa “lugar que possui muitas árvores de tucum” – palmeira que fornece fibras para a fabricação de redes e cordas. Em 1755, a citada fazenda foi adquirida pelos padres mercedários, mas com a expulsão desses da Amazônia, em 1794, devido à reforma política promovida pelo ministro português Marquês de Pombal, ela foi confiscada e doada como “esmola” à Santa Casa da Misericórdia Paraense, instituição responsável pela assistência médica e social do Estado, à época (RAMOS, 2013, p. 04).

No século XVIII próximo ao Tucunduba também funcionavam as olarias que fabricavam tijolos e telhas, com o intuito de transportá-las para o centro da cidade, já que ela passava por um rápido processo de crescimento econômico e urbano. A posição dessa atividade era estratégica, pois o rio era a principal forma de escoamento dessa produção.

Posteriormente essa olaria foi desativada pela Santa Casa de Misericórdia e foi construído um abrigo para pessoas que tinham doenças contagiosas, em especial a Hanseníase (SANTANA, 2018). As pessoas que possuíam essas doenças seriam levadas para longe da cidade como uma espécie de isolamento. Nesse período, surgem os hospícios Lázarus do Tucunduba e o primeiro Leprosário da Amazônia, isso tudo coincidiu com o período da borracha no século XIX.

Assim como os leprosários medievais europeus e os criados no Brasil nessa época, o hospital tinha como função menos cuidar e tratar de indivíduos atingidos pela hanseníase, que principalmente, afastar, isolar e vigiar corpos de pessoas contaminadas por uma doença ainda considerada incurável. O leprosário possuía seus traços segregadores internos. A administração, a capela, os pavilhões dos homens, das mulheres, das moças virgens, das crianças, as casas dos hansenianos, além de um pequeno bar, com vitrola e bilhar e uma escola primária, cujos professores e alunos eram os próprios internos. Até moedas de alumínio, para uso exclusivo dos internados foram cunhadas. Esses mecanismos tinham como intenção separar cada grupo de doente, evitar as fugas e os contatos sexuais, a propagação da doença e reforçar uma certa disciplina, hierarquia e ordem (RAMOS, 2013, p. 4-5).

As localidades que hoje configuram o bairro do Guamá foram marcado como um lugar indesejável para a população, logo são lugares distantes e menos valorizados. Os ciclos econômicos apresentam o seu grau de importância no processo de consolidação dessas áreas de ocupação, já que grande parte da mão de obra era migrante que eram atraídos pelo governo e pelas elites, por meio de propagandas enganosas, onde os espaços e condições de trabalho se apresentavam de forma precarizadas (FERREIRA, 1995).

É nesse contexto que surgem as ruas abertas pela população residente, e as formas de ocupação e aterramento de algumas áreas de alagamento com lixo e caroços de açaí (FERREIRA, 1995). Posteriormente, no período militar a partir da década de 1960, o Governo Federal promoveu uma política econômica que visava a entrada do capital privado nacional e internacional na região, fora as infraestruturas feitas nesse momento como a BR 010 (Belém – Brasília).

Nessa conjuntura, as dinâmicas das cidades passam a valorizar as margens das rodovias, enquanto as beiras dos rios e igarapés deixam de ser o primeiro plano para escoamento de produção e de pessoas. Essas dinâmicas coincidiram principalmente no período em que Belém passou por um processo acelerado de crescimento urbano-populacional, conseqüentemente isso ocasionou a ocupação de forma desordenada ao olhar do Estado.

Os projetos que visavam o desenvolvimento regional e as melhorias de distribuição de renda para as pessoas de baixo poder aquisitivo não ocorreram, dificultando as condições de vida na cidade e no campo, isso promoveu fenômenos que alteraram a dinamicidade social, como o êxodo rural.

O deslocamento da população que residia majoritariamente no perímetro do centro fundador da cidade como os bairros da Cidade Velha, Campina e Reduto em direção às localidades distantes (como as proximidades do Tucunduba) que apresentavam baixa infraestrutura, ainda assim passaram a ser habitadas por famílias de trabalhadores que não possuíam condições financeiras de residir no centro urbano da capital paraense.

Penteado (1969) compreende que os bairros que foram ocupados com a expansão da cidade de Belém foram a priori os bairros do Telégrafo, Sacramento, Marco e Pedreira. Após isso, as ocupações se estenderam aos bairros às margens do Rio Guamá ou as suas proximidades como o Guamá, Terra Firme, Cremação, Condor e Canudos.

O bairro da Terra Firme se encontra às margens do rio Tucunduba e sua ocupação se consolida de forma heterogênea ao longo dos anos. No início eram realizadas atividades ribeirinhas e criação de gado nas áreas alagadiças, posteriormente, o bairro passou por um intenso processo de ocupação a partir da década de 1950 (COUTO, 2016).

É possível enxergar que as moradias que ali se encontram foram produtos de autoconstrução nos horários de folga dos trabalhadores, sem o acompanhamento devido do Estado as áreas de baixadas foram habitadas dando origem a presença de casas precarizadas, como as palafitas.

O processo de ocupação da várzea dos igarapés de Belém, foi consequência de um dos mais complexos problemas socioespaciais dentro do contexto urbano brasileiro nestas últimas décadas; uma significativa parcela da população que não tem poder

aquisitivo compatível com os custos de se morar em áreas “urbanizadas” das cidades (SOUZA, 2009, p. 6).

O bairro da Terra firme é dividido primordialmente por cotas altimétricas. Dessa forma, é compreensível o processo de ocupação e valorização das diversas localidades no bairro, visto que as áreas altas são mais valorizadas que as áreas de baixadas, no contexto da periferação urbana da cidade de Belém. A configuração espacial se pautava na valorização de localidades e baixadas das áreas centrais como as do Reduto e Umarizal em detrimento das mais periféricas como as de Guamá, Jurunas, Condor, Cremação e Terra Firme.

No bairro, nesse momento enxergou-se de forma mais emblemática a construção de barracos e palafitas sem condições de saneamento básico e coleta de lixo. Nas margens do Tucunduba essas estruturas precárias estavam presentes de forma dominante durante os anos de 1990 e início da década de 2000. E até hoje a ocupação do Pantanal se faz presente com essas características no perímetro de divisa com o bairro do Guamá.

O bairro da Terra Firme, assim chamado pelo processo de ocupação que se deu pelos terraços dos rios Guamá e Tucunduba, por volta dos anos cinquenta, nesse momento apresentava uma organização espacial marcada pela habitação provisória, ou seja, as pessoas que no bairro habitavam objetivavam apenas fazer uma ocupação temporária para dirigirem-se para outro lugar mais tarde, ou seja, não correspondia ocupação permanente, o que limitava o crescimento do bairro (COUTO, 2016, p. 59).

Em outras palavras, as áreas mais populosas da cidade de Belém se consolidaram a partir da segregação em direção às áreas alagadiças e distantes do centro da cidade em direção às vacarias, crematório de lixo e o leprosário que na década de 1940 até 1960 eram localidades distantes do centro da cidade.

Posteriormente, houve divisões e disputas dentro da própria periferia em busca de áreas com melhores condições para ocupação e as áreas alagadiças passaram a ser habitadas posteriormente, isso fez que o bairro deixasse de ser um lugar de ocupação provisória e se tornasse permanente.

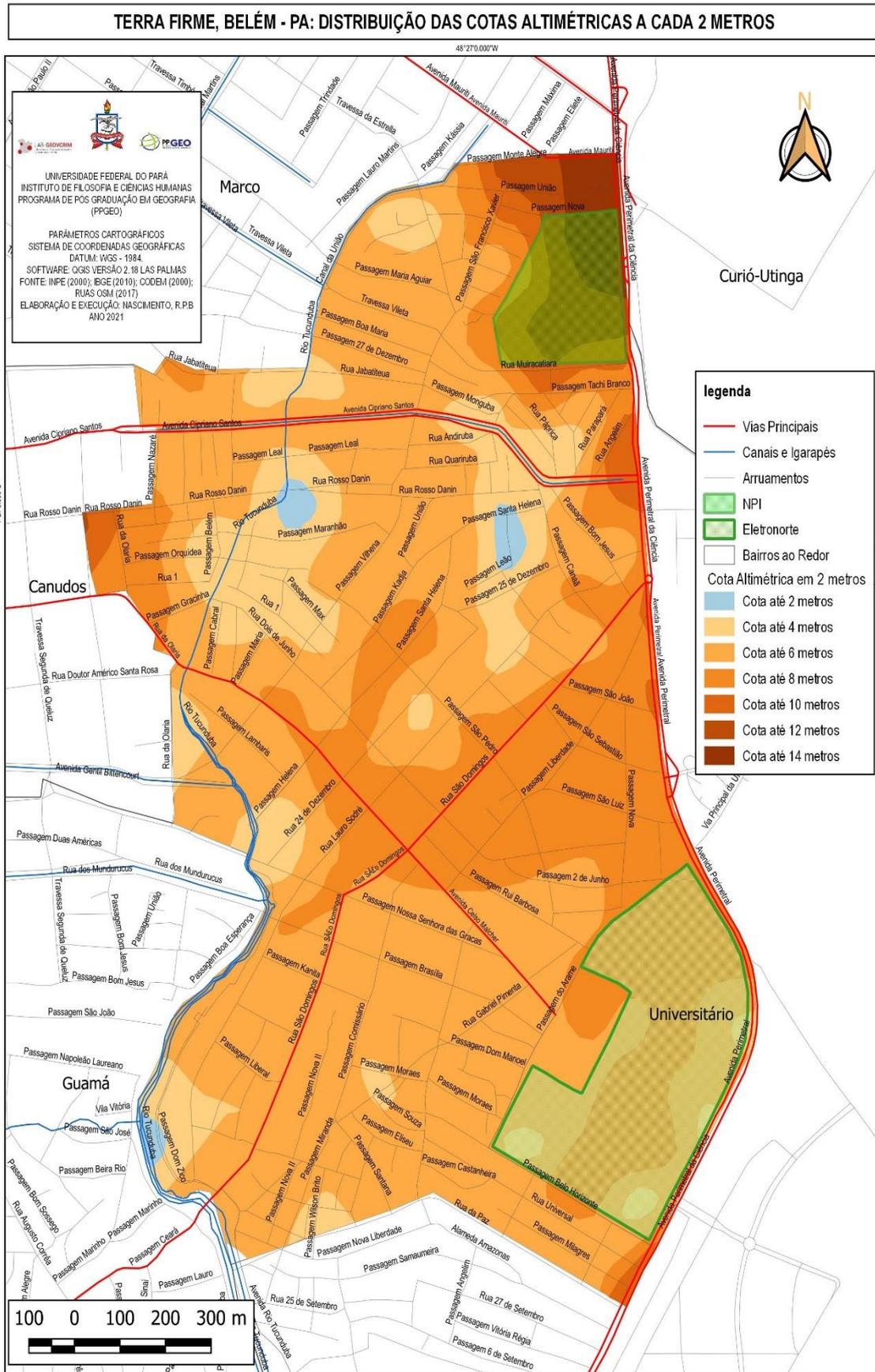
(...) a característica do bairro de espaço provisório pouco a pouco foi desaparecendo, pois, a Terra Firme passou a ser uma das poucas áreas para a sobrevivência da população carente dentro da primeira légua patrimonial da cidade. Os anos oitenta e noventa foram décadas de intensa ocupação das áreas localizadas ao longo do canal do Tucunduba e da Avenida Perimetral por pessoas oriundas de outros bairros ou vindas do interior ou de estados próximos, principalmente do Maranhão (COUTO, 2016, p. 60).

O exemplo disso foram as ocupações às margens dos canais e igarapés, como é o caso do Rio Tucunduba, que divide as duas maiores periferias de Belém como os bairros do Guamá e da Terra Firme, localidades onde são expressas diversas relações sociais existentes.

É por isso que não existe uma Terra Firme homogênea, mas sim heterogênea na sua ocupação e dinamicidade. Uma das características importantes dessa pesquisa é dividir o bairro por cotas altimétricas e analisar a produção do espaço desigual, os aglomerados subnormais, saneamento básico, iluminação pública e distribuição de renda. A fim de que se tenha um diagnóstico mais afundo do bairro em questão partindo da sua caracterização.

A cartografia feita do bairro baseia-se na hipsometria, onde dividimos o bairro por cotas altimétricas que variam de 2 a 14 metros acima do nível do rio, como mostra o mapa da figura 08:

Figura 08 - Mapa da Terra Firme, Belém – PA: Distribuição da hipsometria a cada 2 (dois) metros.



O espaço urbano é entendido como as diferentes formas de uso das terras urbanas, ou seja, as diversas funcionalidades que se atribuem a elas, sendo um espaço fragmentado, porém onde todas as suas partes se articulam a partir dos fluxos de mercadorias, pessoas e ideologias (CORRÊA, 1995). Como resultado disso, surgem as desigualdades socioespaciais. Nesse sentido, o espaço urbano da cidade de Belém se produz de maneira desigual e contraditória, onde se estabelecem espaços marcados por insuficiências, dentre elas a do papel do Estado. Em tais espaços, se estabelecem dinâmicas sociais complexas e múltiplas, que modificam as realidades locais.

O mapa da figura 08 apresenta a produção do espaço urbano a partir da divisão altimétrica em que foi necessário vetorizar e transformar as imagens SRTM baixadas no Topodata / INPE em curvas de níveis e assim conseguiu-se estipular as cotas altimétricas a partir da vetorização manual, onde se estipulou os polígonos que apontavam as variações altimétricas de 2 metros (mínimo) a 14 metros (máximo).

Ferreira (1995) mostrou que a produção do espaço nas áreas de baixadas se desenvolveu a partir do processo de segregação socioespacial impulsionadas principalmente pelas condições econômicas, fazendo com que as pessoas morassem cada vez mais distante do tecido urbano da cidade de Belém. Porém, com a intensa urbanização, esses espaços distantes passaram a estar cada vez mais articulados com o centro da cidade a partir das vias de circulação e meios de transporte, o que acarreta a discussão que Corrêa (1989) trava entre espaços articulados e fragmentados.

Maricato (2015) parte da lógica materialista que esses espaços são essenciais para a manutenção e perpetuação das relações econômicas e sociais do capital, onde é necessário se dissociar os espaços de trabalho (centros) e os de sobrevivência da mão de obra (periferia).

O mapa acima mostra a distribuição altimétrica do bairro da Terra Firme e as suas vias principais, as avenidas que possuem contatos das altimetrias mais baixas às mais altas são as Ruas São Domingos, Avenida Celso Malcher e a Cipriano Santos. A Avenida Perimetral possui toda sua extensão nas localidades mais altas do bairro, onde também estão localizadas as Universidades Federais (UFRA e UFPA), por ser a via mais movimentada que corta o bairro a partir de suas bordas.

É importante compreender que a maior parte do bairro é composta por áreas de 2 até 6 metros de altitude, ao qual Ferreira (1995) classifica como baixadas as cotas de 2 até 4 metros. A tabela 09 apresenta a distribuição em m² da altimetria do bairro.

Tabela 09 – Disposição das Cotas Altimétricas pela Area Total.

Classes	Cotas Altimétricas (metros [m])	Perímetro Ocupado por Altimetria (m²)
1ª classe	2 a 4 metros	279.146 m ²
2ª classe	4.1 a 6 metros	1.235.847 m ²
3ª classe	6.1 a 8 metros	579.213 m ²
4ª classe	8.1 a 10 metros	64.523 m ²
5ª classe	10.1 a 12 metros	44.900 m ²
6ª classe	12.1 a 14 metros	33.792 m ²

Fonte: IBGE, 2010. Elaborado por NASCIMENTO 2021.

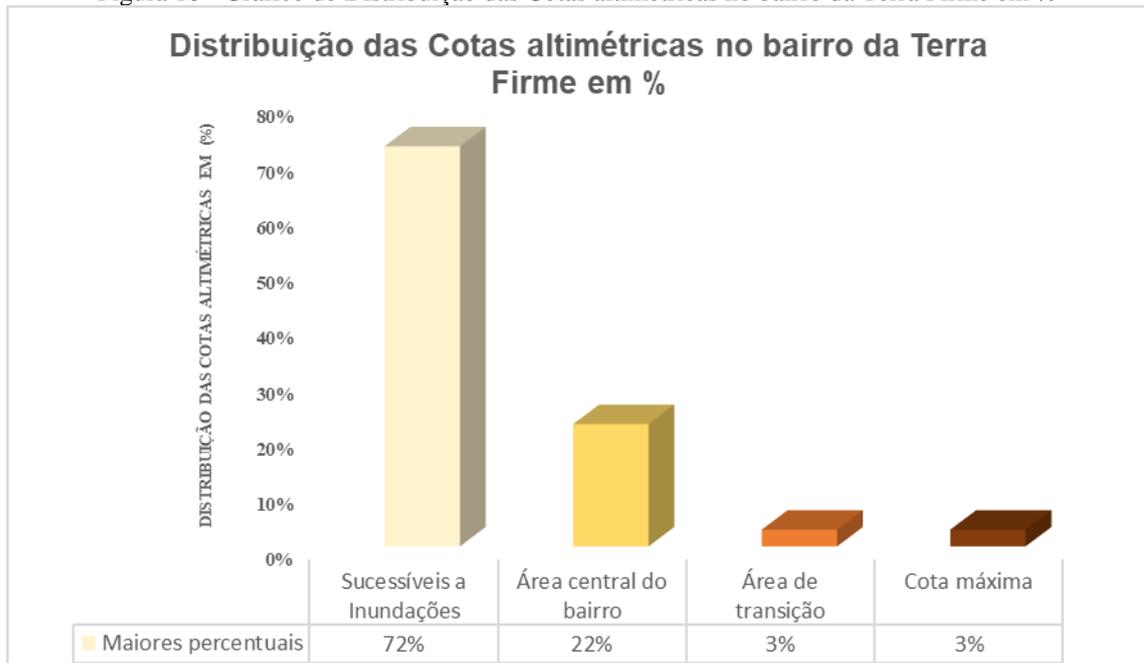
As classes que foram divididas foram tiradas da técnica de extração de contorno a partir dos dados topográficos, por meio das imagens de sensor remoto (Raster) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Software Quantum Gis versão 2.18 las palmas realizou as atividades de vetorização e cálculo de áreas das cotas altimétricas por meio da sua calculadora, localizado na tabela de atributos dos vetores.

Além dessas classes apresentadas, e levando em consideração as discussões de Ferreira (1995) a partir da sua definição de baixadas, pensando sobre os fenômenos do inverno amazônico e os períodos de maré alta, é perceptível ao longo das visitas técnicas e comentários de moradores que as inundações ocorrem também na faixa de até 6 metros de altimetria. Logo, é importante classificar as cotas de 2 até 5.9 metros como suscetíveis a inundações.

As de 6 até 7.9 metros são localidades que se localizam nas porções centrais do bairro e onde estão localizadas as áreas comerciais e mais valorizadas do bairro. As localidades de 8.0 até 9.9 apresentam as áreas de transição do bairro algumas se localizam próximas às bordas do bairro e, por fim, as altimetrias que variam de 10 até 14 metros, também conhecidas como locais de cota máxima, ou seja, são os lugares mais altos do bairro. Assim como é expresso no mapa da figura 09.

A representação cartográfica manifesta a espacialização de como as cotas altimétricas podem ser enxergadas a partir da perspectiva de inundações levando em consideração os fenômenos que podem ocasioná-los, ou seja, a distribuição das cotas altimétricas de 2 a 5.9 metros; 6 a 7.9 metros; 8 a 9.9 metros e 10 a 14 metros na sua constituição de relevo. Além disso, também é necessário se ter uma dimensão percentual desses espaços no bairro. Notável que o bairro da Terra Firme tem uma dimensão de 2.436,6 km² e está distribuído em cotas altimétricas como aponta o gráfico da figura 10:

Figura 10 - Gráfico de Distribuição das Cotas altimétricas no bairro da Terra Firme em %



Fonte: INPE (2000). Elaborado pelo autor, 2021.

A representação mostra que grande parte do bairro é constituída por áreas suscetíveis a inundações, devido a sua baixa cota altimétrica que varia de 2 até 6 metros e sua extensão territorial é de 1,7 km². É importante ressaltar que o clima Amazônico possui altos índices pluviométricos, em especial nos meses de dezembro a março - período que a quantidade de chuva é muito elevada e as áreas localizadas próximas aos canais e rios tendem a sofrer inundações, como é o caso desta.

A segunda classe altimétrica corresponde a variação de suas cotas de 6 até 8 metros que se configura principalmente no centro do bairro. Lugar onde existem grande fluidez de pessoas e mercadorias, devido a sua dinâmica de comércio. A extensão territorial de sua altimetria é de 0.5 km². Essa área consegue abranger duas vias primordiais para o bairro como a Rua São Domingos e Avenida Celso Malcher que são responsáveis pela valorização relativa dessa localidade.

A terceira classe altimétrica existente no bairro varia entre 8 até 10 metros que se encontra principalmente às proximidades da Avenida Perimetral que é a principal via de acesso a Terra Firme, por causa do intenso fluxo de pessoas e veículos (em especial as linhas de ônibus que vão para o terminal da Universidade Federal do Pará).

Além disso, a conexão por meio dessa via é de suma importância para o Estado, cujo a necessidade de chegar nas áreas Federais que estão ali nas suas proximidades ou ao longo de seu percurso como: Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); Empresa Brasileira de Pesquisa em Agropecuária (EMBRAPA); Museu Paraense Emílio Goeldi e a Universidade Federal do Pará. A área de extensão dessas cotas é de 0,06 km² a menor localidade ocupada por essa variação altimétrica.

Por fim, há no bairro as cotas máximas de seu relevo que variam de 10 a 14 metros, sua extensão territorial é de 0,07 km² e está localizado na porção norte da Terra Firme. Nessa distribuição altimétrica, encontra-se a Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará. A partir dessa altitude é possível compreender e enxergar com mais nitidez o relevo acidentado, ou seja, é a parte mais alta do bairro.

Por outro lado, também devemos abordar as principais vias que cortam o bairro e perpassam por variadas cotas altimétricas, pois elas têm características semelhantes, já que estão próximas de canais - lugares que as taxas altimétricas variam de 2 a 5.9 metros de altura.

Sendo assim, é visível que na AV. Cipriano Santos, que faz a ligação do bairro da Terra Firme ao de Canudos, passa uma ramificação da Bacia do Tucunduba e sua cota altimétrica varia de 4 a 6 metros e no final de seu trajeto sua altimetria alcança os 10 metros (trecho que chega na Av. Perimetral).

Nota-se também que os arruamentos ao seu entorno se apresentam de forma desalinhadas ou distorcidas, isso pode ser resultado do processo de ocupação de forma precarizada, onde ruas passam a ser abertas sem um planejamento devido do Estado, e, conseqüentemente, grande parte delas sofrem com a falta de pavimentação e drenagem.

Outra via de acesso à Terra Firme por Canudos se dá pela Av. Celso Malcher, que também apresenta variações altimétricas ao longo de seu percurso, variações estas entre 6 e 8 metros acima do nível do Rio Tucunduba. Essa Avenida permitiu muita dinamicidade ao bairro, devido à região de comércio existente ao seu entorno e nas suas dependências. Além de ser uma área relativamente valorizada, por causa do fluxo existente na mesma, ela também dá acesso à ELETRONORTE - um importante empreendimento instalado na década de 1970, que ao passar dos anos foram surgindo as ocupações ao seu entorno transformando as

dinâmicas espaciais na sua materialidade. O exemplo disso é a formação de aglomerados subnormais a partir de sua instalação.

Os arruamentos presentes nas suas dependências também apresentam algumas variações. No percurso do bairro, as vias apresentam deformidades, especialmente próximas ao Tucunduba, onde nota-se a presença de palafitas e arruamentos precários. No centro da Terra Firme, as vias passam a obedecer a um certo ordenamento na sua configuração, como é o caso das ruas Santa Helena e 24 de dezembro. Todavia, ao fim de seus percursos, ela também apresenta deformações decorrentes do processo de expansão acelerada da urbanização.

A Rua São Domingos faz conexão do bairro da Terra Firme com o Guamá, seus limites de bairro obedecem a divisão natural do Rio Tucunduba. Essa rua apresenta forte dinamicidade, devido a mesma interligar os dois bairros com maiores densidades demográficas dessa região. Além disso, há uma forte presença do comércio formal e informal (Área da Feira da Terra Firme). Ao longo de seu percurso ela passa por áreas do bairro que variam de 6 metros no limite e início do bairro, 8 metros na região central e 10 metros na ligação com a Avenida Perimetral.

As vias secundárias que se conectam ao seu entorno apresentam variações, porém grande parte de seus arruamentos manifestam deformidades no que diz respeito ao planejamento urbano. Sabe-se que essas vias foram feitas pela população que buscou habitar essas áreas menos valorizadas e promoveram a sua autoconstrução, principalmente de casas, ruas improvisadas e pontes.

4.3 Os aglomerados subnormais e os momentos de ocupação do bairro

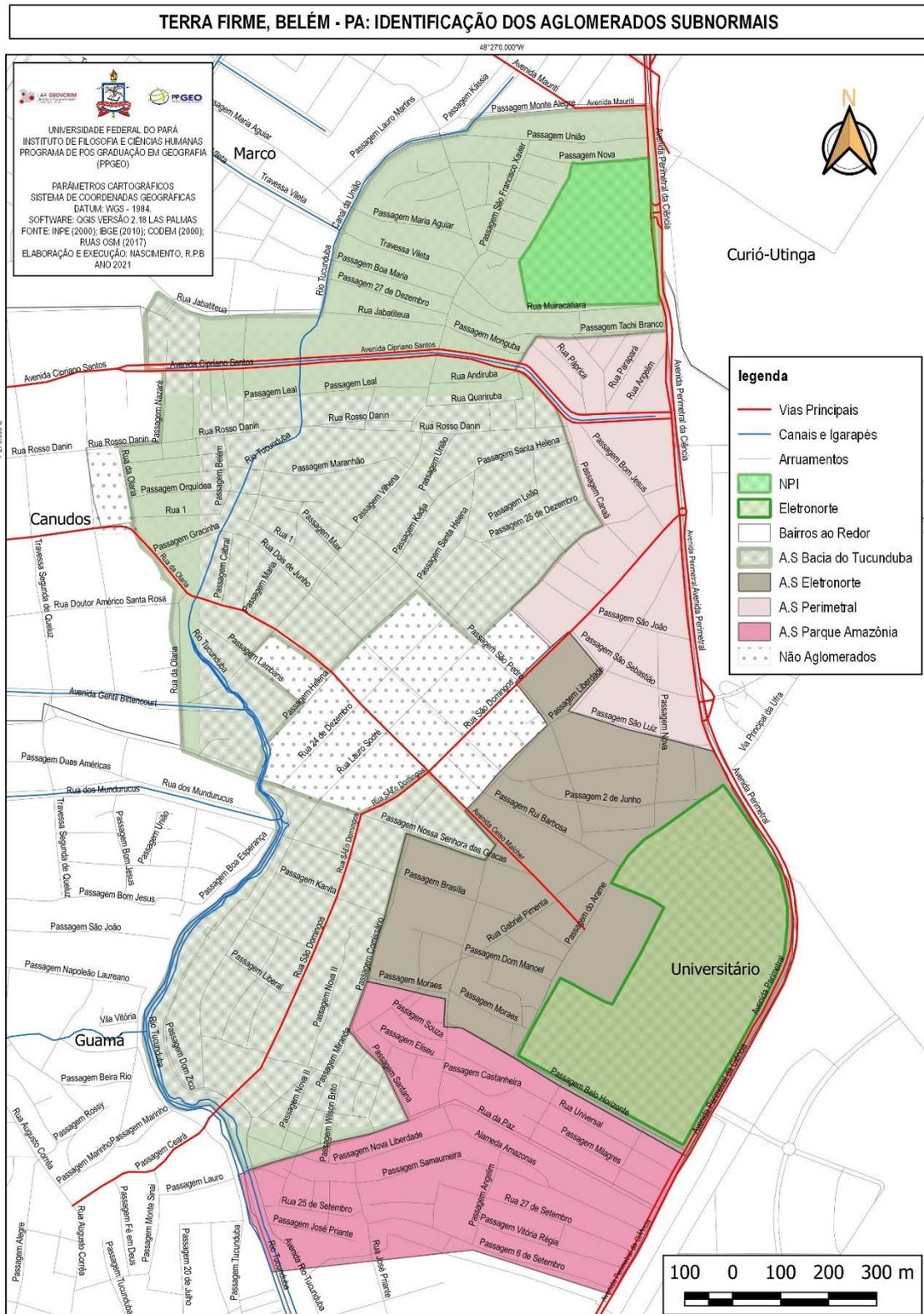
O bairro da Terra Firme é visto como um bairro periférico e violento. Esses estereótipos são baseados no senso comum que o generaliza como um todo sem levar em consideração as suas peculiaridades, logo é pertinente poder caracterizar suas dinâmicas e ter uma melhor compreensão da realidade estabelecida.

Couto (2016) compreende que o bairro é marcado pelas desigualdades que se materializam a partir das relações socioeconômicas ocasionando diversos fenômenos urbanos como a segregação socioespacial. Por conseguinte, esses espaços passaram a ser ocupados a partir de uma forma não planejada e se constituiu como uma área periférica ao longo dos anos, devido ao processo de urbanização e metropolização que ocorreram mais intensamente a partir dos anos de 1960 e 1970.

Os bairros periféricos possuem uma função primordial para os centros urbanos, dentre elas está o funcionamento das atividades econômicas, pois a classe trabalhadora é responsável pela produção da riqueza (MARICATO, 2015). Essas localidades foram ganhando formas precarizadas e conseqüentemente apareceram as insuficiências – como as do Estado em estabelecer condições dignas de moradia como ruas pavimentadas, saneamento básico, iluminação pública, distribuição de emprego e renda, educação, saúde e segurança pública.

Essas características que envolvem a periferização, estão relacionadas às precariedades das condições de habitação, arruamentos e saneamento básico. A presença dessas problemáticas agrupadas o IBGE (2010) classifica como aglomerados subnormais, como aponta o mapa da figura 11.

Figura 11 - Mapa da Terra Firme – PA: Distribuição dos Aglomerados Subnormais.



Os aglomerados subnormais são compreendidos a partir de um critério metodológico estabelecido pelo IBGE (2010) que agrega precariedades nos condicionantes de infraestrutura

e regulamentação da terra. No total 51 variáveis inter-relacionadas para fazer as divisões entre áreas aglomeradas subnormais que é a materialização da periferização das cidades.

É o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo: - irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou - carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública) (IBGE, 2010, p. 27).

Os aglomerados subnormais foram identificados a partir da localização dos setores censitários do censo de 2010 do IBGE. O agrupamento destes pode contribuir na formação de áreas de aglomerados e não aglomerados subnormais.

No bairro da Terra Firme é possível enxergar que existem 4 aglomerados subnormais (Bacia do Tucunduba, Eletronorte, Perimetral e Parque Amazônia) e duas áreas que não correspondem a esse perfil como as áreas centrais do bairro que corresponde às localidades de cota altimétrica entre 6.1 até 8 metros de altimetria e no limite de bairro com Canudos na sua porção Oeste.

A Terra Firme é composta por 96% da sua extensão territorial por aglomerados subnormais e é importante mostrar a formação destes para que se tenha uma abordagem heterogênea dos diversos recortes espaciais ou territoriais.

4.3.1 Aglomerado Bacia do Tucunduba

O aglomerado subnormal Bacia do Tucunduba, corresponde às ocupações que ficam em seu entorno, a cota altimétrica que predomina nessas áreas é propícia a inundações (2 até 6 metros) e é a maior área do bairro (1,2 km²), o que Ferreira (1995) classifica como baixadas. Esse processo se deu inicialmente no período da economia gomífera e com o seu declínio Belém deixou de exportar e importar produtos da Europa. Formou-se então um pequeno parque industrial que visava o atendimento interno da região e voltados para o beneficiamento dos produtos primários que era a principal renda econômica no período.

Dessa forma, entende-se que as baixadas eram habitadas, mas com baixa densidade, já que a concentração de mercadorias e comércio e renda se mantinha no centro da cidade. Sendo assim Ferreira (1995, p. 43) destaca:

As décadas de 20 e 30, no que se refere a estrutura intra urban, caracteriza-se pela especialização industrial no bairro do Reduto, parte do centro norte da cidade. Os demais setores urbanos continuavam sendo preponderantemente residenciais (com exceção do bairro da Campina, especializado nas atividades terciárias). E no caso particular das baixadas, especialmente as da parte sul da cidade, mantinham as suas atividades agrárias e eram marcadas por fraca densidade populacional, de modo que a baixada do Tucunduba, na época, situava-se à margem desse processo de industrialização e terceirização.

Na década de 1940, ocorreu a apropriação de grandes áreas que circundavam o território da primeira légua patrimonial de Belém. Sendo assim, as instituições públicas começaram a se territorializar: “ENASA, CELPA, CORREIOS, COSANPA, UFPA, EMBRAPA E AEROPORTO e militares (MARINHA, AERONÁUTICA E EXÉRCITO)” (FERREIRA, 1995, p. 44). Essas instalações passaram a servir de obstáculo à expansão da cidade para além de seus limites. Esse conjunto de instituições formam o cinturão institucional de Belém.

Na década de 1960 os espaços de baixadas na periferia de Belém não se constituíam como áreas efetivamente ocupadas, pois essas localidades eram destinadas para atividades de cunho agropastoril. Isso foi desenvolvido no período de Antônio Lemos, ele estabeleceu uma política de saneamento na cidade de Belém que proibia a construção de estábulos e pasto de gado nas áreas do centro urbano que já estava sendo ocupada pelas classes de maior poder aquisitivo, diante disso, restou as áreas periféricas para o desenvolvimento destas atividades.

Logo, ao assumir a administração do município, tratei de abolir a prática, então consentida francamente pelo poder municipal, de pastorem em lugares centrais. Já muito povoados, da qual resultava mais de um inconveniente (...) resolvi, pois, designar para aquele fim de subúrbio de Belém, a partir da praça Floriano Peixoto, para o lado oriental, exceptuando a rua José Bonifácio, onde está situado o cemitério de Santa Izabel. (CONSELHO MUNICIPAL DE BELÉM PELO INTENDENTE SENADOR ANTÔNIO LEMOS, 1902, p. 88-89.)

Ao retirar os estábulos das localidades centrais, também mexeu com a dinâmica do leite que abastecia a cidade, pois as vacarias se deslocaram para as áreas de baixadas, e mesmo assim ainda forneciam os produtos com condições de higiene bem precárias. Todavia, era isso que girava a economia dessas localidades periféricas (FERREIRA, 1995).

A partir dos anos 1950, o Programa de Integração Nacional construído pelo Governo Federal baseou-se na implementação de rodovias com a finalidade de integrar as regiões do Brasil, por meio de Estradas e exercer uma maior soberania sobre o território (CORRÊA, 2006). Dentre essas construções, está a inauguração da rodovia Belém – Brasília, isso foi um dos principais fatores na transformação espacial de Belém.

Por isso, ocorreram profundas mudanças na infraestrutura do espaço urbano belenense; a chegada de estradas possibilitou melhorias no escoamento da produção de bens industrializados da região Centro Sul do país. Partindo dessa lógica, esses bens de consumo ganham mercado na cidade de Belém, e promoveram uma disputa comercial do leite industrializado x leite “in natura” das vacarias nas áreas de baixada (FERREIRA, 1995).

A produção leiteira era vista de forma marginalizada pelo poder local, pelas suas condições precárias de higiene na produção do leite que abastecia o centro de Belém, logo os

produtos industrializados por serem inovação de mercado ganharam espaços comerciais e foram responsáveis pela “queda” da produção das vacarias.

Esse deslocamento destas para outros municípios ocorreram em detrimento da perda de mercado nos centros urbanos. Isso tem feito com que as atividades como a produção de leite das vacarias deixassem de ocupar essas localidades. Os espaços periféricos de baixadas ficaram à disposição de outras relações sociais, dentre as quais está a especulação imobiliária que tem empurrado a população, por meio da segregação socioespacial, que tem feito as áreas de baixadas serem ocupadas a priori por uma determinada classe social que não possui um poder aquisitivo acentuado, logo isso tem refletido na configuração dos espaços de periferização.

As extensas áreas eram de especulação, por estarem localizadas nas proximidades do centro da cidade. Isso promoveu uma série de ocupações das terras urbanas, promovendo o aumento da segregação residencial e socioespacial. Como consequência, as ocupações das baixadas ganharam forças a partir dos anos 1970, marcadas pelo intenso crescimento urbano-populacional e a metropolização dos espaços urbanos, como ocorreu em Belém.

Pode-se apontar e reforçar o processo de valorização das terras ao redor do centro urbano da capital paraense. A partir dessas dinâmicas notou-se que as pessoas de baixa renda foram as que ocuparam as áreas de baixadas, onde estabeleceram-se as moradias precárias e arruamentos promovidos por essa população.

O processo de ocupação do bairro da Terra Firme ao longo do Rio Tucunduba e das áreas próximas a outros canais por famílias de baixa renda que encontraram terrenos extensos, não construídos e próximos ao centro da cidade (FERREIRA, 1995).

A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso. Quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas de exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente: correlatados a elas estão a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade e o desemprego (CORRÊA, 1995, p. 29).

Nesse momento, as dinâmicas espaciais alteram de acordo com ações dos agentes modeladores e produtores do espaço. Assim é o bairro da Terra firme que mostra realidades diferenciadas no que se diz respeito ao processo de ocupação. A presença de áreas mais altas no que entendemos por altimetria do relevo e as de baixadas que são lugares onde essas localidades foram habitadas de forma precarizada.

O exemplo disso é a construção de casas nas proximidades dos canais, por isso em algumas partes do bairro encontramos a presença de palafitas acompanhadas das precárias estruturas dos serviços de saneamento no canal do Tucunduba por causa do adensamento

populacional que atraíram moradias ao seu redor, pois o centro da cidade de Belém se localiza nas suas proximidades (FERREIRA, 1995).

Ao analisar o bairro é possível enxergar precariedades na estrutura urbana, devido à falta de investimentos do poder público nessas localidades como saúde, educação, pavimentação e segurança pública.

Ao longo dos anos, o bairro da Terra Firme manteve suas estruturas precárias no que concerne às condições de vida da população residente. Desse modo, compreende-se que isso é fruto das relações capitalistas no espaço urbano que geram desigualdades no âmbito econômico e espacial (MARICATO, 2015).

O surgimento das palafitas ocorreu devido às condições morfológicas do terreno propício à inundação, principalmente quando se tem o fenômeno de maré alta ou o inverno chuvoso que permitem um aumento significativo do volume do Rio Tucunduba e de outros canais. Essas características apontam o que Couto (2016) afirma sobre a favelização das margens dos canais dessas baixadas.

A favelização em torno do canal do Tucunduba representa um amplo processo de evolução urbana da baixada da Terra Firme e ao mesmo tempo uma alternativa à moradia considerada, para alguns, como uma estratégia ao direito à cidade pela clandestinidade (COUTO, 2016, p. 65)

Essa estratégia apontada pelo autor é de se manter relativamente mais próximo dos centros urbanos, utilizando das lógicas de transportes como articulação. Porém as estruturas ainda se encontram de forma precárias e prejudicando muito a qualidade de vida da população residente.

Dessa forma, nota-se que as condições de saneamento básico ainda são bem precarizadas, pois o rio sofre constantes depósito de resíduos sólidos nas suas dependências, por moradores, e feirantes que trabalham às suas proximidades. Isso tem ocasionado diversos problemas de saúde como a leptospirose e a esquistossomose⁷, fora os casos de dengue e febre amarela, como observado a partir das denúncias da população.

Moradores dos bairros do Marco e Terra Firme ainda sofrem com alagamentos
O entregador de quinzenas contou ainda que já estava se preparando para enfrentar alagamentos também onde mora. “Moro na passagem São Jorge, atrás da UIPP da Terra Firme. Uma hora dessas e mesmo quando eu voltar pra casa vou ter que entrar na água também, porque lá alaga tudo. Tenho medo porque essa água é suja e contaminada e posso pegar uma doença”, afirma Willian Moraes, que conduzia a

⁷ A esquistossomose é uma doença parasitária causada pelo *Schistosoma mansoni*. Inicialmente a doença é assintomática, mas pode evoluir e causar graves problemas de saúde crônicos, podendo haver internação ou levar à morte. No Brasil, a esquistossomose é conhecida popularmente como “xistose”, “barriga d’água” ou “doença dos caramujos” (...) A esquistossomose pode ser transmitida Alguns hábitos como nadar, tomar banho ou simplesmente lavar roupas e objetos na água infectada favorecem a transmissão. A esquistossomose está relacionada ao saneamento precário (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019)

bicicleta com uma sombrinha aberta para tentar se proteger da chuva (O LIBERAL 16.02.21 13h22).

Vale ressaltar que o rio Tucunduba em alguns trechos de seu percurso, tem passado por um processo de canalização e macrodrenagem que ainda não foi concluído pela Prefeitura de Belém e o Governo do Estado (Entregaram até a 2ª parte das obras). E mesmo assim a especulação imobiliária no bairro tem crescido bastante principalmente devido a sua localização estratégica para a chegada na Universidade Federal do Pará e Universidade Federal Rural da Amazônia.

Entrega da segunda etapa do Tucunduba marca o aniversário de Belém

A melhoria do Tucunduba significa a melhoria de toda a população de Belém, que ganha uma importante via urbanizada que vai servir para toda a cidade”, declarou Edmilson Rodrigues, durante o ato de entrega da obra. (REDE PARÁ. 12/01/2021 às 14h59).

Figura 12 - Avenida Tucunduba Pavimentada após a entrega da segunda etapa da Macro drenagem.



Fonte: Arquivo pessoal, (2021).

A entrega da segunda etapa das obras promoveu uma maior visibilidade para essas localidades, uma vez que as casas de madeira e palafitas que predominavam as margens do canal recentemente passaram a ser casas de alvenaria em ruas asfaltadas, gerando uma certa valorização das áreas ao redor, principalmente por ser próximo das universidades federais.

Muitos estudantes do interior do Estado ou das periferias da RMB buscam moradias mais próximas dos locais de estudo. Logo, algumas localidades possuem bastantes moradias de aluguéis como o “Kitnet”, isso também é um dos fatores que contribui com o aumento da densidade demográfica e as relações de mercado que envolve as terras urbanas da periferia.

É importante frisar as estruturas dos arruamentos que, vistos pelas representações cartográficas, apresentam-se de forma distorcida e não ordenada pelas instituições estatais, logo muitas ruas e vielas deste aglomerado subnormal não apresentam pavimentação, o que dificulta a passagem de veículos e pessoas.

4.3.2 Aglomerado subnormal Eletronorte

A ocupação da Eletronorte tem se consolidado a partir da década de 1970, período em que os militares traçaram metas de desenvolvimento para a Amazônia com a implantação dos grandes projetos. Isso atraiu bastante imigrantes para a região que passaram a dividir o espaço periférico com a população local.

A Eletronorte é um empreendimento que chegou na segunda metade do século XX que corresponde a uma das áreas Federais existentes dentro do limite do bairro da Terra Firme, se localiza de frente para uma das principais vias de acesso do bairro: a Avenida Perimetral, que apresenta um intenso fluxo de pessoas, transporte e capitais. Dessa forma, entende-se que as localidades próximas a esta podem atrair sucessíveis ocupações precárias. Pois as habitações têm se consolidado nas proximidades de onde circulam as coisas.

O aglomerado subnormal da Eletronorte apresenta uma variação de cotas altimétricas em alguns momentos (às proximidades da Bacia do Tucunduba) a sua cota altimétrica varia de 2 até 6 metros de altitude. Isso corresponde a uma semelhança estabelecida, no que diz respeito aos arruamentos e estrutura das casas, como algumas que se encontram em áreas alagadiças (palafitas) mas não com tanta intensidade como as do aglomerado anterior. Outra parte desse aglomerado corresponde a uma das áreas mais valorizadas, pois a cota altimétrica varia de 8 até 10 metros de altitude que corresponde a área da Av. Perimetral.

Dessa forma, construíram-se casas ao longo das proximidades da Eletronorte, porém de forma diferenciada devido às condições socioeconômicas de cada indivíduo. Nesse sentido, podemos apontar que existem localidades bem mais precarizadas do que outras, como, por exemplo, algumas ocupações que estão nas proximidades da Av. Celso Malcher e Perimetral.

Além disso, é bom observar que nesse aglomerado subnormal se encontra a ocupação de palafita ao longo do canal da ligação que agrega áreas periféricas da Bacia do Tucunduba e Eletronorte, mostrando, que essas localidades também se encontram em áreas suscetíveis a inundações e com problemas de infraestrutura e prestação de serviços.

4.3.3 Aglomerado subnormal Perimetral

Esse aglomerado surge principalmente, por meio da ocupação de áreas inundáveis nas proximidades da Bacia do Rio Tucunduba. Isso ocorreu em prejuízo do processo de urbanização que a capital paraense sofreu a partir da década de 1970, em que a instalação dos grandes projetos criou dois Distritos Industriais (Ananindeua e Icoaraci) (FERREIRA, 1995).

A partir desse momento houve uma grande expansão urbana para as áreas ao redor das Avenidas Almirante Barroso e 1º de Dezembro. Então, as ocupações se direcionaram a esses distritos e se consolidaram e se expandiram pelas redondezas (FERREIRA, 1995).

O exemplo disso foi no bairro do Marco que as ocupações se expandiram até chegar às proximidades da Avenida Perimetral (FERREIRA, 1995). Além disso, algumas ocupações referentes à bacia do Tucunduba também passaram a expandir-se para essas localidades, mas com o passar do tempo o capital se apropria do espaço urbano e promove novamente algumas mudanças no seu aspecto socioespacial, por meio da especulação, pois essa Avenida é o principal acesso para outros municípios da Região Metropolitana de Belém (RMB).

O aglomerado subnormal da Perimetral é caracterizado por apresentar a maior faixa altimétrica entre todas anteriores que varia da cota de 8 até 14 metros de altimetria, ou seja, é um dos pontos mais altos do bairro. Nesse sentido, nota-se que nas proximidades da Avenida Perimetral, as áreas não são suscetíveis a inundações. Diferentemente da porção interna que é composta por localidades inundáveis (cotas de 2 até 6 metros). É também composto por 4 setores censitários sendo o menor do bairro.

Esse recorte espacial é o que apresenta menos precariedades no que se diz respeito às condicionantes de infraestrutura por estar numa faixa altimétrica favorável e porque o escoamento das águas das chuvas se direciona para as localidades mais baixas. Os terrenos são compostos por relevos levemente acidentados e suas áreas suscetíveis a inundações se localizam próximo ao final da Rua São Domingos e ao canal da Cipriano Santos que apresentam ao longo de suas redondezas habitações de madeiras e alvenarias.

4.3.4 Aglomerado subnormal Parque Amazônia

A ocupação desse aglomerado ganhou destaque na Terra Firme devido às ocupações das terras que pertenciam a Universidade Federal do Pará (UFPA) e por ser uma área institucional em que não era permitido ter ocupações dessa natureza em suas dependências. Logo, notava-se que as habitações foram autoconstruídas pela população que ali realizava trabalho (MARICATO, 2015). Essa lógica de ocupar as localidades próximas ao centro da

cidade tem ganhado força, principalmente por conta das dinâmicas de mercado que utilizam da especulação para promover o comércio das terras urbanas (ALVES, 2010).

É importante compreender que além dessas atividades que ocorrem nesse meio, também existem famílias que necessitam de condições mínimas para a sua dignidade e o fator moradia se enquadra perfeitamente nesse contexto. Logo, notou-se o assentamento de famílias com baixos indicadores socioeconômicos e isso tem alterado as dinâmicas da paisagem e transformando – a em uma ocupação periférica e precária.

A morfologia do seu relevo também é suscetível a inundações, já que sua localização está próxima ao Tucunduba e as faixas altimétricas variam entre 2 até 6 metros de altimetria, por isso encontramos a presença de palafitas no processo inicial de ocupação.

As palafitas são uma forma de ocupação para terrenos baixos e inundáveis, por causa disso, as habitações eram construídas em casas sustentadas por pilares de madeira e pontes que “facilitavam” a locomoção dos habitantes. Ao decorrer dos anos, houve mudanças no aterramento de localidades inundáveis e construção de casas de alvenaria, porém ainda existem localidades no bairro que apresentam características precárias de saneamento, como a falta do tratamento de água e os “esgotos a céu aberto” (como se manifesta no aglomerado Bacia do Tucunduba).

As precariedades existentes nesse aglomerado ocorriam em detrimento da falta de ordenamento territorial por parte do Estado de conceder a titulação da terra para as famílias que já residiam naquelas localidades, porém a reitoria da Universidade Federal do Pará solicitava a retirada dessas pessoas do local (ALVES, 2010). Assim, não era possível trazer investimentos na infraestrutura urbana por parte do município por aquela área não pertencer a suas dependências.

A consolidação das ocupações deste aglomerado baseou-se na luta dos movimentos sociais, em especial o MOTUAT (Movimento de Titulação e Urbanização da Área do Tucunduba) em prol da titulação das terras que pertenciam à Universidade Federal do Pará (ALVES, 2010).

O ativismo social também recebeu apoio de projetos desenvolvidos por professores e alunos da UFPA que se solidarizaram com a resistência das famílias representadas pelo MOTUAT na luta pela posse da Terra. Alves (2010) menciona que para receber essas titulações outras ocupações do bairro deveriam solicitar pela legalização das suas terras, com intuito de pressionar as autoridades locais.

Quando Nilson Pinto foi perguntado sobre a finalidade social das terras da Universidade, ele respondeu que “sou de parecer favorável que essas pessoas recebam os títulos de propriedade dos seus terrenos”, e imediatamente coloca sua

preocupação com a possibilidade de novas ocupações dizendo “os espaços que ainda não foram ocupados devem ser reservados para expansão da Universidade, [...]. É fundamental preservar o espaço físico que fica entre a Perimetral e a Orla da Baía e o espaço em torno do NPI” e manifestasse favorável a titulação “o restante, já ocupado por pessoas que precisam deste espaço para morar, tem que ser espaço assegurado, legalizado em favor dos que hoje ocupam”. (ALVES, 2010, p. 118)

Os conflitos pela titularização da terra se culminaram em 1988, quando uma comissão levou a Brasília um documento que se baseava em um memorial de delimitação topográfica das terras da UFPA. Posteriormente, no ano de 1991, o presidente da República sancionou legalmente que a Instituição alienasse suas terras em nome dos ocupantes (ALVES, 2010). Todavia, as lideranças de movimentos classificaram isso como uma vitória de lutas e não uma boa vontade das autoridades para a legalização da ocupação nas terras.

O aglomerado subnormal Parque Amazônia, mesmo com as lutas por posse da terra, ainda carece de infraestrutura, pois os arruamentos foram abertos de formas precárias assim como a estrutura das moradias. Além disso, essa localidade sofre bastante com o aumento da criminalidade – assaltos, furtos, arrombamentos e homicídios – que são problemas de ordem estrutural e social existentes no bairro.

4.4 As condicionantes infraestruturais, econômicas e sociais do bairro da Terra Firme

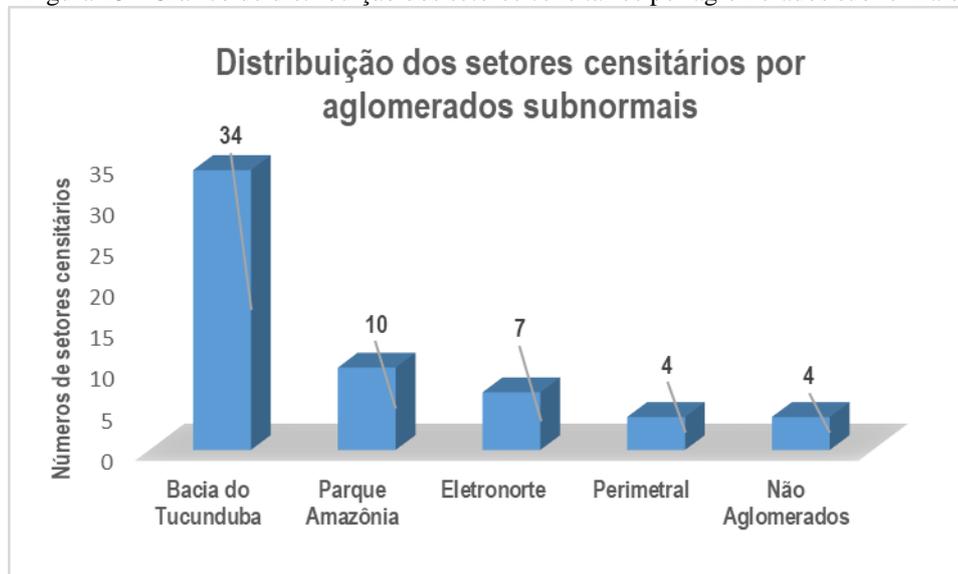
Os aglomerados subnormais são vistos como sinônimos de espaços que possuem características precarizadas. São identificados por meio do agrupamento dos setores censitários que correspondem ao menor recorte espacial ao qual o IBGE busca extrair as informações que são obtidas em suas pesquisas, como o censo demográfico.

O censo demográfico é feito principalmente a partir desses setores que uma vez codificados, são relacionados a diversas variáveis que são colocadas em planilhas de Excel, como as tabelas de entorno, domicílios, renda e pessoas. Essas organizações proporciona uma maior visibilidade sobre os perfis espaciais das diversas localidades existentes.

Para entender o comportamento das variáveis do censo demográfico e suas espacialidades no bairro da Terra Firme, utilizou-se das técnicas, métodos e teorias da ciência cartográfica. Os Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) são utilizados principalmente para promover a espacialização dos fenômenos existentes na superfície, dentre eles estão as distribuições de renda, habitantes, saneamento básico, iluminação pública ou tipos de moradias. O exemplo disso foi a utilização do Software Quantum Gis versão 2.18 las palmas que permitiu as representações das variáveis do IBGE, por meio da união entre os atributos das camadas vetoriais (shapefile) e as planilhas de excel, tendo como principal campo das uniões os códigos dos setores censitários das respectivas camadas.

O bairro da Terra Firme apresenta em torno de 59 setores censitários distribuídos em quatro aglomerados subnormais e duas áreas de não aglomerados, como está representado no gráfico da figura 13::

Figura 13 - Gráfico de distribuição dos setores censitários por aglomerados subnormais



Fonte: IBGE (2010). Elaborado pelo autor, 2021.

A espacialização dos setores censitários, vinculado com as informações do censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, identifica os perfis que correspondem aos mais variados recortes sejam espaciais ou territoriais. Sendo assim, identifica-se que o aglomerado Bacia do Tucunduba corresponde a 57,6% dos setores censitários, enquanto Parque Amazônia 16,9%, Eletronorte 11,8% e 6,7% Eletronorte e as áreas de não aglomerados subnormais.

Partindo dessa distribuição é possível compreender as características demográficas do bairro da Terra Firme, inclusive no que diz respeito às dinâmicas de renda. Os mapas de renda domiciliar foram confeccionados a partir do filtro das informações do Censo demográfico do IBGE (2010) partindo da planilha domicílio-renda a partir das variáveis V006 até V011 – as variáveis que se utilizou para obter as informações sobre a renda domiciliar dos setores censitários e assim poder aplicar a cartografia de renda por domicílios no bairro da Terra Firme.

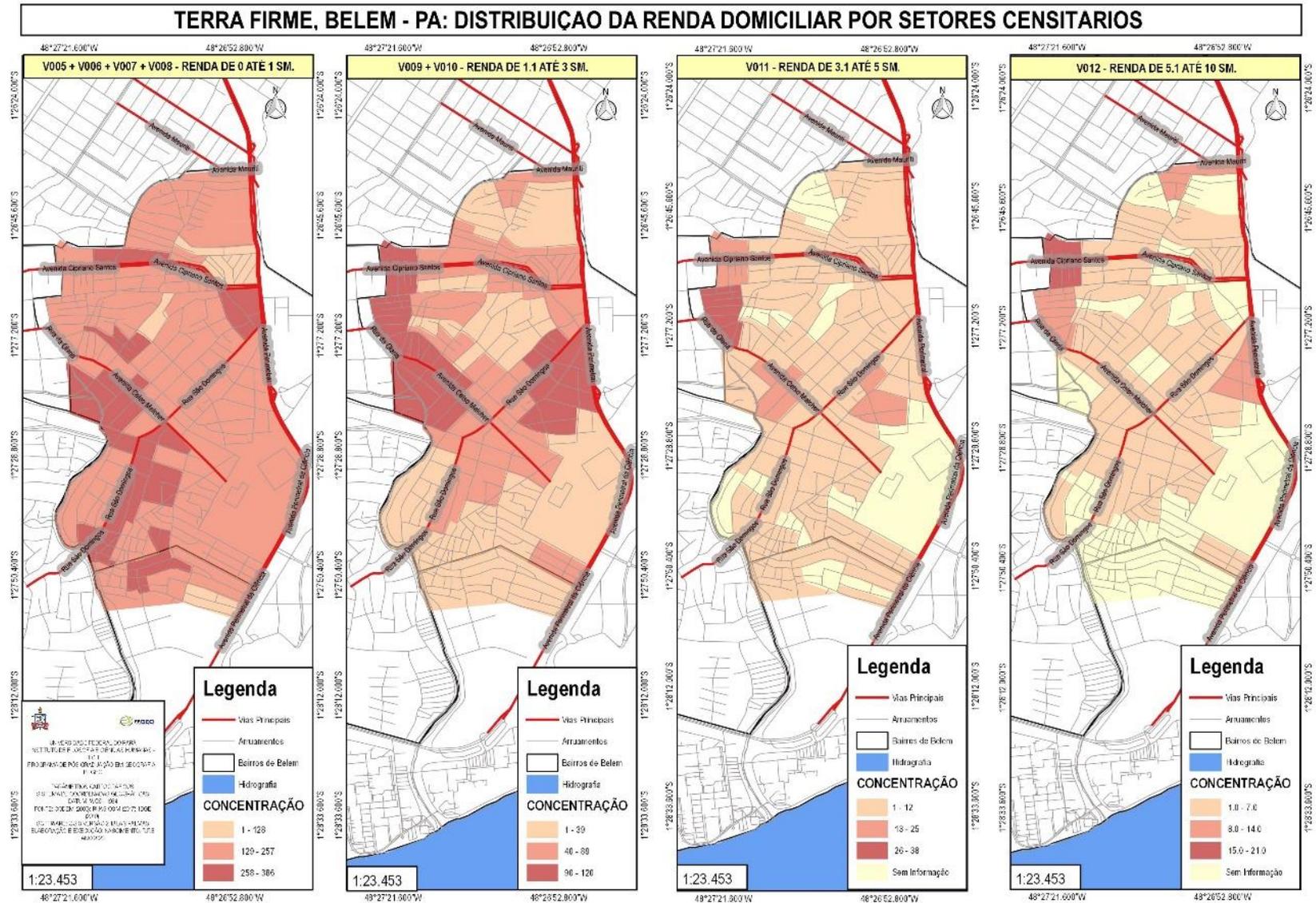
Além disso, o IBGE (2010) divide as características de renda em classes com base nas faixas salariais como: Classe A possuem acima de 20 SM; classe B de 10.1 até 20 SM; classe C de 4.1 até 10 SM; classe D de 2 até 4 SM; classe E de 0 até 1.9 SM.

Notou-se que essa divisão do IBGE (2010) não iria trazer resultados consistentes já que a escala do bairro apresenta bem mais especificidades por isso fez-se necessário o desmembramento das classes e assim adotar os intervalos específicos do bairro. Logo,

utilizou-se a soma das variáveis para obter os seguintes resultados: $V006 + V007 + V008 =$ Correspondem a faixa de 0 até 1 salário-mínimo. Sendo assim, temos os intervalos de renda estabelecidos: $V009 + V010$ (Faixa de 1.1 até 3 salários-mínimos); $V011$ (3.1 até 5 salários-mínimos) e $V012$ (5.1 até 10 salários-mínimos)

A partir dessa divisão será possível cartografar e identificar os setores ou as localidades que apresentam as concentrações de uma renda mediana ou de localidades em condições bem precárias no que se diz respeito à distribuição de renda, pois nota-se que as pessoas que vivem com $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{8}$ de salários-mínimos passam o mês com em média de R\$ 8,31 e R\$ 4,10 ao dia. Por isso torna-se pertinente mostrar a distribuição de renda do bairro. Como representa o mapa da figura 14:

Figura 14 - Mapa da Terra Firme – PA: Distribuição da renda domiciliar por setores censitários



O mapa representa a espacialização das condicionantes de renda do bairro, tendo como base o último censo demográfico. Dessa forma, mostra-se que na primeira representação corresponde aos domicílios particulares permanentes de renda domiciliar de 0 até 1 salário-mínimo. A sua distribuição no bairro corresponde em intervalos de classe que foram estabelecidas de formas igualitárias pelo Sistemas de Informações geográficas, os intervalos são: 1 – 128; 129 – 257 e 258 – 386. Esses intervalos representam a quantidade de domicílios que concentram os domicílios que apresentam essas faixas salariais.

O exemplo que se pode citar são as margens da porção oeste do bairro e as proximidades dos canais, como os do Tucunduba, Cipriano Santos e o Canal da ligação. Logo entende-se que isso correspondeu ao processo histórico de ocupação do bairro por meio das áreas de baixadas e menos valorizadas. Normalmente o público que vive com menos de um salário-mínimo recorre ao tipo de trabalho informal e aos que recebem em torno de 1 salário-mínimo buscam estabelecer as suas dinâmicas de sobrevivência, devido a insuficiência na distribuição desses recursos para pagamentos de contas e alimentação.

Nessas localidades, é nítido que a dependência financeira a um membro específico da família ocorre de forma latente ou mesmo os outros membros trabalhando pela informalidade o montante não supera o valor do salário-mínimo.

A segunda representação condiz com a faixa salarial de 1.1 até 3 salários-mínimos e as classes estão divididas em intervalos iguais que são: 1 – 39; 40 – 89 e 90 – 120. A maior concentração de renda desse grupo está localizada nas bordas do canal do Tucunduba (início da Cipriano Santos e Celso Malcher) e ao final da Rua São Domingos e Av. Perimetral, ao qual condiz com a faixa de 90 – 120 domicílios.

A faixa de 40 – 89 domicílios condizem com a parte central e norte do bairro, ao redor da Avenida Celso Malcher, Cipriano Santos e pelas redondezas do Núcleo Pedagógico Integrado da UFPA. Essa distribuição de renda pode ser explicada por meio da quantidade de pessoas que trabalham de carteira assinada ou não assinada dentro de um domicílio. O exemplo disso, são ocasiões em que todos os membros familiares sejam maiores de 18 anos e possuem emprego formal, ou de uma pessoa no caso receber uma faixa salarial que fique entre 1.1 até 3 salários-mínimos.

A terceira representação condiz com a faixa salarial de 3 até 5 salários-mínimos e está concentrada em 38 domicílios que foram divididos em três classes. A primeira classe corresponde à concentração entre 1 e 12 moradias, onde a concentração é mínima. A concentração média está na escala de 13 – 25 e está presente próxima das áreas centrais e mais valorizadas do bairro, como as áreas comerciais da Rua São Domingos e Celso Malcher.

A outra concentração de renda dessa classe se manifesta na divisa de bairro com Canudos, onde a valorização do terreno é maior que as demais áreas do aglomerado Bacia do Tucunduba. A centralização máxima dessa faixa de renda também está na divisa com o bairro de Canudos que atinge a classe de concentração de 26 até 38 domicílios que está localizado em apenas um setor censitário de 59 que existem no bairro.

A quarta e última representação condiz com os setores censitários que possuem moradias que possuem de 5.1 até 10 salários-mínimos e elas se concentram principalmente as proximidades do bairro de Canudos, porém o maior número de moradias está próximo a Cipriano Santos e a concentração média as proximidades da Avenida Perimetral. As pessoas buscam residir nessas localidades devido às vantagens de comércio e de circulação de pessoas que elevam os preços das terras urbanas. Por isso, ao longo ou pelas redondezas dessas localidades já se enxerga espaços mais precarizados, ocasionados pela distribuição desigual da renda.

Desse modo é notório que a maioria dos domicílios se encontram em média de faixa salarial que variam de 0 até 3 salários-mínimos e os demais se concentram nas áreas mais centrais de comércio ou áreas com um alto valor especulativo.

É importante relacionar o fator renda como um elemento primordial no que se diz respeito às transformações espaciais. Ferreira (1995) apontou que a formação do bairro se deu a partir do processo de expansão da Primeira Léngua Patrimonial de Belém que posteriormente sofreu com a especulação imobiliária e assim gerou as segregações socioespaciais ao qual resultou a formação inicial precária das habitações das baixadas como a Terra Firme.

Esses espaços foram habitados por meio da autoconstrução e o fator renda foi primordial para a formação desses espaços, uma vez que estes foram produzidos a partir das pessoas que trabalhavam nos centros das cidades seja na formalidade ou informalidades construíram suas moradias nos seus dias de folgas ou disponibilidade (MARICATO, 2015). É nesse contexto que se aponta que a renda além de promover uma segregação ela também mostra o caráter perverso do capital por meio da especulação imobiliária, onde é nitidamente perceptível os espaços de consumo e trabalho (centros urbanos) e espaços precarizados e de sobrevivência (periferias).

Isso faz lembrar o que Corrêa (1989) menciona como espaços articulados e fragmentados que se apresentam a partir de uma dialética. A articulação funciona para a manutenção da mão de obra dos centros urbanos, como os meios de transportes e a massificação destes em horários de “pico” (08:00; 12:00 e 18:00). A fragmentação se dá no

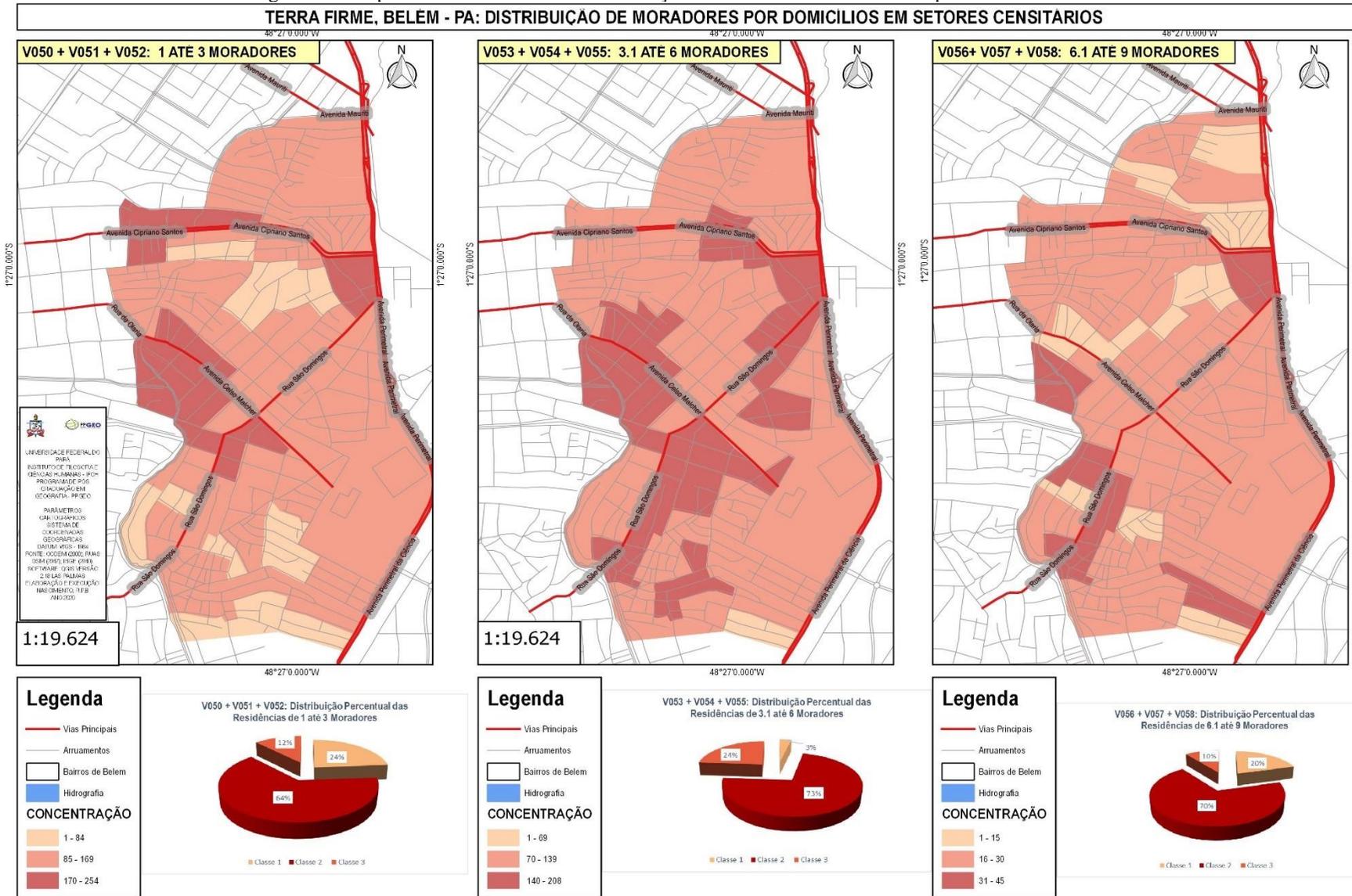
momento que esses transportes são reduzidos na sua frota e a dificuldade de ser apanhado pelo transporte coletivo é maior a partir das 21 até as 00:00.

Nesses horários, grande parte da população que trabalha no período diurno dificilmente sai para o centro da cidade, por conta da distância, dificuldade em transportes coletivos e privados (motoristas de aplicativos quando o valor dos preços das corridas se encontra mais elevados que o comum. Também, algumas localidades periféricas ainda aparecem como “áreas de risco”, isso faz com que grande parte das corridas sejam canceladas) e pela necessidade de se estar cedo no trabalho.

Em outras palavras, as contradições socioeconômicas, as relações de classes e as condicionantes de infraestrutura estão fragmentadas e articuladas ao mesmo tempo, e isso é o que mantém as relações capitalistas dentro dos espaços. E pelo fato de grande parte da população receber em média 1 a 2 salários-mínimos esta busca habitar em localidades que as terras urbanas sejam mais baratas, isso é um dos fatores que levam ao aumento da densidade demográfica em bairros periféricos como o Guamá e a Terra Firme.

Além das condicionantes de renda, é muito importante analisar o comportamento dos moradores por domicílio e entender a distribuição populacional dentro do bairro com a maior densidade demográfica de Belém. A concentração destes foram filtradas a partir da planilha Domicílio 01 e está espacializado no mapa da figura 15:

Figura 15 - Mapa da Terra Firme – PA: Distribuição de moradores em domicílios por setores censitários



As variáveis que foram utilizadas são de V050 até V058 e nesse caso é possível mostrar a distribuição de moradores por domicílios e sua espacialização. Contudo, fez-se necessário agrupar esses dados e estabelecer a representação, como expressado no mapa 07.

A primeira representação consiste na concentração de moradias que apresentam de 1 até 3 moradores por domicílios. Isso mostra que nesse caso as pessoas podem morar sozinhas, com amigos ou família de no máximo três pessoas. O maior número de domicílios que apresentam essa quantidade de pessoas é de 258. E os intervalos de classe foram divididos em: 1 – 84 que corresponde a 64% dos setores censitários. O intervalo de 85 – 169 representa 24% e o último intervalo da primeira representação é de 170 – 254 domicílios e equivale a 12% do total de setores.

A maior concentração de 1 até 3 moradores por residências é ao longo da Avenida Cipriano Santos e as proximidades da Rua São Domingos e Celso Malcher. A maioria desse perfil demográfico está presente no Aglomerado Bacia do Tucunduba e uma pequena parte no da Perimetral.

A segunda representação representa o número de moradias que variam de 3.1 até 6 moradores e possui os intervalos que chegam em média até 208 domicílios. A divisão dos intervalos é feita da seguinte forma: 1 – 69 equivale a 3% do total de 59 setores censitários. 70 – 139 é o segundo intervalo e tem a porcentagem de 73% e o terceiro tem em torno de 24% que é classe que varia de 134 – 208.

Esse perfil demográfico é encontrado principalmente ao longo das ruas São Domingos e Celso Malcher (exceto nas áreas mais centrais) e no trecho final da Avenida Cipriano Santos próximo a Perimetral. Os setores censitários estão distribuídos em sua maioria no Aglomerado Bacia do Tucunduba, Perimetral e Parque Amazônia.

A última representação dessa cartografia comparativa equivale a distribuição das moradias que apresentam entre 6.1 até 9 moradores. As classes são divididas em três: a primeira 1-15 (70% dos setores censitários); a segunda de 16-30 (20%); a terceira de 31-45 domicílios (10%). Os maiores números desse perfil se manifestam nas proximidades do Tucunduba, ao longo do início da Rua São Domingos (próximo ao bairro do Guamá) e nas proximidades do canal da Cipriano Santos sentido Perimetral.

É válido compreender que a concentração de pessoas por domicílios pode ser atrelada a diversos fatores sociais essenciais, dentre eles esta questão da regulamentação da terra. Principalmente no que diz respeito às heranças deixadas, como compartimentos e pedaços de terrenos que não desmembrados e regulamentados por irmãos, logo pode-se ter um terreno com 5 ou até 10 casas, ou casos de filhos morarem com netos e esposa no compartimento

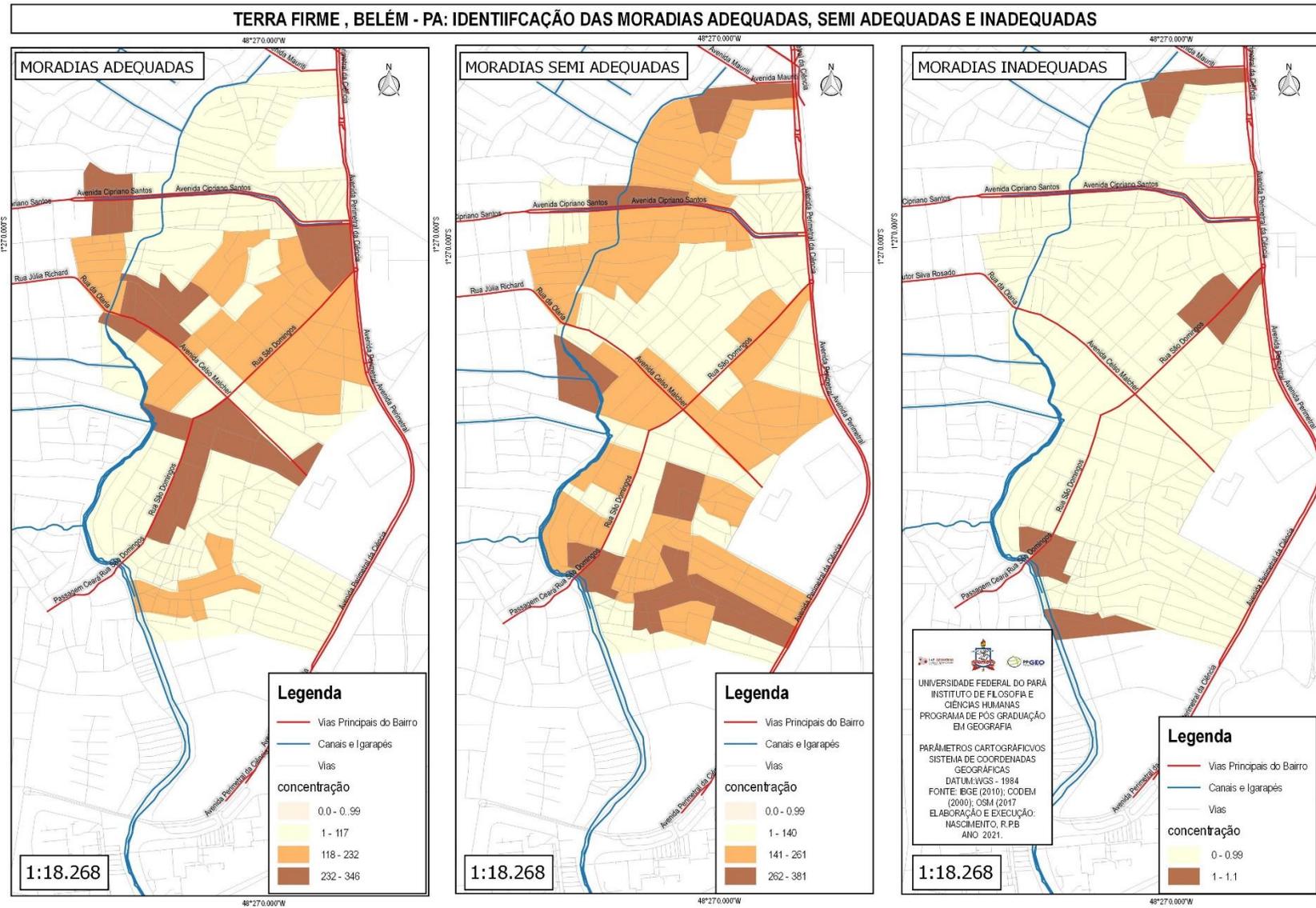
superior da casa. Isso é o que explica também a elevada densidade de moradores por domicílios.

Isso é característica clara da periferização, pois casas de alvenarias ou madeiras são levantadas sem uma fundação adequada ou estruturas seguras para moradia. O importante para essas pessoas é ter um mínimo de compartimento para morar, não para viver dignamente e com melhores perspectivas.

É importante entender que no Brasil na década de 2000 a média de moradores por residência era de 3,8 e no ano de 2010 apresentou uma queda em 3,3 moradores. A Região Norte ainda lidera essa concentração entre as regiões brasileiras com uma média de 4 moradores por domicílio (IBGE, 2010).

As formas que essas habitações são construídas e adaptadas refletem diretamente no que se diz respeito às suas adequações o IBGE no censo demográfico classifica três tipos de moradias: moradias adequadas, semiadequadas e inadequadas (esses dados notam a presença de saneamento básico, distribuição de água, regulamentação da terra, coleta de lixo e estrutura das moradias como banheiros). Esses dados também foram levantados a partir dos setores censitários. O mapa da figura 16 apresenta a distribuição desses tipos de moradias.

Figura 16 - Mapa da Terra Firme, Belém – PA: Identificação das moradias adequadas, semiadequadas e inadequadas.



Fonte: IBGE (2010). Elaborado pelo autor, 2021.

As moradias adequadas estão concentradas principalmente em 7 setores censitários e estão com a média de 233 até 346 moradias. Essas localidades se manifestam no início do perímetro da Cipriano Santos no Bairro e no seu final. Além desses lugares é importante mencionar as localidades próximas às ruas São Domingos e Celso Malcher. A concentração média se manifesta nas áreas centrais do bairro e possui um intervalo de 118 até 232.

A materialização das ocupações adequadas corresponde às condições mínimas de moradias, contudo é importante mencionar que apesar das precariedades o bairro em si apresentou melhorias no que se diz respeito à infraestrutura e condições de vida, ou seja, os espaços já foram bem menos assistidos pelo poder público.

Dessa forma é possível fazer um antes e depois sobre as características do bairro da Terra Firme, as casas eram de palafitas e alvenaria e as precariedades com saneamento básico e coleta de lixo eram bem evidentes. Atualmente é possível notar residências com 1 ou 2 banheiros dentro de suas dependências com fossa séptica. Além disso, os serviços de pavimentação e macrodrenagem contribuem para a especulação imobiliária e isso tende a deixar as terras urbanas mais valorizadas e propícias a esses tipos de moradias.

As ocupações semiadequadas representam as habitações que não atendem por completo os critérios do IBGE para se tornar adequadas. Nesse caso, pode-se observar a ideia do espaço construído aos poucos e ir apresentando novas feições e adaptações, ou seja, residências que apresentam terras regulamentadas e logradouros válidos, e uma estrutura residencial considerável, porém não possui banheiro dentro da residência e tampouco fossa séptica. É o que ocorre em muitas residências de possuírem banheiros no fundo do quintal. Elas estão espalhadas em torno de 13 setores censitários

As ocupações inadequadas estão ligadas às características totalmente precarizadas das residências, onde a questão infraestrutura urbana e das moradias não são favoráveis. Esse tipo de ocupação tem em média uma moradia inadequada em 4 setores censitários distintos. Estão presentes na porção norte do bairro, ao final da Rua São Domingos sentido Perimetral e uma na ocupação do Parque Amazônia. As palafitas e as casas de madeiras por muito tempo foram exemplos claros de ocupações inadequadas, mas com o passar dos anos as estruturas melhoraram, porém ainda existem pessoas que sobrevivem com menos de 1 salário-mínimo que mal conseguem se alimentar, tampouco mexer na estrutura de suas residências. Isso mostra que as condições econômicas estão atreladas ao processo de produção e reprodução das dinâmicas espaciais.

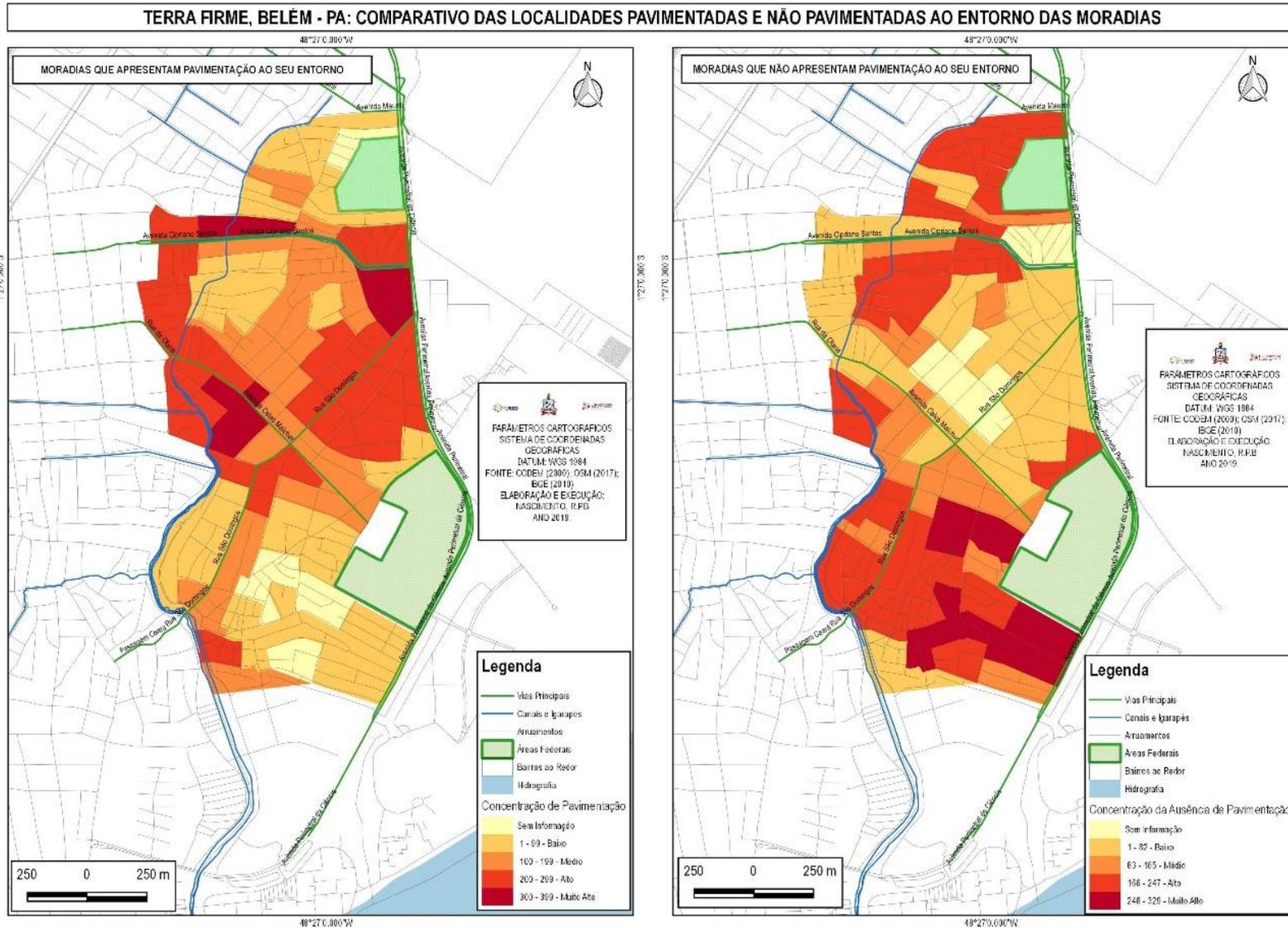
Dessa forma, mostra-se que além das dinâmicas financeiras é notório que o planejamento urbano não acompanhou de forma correta e coerente o avanço da população para

essas localidades, logo os aparelhos urbanos ficaram sobrecarregados e posteriormente apresentam fragilidades como é o caso da distribuição de serviços de pavimentação, saneamento básico e iluminação pública.

A respeito das ruas pavimentadas é válido ressaltar que mesmo a cidade de Belém sendo uma metrópole, ela não apresenta todas as ruas pavimentadas em seu perímetro urbano e isso também influencia diretamente na qualidade de vida da população, pois pavimentação e saneamento precisam estar interligados.

O bairro apresenta a maioria das suas ruas asfaltadas, porém algumas localidades ainda sofrem com a ausência desse bem essencial para a manutenção das moradias com dignidade. O mapa da figura 17 faz uma amostra do comparativo entre ruas pavimentadas e não pavimentadas.

Figura 17 - Mapa da Terra Firme, Belém – PA: Comparativo das localidades pavimentadas e não pavimentadas ao entorno das moradias



Fonte: IBGE (2010); CODEM (2000). Elaborado pelo autor, 2021.

No bairro da Terra Firme, as ruas pavimentadas se encontram em grande parte dos setores censitários em quatro escalas primordiais: 1 – 99 (24 setores); 100 – 199 (15 setores); 200 – 299 (12 setores); 300 – 499 (3 setores). As ruas pavimentadas se distribuem com mais nitidez ao longo das vias principais do bairro, como a São Domingos, Cipriano Santos, Celso Malcher e Perimetral.

As pavimentações das ruas ou a operação “tapa buracos” ganham forças principalmente próximo do período de eleições, em que os vereadores buscam por votos e conseqüentemente promovem limpezas de ruas, aterros e posteriormente asfalto e serviços de drenagem (mesmo que precarizados).

As questões referentes ao escoamento da água correspondem às faixas altimétricas, ao qual não se pode esquecer que as áreas propícias a inundações necessitam principalmente de um planejamento de drenagem e saneamento básico. Para fazer os serviços de pavimentação é importante fazer os serviços de terraplanagem a fim de melhorar a estrutura das vias e posteriormente das moradias.

Quanto as ruas não pavimentadas, elas se concentram principalmente na porção sul do bairro, onde está localizado o aglomerado subnormal Parque Amazônia, ocupação mais recente do bairro (1990, 2000), além dessa localidade também se manifestam na porção norte do bairro partindo das baixadas do bairro do Marco, próximo a Núcleo Pedagógico Integrado da UFPA. Outra localidade que elas se concentram é em algumas localidades do aglomerado da Eletronorte, por conta das vias próximas ao canal da ligação.

As classes que dividem a presença de ruas não pavimentadas são: 1 – 82 moradias (17 setores); 83 – 165 moradias (11 setores); 166 – 247 moradias (22 setores); 248 – 329 moradias (5 setores). As ruas não pavimentadas e as precariedades de saneamento básico estão diretamente ligadas, a logística de escoamento é bem menor e as possibilidades de alagamentos é bem maior, dificultando o tráfego de pessoas, ciclistas e veículos de pequeno e médio porte.

Vias sem condições estruturais revoltam moradores de Belém: Moradores reclamam de ponte quebrada, ruas esburacadas, avenidas alagadas e vias intrafegáveis. Prefeitura afirma que a Sesan realiza limpeza regular em vias e canais

Só Jesus na causa", disse o eletricitista Nilton Santos, 46 anos, ao se referir à avenida Celso Malcher, a principal do bairro da Terra Firme. Um trecho da via, esburacada, está sempre alagado, situação agravada com as chuvas. Esse perímetro fica entre as passagens Ligação e do Arame. Ali, há uma ponte de madeira, que, ainda segundo os moradores, sempre quebra. Na semana passada, um morador fez um protesto inusitado. Ele colocou um papelão, em tamanho real, com a imagem do prefeito Zenaldo Coutinho. No vídeo, que circula nas redes sociais, ele diz: Nós estamos aqui na avenida Celso Malcher. Por mais que você não queira acreditar, isso aqui é uma avenida. A avenida mais importante do bairro (...)Daniel Ferreira, 56, mora há 20 anos na Celso Malcher, onde também tem uma venda de açáí. "A situação piorou há

uns dois anos. Essa ponte só vive quebrada. Todo ano ela quebra", disse. Daniel afirmou que essa ponte deveria ser de concreto e não de madeira. Ele acrescentou que o canal que corta a rua, o Vera Cruz, só "vive entupido". O canal, de fato, está sujo. Há muito mato dentro do canal. Nesse trecho da avenida, carros transitam com dificuldade, sobretudo os de pequeno porte. Ciclistas e motociclistas têm que cruzar esses pontos de alagamento. (O LIBERAL. 14.05.19 17h20).

Figura 18 - Avenida Celso Malcher Alaga em dia não chuvoso.



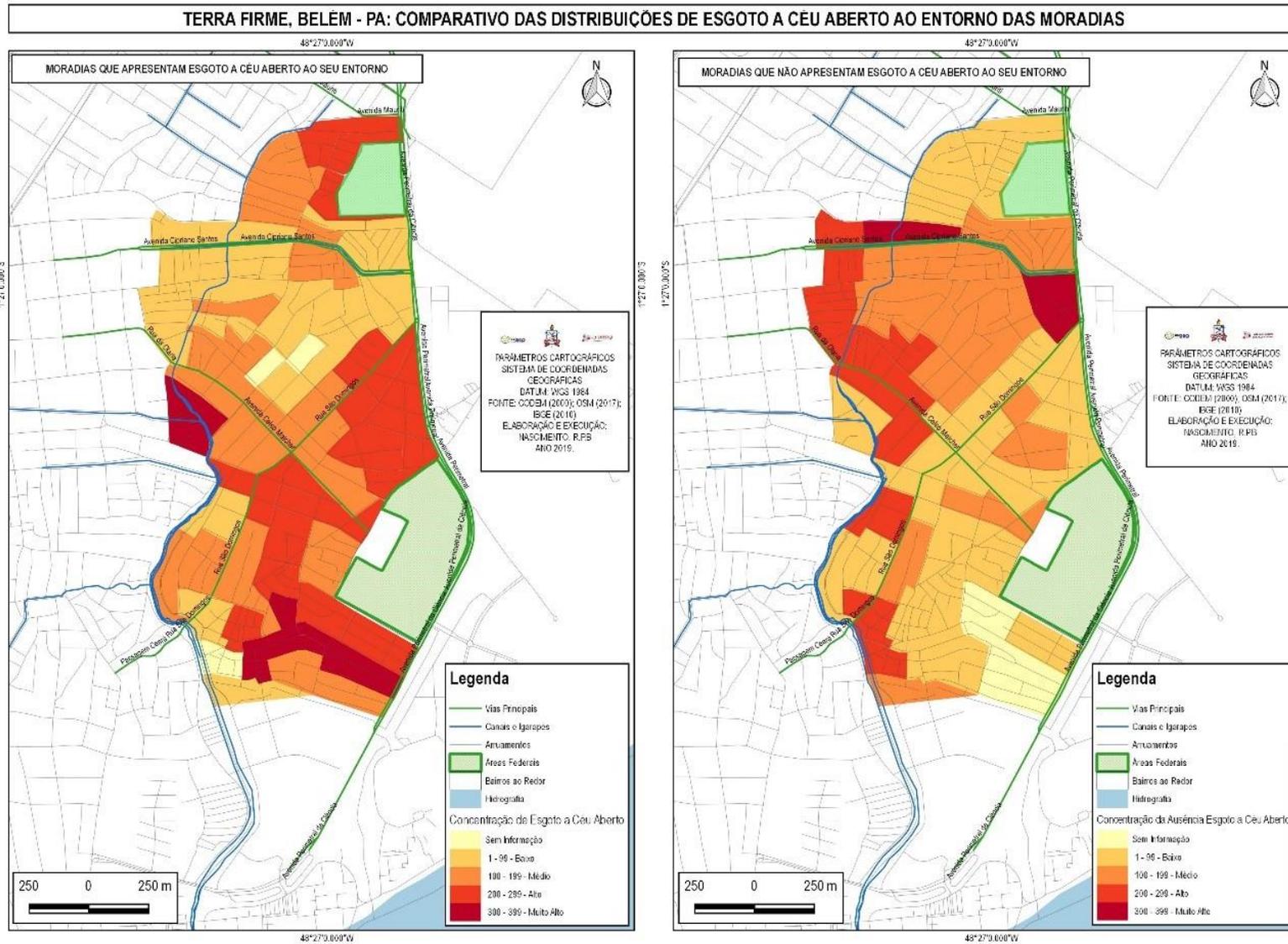
Fonte: Arquivo pessoal, (2021)

A reportagem aborda o problema de muitas localidades periféricas, onde a pavimentação precária é acompanhada de um serviço de drenagem precário e compromete as vias de circulação. Além dos problemas de drenagem das águas e suas diversas formas de poluição que tem prejudicado muito a qualidade de vida dessas populações.

É importante apontar que, além de realizar os serviços de terraplanagem e pavimentação das vias, não se devem esquecer dos serviços de drenagem e saneamento básico em toda cidade, principalmente nas áreas de baixadas que apresentam canais extremamente poluídos que deságuam diretamente na baía do Guajará ou no Rio Guamá, como é o caso do Tucunduba.

As condicionantes de saneamento básico foram atribuídas a partir das variáveis que correspondem às dinâmicas de esgotos a céu aberto, o mapa da figura 19 mostra distribuição dos esgotos a céu aberto ao entorno das moradias a partir de uma cartografia comparativa.

Figura 19 - Mapa da Terra Firme, Belém – PA: Comparativo das distribuições de esgoto a céu aberto ao entorno das moradias



Fonte: IBGE (2010); CODEM (2000). Elaborado pelo autor, 2021.

O saneamento básico é uma das infraestruturas primordiais para a concepção de moradia digna e de qualidade. O bairro da Terra Firme historicamente foi ocupado por áreas de várzea como apontou as ideias de Ferreira (1995) e as características de drenagem convergem diretamente para os canais e igarapés que hoje estão presentes em seus limites territoriais (principalmente os canais do Tucunduba, Ligação e Cipriano Santos). Dessa forma, como já foi dito nesse capítulo as residências foram autoconstruídas sob estruturas de pontes de madeira denominadas palafitas.

As ocupações ao longo do tempo sentiram a necessidade de obter serviços de esgoto, e tiveram mesmo que de forma precária. Onde utilizou dos canais e igarapés para o despejo das águas utilizadas nas moradias, sem contar que grande parte dessas ocupações não possuíam fossas sépticas e despejavam seus coliformes fecais e dejetos urinários diretamente nas “valas” abertas de forma irregular e precarizada ou em canais e igarapés que posteriormente se destinavam aos rios, como é o caso do Tucunduba, como aponta a figura 20:

Figura 20 - Área não contemplada com o serviço de Macrodrenagem do Tucunduba no bairro da Terra Firme.



Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

A presença de esgoto a céu aberto está diretamente atrelada ao escoamento da água, a falta de tratamento do esgoto doméstico por ser despejado nas ruas ou diretamente nas bacias hidrográficas sem nenhuma forma de tratamento. Os setores censitários mostram a distribuição dos domicílios que apresentam essas precariedades com esgoto ao entorno delas.

A grande concentração de esgoto a céu aberto se manifesta na divisa com o bairro do Guamá que também foi produzido a partir das áreas de várzeas, depois que suas localidades de cota altimétrica mais elevadas foram ocupadas e valorizadas. As margens do Tucunduba e

suas proximidades já estiveram em condições sanitárias bem mais precarizadas do que se tem atualmente, onde era possível enxergar as sentinas que as fezes e urinas eram despejadas diretamente no solo e contaminando o mesmo e as águas subterrâneas, impossibilitando o consumo ou utilização de poços artesianos.

Ao longo do tempo as estruturas de saneamento foram melhorando junto das estruturas das residências, pois as estruturas de fossas sépticas contribuíram positivamente para as dinâmicas do saneamento básico no bairro. Porém, é interessante compreender que as obras de macrodrenagem também têm um papel fundamental para a população obter uma melhor qualidade de vida e se prevenir de doenças relacionadas à água contaminada ou parada, como a dengue, leptospirose, malária etc.

O exemplo disso foram as obras de macrodrenagem da bacia do Tucunduba que ainda não foi 100% concluída, mas já trouxeram melhorias para aquela localidade no quesito de pavimentação, rede de esgoto e escoamento da água para minimizar as inundações frequentes.

Dezenas de casas são retiradas do canal do Tucunduba, em Belém: Residências foram construídas em cima de igarapé. Famílias devem ser indenizadas por conta da remoção do local.

Trinta casas foram removidas na última terça-feira (9) do Canal do Tucunduba, no bairro do Guamá, em Belém, por terem sido construídas de forma irregular em cima de um igarapé. As residências estavam obstruindo o processo de drenagem do canal, o que previne alagamentos na região. De acordo com a Prefeitura de Belém, as famílias devem ser indenizadas pelo Governo do Estado, com as obras de Macrodrenagem na Bacia do Tucunduba. (G1 PARÁ. Em 10/09/2014 10h15).

Além disso, essa obra contou com a retirada das populações que viviam às margens do canal para fazer todas as mudanças necessárias para as melhorias do bairro e da população. A maioria das famílias que residiam às margens do Tucunduba em forma de palafitas foram deslocadas a conjuntos habitacionais, para as obras prosseguirem. Porém, próxima a região de feira do bairro da Terra Firme na divisa com o Guamá, ainda se tem uma ocupação que vive sobre palafitas chamada de “pantanal”.

Figura 21 - Ocupação Pantanal Terra Firme, Belém – PA



Fonte: Arquivo pessoal, 2021

A ocupação do Pantanal, ainda está presente no bairro da Terra Firme em Forma de palafitas dentro do canal do Tucunduba e fica bem próxima a Universidade Federal do Pará. As estruturas dessa ocupação se baseiam nas palafitas como aponta a figura 01 e assim é possível compreender que está se encontra nas áreas de baixas cotas altimétricas. Em outras palavras, são áreas suscetíveis a inundações que um dia foram a base para a ocupação e consolidação do bairro nas décadas de 1970, 1980, 1990 até meados dos anos 2000.

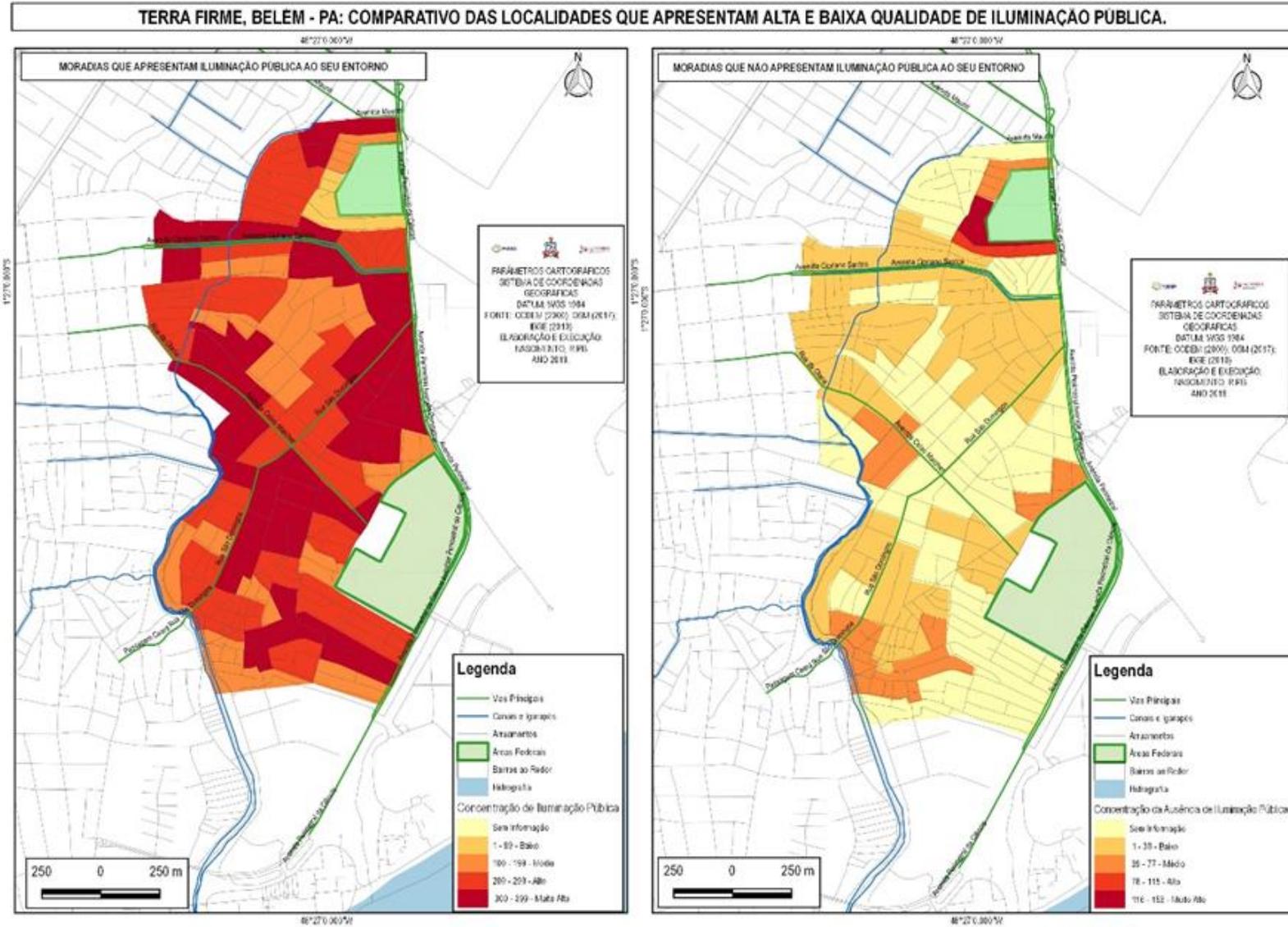
Desse modo, pode-se apontar que dentro de alguns anos com a conclusão das obras de macrodrenagem do canal do Tucunduba algumas estruturas as margens do canal deixarão de existir, mas isso pode ocasionar em conflitualidades entre o Estado com os feirantes e moradores (especialmente a ocupação do pantanal). Logo o poder institucional deve buscar soluções para alocar essas famílias em moradias dignas para assim poder realizar as suas atividades, que é o serviço de conclusão da revitalização, pavimentação e macrodrenagem da Bacia do Tucunduba.

Os serviços de macrodrenagem trouxeram como consequências o aumento da especulação imobiliária por onde essa obra passou, os preços dos aluguéis e residências subiram de preços, devido ao que Corrêa (1989) menciona de produção do espaço e seus agentes produtores. No sentido de o Estado oferecer uma melhoria de infraestrutura e a especulação imobiliária iniciar o seu processo de valorização das terras urbanas.

Desse modo, as moradias que não apresentam esgoto a céu aberto, são resultantes do mas melhorias das infraestruturas urbanas. Onde houve serviços de pavimentação, terraplanagem e as habitações que foram construindo o seu armazenamento de dejetos fecais (fossas).

As ruas também passaram por um intenso processo de transformação no que se diz respeito à iluminação pública. O bairro apesar de ser periférico também houve uma crescente melhoria nesse quesito, porém as precariedades que as envolvem geram diversos problemas sociais atrelados com outros como é o caso da segurança. O mapa da figura 22 mostra a distribuição das ruas que possuem ou não iluminação pública.

Figura 22 - Mapa da Terra Firme, Belém – PA: Comparativo das localidades que apresentam alta e baixa qualidade de iluminação pública



Fonte: IBGE (2010); CODEM (2000). Elaborado pelo autor, 2021.

A respeito das ruas que apresentam iluminação pública pode-se destacar que os setores censitários apresentam uma elevada concentração de ruas iluminadas. Elas se estendem pelas vias principais do bairro e as concentrações elevadas estão nas médias de 100 até 399 moradias que apresentam iluminação pública ao entorno.

Ela é importante para as relações econômicas de toda a cidade, pois as populações residentes das periferias precisam sair antes do amanhecer para pegar transportes públicos e chegar no seu local de trabalho dentro do horário comercial. Além disso, as feiras entram em atividade pela madrugada com a chegada de produtos orgânicos principalmente pela Ceasa.

Do total de 59 setores censitários essa concentração se manifesta em 38 setores censitários, sem contar que ainda existem 19 setores que possuem em média de 1 – 99 domicílios que apresentam iluminação pública. A iluminação pública é primordial para a sociedade como um todo, ela entra em vigor a partir das 18:00 horas e se estende até aproximadamente 06:00 horas da manhã. Ela é custeada por todas as pessoas que pagam energia elétrica também contribuem com impostos desse serviço essencial.

Logo, ela é um direito de todos e necessita de constantes manutenções assim como todos os serviços essenciais para uma condição digna de moradia. Porém nem sempre as condicionantes de iluminação pública são atendidas de forma satisfatória.

Moradores da Terra Firme denunciam falta de iluminação pública nas ruas do bairro

(...) De acordo com o morador, que não quis ser identificado, há dez dias eles solicitaram reparos na iluminação da Rua Paricá e até o momento, a secretaria não atendeu ao chamado. " Tem acontecido diversos assaltos no horário da noite aqui, pois, sem iluminação, os criminosos se aproveitam para cometerem os crimes (...) Segundo o morador, já foi solicitado para a SEURB o reparo nas luminárias há mais de dez dias, mas, ninguém compareceu e, quando ele entra em contato com a secretaria, eles pedem que o mesmo retorne para o 0800, porém, só completa a ligação através de telefone convencional. "Eles falaram que a 'culpa' é da prestadora de serviço, ou seja, não resolvem nada e a rua permanece escura. Eles disponibilizam um serviço que nem todos podem utilizar, então, não é um serviço para todos, não serve para a população". Ainda de acordo com o denunciante, na última sexta-feira, a esposa do seu pai foi abordada por um homem armado com uma faca e por pouco ela não foi assaltada. "Todo mês a tarifa de energia vem cobrando a taxa de iluminação pública, mas aqui, a gente paga por um serviço que não existe. E o problema é encontrado em diversas ruas daqui do bairro" (ROMA NEWS, 24 MAI 2021 - 19H54).

No bairro existem localidades que apresentam precariedades em saneamento, moradias, esgoto e céu aberto, ruas não pavimentadas e com a iluminação pública. Logo nota-se uma visão de um espaço de insuficiências em suas características infraestruturais. E isso reflete diretamente na eficácia da distribuição de outros serviços essenciais ao longo de todo o bairro. Já que grande parte dos serviços de policiamento e regularidade de serviços se concentram nas porções centrais do bairro.

Além disso, pode-se apontar que a iluminação pública é um importante elemento “suavizador” da paisagem noturna. Contudo, outros elementos (ruas esburacadas, desertas, também contribuem deixando a mesma intimidadora. Isso reflete nas dinâmicas de segurança. Pois essas precariedades contribuem para ação de assaltos, arrombamentos, homicídios e latrocínios nas localidades. As ruas precarizadas e vielas presentes se tornam rotas de fuga, dificultando as ações do Estado (polícia).

Essas ações ocasionam uma fobópole (o medo de viver na cidade) e o espaço passa a ser moldado a partir de uma militarização, como rondas ostensivas de segurança privada, monitoramentos, muros e grades (SOUZA, 2008). Todas essas ações são tomadas a partir do argumento que o Estado não promove a defesa física e patrimonial dos cidadãos, ou seja, se mostra insuficiente em diversas esferas, inclusive na segurança pública.

A partir desse momento, grupos atrelados aos serviços informais de segurança privada realizam a sua territorialidade das rondas e adesivos colocados nas portas dos estabelecimentos e residências que financiam esses serviços. Por outro lado, existem os agentes territoriais ligados ao tráfico varejista de drogas local, vinculado às facções criminosas promovem estratégias de defesa do território que proíbem a ocorrência de assaltos para não chamar a atenção do Estado. De certa forma é possível entender que a partir das precariedades os agentes territoriais se manifestam e protegem seus recursos de sobrevivência, mesmo que isso um dia signifique entrar em zonas de tensões.

A produção dos espaços periféricos está atrelada às precariedades do poder público e as ocupações irregulares pelas populações de baixa renda, porém é importante apontar os atores privados que poderiam contribuir de uma forma direta para o desenvolvimento dessas localidades. Isso não ocorre por conta de o capital ainda não ter um interesse especulativo mais intenso nessa região, caso contrário seria notório a presença do capital imobiliário para a produção de conjuntos habitacionais e residenciais.

O que ocorre no bairro da Terra Firme é a valorização dos terrenos, por conta da proximidade com o centro da cidade e das instituições Federais como UFPA e UFRA. O capital local do bairro se manifesta na produção de espaços para moradias em forma de aluguel além do comércio. As insuficiências do poder público também afastam os agentes privados hegemônicos que são presentes nas áreas mais valorizadas, uma vez que estes se aproveitam das infraestruturas deixadas como forma de barganha para a aplicação de seus investimentos e garantir as suas margens de lucro

É importante apontar que os serviços públicos ofertados no bairro ainda são insuficientes, como saúde pública, altos índices de evasão escolar, programas que envolvem

geração de emprego e renda, cursos profissionalizantes que estejam ao alcance imediato da juventude e dos moradores do bairro como um todo.

Apesar do bairro estar diretamente próximo geograficamente da Universidade Federal do Pará. É importante apontar que o acesso ao ensino superior é bem desproporcional e as oportunidades como as preparações são elitizadas (no centro da cidade) e os preparatórios populares que estão nas periferias são desenvolvidos por associações de moradores ou movimentos sociais como o TF Livre.

O bairro da Terra Firme, passou por um programa de governo do Estado chamado TERPAZ – Territórios Pela Paz que buscou praticar ações que reduzissem os números de violência nos seguintes bairros de Belém: Cabanagem, Bengui, Guamá, Jurunas e Terra Firme.

Os levantamentos sobre infraestrutura e demografia foram realizados e as ações da secretaria da cidadania e segurança pública foram parte desse planejamento. A Universidade do Estado do Pará; a FAPESPA buscou, por meio de suas pesquisas, diagnósticos dos bairros a fim entender as suas dinâmicas e características e posteriormente analisar os resultados obtidos após o período do projeto.

As pesquisas sobre as periferias ou precariedade que envolvem o espaço urbano de Belém, envolvem os problemas sociais atrelados a violência, como a territorialidade do tráfico de drogas (varejo), segurança privada e Estado e as relações dialéticas de interdependência e conflitualidades entre estes.

Mas essas territorialidades se dão a partir das ideias de Raffestin (1993) no que condiz com as ideias do “Poder” (institucional) e “poder” (das relações sociais). As precariedades das infraestruturas e ações do Estado dão possibilidades de novos agentes a estabelecer as suas relações territoriais e obter os recursos necessários para a sobrevivência e manutenção dos agentes no poder.

O LABGEOVCRIM possui pesquisas sobre as relações entre a infraestrutura, fatores econômicos e sociais ao qual Vieira (2019) menciona que esses públicos estão na condição de vulnerabilidade socioeconômica. Reis Netto (2019) têm abordado as precarizações dos espaços urbanos a partir da lógica e territorialidades das facções criminosas que se aliam aos agentes locais para estabelecer a sua rede de comércio e controle do território.

Desse modo, é importante entender que as relações conflituosas podem emergir de diversas escalas. No bairro da Terra Firme por ser um dos bairros mais populosos de Belém e possui um histórico marcado pela periferização, a violência e a criminalidade. O exemplo disso são os homicídios existentes no bairro que podem estar diretamente ligados à defesa dos

recursos territoriais de determinados agentes. É importante deixar claro que não são as precariedades dos espaços que irão determinar as práticas criminosas, mas sim as relações territoriais que irão ser estabelecidas a partir das ações dos grupos articulados como será apresentado no capítulo a seguir.

5 CAPÍTULO IV: VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE UMA ANÁLISE SOBRE OS AGENTES TERRITORIAIS E OS HOMICÍDIOS NO BAIRRO DA TERRA FIRME NOS ANOS DE 2011 A 2019.

A violência urbana, apresenta-se, comumente, como o objeto de estudo as diversas ciências e mais recentemente à Geografia, que busca entender essa temática e, sobretudo, a dinâmica da criminalidade a partir do espaço e do território, no plano das relações entre os diversos agentes espaço-territoriais.

O crime interfere de forma direta no cotidiano de grande parte da sociedade brasileira, por exemplo, através da sensação de medo que leva a busca por estratégias de defesa e de “segurança”, principalmente, por meio de muros, grades e o receio a determinados locais em horários específicos (SOUZA, 2008).

Aponta-se, assim, como componentes determinantes, diversas tipificações de crimes, como os assaltos, os furtos e, no cerne da presente pesquisa, os homicídios, caracterizados como um dos extremos da violência humana. Analisar o presente tema, então, a partir do viés geográfico e cartográfico permite-nos ter a compreensão de quais fatores contribuem para esses elevados índices nos últimos anos.

Desse modo, compreende-se que o fenômeno é recorrente, em especial, nas médias e grandes cidades, como é o caso do município de Belém, capital do Estado do Pará, mais especificamente no bairro da Terra Firme. O presente capítulo busca compreender a territorialização dos homicídios no bairro da Terra Firme nos anos de 2013 a 2017 a partir das relações de poder estabelecidas pelos agentes que disputam o território ou que exercem a sua hegemonia.

Para a realização desse capítulo, dados da SIAC / SEGUP foram utilizados, pois fornecem informações como: perímetro do ocorrido, horário, dia da semana, mês, instrumentos utilizados e faixa etária das vítimas. Sendo assim, esses dados são trabalhados em forma de gráficos e tabelas permitindo uma análise descritiva, teórica e comparativa com os Atlas da Violência gerado nos últimos anos.

Quanto ao perímetro dos homicídios, são trabalhados em forma de pontos coletados pelo *Google Earth* e vetorizados pelo software *Quantum Gis* versão 2.18 a fim de mostrar pelo viés cartográfico o comportamento dos homicídios no período de 2011 a 2019 no bairro da Terra Firme. Para complementar as análises dos gráficos e mapas, também colocamos as informações coletadas em trabalho de campo os quais são imprescindíveis para uma melhor compreensão da totalidade dos recortes espaciais.

O capítulo se subdivide em quatro tópicos: o primeiro retrata as discussões sobre os agentes territoriais e os homicídios trazendo o recorte para o bairro da Terra Firme relacionando ao resgate teórico e conceitual sobre as definições de crime, violência e criminalidade. Posteriormente, será feita uma análise dos homicídios no bairro da Terra Firme e as ações territoriais existentes nele, a partir dos dados fornecidos pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) dos homicídios registrados no bairro da Terra Firme.

É importante trazer as discussões referentes a importância da ciência cartográfica e suas contribuições nas análises deste crime. Além disso, também produzimos gráficos com base nos dados fornecidos pela mesma secretaria os quais possuem as seguintes variáveis: faixa etária e instrumentos utilizados. Essas análises serão possíveis por meio da descrição das representações, base nos Atlas da Violência de 2018 e 2020, dos conceitos que já foram trabalhados ao longo desta pesquisa e, por fim, das informações coletadas em campo, com a finalidade do melhor entendimento das realidades estudadas.

5.1 Os índices de criminalidade violenta, os agentes territoriais e a cartografia dos homicídios

As transformações do espaço geográfico estão relacionadas aos anseios de seus agentes modeladores e no campo da geografia criminal o homicídio também apresenta as suas formas e dinâmicas. Os números de homicídios na cidade de Belém são bem alarmantes, muitos dos bairros periféricos mostram altos índices desses crimes dentro de suas pequenas extensões territoriais. A tabela 10 mostra as localidades que mais apresentam homicídios registrados nas Áreas de Integração de Segurança Pública.

Tabela 10 – Belém – PA: Bairros com maiores números de homicídios da 4^a, 5^a e 6^a AISP nos anos de 2011 a 2019.

Bairros	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Guamá	56	65	57	64	55	80	63	67	48
Jurunas	29	50	36	35	40	51	65	53	26
Terra Firme	24	19	13	32	21	26	21	37	19
Total	109	134	108	131	118	157	149	157	93

Fonte: SIAC – SEGUP/ PA. Elaborado por NASCIMENTO, 2021.

A tabela coloca em evidência os bairros que possuem os maiores números de homicídios nas 4^a, 5^a e 6^a AISP e nota-se que todos eles estão localizados na região

⁸ 4^a AISP englobará os Bairros da Batista Campos e Jurunas. o perímetro da 4^a AISP compreenderá a poligonal que têm início na intersecção da Travessa Quintino Bocaiúva com a Avenida Gentil Bittencourt, flete à esquerda e segue por esta até a Avenida Serzedelo Corrêa, flete à direita e segue por esta até a Travessa Gama Abreu, flete à esquerda e segue por esta até a Avenida Almirante Tamandaré, segue por esta até a Avenida Dezesesseis de

periférica do centro urbano da capital paraense. Dessa forma, é possível entender que os homicídios são mais decorrentes nas periferias, reflexo de inúmeros fatores sociais como as desigualdades socioeconômicas e precariedades dos serviços públicos nessas localidades.

Ainda falando da tabela mencionada anteriormente, os bairros que apresentam maiores casos de homicídios registrados são o bairro do Guamá, apresentando uma AISP (5ª AISP) para promover as ações do Estado (questões policiais); o da Terra Firme é delimitado pelas relações de poder proveniente da 6ª AISP e é o único bairro que essa área de integração atua. No Jurunas e na Batista Campos as ações são responsáveis pela 4ª AISP. Os homicídios registrados nas respectivas AISPs apontam que o Guamá apresenta o maior número de homicídios em todos os anos trabalhados (555 homicídios); seguido de Jurunas (385 homicídios) e Terra Firme (212 homicídios). Na série temporal os bairros apresentam no total de 18,1% dos homicídios registrados em Belém.

Esses números são bem expressivos se levar em consideração as dimensões espaciais do bairro e o número de habitantes. Apesar dos elevados números de homicídios é importante se questionar quais ações estão por trás dessas mortes violentas em cada uma dessas Áreas de

Novembro, flete à esquerda e segue por esta até a Rua Cesário Alvim, flete à direita e segue por esta até encontrar a margem direita do Rio Guamá, flete à direita contornando a margem direita deste Rio até encontrar a foz do canal da Avenida Quintino Bocaiúva, flete à esquerda e segue por este até encontrar a Travessa Dr. Moraes, flete à esquerda e segue por esta a Avenida Fernando Guilhon, flete à direita e segue por esta a Travessa Quintino Bocaiúva, flete à esquerda e segue por esta até o início da poligonal (SEGUP –PA).

⁹ Englobará o Bairro do Guamá. O perímetro da 5ª AISP compreenderá a poligonal que têm início na intersecção da margem direita do Rio Guamá com o Porto da Palha, que fica no prolongamento da Travessa Padre Eutíquio, segue por este até a Avenida Bernardo Sayão, flete à direita e segue por esta até a Passagem São Cristóvão, flete à esquerda e segue por esta até a Passagem Alvino, flete à esquerda e segue por esta até a Travessa 14 de Abril, flete à direita e segue por esta até a passagem Paulo Cícero, flete à esquerda e segue por esta até a Passagem Albi Miranda, flete à direita e segue por esta até a Passagem Mucajás, flete à esquerda e segue por esta até a Travessa 3 de Maio, flete à direita e segue por esta até a Passagem Silva Castro, flete à direita e segue por esta até a Travessa 14 de Abril, flete à esquerda e segue por esta até a Avenida Conselheiro Furtado, flete à direita e segue por esta até encontrar a passagem Nossa Senhora das Graças, segue por esta até encontrar o Canal do Tucunduba, flete à direita e segue a jusante até encontrar a Avenida Perimetral, flete à direita e segue por esta até a Rua Augusto Corrêa, flete à esquerda e segue por esta e seu prolongamento até a margem direita do Rio Guamá, flete à direita e segue até o início da poligonal (SEGUP –PA).

¹⁰ Englobará o Bairro da Terra Firme. O perímetro da 6ª AISP compreenderá a poligonal que têm início na intersecção da margem direita do Rio Guamá com o prolongamento da Rua Augusto Corrêa, segue por esta até a Avenida Perimetral, flete à direita e segue por esta até o Canal do Tucunduba, segue por esta jusante até encontrar a passagem Nossa Senhora das Graças, flete à esquerda e segue por esta até a Rua da Olaria, flete à direita e segue por esta até a Avenida Celso Malcher, flete à esquerda e segue por esta até a Rua Silva Rosado, flete à esquerda e segue por esta até a Travessa Juvenal Cordeiro, flete à direita e segue por esta até a Rua Roso Danin, flete à direita e segue por esta até a Passagem Nazaré, flete à esquerda e segue por esta até a Avenida Cipriano Santos, flete à esquerda e segue por esta até a Passagem Odete Malcher, flete à direita e segue por esta até a Avenida Ceará, flete à direita e segue por esta até encontrar um Beco sem denominação, flete à esquerda e segue por este até a Rua Jabatiteua, flete à direita e segue por esta até o Canal do Tucunduba, flete à esquerda e segue por este até encontrar a passagem Monte Alegre, flete à direita e segue por esta até encontrar a Travessa Mauriti, segue por esta até a Avenida Perimetral, flete à direita até encontrar a entrada principal da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), segue por esta contornando os limites do Campus até encontrar a margem direita do Rio Guamá, flete à direita e segue por sua margem até o início da poligonal (SEGUP –PA).

Integrações de Segurança Pública que correspondem aos bairros mostrados na tabela 10. Sendo que cada bairro possuem as suas particularidades territoriais que as diferem.

Vale ressaltar que esses bairros são marcados pelas desigualdades e pelo processo de periferização. Além disso, por muitos anos sofreram com o estigma de bairros perigosos devido as suas taxas de criminalidade violenta que, muitas vezes, com base no senso comum, ocorria o que se chama atualmente de “criminalização da pobreza”, embora a RMB como um todo seja vista e interpretada como um recorte espacial violento a partir de seus números expressivos em Belém e Ananindeua que são expressos na tabela 11:

Tabela 11 - Homicídios registrados em Belém e Ananindeua nos anos de 2011 a 2019.

Município	Anos								
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ananindeua	323	301	300	293	312	351	382	373	153
Belém	567	628	694	693	722	878	865	884	427

Fonte: SIAC/SEGUP-PA, 2011 A 2019. Elaborado pelo autor, 2021.

Os números de homicídios registrados na RMB são bem expressivos, principalmente nos municípios de Belém e Ananindeua que apresentam a maior concentração desse crime. É nítido, ainda assim, que a metrópole possui o dobro ou mais de casos registrados nos respectivos anos. Ao total foram 5.474 casos desse crime violento e 94% são marcados com características de execução.

A tabela 11 aponta que há uma crescente desses casos em 2011, 2012, e 2013. Em 2014 ocorreu a redução de apenas 1 caso, e nos anos seguintes houve crescentes com exceção dos anos de 2017 e 2019. O primeiro apresentou uma redução mínima de casos e o segundo um decréscimo significativo desses números, inclusive é o ano com menor registro de homicídios em Belém nos últimos anos. Com base nesses dados sobre a criminalidade violenta, é possível entender que este fenômeno ocorre em diversas escalas, seja País, Estado, Municípios e Bairros. Cada recorte apresenta suas particularidades que podem estar ligadas ou não as crescentes e decréscimos dos índices de homicídios.

O atlas da violência de 2020 apontam as Unidades Federativas que mais sofrem com o aumento da criminalidade violenta no país e como parâmetro utilizou-se a metodologia do cálculo a cada 100 mil habitantes.

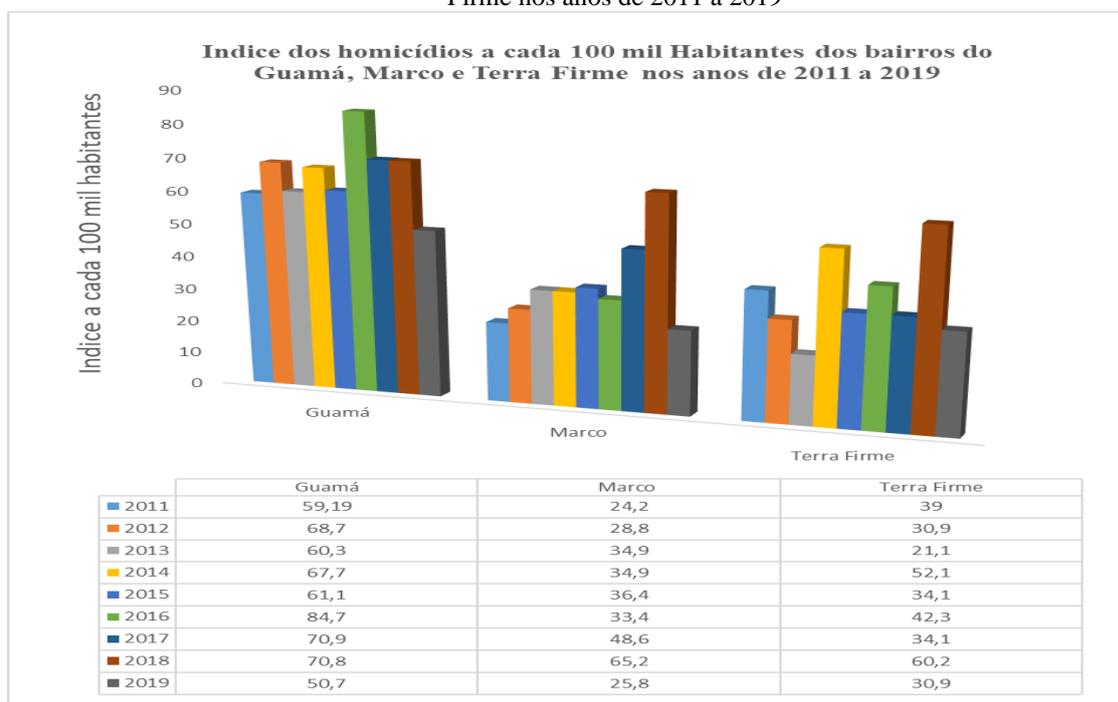
Desse modo, fizemos o levantamento das taxas de criminalidades desses bairros que fazem divisa com a Terra Firme, aproveitando os dados de homicídios e dividimos pela sua população residente e, posteriormente, multiplicando por 100.000 que é a estimativa de habitantes como mostra a fórmula a seguir:

(IH / PR) X EH.

IH: Índice de Homicídios
PR: População Residente
EH: Estimativa de Habitantes (100.000)

Nesse sentido, obteve-se como resultado desse cálculo os índices de criminalidade violenta do bairro da Terra Firme e dos demais que apresentam proximidade com este, como mostra o gráfico a seguir:

Figura 23 - Gráfico de Índices de Homicídios a Cada 100.000 Habitantes dos bairros do Guamá, Marco e Terra Firme nos anos de 2011 a 2019



Fonte: IBGE (2010); SIAC/SEGUP-PA. Elaborado por NASCIMENTO, 2021.

O gráfico da figura 23 foi construído com base nas metodologias aplicadas por Cerqueira (2016) e Waiselfiz (2016) ao se abordar os índices de homicídios a cada 100 mil habitantes no Brasil. Utilizou-se as mesmas técnicas de cálculos, modificando apenas a escala das variáveis. Desse modo, conseguimos estabelecer as médias de homicídios a cada 100 mil habitantes. O bairro do Guamá apresenta o maior índice de homicídios entre os bairros estudados, uma média de índice de 66,01 no período estudado o dobro do Marco que possui 36,9 e da Terra Firme, 39,3 a segunda maior média das três localidades em questão.

Buscou-se, como parâmetro comparativo, os índices de homicídios no Brasil e no Pará com o mesmo recorte temporal, como apresenta a tabela 12:

Tabela 12 - Comparativo dos índices de homicídios em escalas diferentes a cada 100 mil habitantes

Escala	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	27,4	29,4	28,6	29,8	28,9	30,3	31,6	27,8	18,8
Pará	40	41,4	42,7	42,7	45,0	50,8	54,7	53,2	31,7
Belém	40,4	44,5	48,6	46,1	50,1	60,7	59,5	59,4	28,4
Terra Firme	39	30,9	21,1	52,1	34,1	42,3	34,1	60,2	30,9

Fonte CERQUEIRA (2020) e SIAC/SEGUP – PA 2011 - 2029. Elaborado pelo autor, 2021.

Os elevados índices de mortes a cada 100 mil habitantes podem ser resultantes das ações sociais existentes nos espaços urbanos e rurais. Esses homicídios podem estar ligados a inúmeras motivações, dentre elas estão a prática de assaltos, a presença de milícias, o tráfico varejista e atacadista de drogas, os crimes passionais, conflitos pela terra envolvendo recursos naturais e empreendimentos

É interessante compreender que grande parte dos crimes violentos ocorrem nos espaços urbanos, que podem estar relacionados a concentração populacional, precariedades em serviços, infraestrutura ou até mesmo pautado em ações territoriais.

A territorialidade dos homicídios pode ser explicada partir do conceito de crime. Em Melgaço (2008) a definição está ligada a todas as ações que infringem os códigos e regras do Estado, independente de qual seja as suas motivações. Dornelles (1998), partindo dessa perspectiva, menciona que o crime é algo difícil de se definir devido a sua complexidade, pois este não pode ser visto a partir de uma visão uniforme e linear, mas sim a partir de uma categoria polissêmica que leva em consideração as vivências dos sujeitos e as circunstâncias que levaram para tais práticas, pois a definição de crime pode estar atrelada ao ato de resistência de uma parcela da sociedade que buscam por direitos.

O homicídio é considerado crime em todas as constituições das sociedades civis, porém, esse ato em alguns momentos da história e nos dias de hoje passam pelo âmbito da legalidade e legitimidade (FAUSTO, 1984). A legalidade é remetida pelo aparato do Estado e da Constituição, em que o homicídio é considerado crime. Apenas o Estado - com base na justiça - tem o direito de julgar e prender, pois no Brasil a pena de morte não é institucionalizada, entretanto, é praticada, não sob jurisdição do Estado, mas sim por outros agentes territoriais que, por praticarem essas ações, são considerados criminosos.

A legitimidade é vista a partir de uma questão social, coletiva e comum de um determinado grupo (FAUSTO, 1984). Nesse momento, o que se enxerga é a banalização das mortes e as práticas de biopolítica que ocorrem nas periferias das cidades brasileiras (HAESBAERT, 2013). Dessa forma, entende-se que a legitimidade está pautada em discursos de ódio e nas ações territoriais dos agentes que utilizam da violência extrema como instrumento de dominação e docilização dos corpos para a formação de cidadãos obedientes.

Essa violência é praticada, sobretudo, pelo Estado, por grupos atrelados às práticas de milícias e grupos de extermínio, tráfico de drogas, facções criminosas. Todos estes buscam manter as suas relações de poder no território e utilizam do poder, força e vigor (ARENDDT, 1969). O primeiro condiz com o estágio da estabilidade política de um coletivo, o segundo representa a energia liberada a partir das circunstâncias que podem causar gastos pelos movimentos físicos e sociais apresentando uma possível instabilidade que deve ser contida. A última definição está remetida a qualidade individual, que facilita a imposição das vontades de quem está instituído de poder.

Nesse sentido, é possível apontar que em diversas escalas do território brasileiro existem diversas relações de poder exercidas por grupos coletivos articulados que para manter as suas práticas de perpetuação utilizam os artifícios cabíveis as suas respectivas competências podendo estar atrelados aos parâmetros legais, ilegais ou ilegais-legitimados, a partir da compreensão das relações de poder e as possíveis motivações que podem estar por trás dos elevados números de homicídios representados na tabela 12. Além disso, é notório que os índices estaduais, municipais e de bairro são superiores a escala do Brasil no período entre 2011 e 2019. Isso mostra o quão é importante entender e levar em consideração as particularidades de cada recorte espacial ou territorial para assim as análises estarem baseadas nas totalidades.

Os números mostram que em 2011 o Brasil possuía a um índice de 27,4, o segundo menor da série temporal analisada. O Estado do Pará, nesse mesmo ano, chegou à escala dos 40 também possuindo o segundo menor número de homicídios a cada 100.000 habitantes (CERQUEIRA, 2018). O município de Belém e o bairro da Terra Firme atingiram os índices 40,4 e 39 respectivamente, relacionando os dados da Secretaria Ajunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC-SEGUP) e estimativas populacionais do IBGE. Em termos comparativos, a capital paraense nesse ano ultrapassa as médias estaduais, nacionais e a do bairro da Terra Firme. Por outro lado, enxerga-se que o menor índice de homicídios ao longo do período estudado é a escala do país.

No ano de 2012 o território brasileiro, comparado a 2011, chegou aos 29,4, apresentando um acréscimo de 7%. O Estado do Pará e o município de Belém superam as médias nacionais em 29% e 34% respectivamente. O bairro da Terra Firme apresenta um índice acima do nacional (5%) e abaixo das escalas do Estado do Pará (33%) e Belém (44%).

No ano de 2013 o Brasil tinha em média a cada 100 habitantes 28.6 homicídios, enquanto no Estado do Pará possuía em torno de 42.7 casos, isso representa um total de 49.3% acima da média do país. Comparando o bairro da Terra firme com a média nacional o

seu índice de homicídio é de 21.1 e isso representa 75% do índice do Brasil, referente a escala do Estado do Pará as taxas desse bairro apresentam 49,4% do valor nessa Unidade da Federação.

Em 2014 os índices de homicídios chegaram na segunda maior elevação no Brasil, o qual alcançava os 29,8; o Estado do Pará se manteve na média de 42,7, todavia, houve a porcentagem desta Unidade da Federação revelando um acréscimo de 43,2 % se comparada a do Brasil, ou seja, a diferença tem diminuído 7,1%, não por prevenção, mas sim por conta da média de homicídios ter aumentado de forma significativa.

Nesse ano o bairro da Terra Firme também apresenta um acréscimo dos seus índices de homicídios, pois o bairro possui uma taxa de 51,1 a cada 100 mil habitantes e comparado com a média nacional, ele possui em torno de 74,8% acima dos índices de homicídios do território brasileiro. Quanto ao Estado do Pará, houve também um aumento em torno de 22% desses índices.

No ano de 2015, o território nacional apresenta um número expressivo dos índices de homicídios, mas, se comparado ano de 2014, ele sofreu um decréscimo de 1 homicídio a cada 100 mil habitantes, ou seja, tem apresentado em média de 28,9, enquanto o Estado do Pará possui 45.0 hom /100 mil habitantes, isto é, a média nacional novamente é superada pela sua Unidade Federativa em torno de 55,7% acima dos índices do Brasil.

Trazendo essa discussão de dados para o bairro da Terra Firme e compará-los com o da união, nota-se que ele apresenta em média 34.1 hom / 100 habitantes. Dessa forma, ele sofreu um acréscimo de 17% se comparado aos índices do Brasil, esse aumento é bem menor em relação ao último ano devido a diminuição dos índices de homicídios no bairro e pela redução dos números em nível nacional. Comparado ao Estado do Pará, o bairro possui 75% do valor total dos índices de homicídios.

Em 2016 os índices de homicídios têm crescido no Brasil de forma bem expressiva em torno de 30,3 hom / 100 mil habitantes, a maior média já registrada segundo o Atlas da Violência de 2018. O Estado do Pará novamente tem superado os índices de homicídios do Brasil, em torno de 67,6% de acréscimo dessas taxas. Vale lembrar, que tanto o Brasil quanto o Pará atingem a sua maior marca por 100 habitantes.

Comparando os índices do território nacional com o bairro em questão, nota-se que ele possui em média 42.2 do seu índice de criminalidade comparando aos índices brasileiros, este apresenta um acréscimo de 20% do total de homicídios da união, enquanto comparado ao Estado do Pará os seus índices chegam no entorno de 83% do total de homicídios da região.

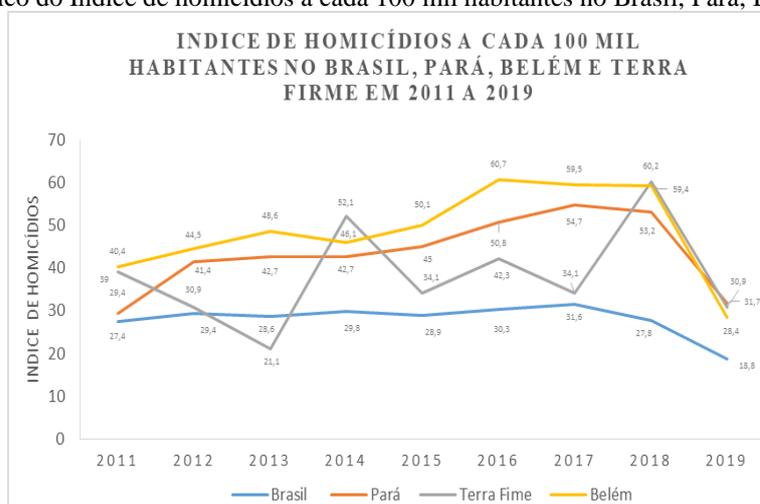
Em 2017 os índices de homicídios na escala do país chegaram aos 31,6 o maior a série temporal registrada. No do Estado do Pará 54,7 ultrapassando a nacional. O município de Belém apresenta em torno de 59,4 e o bairro da Terra Firme 34,1. Em linguagens percentuais mostra-se que: a escala estadual, municipal e local supera a nacional em: 73,1%; 87,9% e 7,9% respectivamente.

Os anos de 2018 e 2019 mostram que os índices do bairro da Terra Firme (60,2) e o município de Belém (59,4) apresentam com maiores números. Em contrapartida o Brasil apresentou uma redução nesses anos comparados ao ano de 2017, em especial o ano de 2019 que apresentou uma redução de 59,4% dos índices a cada 100 mil habitantes.

Em linhas gerais o ano de 2019 apresentou as menores estatísticas referente aos anos anteriores (com exceção da Terra Firme, pois seu menor índice foi em 2014), devido as práticas políticas estaduais, municipais e federais referentes as características e dinâmicas de segurança públicas a partir de rondas ostensivas em parceria do Governo do Estado do Pará e o Ministério da Justiça que trouxeram a Força Nacional com o objetivo de reduzir os índices de criminalidades nas cidades mais violentas do Estado, inclusive na RMB. Além disso, houve também práticas de implantação do programa Ter-Paz (Territórios pela Paz) vinculando diversas secretarias e órgãos públicos, dentre elas estão as secretarias Estaduais de Segurança Pública, Cidadania, Cultura, Educação.

É importante analisar os dados expostos na tabela 12 para entendermos os aspectos comparativos entre os índices de homicídios na escala do País (Brasil), Estado (Pará) e Bairro (Terra Firme). A partir desses dados foi possível montar uma representação gráfica a fim de mostrar os seus respectivos comportamentos de acordo com os índices de homicídios na escala de 100.000 habitantes.

Figura 24 - Gráfico do Índice de homicídios a cada 100 mil habitantes no Brasil, Pará, Belém e Terra Firme



Fonte: SIAC – SEGUP (2011 A 2019); IPEA (ATLAS, 2020). Elaborado pelo autor, 2021.

O gráfico da figura 24 retrata de forma mais nítida essa variação dos índices de homicídios em diferentes recortes espaciais. Conseguimos fazer uma breve comparação e compreender que os crimes violentos apresentam elevados números, seja qual for das três escalas mencionadas.

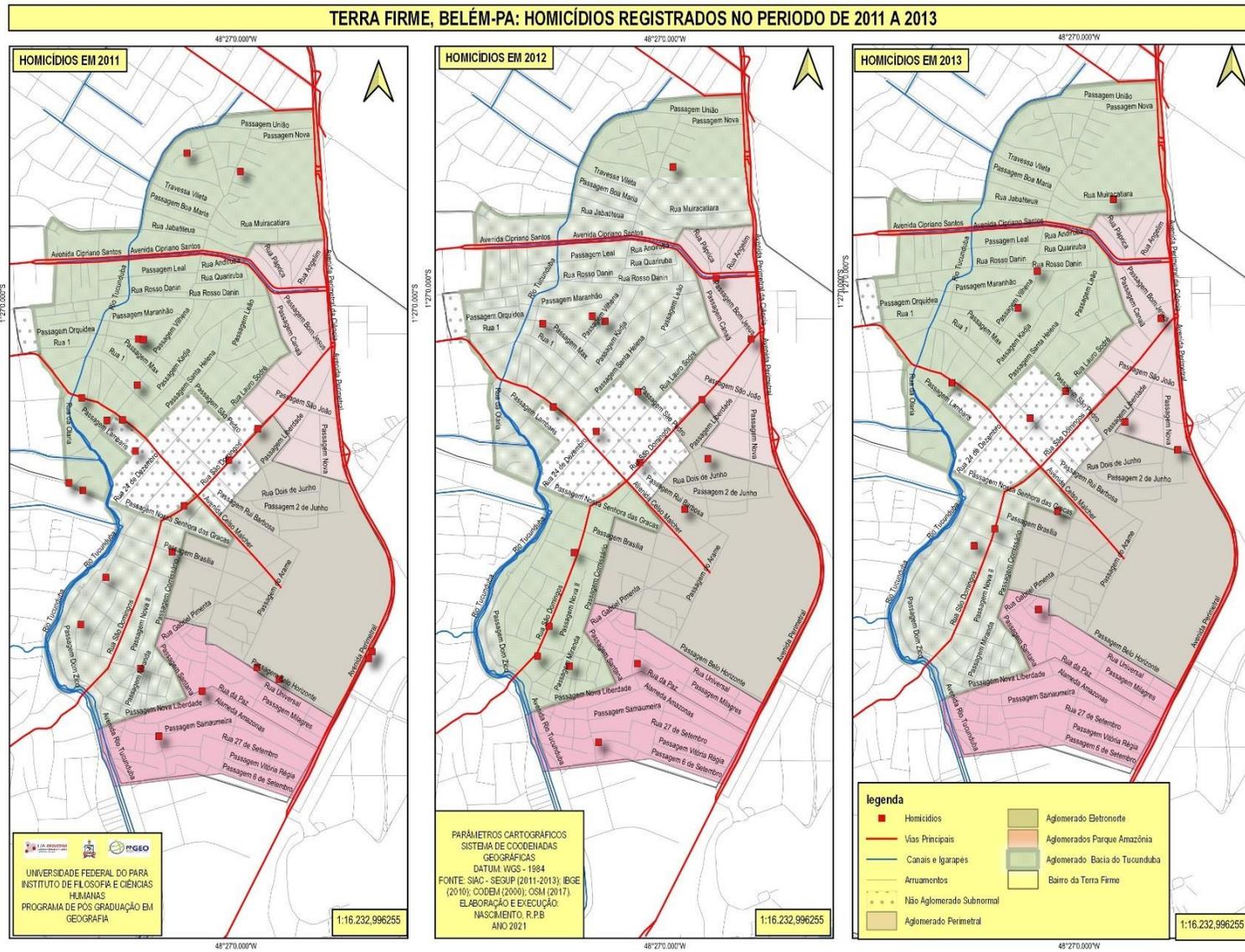
Nesse sentido, percebe-se que no Brasil, apesar dos índices elevados, há uma oscilação entre aumento e decréscimo de suas taxas, principalmente, por causa do seu extenso território. E pelo total dos números de homicídios serem divididos pela população nacional e multiplicada pela estimativa de 100.000 habitantes (CERQUEIRA, 2020).

No Estado do Pará o comportamento desses índices tem aumentado de forma contínua com exceção dos anos de 2013 e 2014. E apresentou uma redução em 2018 e 2019. Além disso, as médias paraenses apresentam maiores índices que a escala nacional (CERQUEIRA, 2020). Por fim, o comportamento dos homicídios na Terra Firme apresenta muitas oscilações devido ao recorte espacial ser menor e estar sujeito a mudanças imediatas, diferentemente das escalas anteriores.

A menor taxa de homicídios é de 21,1 e a maior 60,2 a cada 100 mil habitantes e a média dessas taxas são de 38,3 homicídios no período de 2011 a 2019. Enquanto no Brasil 28, no Pará 43,5, e em Belém 48,6 no período de 2011 a 2019.

Com base nos índices e taxas dos dados do Atlas da Violência de 2018 e da SIAC/SEGUP, constata-se o comportamento dos homicídios na Terra Firme a partir da representação cartográfica contida no mapa da figura 25:

Figura 25 - Mapa da Terra Firme, Belém-PA: Homicídios Registrados no Período de 2011 a 2013



Fonte: SIAC – SEGUP (2011-2013); IBGE (2010). Elaborado pelo autor 2021

As representações cartográficas mostram os comportamentos dos crimes de homicídios no bairro em questão. Então, nosso principal desafio é compreender quais são as variáveis ou fatores que impulsionam essas práticas violentas nesse recorte espacial. Nessa perspectiva, debruçar-nos-emos na perspectiva da territorialização da violência predatória (BATELLA, 2008) que resulta no caso mais extremo da vida humana – o homicídio.

Em 2011, o número de homicídios registrados foram de 24 em virtude das disputas por pontos de vendas de drogas e pela ocorrência de práticas de assaltos. Os registros estão concentrados em grande parte as proximidades do Canal do Tucunduba que condiz com as áreas que mais foram precarizadas devido ao seu processo de ocupação. Nessas localidades as palafitas ganharam destaque e a presença de ruas não pavimentadas, baixa iluminação pública e com esgoto a céu aberto são evidentes.

Todas essas condicionantes facilitam para que haja a ocorrência desses tipos de crimes, por causa dos problemas de infraestrutura e prestação de serviços. Em decorrência do aumento da violência nos bairros periféricos, em especial no Guamá e na Terra Firme, foi implantada a Unidade de Integrada Pro Paz que tinha o objetivo de oferecer serviços à comunidade, como esporte, lazer, cultura e segurança pública. O objetivo era manter as práticas ostensivas de policiamento e ao mesmo reduzir a quantidade de jovens no mundo do crime.

UIPP da Terra Firme completa 7 anos e celebra parceria com a comunidade

O Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) e a Fundação Pro Paz, articulados com as comunidades e outros órgãos, implantou e implementou as UIPPs com o objetivo de fortalecer os laços familiares e a democracia, propiciando espaços de protagonismo de adolescentes, jovens e suas famílias na construção coletiva da Cultura de Paz e redução da violência, em resposta a problemas sociais e de segurança pública. Hoje, o estado do Pará soma 120 UIPPs, que tem um modelo único no Brasil por trabalhar o conceito da integração das polícias e das políticas públicas, tendo como porta de entrada o atendimento social. (REDE PARÁ, 17/12/2018 às 12h18)

Figura 26 - UIPP Terra Firme



Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

A chegada das UIPPs apresentou reduções no quadro da violência no bairro, também podemos desconsiderar a importância dos movimentos sociais presentes no bairro, pois as periferias são vistas como espaços de resistências e produção de cultura popular. A parceria entre comunidade e a diretoria desse programa permite uma melhor aproximação das ações do Estado frente a esses espaços que carecem de políticas públicas.

No ano de 2012 o bairro apresentou uma decrescente dos homicídios registrados se comparados ao ano anterior em torno de 19 casos. A concentração deste ainda mantém o padrão mesmo que se apresente de forma um pouco mais centralizada.

Os homicídios no ano de 2012 se manifestaram principalmente ao longo da Rua São Domingos sentido Perimetral, e o maior registro desse crime no bairro se encontra no Aglomerado Subnormal Bacia do Tucunduba (9 homicídios) e muito deles próximo à divisa com o bairro do Guamá. Em outras palavras, é possível apontar que os acontecimentos extra bairro interferem nas dinâmicas de homicídios, sendo que ambos os bairros possuem intensas relações, por meio das suas conexões.

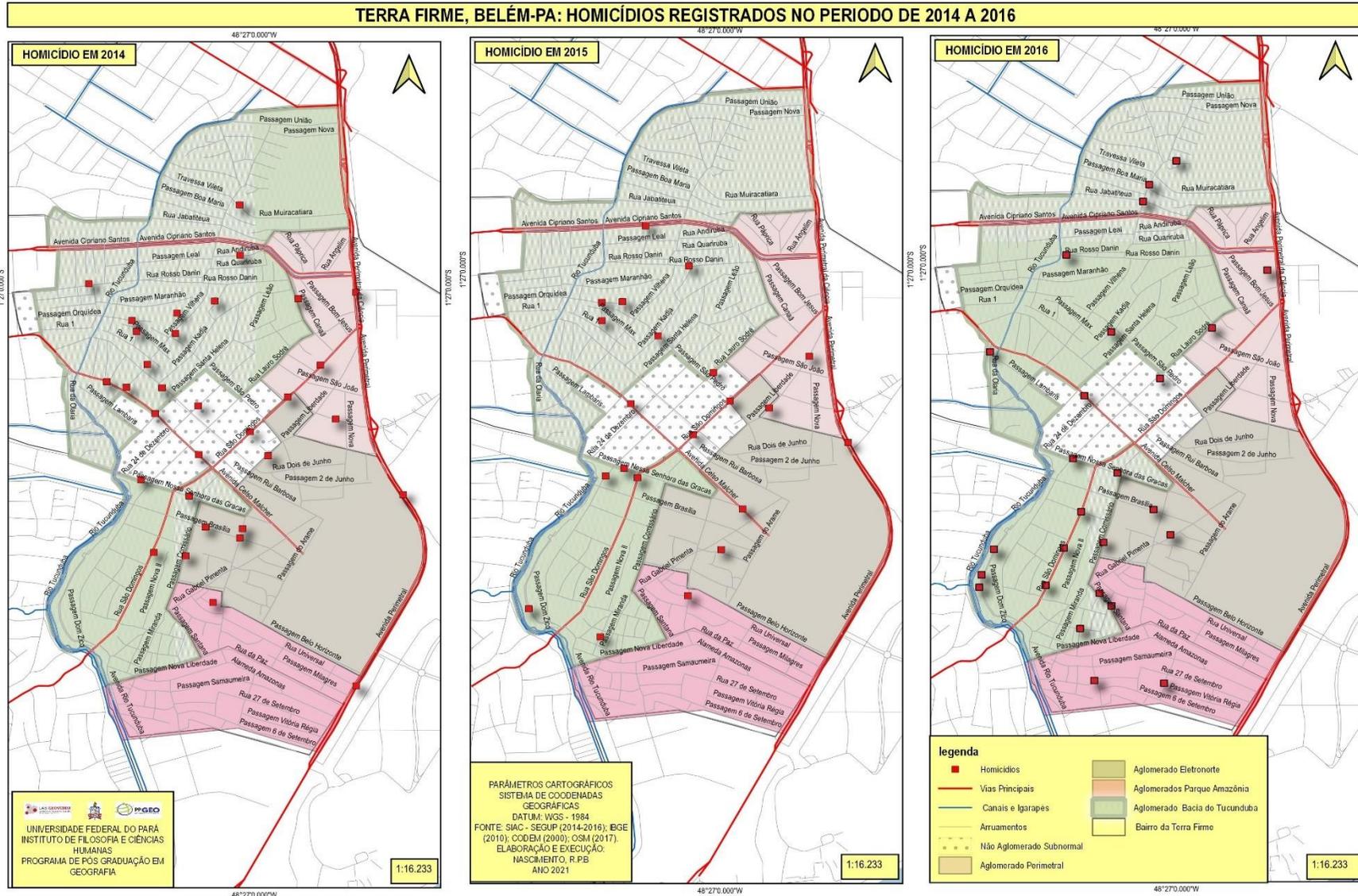
No ano de 2013, o bairro apresenta 13 homicídios registrados, e seus comportamentos se configuram em torno da Rua São Domingos (como no ano de 2012), pois nota-se que existem registros de homicídios as suas proximidades, isso deve ser devido à forte relação comercial existente nessa via de acesso. Além disso, ela também faz conexão com o bairro do Guamá (um dos bairros mais violentos da capital paraense). Também se nota a presença de

casos registrados em arruamentos precários e distorcidos, as proximidades do Canal da Cipriano Santos, nas ocupações as proximidades da Eletronorte, NPI e Av Perimetral.

Na comparação desses anos é notório perceber uma queda contínua e as práticas de implementação das UIPPs e ações dos movimentos sociais no bairro, interferiram bastante para que essas estatísticas diminuíssem. O bairro da Terra Firme possui 4 aglomerados subnormais e grande parte dos homicídios registrados se encontram nessas ocupações que possuem tipos precariedades das ações do Estado. A partir delas outros grupos articulados exercem sua territorialidade e por muitas vezes utilizam da violência como instrumento de dominação, sobretudo aqueles atrelados ao crime, como é o caso do crime local que está diretamente articulado com as dinâmicas das facções criminosas fazendo parte de uma rede (REIS NETTO, 2019).

Essas ações territoriais começaram a se intensificar e resultar em violência na cidade de Belém. O exemplo disso, foram as disputas por espaço entre o tráfico de drogas, milícias e o Estado que ganharam destaque a partir de 2014, como expressa a cartografia.

Figura 27 - Mapa da Terra Firme, Belém-PA: Homicídios Registrados no Período de 2014 a 2016



Fonte: SIAC – SEGUP (2014-2016); IBGE (2010). Elaborado pelo autor, 2021.

2014 apresenta o maior pico de homicídios registrados desse recorte temporal, cerca de 32 casos registrados, um acréscimo de 146% referente ao ano de 2013. O comportamento dos homicídios nesse ano se manifestou expressivamente na região próxima ao Tucunduba, onde o bairro faz divisa com o Guamá e Canudos e as vias de acesso como a Celso Malcher, Rua São Domingos e Lauro Sodré apresentam no seu entorno e nas suas dependências expressivos registros de crimes violentos.

Esse ano foi marcado por muitos homicídios, inclusive em toda a cidade de Belém. Um exemplo disso foi uma sequência de mortes com características de execução logo após a morte do reformado cabo Figueiredo da Polícia Militar do Pará que ocorreu na Rua Monte Sinai no bairro do Guamá, próxima a região do Tucunduba.

Nove pessoas são mortas em Belém após assassinato de policial militar
Vítimas serão identificadas na manhã desta quarta-feira, 5.
Divisão de Homicídios irá investigar relação entre as mortes.

Nove pessoas foram assassinadas na noite desta terça-feira (4) em seis bairros de Belém, informou o secretário de Segurança Pública do Pará, Luiz Fernandes, em entrevista à imprensa nesta quarta-feira (5). Inicialmente, a Polícia Militar havia informado que havia sete mortos. Os crimes ocorreram após o cabo da Polícia Militar Antônio Marcos da Silva Figueiredo, 43, ser assassinado a tiros perto da rua onde morava. Os casos estão sendo investigados pela Divisão de Homicídios da Polícia Civil para verificar a relação entre eles. Pelo menos seis mortes têm características de execução. O cabo Antônio Figueiredo foi morto por volta das 19h30 de terça na Rua Augusto Corrêa, no bairro do Guamá. Ele estava chegando em casa, de acordo com sargento Silva Dias, quando foi abordado por três homens, que atiraram contra ele. Os criminosos fugiram e, até a publicação deste texto, ainda não haviam sido presos. Segundo o coronel Braga, da Corregedoria da PM, o cabo Figueiredo estava respondendo a um processo na Justiça comum por homicídio. Ele estava afastado das atividades por um problema de saúde. Após a morte do PM, ainda na noite de terça, começaram a circular informações nas redes sociais de que estaria ocorrendo uma chacina nos bairros periféricos da cidade, e que dezenas de pessoas já haviam sido mortas. O Centro de Perícias Científicas Renato Chaves informou que a identificação dos corpos será feita nesta manhã, com a chegada de familiares para auxiliar nos trabalhos. Todas as vítimas são homens. Diversos vídeos e áudios de supostos tiros sendo disparados estão sendo publicados na internet e compartilhados entre moradores de Belém. Alguns perfis atribuídos a policiais convocavam para a "chacina". Uma mensagem de voz chegou a ser compartilhada por meio do aplicativo WhatsApp em que uma pessoa pedia para que moradores do bairro Guamá não saíssem de casa porque um policial havia sido morto e eles iriam fazer uma "limpeza" na área. (G1 PARÁ, 2014. 05/11/2014 07h41).

Os homicídios que ocorreram foram as materializações das relações de poder existentes nos espaços periféricos entre tráfico de drogas e milicianos. É importante compreender que nesse contexto as milícias ganharam força nas localidades periféricas, por causa da prestação de serviços que envolvem monitoramento e escolta armada em residências e estabelecimentos comerciais que desacreditam no trabalho da segurança pública e pagam para obter esses tipos de trabalhos, e quem praticava esses serviços eram policiais afastados ou ativos que utilizavam do artifício do Estado (armas de fogo) para a busca de lucro. Em outras palavras, o recurso que é buscado pelas milícias são os contratos para a manutenção

desses serviços. Por outro lado, o tráfico de drogas está presente nas periferias de forma bem nítida, porém, estes estão cada vez mais articulados com as relações entre facções criminosas, por meio da filiação para a manutenção do território rede.

Esse conflito ocorrido em 2014, foi um estopim de pânico para a população das periferias da cidade de Belém, pois a cada policial militar que morria, as respostas eram imediatas, as ruas ficavam vazias e homicídios eram cometidos formando um ciclo entre essas relações de poder existentes. É importante compreender que as milícias, assim como o tráfico de drogas e o próprio Estado, buscam inibir as práticas de assaltos, entretanto, cada agente possui um recurso que é essencial para a sua sobrevivência.

O tráfico de drogas preza pela sua manutenção da venda de entorpecentes de varejo e para isso precisa deixar o seu território fora da vista de polícia (Estado), por isso colocam pichações e avisos de “proibido roubar na comunidade” (REIS, NETTO, 2019), dando ênfase ao que Haesbaert (2004) aborda sobre o território simbólico, pois a intenção é não prejudicar as suas práticas comerciais.

As milícias além do comércio das práticas de monitoramento e escolta armada, também utiliza do território simbólico com a implementação de adesivos aos locais de rotas, mas também implantam câmeras e rondas ostensivas e se assemelha ao que Souza (2008) menciona de militarização dos espaços. Praticam homicídios e em localidades que muitas vezes cruzam com o território do tráfico, podendo chamar a atenção do Estado e gerar conflitos. As vítimas possuem três perfis: em virtude de prática de assaltos, venda de entorpecentes ou pessoas que não possuíam relação alguma com o crime.

Em de 2015, o bairro chega ao número de 21 casos de homicídios e, se comparado ao ano de 2013, houve um acréscimo de 61%; referente ao ano de 2014 os casos reduziram em torno de 45%. Logo, esse tipo de crime mantém um padrão de comportamento, todavia, com uma concentração maior na área comercial da Terra Firme.

Nesse período, é nítida a visualização da proliferação de crimes violentos dessa natureza na região central do bairro (região de predominância de comércio, principalmente na São Domingos, Lauro Sodré, Celso Malcher e Passagem Nossa senhora das Graças). Ao norte da área central do bairro as proximidades da Avenida Cipriano Santos, Passagem Orquídea, Rua Rosso Danin e Passagem São Pedro manifestam pontos de homicídios.

As relações territoriais que envolvem os homicídios desse ano são reflexos do ano de 2014, em que as tensões entre milícias, tráfico de drogas exercem suas territorialidades e as materializam na sua maioria dos casos em violência extrema. O bairro da Terra Firme em 2016 apresentou um total de 26 homicídios, isso corresponde a um aumento significativo de

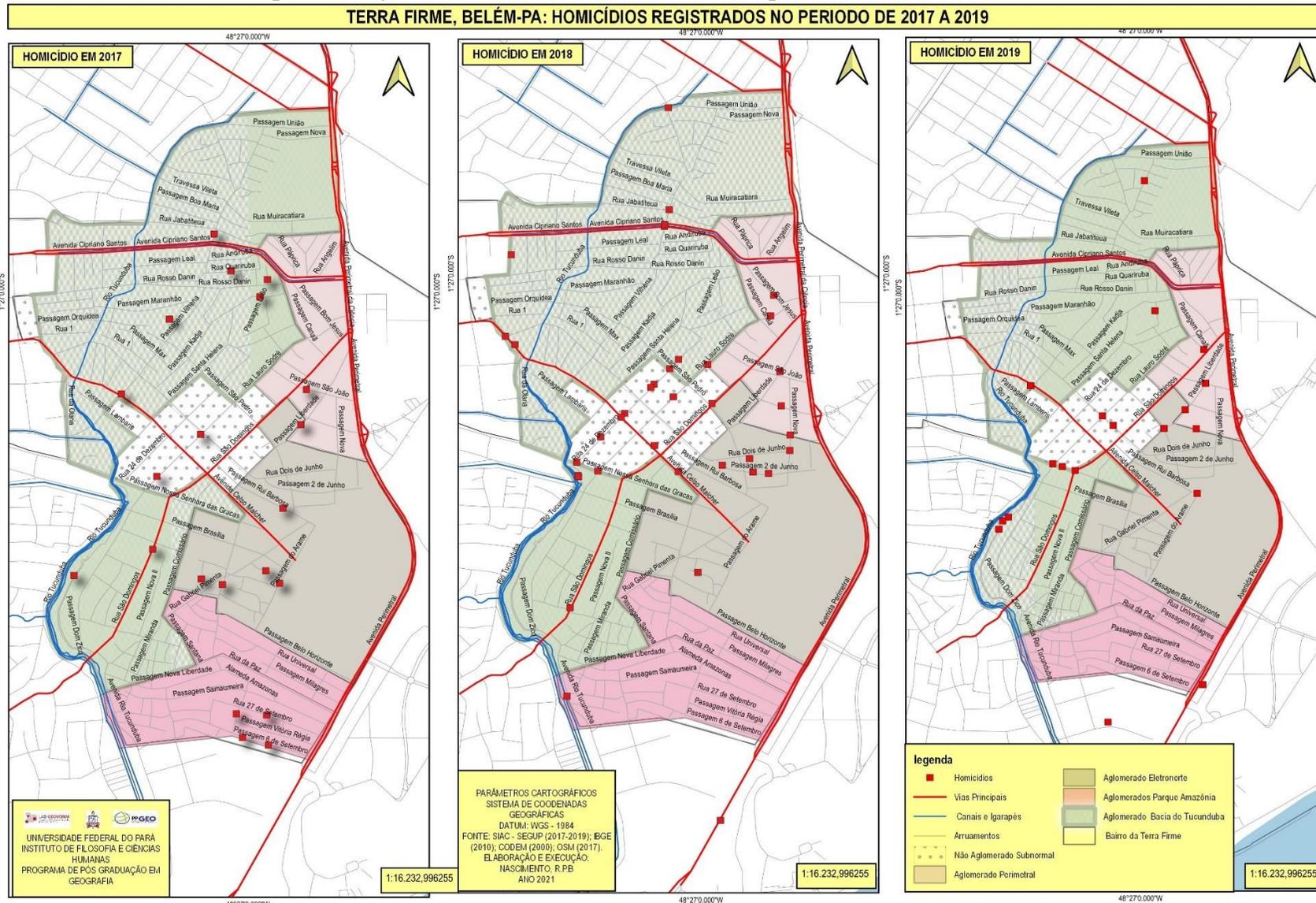
23% referente ao ano de 2015, comparando ao ano de 2014 que é o período com maior incidência de crimes violentos, houve uma redução de 19% e no ano de 2013 esses números têm aumentado nos seus 100%.

O comportamento dos homicídios nesse ano se concentra na faixa sul e sudoeste do bairro as proximidades dos bairros do Guamá e Universitário. Posteriormente, observa-se também que existe uma pequena concentração de homicídios ao entorno da Avenida Cipriano Santos no perímetro próximo ao NPI. Outro ponto que podemos abordar são os homicídios que ocorrem as proximidades da margem do Tucunduba, como a ocupação do Pantanal, onde existem arruamentos precários e casas de palafitas.

Há os homicídios que ocorrem na porção Sul do bairro, onde a ocupação precariamente construída mais recente é a que corresponde a antiga área da Universidade Federal do Pará, a qual ainda carece de políticas públicas como as demais, porém ela ganha destaque por ser um local de fortes influências dos bairros da Terra Firme e da ocupação do Riacho Doce do Guamá.

Os casos registrados ainda conseguem manter o padrão dos anos anteriores, embora no ano de 2017 a configuração dos homicídios se manifeste de forma mais distribuídas nos aglomerados subnormais como aponta a representação cartográfica.

Figura 28 - Mapa da Terra Firme, Belém-PA: Homicídios Registrados no Período de 2017 a 2019



Fonte: IBGE (2010); SIAC-SEGUP (2017-2019). Elaborado pelo autor, 2021.

No ano de 2017 o bairro novamente apresenta um decréscimo nos números de homicídios referente ao ano de 2016, em torno de 20% e se iguala a média registrada em 2015 com 21 homicídios registrados. Há então um grau de oscilação dos crimes existentes no bairro, mas o que não podemos deixar de lado são os comportamentos desse na sua configuração espacial.

Nesse sentido, observou-se que os crimes violentos dessa natureza se manifestaram sobretudo nas proximidades do Tucunduba, Av. Cipriano Santos, também nas ocupações próximas a Eletronorte e na ocupação da antiga área da UFPA.

Os homicídios se localizam as proximidades das vias principais em destaque e na rua Lauro Sodré. Vale ressaltar que os homicídios seguem um padrão, no que se diz respeito ao seu comportamento, principalmente nos arruamentos precários e distorcidos, pois só no ano de 2017 em torno de 15 homicídios foram computados nessas vias, mostrando que essas vias são propícias para o acontecimento desses fatos, já que em alguns momentos essas localidades são de difícil acesso e ainda servem como rota de fuga de possíveis criminosos.

2018 foi o ano em que mais se concentrou os homicídios nas áreas centrais do bairro e as proximidades da Avenida Perimetral e Eletronorte e próxima ao Canal do Tucunduba. Os registros computaram 37 casos e foi o maior pico da série temporal analisada, houve em Belém um aumento significativo da violência na cidade de Belém. E o que aponta as manchetes de jornais é o envolvimento de milícias nessas mortes.

Casal é assassinado no bairro da Terra Firme em Belém

Duas pessoas foram assassinadas na madrugada de hoje (17), por volta das 2h30, na avenida Tucunduba, entre a passagem Nossa Senhora das Graças e Gentil Bitencourt, na Terra Firme, em Belém. Policiais Militares do 20º Batalhão foram acionados pelos moradores da área, após ouvirem os disparos. No local, a polícia já encontrou as vítimas sem vida. Testemunhas relataram que dois elementos que estavam em uma motocicleta, se aproximaram de um casal e efetuaram vários disparos de arma de fogo. As vítimas foram identificadas como Jheni Nunes, moradora da passagem Caraparu, no Guamá e, Vítor Araújo, 19 anos, que seria morador de Marituba. Segundo informações repassadas para a polícia pelo tio do Vítor, Jheni teria envolvimento com milicianos, o que motivou o crime. Já Vítor, acabou sendo baleado e foi morto como “queima de arquivo”, por estar na companhia da mulher, alvo dos atiradores, e ter testemunhado a execução (ROMA NEWS, 17 SET 2018 - 08H00)

Polícia investiga suposta relação entre morte de jovem e passageiros de carro branco na Terra Firme, em Belém: Jovem foi morto por encapuzado que estava dentro de carro modelo HB20. Em menos de 30 minutos, um veículo do mesmo modelo foi alvejado e duas pessoas morreram.

Três pessoas foram mortas a tiros e um homem ficou ferido no intervalo de menos de trinta minutos nesta sexta-feira (19) no bairro da Terra Firme, em Belém. Segundo a Polícia, a Divisão de Homicídios acredita que os casos possam estar relacionados. Alexandre da Costa Coutinho, 21, foi morto na avenida Cipriano Santos, enquanto estava sentado na calçada de uma casa e foi abordado por criminosos que estavam em um carro HB20. Um suspeito desceu do veículo, encapuzado, e atirou diversas vezes. A vítima foi atingida por seis disparos, sendo

três na cabeça, dois no abdômen e um na mão. A Polícia informou que Alexandre já havia sido preso por três vezes por roubo e estava com alvará de soltura deste setembro de 2016. Logo em seguida ao homicídio, um carro HB20 de cor branca foi alvo de tiros. Dos quatro homens que estavam dentro do veículo, pelo menos três foram atingidos na rua Muiracatiara por dois suspeitos que estavam em uma moto. Dois passageiros morreram na hora e, até então, não foram identificados. Um homem ficou baleado e foi levado para a Unidade de Pronto Atendimento da Terra Firme. O quarto homem não foi localizado pela Polícia. (G1 PA — Belém 19/10/2018 22h29)

As manchetes representam as ações territoriais das milícias que estão envolvidas diretamente nas práticas de homicídios. Em contrapartida, nota-se que na segunda manchete pode ter ocorrido alguma resposta dos agentes do tráfico de drogas, pois logo que a vítima foi morta o carro com o mesmo modelo foi alvejado com disparos. Essa onda de homicídios fez com que em 2019 o Governo do Estado do Pará, junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública fechassem parcerias, resultando no envio da Força Nacional para patrulhar e praticar rondas ostensivas na Região Metropolitana de Belém.

Em 2019 os registros passaram por uma queda significativa com essas ações e pelo início da implementação do programa Territórios Pela Paz – TerPaz que englobam 7 bairros da Região Metropolitana de Belém, incluindo os bairros do Jurunas, Cabanagem, Nova União, Icuí, Benguí, Guamá e Terra Firme. O objetivo do projeto é oferecer serviços e apresentar melhorias nos seguintes bairros, com o intuito de reduzir a criminalidade nessas áreas de vulnerabilidade socioeconômica. O programa conta com as ações das diversas Secretarias do Governo do Estado, dentre elas estão a Secretaria da Cidadania, Segurança Pública, Cultura e Fazenda se assemelham as práticas colocadas pelas UIPPs no ano de 2011.

O TerPaz passou por diversas etapas, dentre elas, estão os levantamentos socioeconômicos e de infraestrutura que no primeiro momento foram levantados pelo LABGEOVCRIM e o Observatório da Violência da Metrópole, onde é possível traçar diagnósticos prévios dos diversos recortes do bairro e entender as suas dimensões e particularidades.

Posteriormente, o projeto passou por uma fase de cadastro de dados das pessoas residentes e na configuração de prestação de serviços de cidadania, esporte e lazer. Além disso, o programa buscou se aproximar dos movimentos sociais existentes no bairro, pois estes são responsáveis pela produção de cultura como forma de resistência das periferias. Dessa forma, entende-se que os movimentos sociais também ajudam a reduzir o ingresso de jovens ao mundo crime, assim como a territorialização de agentes religiosos em áreas de risco. Logo, pode-se enxergar que dentro do bairro existem grupos que buscam inibir a

violência e o extermínio da juventude periférica, pois é o campo de prática das chacinas que ocorreram nos últimos anos.

O bairro da Terra Firme é conhecido como um mosaico de relações territoriais existentes, por isso é totalmente equivocado generalizar as características do bairro, pois significa perda da totalidade e particularidades. Isto posto, o comportamento dos homicídios se manifesta de formas diferentes e cabe entendermos em qual Terra Firme está acontecendo tantos homicídios. Para isso, utilizou-se a setorização realizada pelo IBGE de aglomerados subnormais, onde mostraremos de uma forma expressiva os casos registrados por essa classificação de regionalização. Dessa maneira, nota-se a divisão desses crimes na tabela 13:

Tabela 13 - Terra Firme: Setorização dos Homicídios por Aglomerados Subnormais

Aglomerados	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Bacia do									
Tucunduba	15	10	8	15	10	14	8	16	9
Perimetral	0	3	3	4	2	2	2	7	3
Eletronorte	5	2	0	7	4	3	5	4	3
Parque Amazônia	2	2	1	1	1	4	4	2	2
Não aglomerado	2	2	1	5	4	3	2	7	2

Fonte: IBGE, SIAC/SEGUP – PA. Elaborado por NASCIMENTO, 2021.

A tabela mostra que há uma disparidade entre os números de homicídios registrados por aglomerados subnormais, logo nota-se que o bairro da Terra Firme não deve ser visto de maneira homogênea (como tem sido muito utilizado em alguns trabalhos), mas sim de maneira heterogênea e mostrar as particularidades existentes no bairro. Sabe-se que essa setorização é apenas uma forma de dividir as características do bairro, mas outras formas também podem ser criadas futuramente, desde que essa visão unidimensional dos recortes de bairro seja superada.

Sendo assim, nota-se que a distribuição dos homicídios ocorre de forma concentrada em alguns aglomerados em detrimento de outros, como mostra a representação gráfica em (%):

Figura 29 - Gráfico de Homicídios por Aglomerados Subnormais no período de 2011 a 2019



Fonte: IBGE (2010); SIAC/SEGUP (2011-2019) – PA. Elaborado pelo autor, 2021.

O gráfico da figura 29 deixa bastante explícita a territorialização dos homicídios existentes no aglomerado Bacia do Tucunduba, pois nesse aglomerado estão 49,20 % dos homicídios do bairro. Seguido da Eletronorte com 15,40%, Perimetral apresenta 12,20% e por fim o Parque Amazônia com 9,8%.

Fazendo um dado comparativo com as porcentagens estabelecidas nota-se que a Bacia do Tucunduba comparada ao Parque Amazônia apresenta em média de 500% homicídios acima deste. Enquanto no da Perimetral chega no entorno de 403% acima dos casos registrados. Por fim, comparamos também aos índices do aglomerado da Eletronorte, cujo índices chegam aos 318%.

Também não devemos esquecer dos homicídios que ocorreram na região central do bairro que não é considerada aglomerado subnormal pelo IBGE, essa localidade concentra 13,10% dos homicídios existentes no bairro.

Nesse sentido, entende-se que o maior aglomerado subnormal do bairro é a Bacia do Tucunduba, apresentando um elevado adensamento populacional. Além disso, as estruturas urbanas ainda são precárias na maioria das localidades deste que acaba impulsionando práticas criminosas como assaltos, arrombamentos e homicídios. Vale ressaltar que também existem precariedades em outros aglomerados, dentre os quais está em destaque o que apresenta um elevado grau de índices de homicídios existentes no bairro.

Por isso, é imprescindível um estudo mais a fundo para compreender as particularidades existente no bairro, pois os recortes espaciais e territoriais são um mosaico de diversas atividades existentes, podendo ser fruto de diversos agentes que produzem o espaço urbano (CORRÊA, 1995), ou aqueles que promovem uma organização espacial das atividades (SOUZA, 2013), outros exercem as relações de poder a partir da realização do trabalho por atores sintagmáticos (RAFFESTIN, 1993) e podem se relacionar a agentes territoriais que buscam a sua hegemonia nos diversos territórios existentes, independente de escala (HAESBAERT, 2013). A realidade é vista como complexa e multilateral.

Partindo dessa lógica, os agentes que buscam manter a sua hegemonia com o intuito de defender seus recursos (interesses), sejam econômicos, políticos e sociais. O exemplo disso é a expansão dos agentes territoriais dentro dos recortes de bairros; neles estão contidos grupos sociais articulados que podem produzir cultura, lazer, religiosidade e normalmente o foco desses agentes é de trazer pessoas e posteriormente manter as suas relações de poder e influência.

A organização dos grupos criminosos - seja o tráfico de droga ou as milícias - também busca estabelecer as suas territorialidades e por seus respectivos recursos (RAFFESTIN, 1993). O tráfico de drogas se territorializou a partir da relação entre as facções criminosas e os agentes criminosos locais, em que o foco é manter os nós das redes de tráfico de atacado e ao mesmo tempo a distribuição desses produtos para serem comercializados em varejo nas cidades e suas periferias (REIS NETTO, 2019). Conseqüentemente, esses agentes territoriais buscam recrutar jovens e adultos para o mundo do crime, pois o retorno financeiro por meio da ilegalidade é mais imediato e atraente para se inserir em uma sociedade de consumo.

As condicionantes de renda em algumas residências também são um dos fatores para inclusão na criminalidade, contudo, não são um fator predominante para a entrada no mundo do tráfico de drogas, a questão do status e prestígios por esses agentes são fatores que pesam para a permanência destes nessas práticas criminosas. É importante apontar as práticas de assaltos, impulsionados pelo vício da droga, onde os produtos de roubos e furtos são trocados por esta. Isso gera revolta em comerciantes e moradores que buscam estratégias de “defesa” que são a compra da segurança privada pelas milícias que conseqüentemente estabelecem suas relações de poder praticando homicídios as pessoas envolvidas com assaltos, com o tráfico e até pessoas inocentes.

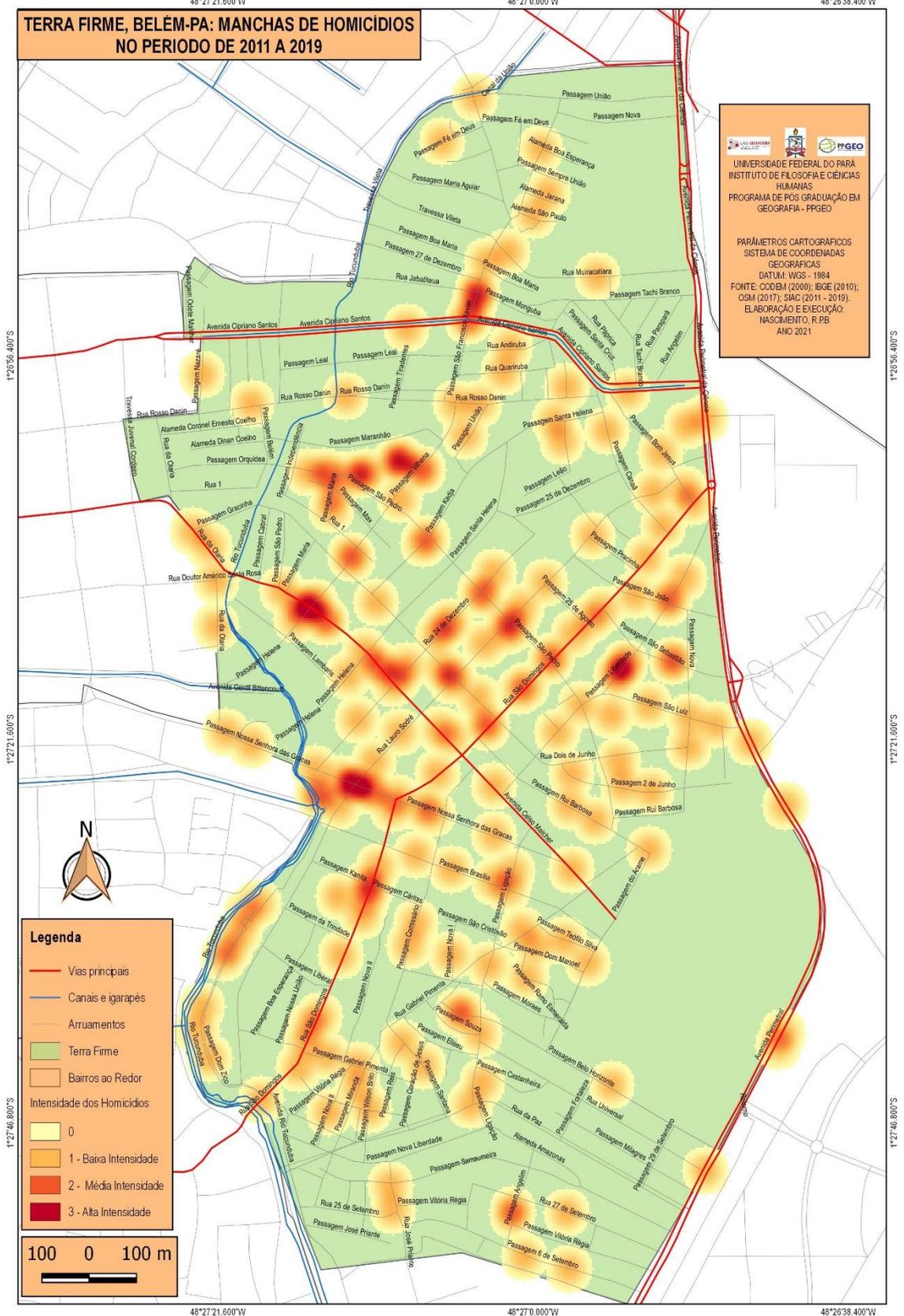
Quando as milícias apresentam riscos maiores aos agentes territoriais do tráfico de drogas as tensões são geradas entre estes, e por seguinte a violência extrema (o homicídio)

como instrumento de dominação é praticada e provoca a sensação de medo na sociedade, principalmente nas regiões periféricas.

O comportamento dos homicídios no bairro da Terra Firme, foi representado a partir de mapas comparativos para entender os seus respectivos padrões e acontecimentos ao longo do período estudado. Além de mostrar que as áreas de aglomerados subnormais (Em especial ao da Bacia do Tucunduba) são as que mais se materializam esse tipo de crime, sentiu-se a necessidade de representar o comportamento geral dos homicídios a partir de *Hot spot*, assim, podemos compreender onde se localizam com mais incidência os homicídios e assim poder identificar as áreas de tensões existentes no bairro que podem ser representadas, por meio de disputas territoriais pelos agentes que buscam sua hegemonia a partir da intimidação ou da coercibilidade baseada na prática da violência predatória (BATELLA, 2008). Sendo assim, essas práticas resultam nos homicídios que são considerados como crimes em muitas sociedades (FAUSTO, 1984).

A violência vinculada com o homicídio promove a sensação de medo nas sociedades, tornando a população receosa de sair em alguns lugares em certos horários específicos, levantando muros e chumbando grades ao entorno das residências, vivenciando uma verdadeira fobópole (SOUZA, 2008). Partindo dessa perspectiva, Ferreira Pena (2005) classifica que a prática da violência continua em determinados lugares é uma exemplificação da consolidação do território da violência. Dessa forma, o mapa apresenta uma relação contínua de todos os anos trabalhados:

Figura 30 - Mapa da Terra Firme, Belém – PA: Manchas de Homicídios no Período de 2011 a 2019



Fonte: IBGE (2010); SIAC/SEGUP –PA. Elaborado pelo autor, 2021.

O mapa mostra como os comportamentos dos homicídios se territorializam no bairro da Terra Firme no período de 2011 a 2019. Isso foi possível principalmente aos dados fornecidos pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC/SEGUP-PA) que permitem uma vetorização a partir dos SIGS, como o *Google Earth* e o *Quantum Gis*. Essas ferramentas são responsáveis para a produção de mapas e tornando visível as dinâmicas desse crime na escala do bairro.

Dessa forma, produziu-se um mapa de *Kernell*, que tornou os pontos dos bairros em manchas de influência, por meio da interpolação de pontos. Estabeleceu-se um raio de 150 metros a cada ponto de homicídios, com o intuito de saber até onde esse comportamento influencia algumas áreas.

A respeito do grau de intensidade desses crimes, criou-se gradientes, os quais estão representados por cores mais frias (menor intensidade) para as cores mais quentes (maior intensidade). Essa metodologia foi aplicada a partir dos dados de homicídios em quatro classes, onde a primeira estabelece uma variação de 0 a 0.9, a segunda de 1 até 1.9 homicídios, a terceira 2.0 até 2.9 e a quarta e última de 3.0 homicídios concentrados.

Foi possível estabelecer, assim, esses intervalos e definir o gradiente de cores que representasse os índices que apresentam maior e menor intensidade no bairro em questão, por isso foi-se necessário a criação de *Hot Spot*, o qual Beato (2012) classifica como manchas criminais existentes em um determinado contexto social.

Dessa maneira, o comportamento desses *Hots Spots* no bairro da Terra Firme se manifesta em grande parte do bairro, principalmente na porção próxima ao canal do Tucunduba na divisa com o Guamá. Há uma concentração na Rua São Domingos, Celso Malcher e Passagem Nossa Senhora das Graças, Rua 24 de Dezembro e Lauro Sodré no perímetro central do bairro. Mais ao norte do bairro as Passagens São Francisco Xavier, Max, Maria e Vilhena. Por fim, a Passagem Liberdade as proximidades da Eletronorte também manifestam uma concentração dos pontos de homicídios.

A partir de algumas informações levantadas em campo, por meio de diálogos informais com alguns moradores e comerciantes da Terra Firme, percebeu-se que nas áreas que apresentam tensões, elas surgem por conta de uma disputa territorial existente dos grupos que buscam hegemonia das suas relações de poder.

Isso tem ocorrido devido as dinâmicas dos territórios existentes dentro dos recortes e aglomerados do bairro. Dessa forma, entende-se que território e poder são completamente coexistentes, ou seja, vivem de uma relação dialética (SOUZA, 2013). Entende-se, portanto,

que de um lado temos a ideia do espaço político, seja no âmbito material ou simbólico. e de outro temos a organização que define as ações existentes neste.

Relembrando as ideias de Raffestin (1993) existem duas formas de poder, que no contexto do bairro e da criminalidade entendemos que existem possíveis confrontos da polícia com o tráfico de drogas e a milícia (a disputas entre o “Poder” e “poder”. Desse modo, existem disputas territoriais, ou melhor um jogo de territorialidades, e desterritorialidades (HAESBAERT, 2004) interdependentes que ocorrem de forma concomitante e por se tratar de interesses distintos geram conflitos. As disputas por território ocorrem frequentemente, devido ao estabelecimento de normas e regras impostos pelos agentes. O exemplo disso são as pichações que alteram a dinâmica da paisagem e transmitem a informação de uma territorialização simbólica com os “informes” de “proibido roubar na área”, além dos adesivos de segurança privada colocados nas portas de estabelecimentos e residências, também tem a intimidação do Estado por meio de ações intimidadoras das instituições de segurança, como o abuso de poder em alguns casos e por fim, a intimidação imposta pela cor de veículos em certos horários do dia. Em outras palavras existe o que Foucault classifica como microfísica do poder, pois nela está remetida um conjunto de técnicas e estratégias que são tomadas pelos agentes em prol de sua hegemonia.

Sendo assim, nota-se o que torna em comum desses agentes é inibir a presença de assaltos nas dependências de seus territórios, todavia alguns grupos inibem o crime com a prática de outros que varia da lesão corporal até os homicídios. Por outro Lado, o Estado possui um aparato jurídico para exercer as relações de poder, já que este é a figura do Estado nessas localidades, logo esse agente é muito percebido na sociedade como um todo.

A forma de controle territorial utilizados por estes agentes baseiam-se principalmente, por meio da violência que para Arendt (1969) ela é exercida quando ocorre uma ameaça a hegemonia do poder, pois o poder deve ser mantido em estado puro de equilíbrio. Ela também retrata que o caráter violento se manifesta a partir da força e do vigor de quem está investido e poder. Logo, os agentes utilizam deste trunfo com o consentimento do coletivo, ou de um pequeno grupo que apresenta complexos níveis de organização territorial.

Nesse caso, podemos compreender que o controle territorial da violência se consolida a partir das dinâmicas dos homicídios. Dessa forma, é possível compreender que as mortes violentas, em especial com características de execução nas periferias são utilizadas com o objetivo promover a obediência da população ou de determinadas classes sociais a partir da imposição do medo. Um exemplo disso, é o emprego da biopolítica e da necropolítica como instrumentos materiais e simbólicos de dominação.

A priori, Haesbaert (2014) classifica a ação do biopoder a contar de uma estratégia de sobrevivência de uma determinada classe social, todavia essa prática permite que haja a vulnerabilidade ou até mesmo a morte de pessoas de determinados grupos sociais. Essas ações ocorrem, principalmente, a partir de estereótipos ou generalizações das populações residentes na periferia.

Dessa maneira, Haesbaert (2014) aponta que a prática da biopolítica se resume no fazer viver de uma determinada classe, em detrimento da morte de quem apresenta periculosidades a estes, porém, quem deveria tomar essas decisões seria o aspecto jurídico do Estado, mas quem realmente toma essas providencias punitivas são grupos criminosos que exercem o controle territorial como o traficante e milicianos que realizam as atividades de segurança, por meio da morte do outro. O autor ainda entende que existem duas formas de compreender a biopolítica: a primeira condiz na configuração de organização do território (disciplina) e a segunda se caracteriza na ação de punição das massas (segurança).

Desse modo, Foucault (1985) menciona que as táticas do biopoder se resumem nas ações dos dominantes sobre os dominados ou subalternos, pois a desigualdade e o prestígio se tornam imprescindíveis na diferenciação dessas duas classes. Por outro lado, ainda com bases em teorias foucaultianas, Mbembe (2006) aponta que a ação de punir os corpos é algo historicamente discutido, por meio das ações de grupos hegemônicos sobre uma determinada sociedade.

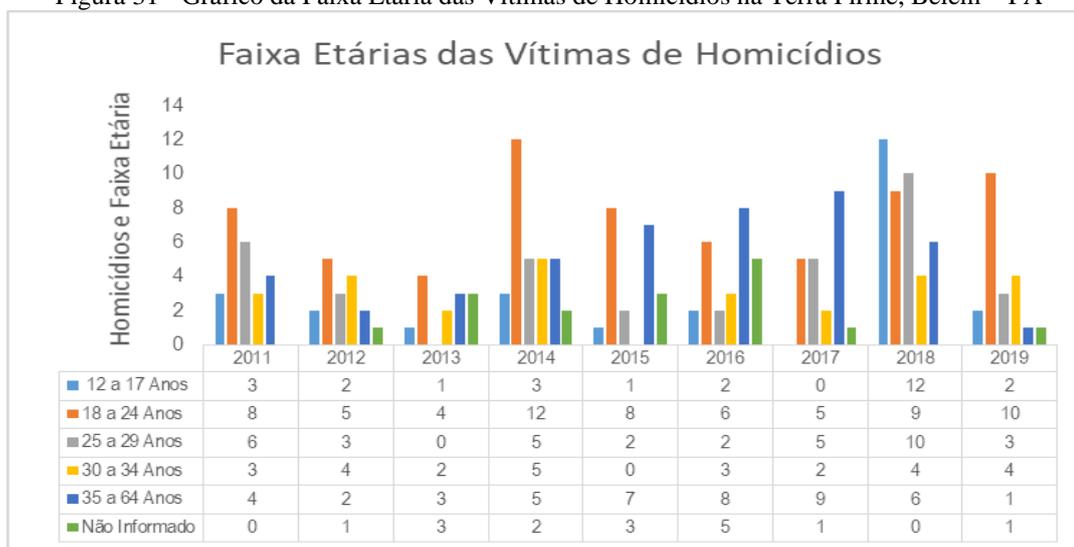
O autor, porém, também classifica o termo de necropolítica - que significa que a relação de poder tem possibilidade de ser estabelecida -, por meio da morte dos indivíduos, já que essas relações apresenta o caráter simbólico e material, como exemplo disso, podemos citar que se alguém comete crimes de assaltos com frequência em um dos territórios mencionados que apresentam suas normas e leis.

A ação da biopolítica é de punir e promover um perfil para generalizações. Enquanto no necropoder a morte se materializa como punição total do indivíduo morto, e à mesmo essa morte serve de exemplo para que outros não cometam crimes dessa natureza pelas redondezas. Partindo dessa análise descritiva e conceitual das manchas de homicídios, compreende-se que as elevadas taxas desses crimes estão relacionadas principalmente ao uso e disputas do território, onde classificamos as zonas de tensões no qual seus agentes que disputam o controle de seus recursos a partir da violência predatória.

5.2 Análise das variáveis faixa etária e instrumentos utilizados

Ao analisar a territorialização dos homicídios, por meio da metodologia de pontos e *Hot Spot*, torna-se necessário compreender quais são os perfis dessas vítimas, para que tenhamos o entendimento do presente fenômeno. Sendo assim, a SIAC/SEGUP – PA forneceu tabelas que informaram os registros de homicídios, perímetro do fato, faixa etária, gênero e instrumentos utilizados. Logo, realizou-se um filtro dessas variáveis e relacionamos juntamente com as entrevistas realizadas no bairro. Desse modo, criou-se uma representação gráfica dos perfis das vítimas como mostra o gráfico da figura 31:

Figura 31 - Gráfico da Faixa Etária das Vítimas de Homicídios na Terra Firme, Belém – PA



Fonte: SIAC/SEGUP. Elaborado por NASCIMENTO, 2021.

O gráfico da figura 31 mostra a distribuição dos homicídios por faixa etária, mas essa divisão, a priori, é feita pela SEGUP/PA que classifica as idades a partir de 5 classes; 12 a 17 anos, 18 a 24 anos, 25 a 29 anos, 30 a 34 anos e 35 a 64 anos. Sendo assim, fez-se uma análise do comportamento das idades das vítimas no período de 2013 a 2017.

Na primeira classe, que representa a faixa etária de 12 a 17 anos, os homicídios chegam em torno de 26 registros, ou seja, 12,2% do total de 212. Todavia sabe-se que nem sempre a idade das vítimas é informada e a porcentagem destas são de 7,5% que correspondem a 16 registros nesse período.

A partir das pesquisas de campo de campo, ao se perguntar sobre as vítimas e seus perfis, muitos dos entrevistados classificaram a categoria de jovens, mas alguns mencionaram as idades que condizem com esta faixa. Como mostra o relato a seguir:

Aqui nas redondezas o que mais morre é jovem, o que é bastante comum é ver adolescentes se metendo na criminalidade e morrendo cedo, o menino num vai pra escola porque não quer estudar. Aí se metem com más influências e passam a assaltar ou até mesmo entram no mundo do tráfico e isso é pedir pra morrer cedo (Entrevistado 02 – morador e comerciante do bairro)

Os jovens das periferias quando não estão praticando atividades de lazer, esportes ou possibilidades de melhorar as condições de vida, por meio dos estudos ou de cursos profissionalizantes, são ludibriados pelo retorno financeiro imediato que o mundo crime oferece, para ter status e principalmente se inserir em uma sociedade de consumo onde eles não pertenciam (...) nessas horas é possível ver a evasão escolar, ex alunos praticando assaltos, vendendo drogas e sendo mortos independente se for culpado ou não, o Brasil não tem pena de morte né? É uma pena ver a nossa juventude morrer assim tão cedo. (Entrevistado 18 – Professora e Moradora do Bairro).

Aqui no bairro infelizmente quem tá morrendo são jovens, que poderiam estar na escola ou trabalhando até (...) mas optaram pelo mundo crime, começam a se envolver com más camaradagens e vão por aí praticando assaltos, usando drogas, mas vai de cada um né. Aqui o que mais tem é trabalhador, malandragem tem em todo lugar. (Entrevistado 21 – Morador do bairro).

Sendo assim, nota-se que há fatores que impulsionam a entrada de jovens no mundo da criminalidade podendo variar do assalto até ao ingresso organizações criminosas como o tráfico de drogas. Segundo o relato acima, enxerga-se que o culpado disso é a falta de interesse da juventude, porém, lembramos que os bairros periféricos, como é o caso da Terra Firme apresentam evasões escolar, estruturas das escolas precárias, falta de aulas. Além disso, existem poucas ou nenhuma programação de lazer para a população que fica dependendo principalmente das ações da UFPA ou até mesmo da UFRA, já que o Estado se apresenta de forma ineficaz com políticas públicas dessa natureza para a sociedade.

Por outro lado, também se nota um número expressivo dos jovens na faixa etária dos 18 a 29 anos segundo o Atlas da Violência de 2018 e para relacionarmos com estes dados uniremos as duas classes de idades estabelecidas pela SIAC/SEGUP-PA (18 a 24 anos e 25 a 29 anos). Partindo desse princípio, o número de homicídios chega aos 99, ou seja, entorno de 46,6% do total dos homicídios no bairro.

No Brasil, os homicídios são a principal causa de mortalidade de jovens, grupo etário de pessoas entre 15 e 29 anos. Esse fato mostra o lado mais perverso do fenômeno da mortalidade violenta no país, na medida em que mais da metade das vítimas são indivíduos com plena capacidade produtiva, em período de formação educacional, na perspectiva de iniciar uma trajetória profissional e de construir uma rede familiar própria. Foram 30.873 jovens vítimas de homicídios no ano de 2018, o que significa uma taxa de 60,4 homicídios a cada 100 mil jovens, e 53,3% do total de homicídios do país. Contudo, ainda que a morte violenta de jovens continue representando um grave problema, os números de 2018 indicam um cenário melhor em comparação ao ano anterior: diminuição de 13,6% na taxa e de 13,7% nos números absolutos. O decréscimo nos homicídios de jovens acompanha a melhora nos índices gerais de homicídios no país ocorrida nesse período, tendo em vista que, entre 2017 e 2018, houve uma queda de 12% na taxa geral de homicídios por 100 mil habitantes no país. Homicídios foram a principal causa dos óbitos da juventude masculina, responsável pela parcela de 55,6% das mortes de jovens entre 15 e 19 anos; de 52,3% daqueles entre 20 e 24 anos; e de 43,7% dos que estão entre 25 e 29 anos. (CERQUEIRA, 2020, p. 20).

Dessa maneira, a juventude adulta vira alvo da criminalidade violenta a partir de diversos fatores que os tornam vulneráveis a essas ações, a partir dos elevados índices de desemprego e falta de oportunidades. Isso faz com que esses indivíduos sejam “recrutados” pelo “mundo do crime” e se tornam expostos da violência extrema (homicídio).

Não sei te dizer ao certos as motivações, deve ser assalto, droga né? Também pode ser desemprego e falta de oportunidade para esses jovens, que ficam mexendo nas coisas dos outros, ou tão vendendo droga pra ganhar um dinheiro fácil. Eu já vi um caso de morte de um rapaz lá na São Domingos que só chegaram e atiraram, mas ele já tinha sido preso e ainda praticava assaltos em comércios ou até mesmo nas ruas. Ai tem que morrer mesmo né... (Entrevistado 10 – morador do bairro).

A fala do entrevistado retrata como os homicídios são analisados pela população. Normalmente o senso comum estabelece as relações diretas desse crime ao tráfico de drogas ou pelo envolvimento com assaltos. Isso faz com que esses tipos de crimes violentos se tornem cada vez legitimados por uma camada da sociedade, embora sejam ilegais segundo a Constituição brasileira (MELGAÇO, 2005).

Os motivos são vários né? Principalmente quando se fala dos interesses que envolvem o bairro. Ele pode ser visto como um território do tráfico de drogas, por causa de suas rotas e as vulnerabilidades do bairro (...) como território das gangues, território de milícias e (...). Tudo no bairro gira em torno de interesses e a criminalidade e até mesmo a Prefeitura e o Governo com suas ações também apresentam práticas, e as mortes podem estar ligadas aos recursos do bairro (Entrevistado 18 – Professora e Moradora do Bairro).

Mas pouco se fala da relação de “rixas” entre os agentes territoriais ao qual é possível apontar as mortes de policiais e milicianos como um estopim para a onda de violência que se manifesta nas periferias. Alguns policiais que foram executados por muitas vezes são amigos ou conhecidos de milicianos que buscam automaticamente mostrar as suas relações de poder e territorialidade, por meio das práticas de execução em que as vítimas que são mortas podem estar ligadas ou não a criminalidade.

E alguns desses homicídios ocorrem em territórios de venda de drogas de varejo, como pontos de vendas e bocas de fumo e o ato homicida chama atenção do Estado para essas áreas e as polícias civil e militar adentram em suas áreas de atuação. Logo, o tráfico também, exerce o seu poder a partir da violência direcionado a um dos milicianos que chamaram atenção do Estado para o seu território, pois a ineficácia do Estado é o fator mais atraente para que a territorialidade do crime seja efetivada.

Beato (2012) classifica que existe uma relação do aumento do número de homicídios com os indicadores sociais. O exemplo disso são as territorialidades que se manifestam a partir das condições precárias dos espaços periféricos. Santos (2006), compreende que as

desigualdades são potencializadoras de muitos problemas sociais das cidades do mundo globalizado.

As contradições entre áreas centrais e periféricas se tornam cada vez mais nítidas, uma vez que os investimentos privados, a presença das ações do Estado se fazem presentes e eficientes nos centros urbanos, deixando as localidades mais distantes com características precarizadas e trazendo uma maior desvantagem social por essas populações que ali residem, como aponta Beato (2012, p. 91) “No Brasil, essas desvantagens concentram-se nos grupos mais pobres, nos quais é rarefeita a proteção do Estado e da Sociedade. Além destes viverem em guetos espacialmente isolados”

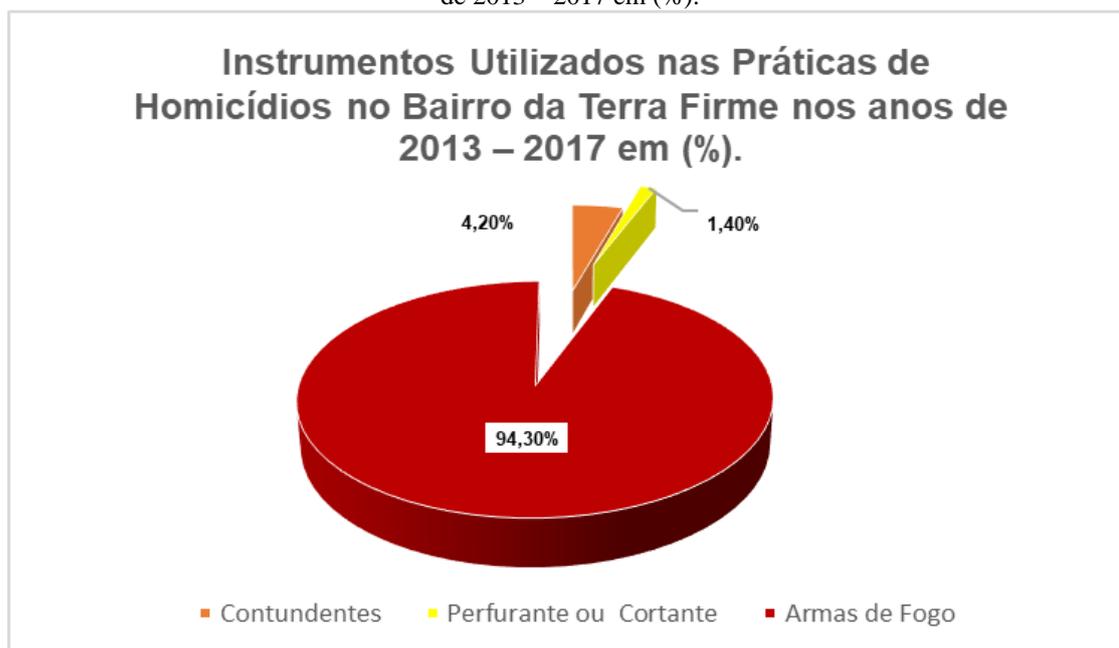
Outra faixa etária que a SIAC/SEGUP-PA classifica são as dos adultos de 30 a 34 anos que apresentam um total de 15 registros de mortes violentas dos 213 ocorridos no bairro no período de 2011 a 2019, ou seja, alcança a porcentagem de 12,7% do total. Posteriormente, temos ainda a classe de 35 a 64 anos que apresenta 45 casos e comparado a totalidade corresponde a 21,2% a segunda maior média por idades, percebe-se, então, que esses crimes ocorrem principalmente na transição e na fase adulta dos indivíduos.

As motivações dos homicídios são das mais variadas, mas caiu no senso comum rotular as mortes ocorridas e relacioná-la diretamente com o fator droga, sendo que há outros fatores existentes. Por isso, não devemos esquecer das práticas de assaltos que impulsiona a ação do Estado, da milícia segurança privada e até mesmo do próprio tráfico em inibir essas ações, com a imposição de suas normas e regras e caso não obedecidas a violência entra em prática e colocam em vigor os princípios da bio e necropolítica como caráter punitivo.

5.2.1 Instrumentos utilizados

Referente aos homicídios existentes no bairro, torna-se importante entender o seu comportamento, todavia, não podemos nos limitar apenas ao campo do visível destes acontecimentos, logo, observamos que é de grande relevância analisar outras variáveis que estão ligados a este fenômeno. Nesse sentido, lembramos que os homicídios são cometidos com o intuito de tirar a vida do outro, mas que artifícios as pessoas estão utilizando para cometer essas ações? O gráfico da figura 32 mostra os instrumentos utilizados nessa prática no período de 2011 a 2019.

Figura 32 - Gráfico dos Instrumentos Utilizados nas Práticas de Homicídios no Bairro da Terra Firme nos anos de 2013 – 2017 em (%).



Fonte: SIAC/SEGUP. Elaborado pelo autor, 2021.

A representação exposta está baseada no banco de dados fornecidos pela SIAC/SEGUP – PA, cujas elas mostram as informações dos respectivos anos trabalhados (2011 a 2019). Dessa forma, conseguiu-se analisar que grande parte dos homicídios existentes são cometidos principalmente por armas de fogo, posteriormente armas cortantes ou perfurantes e por outros meios, como objetos contundentes.

Os números de homicídios por arma de fogo são de 201, do total de 213 registros que apresenta o bairro nessa série temporal. Os objetos cortantes – perfurantes e contundentes com 9 e 2 casos respectivamente

Partindo dessa análise, observa-se que grande parte dos homicídios são cometidos por armas de fogo, isso nos faz pensar que existe um padrão de homicídios, no que diz respeito aos instrumentos utilizados. Dessa forma, busca-se explicações para tantos crimes violentos com esses tipos de armas que predominam as dinâmicas dos homicídios no bairro.

Aqui no bairro, o que mais matar mesmo é tiro, quando é assalto, assassinato, tudo envolve arma de fogo. De vem em quando se tem uma briga que envolve faca. Até parece que aqui é liberado arma, porque qualquer gente consegue ter uma e o trabalhador não pode né (Entrevistado 28 – Comerciante do bairro).

Beato Filho (2012) classifica que os homicídios têm aumentado em decorrência da introdução de armas de fogo, especialmente entre os jovens nos centros urbanos e localidades próximas. Segundo os dados analisados, não se torna exagero mencionar que a arma de fogo é

o principal vetor responsável pelas mortes violentas não somente no aspecto geral do Brasil, mas sim nas suas grandes, pequenas e médias cidades.

Partindo dessa perspectiva, Beato Filho (2012) destaca um breve comparativo acerca do aumento dos homicídios por armas de fogo no Brasil;

No período que vai de 1980 a 2007, foram mais de 500 mil homicídios cometidos com armas de fogo. Temos cada vez mais vítimas dessa mortalidade. No início dos anos 1980, pouco mais de 40% dos homicídios eram praticados por armas de fogo. Hoje são mais de 70%. Pode se atribuir às armas o crescimento dos homicídios desde meados dos anos 1980 até 2007. Dentre os Adolescentes de 15 a 29 anos de idade, esta é a maior causa da morte (39,1%), seguido pelas causas naturais (19,1%) e acidentes de trânsito (14,8%). (BEATO FILHO, 2015, p. 95)

O trecho acima também relaciona que as mortes por arma de fogo atingem, sobretudo, a população jovem adulta. Isso ocorre devido ao porte de arma que muitas vezes são mantidos de forma ilegal e por ser algo restrito o aumento do comércio destas se torna um meio lucrativo e trazem inúmeras consequências. Dentre elas está a “popularização” desta com agentes envolvidos ou não com a criminalidade.

Recentemente o Atlas Violência do ano de 2018 retrata um dado evolutivo dos homicídios por este tipo de arma no período de 1980 a 2019 e observou-se que em torno de 910 mil pessoas foram mortas por armas de fogo. Cerqueira (2018) aponta que na primeira parte da década de 1980 a cada 100 pessoas, 40 eram vítimas de homicídios por armas de fogo.

O autor ainda faz uma breve discussão acerca do processo de urbanização e estagnação econômica no Brasil, devido a transição que ocorreu a partir da década de 1970, onde o país deixa de ter a população majoritariamente rural para uma dinâmica urbana. Mas o crescimento urbano não foi acompanhado das políticas públicas promovidas pelo Estado, isso tem gerado tensões sociais, cujo poder Institucional não tem conseguido suprir, como é o caso da segurança pública.

Sendo assim, a população angustiada e insegura com a atual conjuntura buscou estabelecer os seus mecanismos de defesa como a compra de armas de fogo ou contrato de serviços de segurança privada e a partir desse momento começou uma verdadeira corrida armamentista que foi cessada no ano de 2003 com o estatuto do desarmamento (CERQUEIRA, 2018). Todavia, o que tem se discutido na atual conjuntura política é a revogação deste, com o intuito de ampliar a posse de armas para determinadas classes sociais, que, conseqüentemente, podem aumentar a decorrência de homicídios como no período de a partir de 1980.

Em 2020, o Atlas da Violência retrata as evoluções das taxas de homicídios a cada 100 mil habitantes por arma de fogo durante os anos de 1980 a 2003 e o ritmo de crescimento variava entre os anos nos percentuais de 5,8%, 5,9% e 6,0%. Após a implantação do estatuto do desarmamento a velocidade reduziu para 0,9% ao ano.

Considerando-se a taxa de homicídios por arma de fogo, por 100 mil habitantes, esse índice cresceu a uma velocidade de 5,8%, 5,9% e 6,0% em média a cada ano, em um período de quatro anos (1999 a 2003), catorze anos (1989 a 2003), ou 23 anos (1980 a 2003), antes do Estatuto do Desarmamento. Por seu turno, nos quinze anos após o Estatuto (entre 2003 e 2018), a velocidade de crescimento anual dessas mortes diminuiu para 0,9%. Ou seja, antes de 2003, quando foi sancionado o Estatuto do Desarmamento, a velocidade de crescimento das mortes era cerca de 6,5 vezes maior do que a que passou a vigorar no período subsequente (CERQUEIRA, 2020. p 76).

Vale lembrar, que os crimes letais como os homicídios ocorrem em grande número, devido aos fatores que impulsionam - dentre os quais está arma de fogo -, mas vale lembrar quais são os que estão por trás de cada sociedade como aponta Cerqueira (2020, p. 71).

De fato, existem inúmeros fatores a impulsionar a violência letal no país, como a profunda desigualdade econômica e social, a inoperância do sistema de segurança pública, a grande presença de mercados ilícitos e facções criminosas e o grande número de armas de fogo espalhadas pelo Brasil afora. Esses fatores continuam desafiando governos e sociedade e continuam pressionando a taxa de crimes letais, sobretudo no Norte e no Nordeste do país. A questão aqui é que, não fosse essa legislação que impôs um controle responsável das armas de fogo, a taxa de homicídios seria ainda maior que a observada.

Partindo dessa perspectiva o que tem se notado foi o aumento da violência por arma de fogo, nos centros urbanos e nas localidades periféricas. O exemplo disso é Belém, mais especificamente o bairro da Terra Firme, que apresenta em torno 94,6% dos homicídios no bairro no período de 2011 a 2019 por este instrumento. Isso mostra como as redes criminosas se articulam em rede para o fornecimento de armamentos e drogas. Além disso, o ato de conseguir uma arma de fogo pode estar ligado a prática de assaltos a vigilantes, policiais e seguranças que, em muitos casos, são mortos e têm seus pertences levados (arma de fogo) ficando à mercê da criminalidade que comercializa ou até mesmo alugam para práticas de delitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho trouxe uma abordagem acerca das dinâmicas urbanas e das relações sociais nelas existentes, logo, conseguimos compreender o processo de produção desigual do espaço urbano e seus reflexos na sociedade. Nesse sentido, percebe-se que diversos agentes produzem os espaços para poder executar as suas atividades e um exemplo disso são as funcionalidades atribuídas aos centros das cidades, como um lugar de comércio, serviços e circulação de bens e pessoas, enquanto nas áreas mais afastadas temos as moradias de quem trabalha ou busca emprego nos grandes centros urbanos.

Isso ocorreu, principalmente, no período em que o Brasil passa por um período de transição demográfica nos anos 1970, cuja população das cidades estava ultrapassando a do campo, reflexo da concentração de terras e industrialização as quais promoveram o êxodo rural e aumentou a taxa de migração para algumas regiões do país.

Sendo assim, buscou-se compreender as cidades como um reflexo das relações mercadológicas, ou seja, caracterizá-las a partir das dinâmicas de mercado e assim poder entender as suas contradições espaciais que, conseqüentemente, refletem nas características sociais de determinados espaços. Partindo dessa perspectiva, nota-se que a cidade de Belém está inserida nesse contexto, pois a partir das atividades econômicas ao longo da história o seu centro tinha suma importância comercial e as pessoas que não possuíam condições socioeconômicas como a própria população local e alguns imigrantes nordestinos passaram a migrar para as áreas ao entorno desta dando origem atuais bairros que estão as suas proximidades.

Entendeu-se que muitos bairros da grande Belém se consolidaram a partir do processo de segregação socioespacial, cujo condicionante ‘renda’ se torna o principal fator para promover a repulsão das pessoas que não possuíam condições de viver nos centros urbanos para áreas mais abastadas que posteriormente conhecemos como periferia.

Dessa forma, enxergou-se espaços que são transformados de forma seletiva e desigual de acordo com as necessidades de circulação e acumulação de riquezas. Sendo assim, nota-se que as moradias das pessoas que reproduzem a força de trabalho, submissas ao processo histórico de mais-valia sofrem com a segregação residencial e buscam habitar em localidades “menos desejadas”. O exemplo disso foi a ocupação das baixadas as quais ocorreram de forma acelerada a partir dos anos 1950, 1970, 1980 e 1990, em que as moradias passaram a ser autoconstruídas em terrenos alagados ou alagáveis e, assim, deram uma estrutura de ocupação precária com presença casas de madeiras, palafitas, pontes improvisadas e arruamentos precários. Essa urbanização acelerada e desigual não se encontrava no

planejamento do Estado, logo, as precarizações não se resumiam a infraestrutura, mas também aos indicadores sociais, como saúde, saneamento e segurança pública.

A consolidação dessas ocupações se caracterizara pelo processo de periferização, marcadas por diversas precariedades na infraestrutura e nos serviços públicos ofertados no bairro. Diante dessas insuficiências apresentadas pelo Estado, no território não existem vazios de poder, portanto, outros agentes se territorializam e materializam as suas ações políticas, principalmente, por meio da criminalidade. Um exemplo disso são as dinâmicas dos homicídios no bairro da Terra Firme podem estar atrelados a inúmeros fatores (dentre os quais estão os assaltos, furtos e o tráfico de drogas).

A partir desses acontecimentos, entendemos a formação do bairro da Terra Firme como um bairro que carece de diversas políticas públicas que possam melhorar as condições de vida da população, todavia, o Estado se apresenta de forma ineficiente com o seu papel de oferecer condições dignas para a população residente no bairro. A partir dessas fissuras do poder institucional, o poder paralelo busca se territorializar e estabelecer seus códigos e regras. Lembrando que não existe apenas um agente paralelo, mas sim vários. Nesse sentido, observa-se que o que está em disputa é o território ou os territórios.

As disputas territoriais destes agentes causam tensões ou até mesmo um campo de força, no qual os estes utilizam da dialética e da coexistência para estabelecer as suas relações de poder. Logo, percebemos que é dessa forma que a violência, acompanhada de diversos crimes, dentre eles os homicídios, territorializam-se: a partir das relações de poder de vários agentes que buscam estabelecer suas normas e códigos em áreas conhecidas como vulneráveis, por meio dos baixos indicadores sociais.

As territorialidades podem também se manifestar a partir do caráter violento, pois a violência em muitos momentos é utilizada como instrumento de dominação e docilização dos corpos. Assim, nota-se que os traficantes, milicianos, seguranças privados e o próprio Estado utilizam desse artifício para estabelecer a “ordem” nos territórios. Dessa forma, o caráter violento atinge diversas escalas, dentre elas está a sua extrema que se configura na morte do indivíduo. Também utilizam o princípio da punição das massas e da utilização da morte como instrumento simbólico e material de dominação.

Sendo assim compreende-se que no bairro há uma territorialização das mortes violentas e que em alguns pontos do bairro existem as zonas de tensões, onde ocorrem mais registros em detrimentos de outras. Além disso, entende-se que os homicídios se territorializam principalmente nas periferias, e isso não é uma forma de criminalizar a pobreza, mas sim mostrar que os baixos indicadores estão diretamente ligados com a

proliferação da criminalidade que, futuramente, impulsiona novos homicídios. Por isso deve-se enxergar os fenômenos sociais a partir de uma complexidade social e histórica e não tentar explicá-la de maneira isolada.

Desse modo, notou-se que o bairro apresenta elevados números de homicídios, por meio da visualização cartográfica, compreendeu-se também que existem divisões da Terra Firme por aglomerados e se constatou que os homicídios se distribuem de maneiras diferentes, entre eles, nota-se que não devemos generalizar o bairro todo como um caráter violento, pois cada recorte tem a sua especificidade.

Vale ressaltar que a geografia tem muito a contribuir com temas relacionados à violência urbana, pois essa ciência possui ferramentas e técnicas que, atrelados aos seus conceitos como espaço e território, possibilitam uma melhor análise desse fenômeno social. Assim, torna-se possível compreender uma determinada realidade na sua totalidade, ou seja, de um olhar horizontal que corresponde a análise espacial e o viés vertical que se configura ao campo da observação cartográfica.

Vale ressaltar que ainda existem outros elementos no bairro a serem abordados e que os estudos referentes a geografia do crime se atenham as especificidades de determinados recortes espaciais, a fim de que se haja uma maior análise dos fatos e detalhamento na pesquisa científica. Por isso, na ciência nunca deixamos uma conclusão final, mas sim damos um direcionamento para maiores investigações, pois a ciência possui um caráter evolutivo e ela surge por meio de quebras de paradigmas.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. S. Marchas e contramarchas na luta pela moradia na Terra Firme (1979-1994). **Belém, PA: Universidade Federal do Pará, 2010.**

AVELINO, P. H. M. A Trajetória da Tecnologia de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), na Pesquisa Geográfica *In: Revista Eletrônica da associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas*, v. 1, n. 1, ano 1, novembro, 2004.

ARENDRT. H. **Sobre a violência** [1969]. Rio de Janeiro: Relum e Dumará, 1994.

ARENDRT. H. **Poder e Violência**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001 pp. 81-94.

ATLAS, DA VIOLÊNCIA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Org.). **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2020.

BEATO FILHO, C. C. **Crimes e Cidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Manual de preenchimento: formulário de coleta mensal de ocorrências criminais e atividades de polícia**. Brasília: SENASP, 2006.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CASTRO, F. V. F. **Cartografia Temática**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004

CASTRO, C. J. N; PROJETO CARTOGRÁFICO E A PESQUISA: a implementação da escrita gráfica nos princípios geográficos e o tripé Geografia – Cartografia – Geoinformação. **InterEspaço** Grajaú/MA v. 5, n. 17 p. 01-17 Maio/ago. 2019

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COSTA, A. C. S. **PODER E TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA: Agentes territoriais e os Crimes Violentos Letais e Intencionais (2013-2017) no bairro da Cabanagem, Belém, PA**. Dissertação. (Mestrado em Geografia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2020.

COUTO, A. C. O. TRÁFICO DE DROGAS NA METRÓPOLE: um estudo de caso da territorialização perversa em uma área de baixada de Belém. **GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio** Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 57-77, jul.-dez. 2016

COUTO, A. C. O. A periferia de Belém sob vigilância e controle: o narcotráfico por uma perspectiva miliciana. **Geografares**, n. 27, p. 85-102, 2018.

CORREA, R. L. Segregação Residencial: Classes Sociais e Espaço Urbano. *In*: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). **A cidade contemporânea segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 39-60.

CORRÊA, R. L. **Estudos Sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2006.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995.

CRUZ, E. **Ruas de Belém: significados históricos de suas denominações**. Belém, Edições CEJUP, 1992.

DORNELLES, J. R. **O que é Crime**. São Paulo: Editora Brasiliensis, 1988.

FAUSTO, B. **Crime e Cotidiano: A Criminalidade em São Paulo**. Editora Brasiliensis: São Paulo, 1984.

FERREIRA, C. F. **Produção do espaço urbano e degradação ambiental: um estudo sobre a várzea do igarapé do Tucunduba (Belém-Pa)**. Dissertação. (Mestrado em Geografia Física) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995.

FERREIRA, I. C; PENNA, N. A. Território da Violência: Um Olhar Geográfico Sobre a Violência Urbana *In*: **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 9, n. 1, p. 155-168, 2005.

FREITAS, R.O. **A periferia da periferia: mídias alternativas e cultura de minorias em ambientes não-metropolitanos**, 2007.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2004.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: A vontade de saber (Vol 1)**. Rio de Janeiro. Graal 1985.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes 1984 (1975).

G1 PARÁ. Polícia investiga suposta relação entre morte de jovem e passageiros de carro branco na Terra Firme, em Belém. **G1 Pará**, Belém, 19 out. 2018. Disponível em: <https://url.gratis/JZkLKZ>. Acesso em: 13 jan. 2022.

G1 PARÁ: Nove pessoas são mortas em Belém após assassinato de policial militar. **G1 Pará**. Belém, 05 nov. 2014. Disponível em: <https://url.gratis/ALmjkm>. Acesso em: 13 jan. 2022.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e mult/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Belém/PA: IBGE, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **La Production de l'Espace**. Paris: Ed Anthropos, 1974.

LIMA, N. Entrega da segunda etapa do Tucunduba marca o aniversário de Belém. **Rede Pará**. Belém, 12 jan. 2021. Disponível em: <https://url.gratis/UFV93G>. Acesso em: 13 jan. 2022.

MAGALHÃES, C. Moradores dos bairros do Marco e Terra Firme ainda sofrem com alagamentos. *O Liberal*, Belém, 16 fev. 2021. Disponível em: <https://url.gratis/EIfHAh>. Acesso em: 13 jan. 2022.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. **Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos**, v. 2, p. 10, 2004.

MARICATO, E. **Para Entender a Crise Urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINELLI, M. Orientação semiológica para as representações da Geografia: mapas e diagramas. **Orientação**, São Paulo, n. 8, p. 53-62, 1990.

MELGAÇO, L. **A Geografia do Atrito: Dialética Espacial e Violência em Campinas – SP**. 128p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo. 2005.

MBEMBE, A. **Necropolítica. En Okwui Enwezor (editor): Lo desacogedor. Escenas fantasma en la sociedad global**. Sevilla: Fundación BIACS, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Esquistossomose: causas, sintomas, tratamento, diagnóstico e prevenção, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/e/esquistossomose>. Acesso em: 13 jan. 2022.

NASCIMENTO, R. P. B; BORGES, R. H. M; CHAGAS, C. A. N - Violência E Criminalidade: A Dinâmica Do Território E A Análise Dos Homicídios No Bairro Do Curuçambá, Ananindeua-Pa: *In: CARDOZO, E. L. (org.). A sociedade e o espaço geográfico brasileiro*. Curitiba (PR): Atena, 2017.

NASCIMENTO, R. P. B; REIS NETTO, R. M; TOLOSA, T. S. R; CAVALCANTE, C. C. S. O processo de periferização e Violência Urbana na Baixada Belenense: Um Estudo Sobre A Territorialidade Dos Homicídios No Bairro Da Terra Firme, Belém-Pa Entre Os Anos De 2013 e 2017. **Anais de Evento do XIII Encontro nacional de Pós-graduação em Geografia** (ENANPEGE), São Paulo. SP. 2019.

NASCIMENTO, R.P. B; BORGES, R. H. M. O estudo Geocartográfico das dinâmicas dos homicídios no bairro da Terra Firme nos anos de 2013 a 2015. XIX Encontro Nacional de Geógrafos (AGB). **Anais**, João Pessoa – PB. 2018

PACÍFICO, M. Materialismo histórico-dialético: Gênese e sentidos do método. **Argumentos**, ano 11, n. 21 - Fortaleza, jan./jun. 2019

PENTEADO, A. R. **Belém do Pará – estudo de Geografia urbana**. Vol. 1 e 2. Belém: UFPA, 1968 (Coleção Amazônia – Série José Veríssimo).

PIMENTEL, D. Vias sem condições estruturais revoltam moradores de Belém. **O Liberal**, Belém, 14 maio 2019. Disponível em: <https://url.gratis/2ObK1A>. Acesso em: 13 jan. 2022.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**, Paris, 1980.

RAMOS, J. M. T. A História da ocupação urbana no Tucunduba – Belém/Pará. Disponível nos **Anais de Evento do IV Reunião Equatorial de Antropologia (REA)** e XIII Reunião de Antropólogos Norte e NE (ABANNE), 2013.

REIS NETTO, R. M; CHAGAS, C. A. N. Além Das Grades: Um Estudo De Caso Sobre As Estratégias Utilizadas Para Integração Dos Presídios Às Redes Territoriais Externas Do Tráfico De Drogas. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 73, p. 149-174, set./dez. 2019.

RODRIGUES, Eliene Jaques. **Banidos da cidade unidos na condição: Cidade Nova: espelho da segregação social em Belém**. UFPA/NAEA, 1998.

ROMA NEWS. Moradores da Terra Firme denunciam falta de iluminação pública nas ruas do bairro. **Portal Roma News**, Belém, 24 maio 2021. Disponível em: <https://url.gratis/WZ6Und>. Acesso em: 13 jan. 2022.

SANTANA, L. L. S: Espaço Urbano, Desigualdade Socioespacial e Violência Urbana nos Bairros do Guamá e Terra Firme. *In: Geografia da Violência Produção do Espaço, Território e Segurança Pública*, GAPTA UFPA, 2018.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 249-273.

SANTOS, M. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M. **Por Uma Outra Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Ed.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 368 p.

SERPA, A. O TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA: Uma Abordagem Teórico- Metodológica. **Boletim Paulista De Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 7-24, 2006.

SILVA, M. P. **Faces da metrópole: desigualdades socioespaciais e violência no distrito de Icoaraci, Belém - PA**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SILVEIRA, L. L. **Cidade, Corporação e Periferia Urbana**. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2003.

SOUZA, M. L. **Abc do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, M. L. **Fobópole: O Medo Generalizado e a militarização da questão Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

STUMMER, A. B; COSTA, B. P. Território: aproximações a um conceito-chave da geografia. **REVISTA Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 21, n.3, p. 50-60, 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, D. C. M. **A metamorfose Metropolitana: desigualdade socioespacial e violência Urbana em assentamentos precários ao longo da expansão metropolitana, Belém – PA**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.